

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

DAMIANY FARINA NOSSA

RISCOS TERRITORIAIS EM PROJETOS REPRESENTACIONAIS:
INVESTIGAÇÃO DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL DE JOÃO NEIVA -
ES

VITÓRIA, ES

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

DAMIANY FARINA NOSSA

RISCOS TERRITORIAIS EM PROJETOS REPRESENTACIONAIS:
INVESTIGAÇÃO DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL DE JOÃO NEIVA -
ES

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de concentração Cidade e Impactos no Território, na linha de pesquisa Patrimônio, Sustentabilidade e Tecnologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Renata Hermann de Almeida

VITÓRIA, ES

2020

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

F225r Farina Nossa, Damiany, 1991-
Riscos territoriais em projetos representacionais : Investigação
do patrimônio territorial de João Neiva - ES / Damiany Farina
Nossa. - 2020.
165 f. : il.

Orientadora: Renata Hermann de Almeida.
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Arquitetura. 2. Patrimônio Cultural. 3. Representação
Arquitetônica. 4. Geoprocessamento. I. Hermann de Almeida,
Renata. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de
Artes. III. Título.

CDU: 72

DAMIANY FARINA NOSSA

“RISCOS TERRITORIAIS EM PROJETOS REPRESENTACIONAIS:
INVESTIGAÇÃO DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL DE JOÃO NEIVA
– ES”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito
Santo, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em
Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em 02 de abril de 2020.

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Renata Hermannny de Almeida
(orientadora – PPGAU/UFES)

Dra. Latussa Bianca Laranja Monteiro
(membro externo – IJSN)

Prof. Dr. Cláudio Zanotelli
(membro externo – UFES)

Prof. Dr. Antônio Miguel Vieira Monteiro
(membro externo – INPE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
RENATA HERMANNY DE ALMEIDA - SIAPE 1172746
Departamento de Arquitetura e Urbanismo - DAU/CAR
Em 13/05/2020 às 14:18

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/22745?tipoArquivo=O>

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo pela oportunidade concedida e à CAPES pela bolsa de auxílio disponibilizada para essa pesquisa;

À minha orientadora Renata, por acreditar no meu potencial desde a graduação e por confiar na construção desse trabalho. Sua dedicação ao estudo e difusão do patrimônio do Espírito Santo é uma grande inspiração;

Ao meu pai Damian, ex-ferroviário e professor do antigo SENAI, por, desde sempre, ser meu contador de histórias e incentivar a busca por conhecimento;

À minha mãe Suzana, pelo carinho, cuidado e dedicação durante a dissertação;

Aos companheiros do Patri_Lab, por tantas trocas durante esse período e por tornarem os dias de pesquisa mais leves. Formamos um grande time;

Aos meus amigos pelo afeto, compreensão, companheirismo e motivação, que direta ou indiretamente contribuíram nessa caminhada.

RESUMO

A partir de sucessivas ampliações conceituais, cada vez mais o patrimônio supera a dicotomia entre conservação e desenvolvimento. A revolução teórica que o alarga conceitualmente ao nível de patrimônio territorial tem como viés a Escola Territorialista Italiana, a partir de suas definições de território e patrimônio territorial, enquanto método e prática adotada à identificação, conservação e gestão. A pesquisa se dedica à reflexão do patrimônio territorial, com ênfase na sua lógica processual, por intermédio do entendimento de suas regras de formação, manutenção e transformação, objetivando identificar dois processos contraditórios: riscos e resistências territoriais. Os riscos territoriais, problemática do contemporâneo, configuram-se como ações de insustentabilidade nas regras mencionadas, resultando em reações detratoras do lugar e da paisagem, que, por sua vez, ameaçam os elementos estruturantes da identidade de longa duração do território e resultam em cenários de dissolução patrimonial. O movimento contrário aponta as resistências, asseguradoras de cenários de permanência e de modelos de desenvolvimento autossustentável. O objeto-concreto engloba dois núcleos urbanizados pertencentes ao município de João Neiva - ES, no recorte territorial da sede municipal. Sua ocupação tem início documentado no final do século XIX, no segundo momento imigratório do estado, e ganha força com a chegada da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), no começo do século seguinte, com a implantação da Estação Ferroviária de João Neiva e da Oficina de Reparação de Vagões, e novas estações, posteriormente, ao longo dos núcleos ocupados. Essa segunda fase de ocupação promove um rápido crescimento urbano-econômico nos núcleos de estudo, onde se projetam lógicas exógenas de desenvolvimento. Com a extinção das implantações da EFVM, percebe-se uma ruptura, tanto na expansão urbano-econômica do município quanto na apreensão do seu patrimônio industrial-ferroviário, que entra em processos de descaracterização e degrado, inserindo-se no movimento de risco territorial. A metodologia é uma híbrida abordagem qualitativa e empírica, tendo como cerne a leitura do território por meio de sua morfotipologia atrelada à lógica histórico-estrutural. Tem como foco analítico a estrutura antropizada do território, inserida em um projeto representacional que identifica sua lógica processual através de sínteses formais, diacrônicas e relacionais. Tem como resultado a estruturação e a experimentação de um Atlas Territorial que, através de um conjunto de variáveis pré-definido, permite a identificação de processos detratores do patrimônio territorial os quais, por fim, são confrontados com os conceitos de Riscos Territoriais e Patrimonialização Proativa verificando sua aplicabilidade em cenários estratégicos.

Palavras-chave: Patrimônio territorial, invariantes estruturais, representação, identidade, risco.

ABSTRACT

After successive conceptual expansions, heritage increasingly overcomes the dichotomy between conservation and development. The theoretical revolution that conceptually expands it to the level of territorial heritage has as source the Italian Territorialist School, based on its definitions of territory and territorial heritage, as a method and practice adopted for the identification, conservation and management. The research is dedicated to the reflection of territorial heritage, focusing on its procedural logic, through its formation, maintenance and transformation rules, aiming to identify two contradictory processes: territorial risks and resistance. The territorial risks, a contemporary issue, configure themselves as unsustainable actions on those mentioned rules, resulting in detrimental reactions of the landscape that threaten the structural elements of the territorial identity and imply on scenarios of patrimonial dissolution. The opposite movement points to resistance, ensuring permanence scenarios and models of self-sustainable development. The object of study are two urbanized nuclei of João Neiva - ES. Its occupation began at the end of the 19th century, in the second immigration phase of the state, and gained strength with the arrival of the Vitória-Minas Railway, at the beginning of the 20th century, with the implantation of João Neiva Railway Station and Wagons Repair Manufactory, and posteriorly new stations along the occupied nuclei. This second phase of occupation promotes rapid urban-economic growth, with exogenous logics of development. With the extinction of the Vitória-Minas's implantations, there is a rupture in the urban-economic expansion and in the apprehension of its industrial-railway heritage, which undergoes processes of de-characterization and degradation, as part of the territorial risk process. The methodology is both qualitative and empirical and has its core on the perception of the territory through its morphotypology linked to its historical-structural logic. Its analytical focus is the anthropized structure of the territory, inserted in a representational project that identifies its procedural logic through formal, diachronic and relational syntheses. Has as result the structuring and experimentation of a Territorial Atlas that, through a set of predefined variables, allows the identification of processes that detract the territorial heritage which, in the end, are confronted with the concepts of Territorial Risks and proactive patrimonialization, verifying its applicability in strategic scenarios.

Keywords: Territorial heritage, structural invariants, representation, identity, risk.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Agir territorial e atos territorializantes	28
Figura 2: Esquema analítico-processual para o desenvolvimento local autossustentável	35
Figura 3: Esquema analítico-processual da abordagem relacional	39
Figura 4: Esquema geral da construção do Atlas Territorial do Circondario Empolese-Valdesa	47
Figura 5: Esquema geral da operacionalização do Atlas dos Riscos e Resistências Territoriais	48
Figura 6: Esquema do processo de territorialização de João Neiva.....	59
Figura 7: Tipologias multiterritoriais de João Neiva	88
Figura 8: Tipologias multiterritoriais 3A. a) Capela de Santa Luzia; b) Estação de João Neiva;	89
Figura 9: Tipologias multiterritoriais 2B. a) Vista geral do núcleo; b) Rua Pedro Nolasco;	89
Figura 10: Tipologias multiterritoriais 2-3. a) Praça N. S. do Líbano; b) Rua Pedro Nolasco; c) Rua Irmã Fortunata; d) Av. Presidente Vargas;.....	90
Figura 11: Tipologia multiterritorial 3B, Centro de Formação Profissional Talmo Luiz Silva	90
Figura 12: Tipologias multiterritoriais 3C. a) Rua Primeiro De Maio; c) Rua André Alves;	91
Figura 13: Recorte do “Jornal do Povo” de Demétrio Ribeiro, edição de 15 de novembro de 1922	103
Figura 14: Níveis de precipitação mensal de João Neiva.....	106

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Altimetria	63
Mapa 2: Declividade	64
Mapa 3: Hillshade.....	65
Mapa 4: Solos	66
Mapa 5: Ottobacias	67
Mapa 6: Cursos d'água	68
Mapa 7: Uso e cobertura da terra (Vegetação)	70
Mapa 8: Núcleos e eixos histórico-estruturais	73
Mapa 9: Edificados de valor etnoantrópico	74
Mapa 10: Uso e cobertura da terra (Socioeconômico)	76
Mapa 11: Antropização/expansão urbana	77
Mapa 12: Síntese	78
Mapa 13: Uso e cobertura da terra 1970 (Demétrio Ribeiro)	81
Mapa 14: Uso e cobertura da terra 1970 (João Neiva)	82
Mapa 15: Uso e cobertura da terra 2012-15 (Demétrio Ribeiro)	83
Mapa 16: Uso e cobertura da terra 2012-15 (João Neiva)	84
Mapa 17: Comparativo (Demétrio Ribeiro).....	85
Mapa 18: Comparativo (João Neiva).....	86
Mapa 19: Multiterritorialidades (Demétrio Ribeiro)	92
Mapa 20: Multiterritorialidades (João Neiva)	93
Mapa 21: Longa duração (Demétrio Ribeiro)	95
Mapa 22: Longa duração (João Neiva)	96
Mapa 23: Relações (Demétrio Ribeiro)	107
Mapa 24: Relações (João Neiva)	108

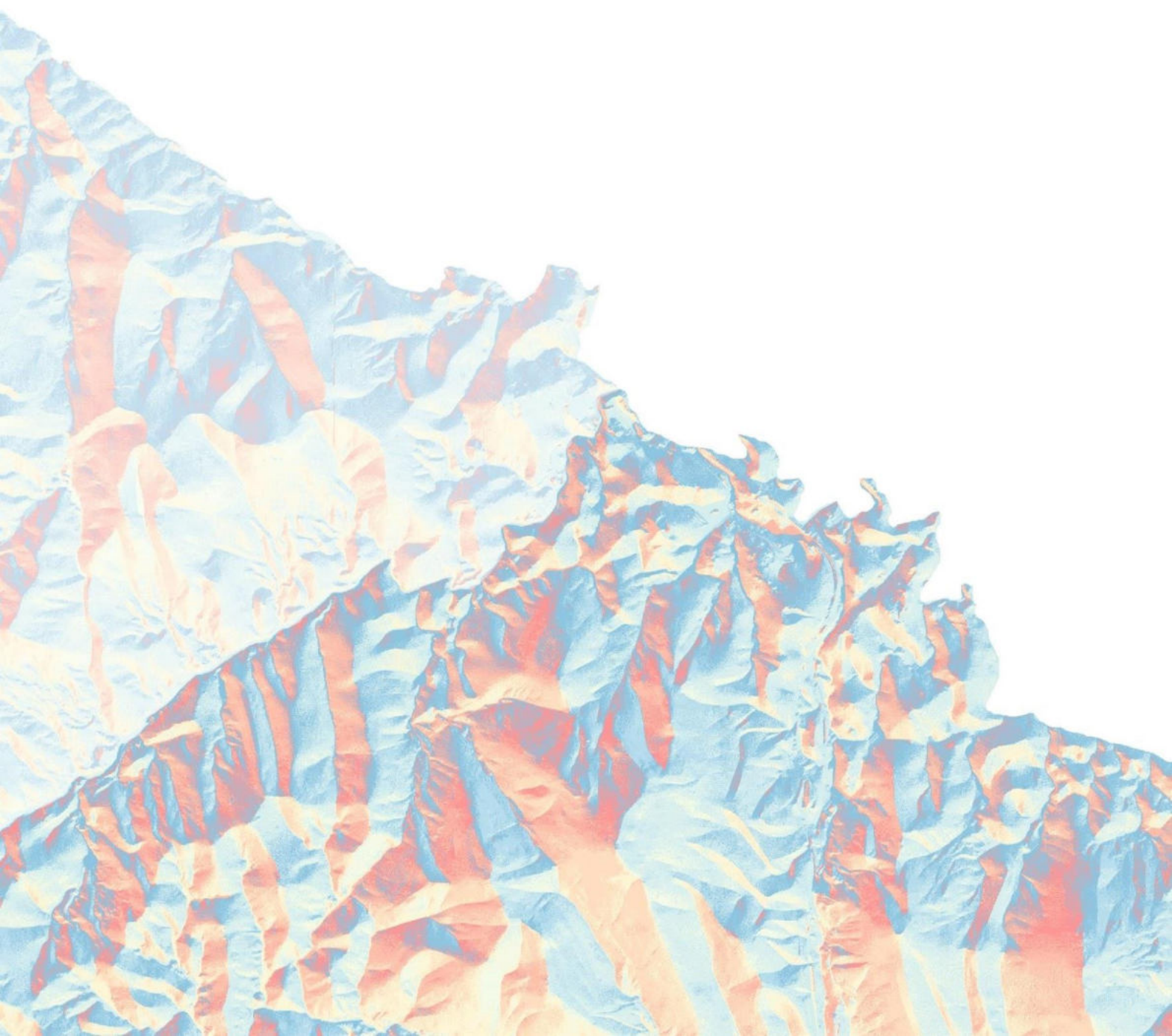
Mapa 25: Envelhecimento das formas (Demétrio Ribeiro)	110
Mapa 26: Envelhecimento das formas (João Neiva)	111
Mapa 27: Permanências, persistências e perdas (Demétrio Ribeiro).....	113
Mapa 28: Permanências, persistências e perdas (João Neiva).....	114
Mapa 29: Estado de conservação (Demétrio Ribeiro).....	116
Mapa 30: Estado de conservação (João Neiva).....	117
Mapa 31: Tipos Territoriais (Demétrio Ribeiro).....	121
Mapa 32: Tipos Territoriais (João Neiva)	122
Mapa 33: Invariantes estruturais (Demétrio Ribeiro)	126
Mapa 34: Invariantes estruturais (João Neiva).....	127
Mapa 35: Cenário Tendencial (Demétrio Ribeiro)	129
Mapa 36: Cenário Tendencial (João Neiva)	130
Mapa 37: Riscos e Resistências Territoriais (Demétrio Ribeiro)	133
Mapa 38: Riscos e Resistências Territoriais (João Neiva)	134

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. O TERRITÓRIO COMO PATRIMÔNIO	19
2.1. O TERRITÓRIO: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL	19
2.2. ATOS TERRITORIALIZANTES EM PROCESSOS CONSTRUTIVOS- DESCONSTRUTIVOS DO PATRIMÔNIO	27
2.3. A ABORDAGEM ESTRUTURAL COMO CHAVE À COMPREENSÃO DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL	30
2.3.1. A representação enquanto descrição diacrônica do Patrimônio Territorial	33
2.3.2. Riscos e resistências territoriais	41
3. PROJETO REPRESENTACIONAL DE RISCOS E RESISTÊNCIAS TERRITORIAIS	45
3.1. DESCRIÇÃO ANALÍTICA	49
3.2. DESCRIÇÃO SINTÉTICA	52
3.3. REPRESENTAÇÕES ESTATUTÁRIAS.....	52
4. RISCOS E RESISTÊNCIAS TERRITORIAIS EM JOÃO NEIVA-ES	54
4.1. JOÃO NEIVA NA ABORDAGEM ESTRUTURAL.....	54
4.1.1. Dimensão histórico-estrutural.....	54
4.1.2. Dimensão morfotipológica	59
4.2. O PROJETO REPRESENTACIONAL DE RISCOS E RESISTÊNCIAS TERRITORIAIS.....	79
4.2.1. Síntese Diacrônica	87
4.2.2. Síntese Relacional	97
4.2.3. Síntese Formal	112
4.3. RISCOS E RESISTÊNCIAS TERRITORIAIS.....	118
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	146
APÊNDICE A: TABELA DE ATRIBUTOS BENS ETNOANTRÓPICOS	150

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO



1. INTRODUÇÃO

A dissertação abrange dois âmbitos investigativos: o conceitual, que trata das concepções de Patrimônio e Território; e verificativo, que engloba a aproximação ao objeto de estudo, de modo a entender os processos dos Riscos Territoriais.

O cerne teórico da investigação, englobado no âmbito conceitual, tem como principal alicerce a produção da Escola Territorialista Italiana - com ênfase nas publicações de Alberto Magnaghi (2001; 2005; 2010a) e Daniela Poli (2015) –, e autores como Milton Santos (1991), Marcos Aurélio Saquet (2013) e Françoise Choay (2001), de modo a articular os conceitos de Território e Patrimônio. A partir de tal articulação, discute o processo de formação, manutenção e transformação do patrimônio territorial, segundo suas regras estruturantes.

Os Riscos Territoriais, por sua vez, configuram-se como uma problemática frente à autossustentabilidade do patrimônio territorial. Definem-se como uma dinâmica ação-reação, na qual atos territorializantes ocorridos em conflito com a identidade de longa duração do território – e com suas regras de construção e manutenção – resultam em reações de risco à perda dos sedimentos de valor patrimonial. Essa dinâmica tem como resultado a criação de cenários de *dissolução hipertrófica do território* (MAGNAGHI, 2010a, p. 18), os quais promovem rupturas cuja consequência é a perda total das especificidades do local, formadoras do patrimônio territorial. Sendo assim, aponta-se a necessidade do entendimento estrutural dos atos territorializantes, individuados por meio do reconhecimento de permanências e persistências e, nessa abordagem, rupturas, buscando sua origem nas dimensões sociais e físicas do território - economia, política, cultura e natureza - em uma visão integradora, porque reconhecidas e condicionadas de modo indissociável.

O objeto de pesquisa é a leitura e a interpretação do patrimônio territorial orientadas a partir da abordagem das invariantes estruturais, categorizadas em uma oscilação entre riscos e resistências, cujos extremos se materializam em rupturas, permanências e persistências. O objeto-concreto, segundo Serra (2006), é passível de observação, medição e documentação; e o objeto-modelo é a representação do anterior sob a ótica do patrimônio territorial. Escolhe-se, para análise e enfrentamento da problemática, o município de João Neiva - ES. Em uma escala espaço-temporal, João Neiva se insere na área central do Espírito Santo, cuja ocupação tem início no final do século XIX, no segundo momento imigratório do estado (FRANCESCHETTO, 2014), e ganha força com a chegada da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) e, ao nível do objeto de estudo, com a implantação da Estação Ferroviária de João Neiva e da Oficina de Reparação de Vagões, no começo do

século seguinte (RIBEIRO, 1992). Assim, proporciona-se rápido desenvolvimento econômico no local, e, por consequência, desenvolve-se em seu caráter urbano, através de expansão e implantação de novas facilidades. Os núcleos ali instalados sedimentam-se, geomorfologicamente, em área de transição entre as zonas serrana e plana, cuja ocupação ocorre em fundos de vale e ao longo de eixos hídricos. Duas premissas se relacionam à conservação da memória de João Neiva: a visível dissolução do patrimônio territorial em suas camadas ambiental, antrópica e socioeconômica; e a carência de levantamento cadastral e documentação do município, o que, atrelado à dissolução física do patrimônio, põe em risco, também, a conservação de sua memória.

O conceito de Patrimonialização Proativa, elaborado por uma das principais vozes da Escola Territorialista Italiana, Daniela Poli (2015), identifica a identidade territorial como componente fundamental frente à organização e ao desenvolvimento do território, de modo a reconhecer, interpretar e, consequentemente, respeitar todas as suas camadas; e tem a representação como instrumento de conservação e subsídio a ações de planejamento. A identidade territorial, conceitualmente, compreende os valores de existência do patrimônio territorial – independentes de seu uso, potenciais ou não, e capital atribuído; e é relativa ao tempo, cuja materialidade mantém-se nas regras de formação e transformação do território, cujos usos incoerentes podem destruir.

Justifica-se o estudo pelo fato de o objeto-concreto se encontrar em cenários de dissolução e iminência da dissolução das camadas de valor patrimonial remanescentes, refletindo em dois processos: a) patrimonialização, segundo a concepção de Daniela Poli (2015), de uma temporalidade em detrimento de outras, sendo essa reconhecida no identitário comum e consequentemente valorizada e preservada, enquanto outras sofrem processos de apagamento; b) degrado físico-material dos sedimentos de valor patrimonial, seja por intermédio de desastres socioambientais, pela descaracterização ou pela perda do patrimônio edificado.

A dissertação se desenvolve no Laboratório Patrimônio & Desenvolvimento, que investiga sítios históricos de inserção crítica e de risco iminente, em sua polaridade construída-ambiental, bem como sua pesquisa se integra à perspectiva do patrimônio em escala alargada ao nível territorial. A análise integrada desses processos permite, além de leitura subsidiária às ações de conservação, a indicação de potências para a salvaguarda do patrimônio territorial, por meio da percepção das suas regras geradoras, de manutenção, transformação e ruptura intrínsecas ao próprio território.

O objetivo geral é promover uma leitura espacializada do patrimônio territorial do objeto-concreto, avaliando a correlação entre as camadas de longa duração do território e suas

regras de manutenção, transformação e ruptura no presente cenário de desterritorialização, de modo a apontar cenários de risco da estrutura de valor patrimonial, passíveis de resultar em novos processos de ruptura. Em contraponto a esse cenário, a leitura visa identificar aspectos morfotipológicos atuantes na resistência e/ou no amortecimento dos processos de dissolução e busca uma análise que envolva as dimensões sociais e físicas do território (economia, política, cultura e natureza) em uma visão horizontal e integradora, visto serem reconhecidas e condicionadas de modo indissociável.

Especificamente, busca identificar como se relaciona o sistema de longa duração do território com os novos métodos territorializantes, entendendo, portanto, as mudanças das regras geradoras e de manutenção do sítio e como estas atuam no patrimônio territorial, tanto em ações de consolidação quanto em ações de dissolução. Busca ampliar a pesquisa documental do sítio de estudo, desenvolvida pela autora em trabalho de conclusão de curso de graduação (NOSSA, 2017). Tal leitura alarga o reconhecimento de valor patrimonial do território em questão e serve de subsídio para novas pesquisas, pois atua nos campos Cadastral/Documental, prática denominada *rilievo* pelos italianos, uma atividade que serve como base para a projeção e, como afirma Oliveira (2008), deixa para a posteridade o resgate e testemunho iconográfico de um patrimônio da nossa memória. Tem como objetivo específico, ainda, o desenvolvimento de metodologia de representação e análise territorial que enfoque o dinamismo da formação territorial a partir da reflexão acerca da abordagem territorialista italiana.

A metodologia da pesquisa é uma abordagem empírico-qualitativa: a base empírica se constitui por objetos ou eventos passíveis de serem estudados e de onde se constrói seu modelo teórico, e a base qualitativa consiste no esgotamento do conhecimento acerca do exemplar: como se forma, como evolui, seu desempenho e toda informação concordante com o objetivo da pesquisa (SERRA, 2006).

O trabalho se constrói segundo as etapas:

- 1) Pesquisa bibliográfica relativa à abordagem de patrimônio territorial, tendo ênfase nos movimentos de construção, desconstrução e reconstrução do território e das regras geradoras, de manutenção, de transformação e de ruptura, atuantes em cenários de risco e de resistência da estrutura de longa duração;
- 2) Pesquisa bibliográfica relativa à leitura territorial através da abordagem estrutural, como essa é aplicada em Atlas Territoriais e representações estatutárias.
- 3) Revisão conceitual-metodológica do Atlas Territorial, através das conclusões das etapas 1 e 2. A representação territorial sob a ótica da Escola Territorialista Italiana inclui as descrições sintético-analíticas: morfológicas (geologia, morfologia, hidrologia); ambientais

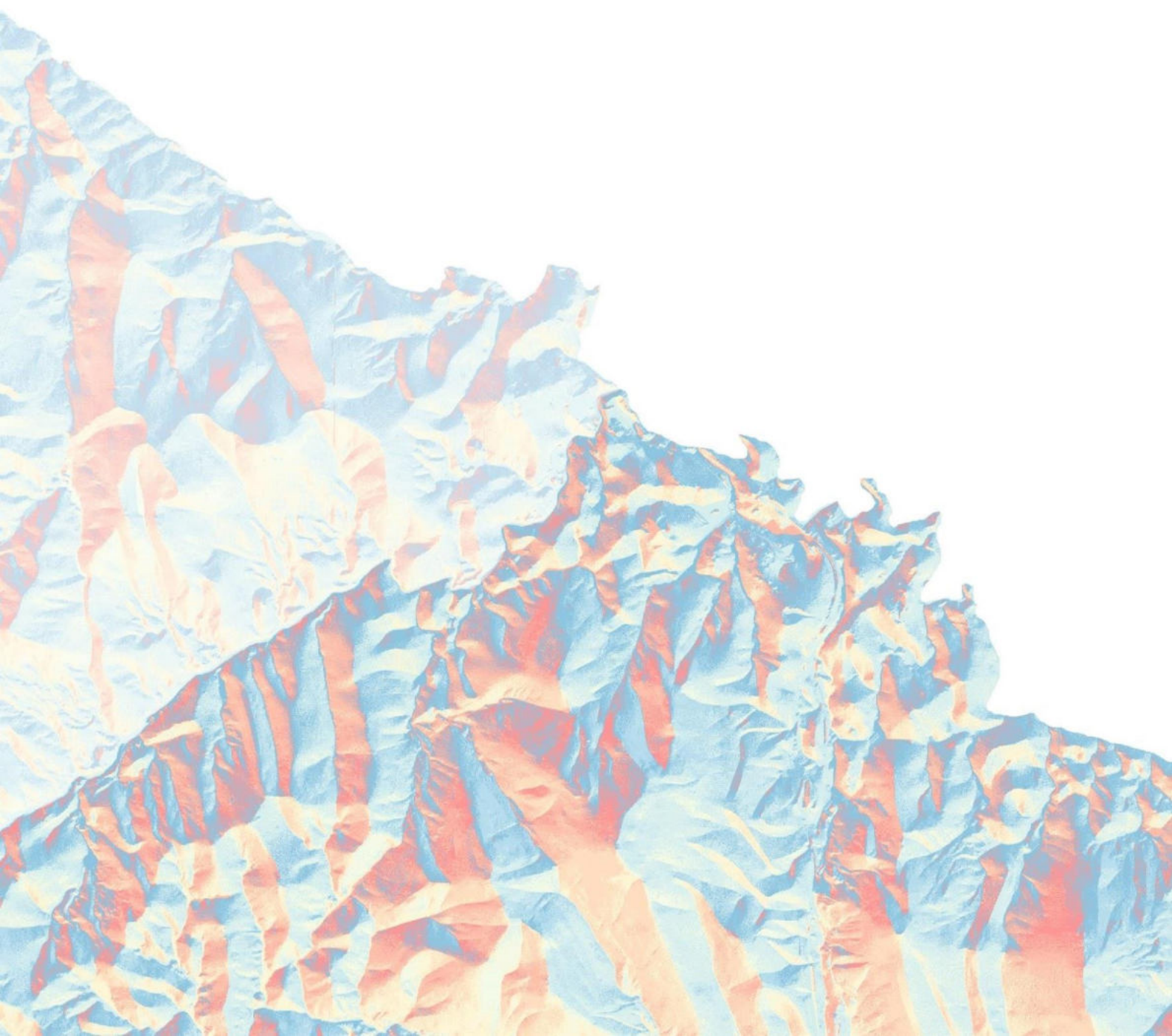
(vegetação, rede ecológica), construídas (núcleos históricos, estradas) e socioeconômicas (uso e cobertura da terra, crescimento urbano, infraestrutura). A revisão propõe ampliar a representação com o objetivo de enfatizar as interrelações dos sedimentos patrimoniais com as forças de construção, desconstrução e reconstrução do território, ao longo do tempo; assim, dá ao Atlas Territorial uma potencialidade operacional. Inclui as sínteses: diacrônica (multiterritorialidades e longa duração), relacional (relações de poder, envelhecimento das formas) e formal (permanências, persistências e perdas e estado de conservação do bem).

4) Construção de um quadro histórico-estrutural do objeto de estudo, através de análise de dados primários e secundários (publicações, artigos, livros, fotografias, mapeamentos). Construção de um quadro morfotipológico, através de análise da conformação territorial do objeto de estudo. Para esse fim, são utilizadas tecnologias de sistemas de informações geográficas (SIG).

5) Representação territorial de riscos e resistências territoriais, segundo a revisão proposta na etapa 3, de modo a correlacionar teoria-metodologia e comprovar a operacionalidade do Atlas de Riscos e Resistências Territoriais.

CAPÍTULO 2

O TERRITÓRIO COMO PATRIMÔNIO



2. O TERRITÓRIO COMO PATRIMÔNIO

A partir de uma análise teórica dos autores Alberto Magnaghi (2001; 2005; 2010a), Daniela Poli (2015), Milton Santos (1991), Marcos Aurélio Saquet (2013) e Françoise Choay (2001), traz-se a construção da base conceitual da dissertação, o conceito guarda-chuva de patrimônio territorial e, dentro dessa abordagem, o entendimento de identidade territorial, de invariantes estruturais como regras relacionais do patrimônio e de patrimonialização em seu sentido proativo.

Por meio da articulação teórica, o capítulo se estrutura em três momentos. O primeiro trata do território em uma abordagem geográfica, segundo sua concepção como construção social. O segundo trata dos processos de construção do território através de atos territorializantes, responsáveis por uma sedimentação de camadas na longa duração, sendo o território um conjunto de valor patrimonial de caráter processual. O terceiro e último momento busca aprofundar a reflexão conceitual do território como patrimônio, tendo como ênfase o estudo das regras balizadores da formação, manutenção e transformação das camadas patrimoniais. Nesse momento, busca-se tratar a dinâmica dos riscos territoriais, discutindo o papel das regras como elemento central de resistência da camada de longa duração. A definição dos riscos territoriais subsidia a identificação de parâmetros de contrafluxo para uma reterritorialização que tenha como essência a identidade territorial.

Tem como enfoque a concepção de território e de territorialidade advinda de uma renovação conceitual, dada com a Geografia Crítica, a partir da década de 1970, onde se entende território como construção social no tempo e história (SAQUET, 2013). Juntamente à essa revisão conceitual, Daniela Poli (2015) aponta que o conceito de patrimônio, já ampliado em seus sentidos tipológico, geográfico e temporal (CHOAY, 2001), requalifica-se a partir da superação de duas visões dicotômicas: natural-cultural e desenvolvimento-conservação; aqui, o patrimônio ingressa nas ciências territoriais e passa a ser lido em uma conotação geográfica-processual, estabelecadora de um paralelo à compreensão de construção social dada ao longo do tempo. As duas revisões conceituais embasam a teoria discutida ao longo do capítulo.

2.1. O TERRITÓRIO: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

A palavra território, etimologicamente, deriva-se do latim *territorium*, que significa grande área ou extensão de terra delimitada, parte da terra ou de uma terra sob jurisdição:

Na Antiguidade, o termo *territorium* encontra-se na sua forma mais divulgada no *Codex Iustinianus*. (...). Nele lê-se a seguinte definição: (...) Território é a totalidade das terras utilizáveis dentro dos limites de qualquer comunidade de cidadãos. Fala-se que alguns o chamam assim, porque os administradores deste lugar têm o direito de ameaçar pessoas dentro dos seus limites, quer dizer de (também) excluí-los. (SAQUET & SPOSITO, 2009, p. 149)

Para os autores, nesse contexto, a palavra não continha significado conceitual (SAQUET & SPOSITO, 2009, p. 149). A concepção geográfica desse território coincide com uma construção jurídica, ligada, portanto, ao exercício de um poder – nesse caso, o político -, sobre uma porção de espaço.

Como supracitado, Saquet (2013) traz à luz um conjunto de abordagens e concepções de território e territorialidade ao longo dos anos, no pensamento geográfico. No processo de renovação do pensamento geográfico, contrapõe-se a ideia de Terra como fato natural, dando ao conceito de território caráter social e político. O alargamento conceitual, decorrente da necessidade de estudos complexos, tem seu início a partir da década de 1970, dando centralidade à dimensão territorial (SAQUET, 2013, p. 43). Na filosofia, no âmbito das territorialidades, entendem-se os processos de esquizofrenia e a produção e a reprodução do desejo na terra como um apontamento no ato de *descolar-se no espaço*; nesse sentido se encontram as concepções de territorialização, desterritorialização e reterritorialização¹ (SAQUET, 2013, p. 55-56, conforme entendimento de DELEUZE E GUATTARI, 1976). Define-se o território como uma construção social que combina e espacializa fenômenos heterogêneos:

Construção social, com desigualdades (entre níveis territoriais, que variam do local ao planetário), com características naturais (clima, solo...), relações horizontais (entre as pessoas, produção, circulação) e verticais (clima, tipos de culturas, distribuição do habitat...), isto é, significa uma complexa combinação particular de certas relações territoriais (horizontais e verticais) (...) que podem ser apreendidas coerentemente com uma abordagem histórico-crítica). (SAQUET, 2013, p. 57)

Essa corrente de pensamento geográfico, surgida na década de 1970, é a Geografia Crítica e tem Milton Santos como destaque no contexto nacional. Santos (et al, 1998, p. 15-16) aponta ser o uso do território, não o território em si, que faz dele objeto de análise social. O autor define *território* como formas, sinônimo de espaço; e *território usado* como objetos e ações, sinônimo de espaço habitado – concebendo, portanto, o homem como modificador do espaço. Para o autor, a concepção de lugar, independentemente de sua dimensão, é o espaço do acontecer solidário. Esse gera valores de variadas dimensões e, por consequência, faz com que o *lugar* seja sede de resistências.

Massey (2008, p. 28-30) defende uma abordagem alternativa do espaço, esse reconhecido como produto de inter-relações desde o global ao ínfimo, sendo, portanto, “a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade”. A defesa de uma aproximação relacional é fundamental para não serem identificadas como autênticas apenas as noções de identidade imutáveis no tempo. Assim, atua na espacialização de relações, de essência plural, heterogênea e processual.

¹ Com os sentidos de construção, desconstrução e reconstrução do território, respectivamente.

Ainda conforme a concepção de território como produto antrópico, Magnaghi (2010a, p. 09) define território como obra de arte - a maior e mais conjunta obra realizada pela humanidade -, nascida da junção da natureza e da cultura, cujas definições são dadas pela Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, 1972)², sendo sua patrimonialização institucionalizada feita de modo distinto e dissociado. A superação da ideia de natureza e cultura como âmbitos dicotômicos é um dos primeiros passos para a ampliação conceitual e abordagem do território como patrimônio, visto promover uma leitura do patrimônio enquanto conjunto complexo, e não mais como ilhas de conservação, e estar atrelado às perspectivas de desenvolvimento. Além disso, a abordagem do território como patrimônio baliza o entendimento do substrato, o espaço, como rugosidade frente às relações de poder e como bem de valor patrimonial, seja esse potencial ou não.

Para Raffestin (1993), a construção do território parte de relações de poder. Tais relações, imateriais, são traduzidas materialmente no aspecto formal do território, podendo permanecer ou não como sedimentos territoriais ao longo dos processos de construção do mesmo; sendo tais sedimentos ao mesmo tempo objeto usado e vivenciado, produzido e consumido.

O território (...) não poderia ser nada mais que o **produto dos atores sociais**. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. **Há, portanto, um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder**, que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável, mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias. (...) **É então todo o problema da territorialidade que intervém permitindo verificar o caráter simétrico ou dissimétrico das relações de poder**. A territorialidade reflete, com muita segurança, o poder que se dá ao consumo por intermédio de seus “produtos”. (RAFFESTIN, 1993, p. 6-7, grifo nosso)

Acerca das relações de poder, Saquet (2013), em *Abordagens e concepções de território*, traz à luz algumas visões relativas à formação do território enquanto palco de tais relações. Um dos seus apontamentos, conforme entendimento de Magnaghi (1976, apud SAQUET, 2013, p. 71-72), parte do processo capitalista de apropriação do território, o qual fundamenta a Geografia Crítica, onde atribui-se à produção do território uma relação de poder multidimensional entre atores sociais, políticos ou econômicos; resultado de fluxos, normas, conflitos, influências e dominações, gestão, redes, valorizações e relações de poder.

Essas três dimensões, conforme os autores Vale, Saquet e dos Santos (2005, p. 13), são concomitantes, reciprocamente interconectadas, encontram-se no mesmo nível hierárquico

² São considerados patrimônio cultural monumentos; conjuntos e locais de interesse de valor excepcional, e patrimônio natural monumentos naturais, formações geológicas e fisiográficas e zonas delimitadas de habitat de espécies ameaçadas, locais de interesse do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural, também de valor excepcional. Disponível em <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>, acesso em agosto de 2018.

e variam de acordo com o lugar ou o período histórico: “As dimensões da EPC³ são frutos das relações sociais, que se manifestam através do tempo, conceito fundamental para se compreender a constituição do território e da territorialidade e, especialmente, as desigualdades e diferenças”. Haesbaert (2012, p. 40), define sinteticamente tais concepções segundo vertentes básicas:

- Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.
- Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação
- Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo. (HAESBAERT, 2012, p. 40)

Além dessas três dimensões, Saquet (2013) traz a revisão de Raffestin (1973 apud SAQUET, 2013, p. 75-77) – herdada pela concepção naturalista, mais antiga e pouco veiculada hoje nas Ciências Sociais, acerca do “comportamento natural dos homens em relação ao seu ambiente físico” (HAESBAERT, 2012, p. 40) –, que aponta a natureza como uma dimensão física, que atua como uma das condicionantes do comportamento humano, no sentido de uso e transformação de recursos naturais como instrumento de poder. Essa concepção de Raffestin prevê a camada ambiental do território como rugosidade, sendo essa também um agente delineador de territorialidades:

A dimensão de uma malha nunca é — ou quase nunca — aleatória, pois cristaliza todo um conjunto de fatores, dos quais uns são físicos, outros humanos: econômicos, políticos, sociais e/ou culturais. (RAFFESTIN, 1993, p. 155)

Sendo assim, trata-se o território como organismo complexo onde relações e fatores físicos e humanos ocorrem de modo simultâneo. Haesbaert (2003, p. 14-15) aponta que, apesar de algumas concepções e estudos territoriais tratarem as dimensões de modo dissociado ou privilegiado, todas são presentes de modo indissociável, agindo em dominação ou apropriação. As relações de apropriação são atribuídas às dimensões mais sociais – no caso, a cultural, exercendo um controle simbólico sobre o território, enquanto as relações de dominação possuem caráter mais concreto, disciplinar. As diversidades territoriais vivenciadas concomitantemente, tornando o território um objeto-agente heterogêneo, originam o pensamento do autor acerca da multiterritorialidade e o mito da desterritorialização enquanto perda de territórios e territorialidades.

A noção de globalização permite pensar numa sobreposição de territórios, numa territorialidade multiescalar com várias formas de inserção nos circuitos da

³ Economia, política e cultura.

globalização. Ela destaca também a possibilidade de partilhar mais de um território, tanto no sentido mais literal de sobreposição (simultaneamente “encaixada”) quanto de possibilidade (flexibilidade) de acionar, dependendo da situação, diversos territórios ao mesmo tempo. Também nesse caso, aquilo, que numa perspectiva aparece como desterritorializador, pode, na verdade, estar representando a presença ou a possibilidade de vivenciar múltiplos territórios. (HAESBAERT, 2003, p. 14-15)

Os processos globais, portanto, intensificam tanto a multiterritorialidade quanto a possibilidade de sua percepção. Haesbaert (2003, p. 20) relativiza duas teorias quanto à perda ou desconstrução de territorialidades: a primeira aponta uma concentração geográfica das relações em determinados locais restritos; a segunda aborda a perda de importância, considerando a complexidade de outras territorialidades e controles.

Essa lógica, porém, ocorre de modo diverso em locais não completamente inseridos em lógicas globais, como cidades e núcleos interioranos. As inserções exógenas ocorrem, por muitas vezes, de modo pontual, fortalecendo e enfraquecendo territorialidades em espaços temporais relativamente curtos, gerando espaços com valores de uso e subitamente tornando-os obsoletos – de modo que esses percam o valor previamente atribuído, tornando-se vulneráveis à sucessivas ações de dominação desvinculadas de valores de existência.

Outros autores tratam esse movimento sob a ótica da homogeneização dos territórios e paisagens. Milton Santos (1991, p. 46) aponta que, inseridas em processos globais e regidos pela economia capitalista, as trocas tornam-se cada mais diversificadas, ocorrendo sob variados âmbitos de relação de poder, além de tornarem-se cada vez mais intensas e vulneráveis às influências exógenas. O fortalecimento de influências externas ou globais produzem, segundo Magnaghi (2005, p. 22), imagens e paisagens “figurativamente abstratas das peculiaridades paisagísticas do local, geneticamente homologadas a formas seriais, tendentes à uniformidade e da construção de uma única paisagem, a paisagem global”. Essas peculiaridades são formadoras dos caracteres identitários, que, lidos sob a égide da multiterritorialidade, são variados e heterogêneos. A narrativa que identifica uma única identidade – a unificada, comparada ao ideal de nação/nacionalista, ligada à paisagem global – é uma ilusão utópica e reducionista.

Partindo da concepção de território enquanto construção social, o patrimônio ampliado ao nível de patrimônio territorial se embasa em um alargamento conceitual ocorrido em dois quadros. O primeiro é apontado por Françoise Choay (2001) em *Alegoria do Patrimônio*. Choay traz à luz os conceitos de patrimônio, monumento, patrimônio histórico e monumento histórico, onde indica que o conceito inicial do termo patrimônio está ligado às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade enraizada no tempo e no espaço (CHOAY, 2001, p. 11). O termo passa a ser acompanhado de adjetivos como histórico ou cultural, tornando-se um conceito nômade, ampliando-se conceitualmente em três

dimensões: a tipológica, quando passa a englobar arquiteturas não-monumentais, vernaculares, industriais e também conjuntos; cronológica, englobando quadros cronológicos posteriores à metade do século XIX; geográfico, quando a noção de monumento histórico se expande das fronteiras europeias (CHOAY, 2001, p. 12-13). Essas dimensões, porém, ainda não se entrelaçam em uma dimensão processual, sendo o patrimônio tratado como objeto.

O segundo quadro, conforme análise de Poli (2015), em seu artigo *Il patrimonio territoriale fra capitale e risorsa nei processi di patrimonializzazione proattiva*, trata da evolução conceitual de patrimônio, abordada por Choay (2001), à noção de patrimônio territorial, abordada pela Escola Territorialista Italiana. A autora descreve duas quebras de paradigmas que marcam essa ampliação conceitual. A primeira, a superação da visão dicotômica entre natureza e cultura, âmbitos previamente entendidos como divergentes: a natureza com sua concepção ligada ao espaço natural, intocado, cuja perspectiva de conservação é a intocabilidade; a cultura, concepção ligada às cidades e entendida como a ação humana sobre o espaço, onde a perspectiva de tratamento do patrimônio é a seleção de ilhas de conservação, onde o que se exclui de tais limites vincula-se ao desenvolvimento. A segunda quebra ocorre com a passagem do entendimento de patrimônio como objeto a concepção de patrimônio como processo: “o patrimônio não é dado, mas construído” (POLI, 2015, p. 124) e essa construção dá-se através do processo de revelação social, de alimentação de memória – a patrimonialização. Assim, a discussão do patrimônio passa fazer parte das ciências territoriais, onde assume uma conotação geográfica (POLI, 2015, p. 126), e acompanha a abordagem do território enquanto construção social.

Nesse segundo quadro, nota-se uma nova ampliação conceitual do patrimônio, que passa a ser inserido na dimensão temporal, levando em conta os processos modificadores do espaço e as perspectivas de transformação. Sendo assim, as sedimentações formadoras da massa territorial, geradas a partir de atos territorializantes, são o conjunto territorial entendido como bem de valor. Deixa-se de valorar elementos pontuais ou conjuntos distintos e se passa a englobar todos os ciclos de produção do território e a interação ambiental-antrópica – por essência cerne da heterogeneidade da identidade territorial (POLI, 2015).

Santos (1991, p. 65) identifica a paisagem como duplamente formada por objetos materiais e imateriais através de processos aditivos e subtrativos sucessivos, os atos territorializantes, os quais transformam o espaço em espaço habitado. Esse movimento atribui ao território seu caráter identitário e forma a massa territorial (MAGNAGHI, 2001, p. 8) – lida como plural, heterogênea e processual, constituída por elementos antrópicos-socioeconômicos indicadores do valor potencial de uso, em seu sentido de apropriação, do

patrimônio em seu sentido territorial. Tal discussão é relativamente recente e ganha força no contexto italiano através dos trabalhos da Escola Territorialista Italiana, apropriado pela legislação urbanística italiana, sendo utilizado no planejamento não como mero suporte, mas como elemento ativo (POLI, 2015, 2015, p. 125-126).

Em acordo com as concepções de território como construção social, ressalta-se a concepção de Magnaghi (2001, p. 31) acerca da descrição do patrimônio territorial como a “síntese das análises históricas do processo de territorialização”, que se substanciam em sedimentos cognitivos⁴ que constituem o *milieu*⁵ e nos sedimentos materiais⁶ que constituem o tipo territorial e a paisagem. Tal sedimentação pode ser lida através de uma análise temporal de apropriação de espaço, através de múltiplas relações “do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2012, p.79), em atos territorializantes, cujo conjunto faz parte de um ciclo de territorialização:

As diversas escalas da região geográfica e do lugar singular requerem a leitura dos processos de formação do território em sua longa duração, para reinterpretar invariantes, permanências, sedimentos materiais e cognitivos aos quais produzir novos atos territorializantes. (MAGNAGHI, 2010a, p. 62)

Segundo Magnaghi (2001, p. 6-7), os ciclos de territorialização depositam estruturas de assentamento e culturais as quais, muitas vezes, permanecem na longa duração. A análise de longa duração consiste no reconhecimento de estruturas persistentes do território. Essa análise de estruturas resistentes no tempo é a base do reconhecimento do patrimônio territorial. Magnaghi (2001, p. 7) aponta que cada ciclo sucessivo de civilização não retoma o território à sua natureza original, mas se alimenta em modos originais dos atos territorializantes dos ciclos precedentes, reinterpretando-os e reestruturando-os de modo diverso; as influências são recíprocas e as transformações adaptativas. Magnaghi (2010a, p. 21) indica que a *topofagia* - a descontextualização do território do contexto vivente, de seu rizoma - interrompe os processos geradores que garantem sua reprodutibilidade, ao

⁴ Conjunto permanente de características socioculturais sedimentadas em uma área geográfica através da evolução histórica entre relações intersubjetivas relacionadas às modalidades de uso dos ecossistemas locais (MAGNAGHI, 2000, p. 77).

⁵ *Meio*. Constituído em conjunto por dois âmbitos: de sabedoria ambiental (saberes e técnicas, usos apropriados dos recursos e fontes de energia locais, técnicas construtivas e produtivas) e identitários (saberes relativos a modelos socioculturais de longa duração, como permanências linguísticas, étnicas, culturais e sociais, artísticos, saberes produtivos, artísticos e construtivos locais) (MAGNAGHI, 2001, p. 18-19). Sendo assim, relação antrópico-ambiental onde se favorecem ações ou forças, de cunho que transpassa a materialidade.

⁶ Elementos de memória retificada na paisagem urbana e rural que se submetem na cultura e na vida cotidiana do ciclo de territorialização sucessivo, sendo entendidos como permanências (invariâncias em mais ciclos de territorialização) ou persistências (transformações com persistências de alguns elementos, posicionais ou tipológicos) (MAGNAGHI, 2001, p. 18-19).

mesmo tempo que atribui a *desterritorialização contemporânea*⁷ aos processos de organização territorial relativos à redução do território a espaço econômico (MAGNAGHI, 2001, p. 12).

Daniela Poli (2015), em *Il patrimonio territoriale fra capitale e risorsa nei processi di patrimonializzazione proattiva*, trata dos processos de patrimonialização e patrimonialização proativa, como uma híbrida assimilação dos conceitos de Patrimônio⁸, Capital Territorial⁹ e Recurso Territorial¹⁰. Nessa lógica, o patrimônio territorial entra no planejamento em contraponto a modelos de desenvolvimento puramente econômicos e exógenos, buscando relações endógenas. Segundo a autora, o capital territorial e o recurso territorial têm como viés o valor de uso – do produzir utilidade –, enquanto o patrimônio tem em si um valor de existência (POLI, 2015, p. 129). Os valores de existência garantem o usufruto do patrimônio pelas gerações atuais e futuras. Os valores de uso se referem àqueles que dão utilidade ao bem, sendo esse usado enquanto recurso, e dizem respeito à produção de riqueza, desde que seja garantido o valor de existência (POLI, 2012).

O termo patrimonialização¹¹, no sentido indicado por Poli (2015), consiste no ato de fazer emergir elementos do passado indistinto através de sua revelação social – tendo como consequência o seu reconhecimento de valor – antes meramente potencial. Já a patrimonialização proativa (POLI, 2015) ativa o patrimônio territorial “superando a patrimonialização como mera tomada de consciência e revelação do bem” e correlaciona, de modo multidisciplinar e multifacetado, o binômio recurso territorial e identidade territorial:

Para que a patrimonialização seja proativa e que se possa ativar o binômio recurso territorial e identidade territorial são necessários quatro fatores: a) Um ou mais patrimônios identificados da coletividade; b) Um processo de ativação da componente recurso territorial segundo diversas trajetórias integradas, culturais, simbólicas, econômicas; c) Um processo simultâneo de reforço da componente identidade territorial com a presença de atividades simbólicas, cognitivas, dos saberes contextuais; d) A criação de valor territorial adicional, que não se acabe no uso e na valorização econômica do recurso territorial, mas que sedimente novas oportunidades para a sociedade local. (POLI, 2015, p. 131)

⁷ Termo utilizado por Magnaghi (2001, p. 21-22) aponta como a fase de desterritorialização contemporânea aquela que não prevê uma reterritorialização, mas um incessante processo de desterritorialização, gerando problemas de insustentabilidade, artificialização, próteses tecnológicas.

⁸ No sentido original apontado por Choay (2001): herança, estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade enraizada no espaço e no tempo.

⁹ Capital atribuído a cada área. Determinado por muitos fatores que foram sucessivamente enfatizados por teorias, podendo incluir localização, dimensão, fator de produção, clima, recursos naturais, tradições, qualidade de vida (OECD, 2001; apud POLI, 2015).

¹⁰ O termo recurso (*risorsa*, do original em italiano), deriva do latim *resurgere*, do ‘descobrir através de um processo de revelação’, valor da matéria como instrumento para o desenvolvimento. Ligado ao processo de patrimonialização, processo de transformação que dá utilidade e ligado ao contexto local (POLI, 2015, p. 128).

¹¹ Divergindo do contexto nacional brasileiro que indica a prática institucionalizada de proteção do patrimônio.

Magnaghi (2010a, p. 77-77) aponta o *local* como a raiz do patrimônio, como objeto de aproximação projetual que visa a valorização dos recursos territoriais e das identidades locais como raiz para modelos alternativos de desenvolvimento. Entende-se a identidade como vínculo e que os caracteres identitários são verificados através das leituras das *invariantes estruturais*¹² (MAGNAGHI, 2001, p. 32). O local – ou em determinados casos, os locais – pode ser entendido como forças de apropriação simbiótica, cujo saber territorial promove modelos menos destrutivos das camadas do patrimônio e também como fomentador de vínculos endógenos, lidos como fortalecedores da identidade.

A liberação progressiva dos vínculos territoriais, segundo Magnaghi (2010a, p. 21), traz conflitos entre ocupação humana e ambiente. A perda dos vínculos faz com que o local se reduza à uma superfície que abriga funções de uma sociedade instantânea. Em uma abordagem crítica, Magnaghi (2010a, p. 10) aponta que nosso modelo de civilização trata o território como uma superfície desprendida, que se lê como *desterritorializada*:

Nossa civilização tecnológica, no caminho de construir uma segunda natureza artificial, encontra-se completamente desprendida do território, tratando-o como uma superfície insignificante e enterrando-o com objetos, funções, venenos. O território, como ambiente do homem, encontra-se moribundo: nosso modelo de civilização parou de zelar por ele, salvo pela utilização crescente de próteses tecnológicas. (MAGNAGHI, 2010a, p. 10)

Em *Il Progetto Locale*, Magnaghi indica ser a sustentabilidade territorial “a capacidade de um modelo de ocupação e das suas regras de produção e reprodução de promover processos de reterritorialização” (MAGNAGHI, 2010a, p. 73). A partir dessa premissa, a pesquisa se propõe a discutir sobre os atos territorializantes, em uma perspectiva híbrida histórico-estrutural e morfotipológica, na qual, por intermédio da identificação e do entendimento das regras de formação do território, segundo suas energias e relações de poder, sejam identificados modelos de manutenção do patrimônio territorial.

2.2. ATOS TERRITORIALIZANTES EM PROCESSOS CONSTRUTIVOS-DESCONSTRUTIVOS DO PATRIMÔNIO

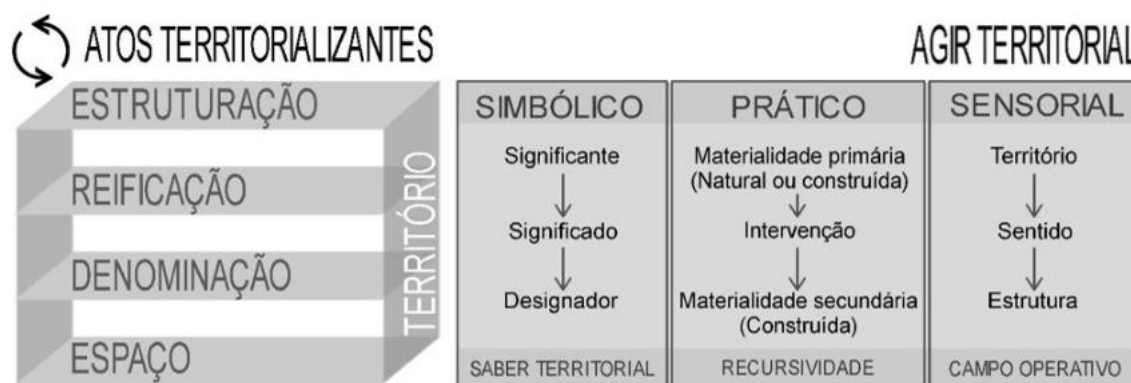
Entender o processo histórico de construção do território é essencial para a definição da identidade de um lugar (MAGNAGHI, 2001, p. 06), pois, por intermédio desse, são entendidos os sedimentos territoriais na longa duração, sua origem relacional às estruturas de poder e as suas persistências, reinterpretações e dissoluções, formando a estrutura de longa duração do território – lida, materialmente, como a paisagem. Os atos são, como

¹² Nessa publicação, entendidas como elementos estruturantes do território, sejam eles bens, tipos territoriais, relações entre sistemas. Estruturam a identidade, a qualidade e seu potencial como recurso patrimonial durável.

também tratado na arqueologia, sucessivamente acumulados sobre o espaço natural, transformando-o em território – ou lugar, dotado de identidade (MAGNAGHI, 2001, p. 07).

Turco (1988, apud MAGNAGHI, 2001, p. 7) explica um ciclo de territorialização em três tipos de agires territoriais: denominação, reificação e estruturação. A denominação é a posse simbólica de um espaço, que ganha significado passando de potencialmente significante à determinante, sendo característico do saber territorial. A reificação é a operação de transformação de conceitos abstratos ou da matéria em realidades concretas ou objetos, a partir de intervenções; é relativa à recursividade – organizacional, da criação de modelos. O último agir, a estruturação, indica as relações e hierarquias que identificam o funcionamento da ocupação/construção territorial. Esses processos são esquematizados na Figura 1.

Figura 1: Agir territorial e atos territorializantes



Fonte: MAGNAGHI, 2001, p. 8, traduzido pela autora

Cada ciclo de territorialização atribui ao território traços e sedimentos formadores da identidade territorial de longa duração, lida em dois níveis: os tipos territoriais, formados por tipologias, e os caracteres peculiares de individualidade, onde os tipos territoriais se materializam em uma paisagem (MAGNAGHI, 2001, p. 09). Esses sedimentos são advindos de longos processos coevolutivos e seletivos, sendo os principais indicadores de forças de permanência no tempo, critérios e lógicas de seleção, sabedorias locais e forças de apropriação – que formam a identidade territorial de longa duração. Uma das modalidades de leitura da construção do território é o processo histórico TDR (territorialização-desterritorialização-reterritorialização), que faz referência aos processos construtivos, destrutivos e reconstrutivos dos ciclos ao longo da história.

Haesbaert (2002, p. 133) afirma haver uma simultaneidade entre desterritorialização e reterritorialização: “a desterritorialização que ocorre numa escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra”. O autor define a desterritorialização em seu sentido isolado como mito, sendo o agir territorial um movimento complexo de

territorialização, a multiterritorialidade, correspondente à “vivência concomitante de diversos territórios”:

É na dimensão mais propriamente social da desterritorialização, tão pouco enfatizada, que o termo teria melhor aplicação, pois quem de fato perde o “controle” e/ou a “segurança” sobre/em seus territórios são os mais destituídos, aqueles que se encontram mais “desterritorializados” ou, em termos mais rigorosos, mais precariamente territorializados. (HAESBAERT, 2007, p. 20)

Reconhece-se que o território não é desconstruído por completo, mantendo algumas características – rugosidades, permanências –, garantidas por intermédio de questões identitárias, ou, como Haesbaert (2007, p. 20) aponta, pelas dimensões propriamente mais sociais do território, balizadoras dos processos de apropriação.

De caráter processual, o território não retoma à sua natureza original, visto se reestruturar a cada ato territorializante. Magnaghi (2001, p. 21-22) atribui à fase de desterritorialização contemporânea aquela que não prevê uma reterritorialização, mas um incessante processo de desterritorialização, gerando problemas de insustentabilidade, artificialização, próteses tecnológicas. Saquet (2007, p. 56) intersecciona as dimensões sociais e físicas de formação do território – economia, política, cultura e natureza (EPCN) – com os processos de desconstrução e reconstrução:

O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado; é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob as forças econômicas, políticas e culturais, que determinam as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as próprias des-territorialidades e as reterritorialidades. Estes processos (des-re-territorialização) são concomitantes, nos quais, a natureza exterior ao homem é um dos componentes importantes. (SAQUET, 2007, p. 69)

Haesbaert (2003, p. 15-18) divide os processos de desterritorialização em duas perspectivas: físicas, subdivididas em deslocalização econômica, fim das distâncias e desmaterializações das relações sociais; e materiais, que, por sua vez, subdividem-se em política, cultural e social. O autor atribui a desterritorialização cartográfica, como superação de enclaves, à perspectiva economicista; tendo como efeito a deslocalização, principalmente industrial. A desterritorialização das relações sociais, tanto como anulação de distâncias como desmaterialização de relações sociais, atribui-se à mobilidade crescente e superação de uma lógica territorial que se configura como uma lógica de redes. No segundo conjunto, a desterritorialização como debilitamento de fronteiras políticas relaciona-se com o enfraquecimento do poder estatal. Numa leitura da dimensão cultural, a desterritorialização vincula-se ao desenraizamento e ao enfraquecimento das identidades territoriais; perde sentido e se transforma em um “não-lugar”, ou um “não território”, onde, culturalmente, perdem-se os laços afetivos e de subjetividade, os quais atribuem ao espaço sentido de aglomeração de identidades. Dadas essas concepções, o autor atribui à dimensão econômica o cerne dos processos de desterritorialização:

(...) embora privilegiemos uma noção de território que vincule indissociavelmente as dinâmicas, política e cultural, os processos de desterritorialização estão sempre atrelados, em maior ou menor intensidade, à dinâmica econômica que dilacera os espaços, subordina poderes políticos e condiciona (quando não direciona) a reformulação de muitas estratégias identitárias. (HAESBAERT, 2003, p. 18)

A partir desse entendimento, portanto, os novos atos territorializantes enquanto movimento contrário à dissolução territorial, devem levar em consideração uma lógica dotada de equilíbrio relacional. Esse cenário ideal tangencia a teoria defendida pela Escola Territorialista Italiana, tendo ênfase a de Poli (2015) que aponta a identidade territorial como essência para a *patrimonialização proativa*. A utilização do território estritamente com seus valores de uso, sem vínculos identitários e de subjetividade – os valores de existência –, provoca processos de desenraizamento do território, cujo cenário tendencial é a criação de um novo território atrelado à completa destruição do anterior.

Sendo assim, a pesquisa se situa em um entendimento radical das relações de formação do território e do envelhecimento das formas, de modo a entender quais são atuantes em processos de resistência – formal e social – e entender suas relações com o conceito de patrimonialização proativa. Nesse sentido, pressupõe a análise dos processos de formação, manutenção e transformação do patrimônio territorial.

2.3. A ABORDAGEM ESTRUTURAL COMO CHAVE À COMPREENSÃO DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL

Para entender os cenários de dissolução do território e propor novos atos territorializantes alinhados à patrimonialização proativa, fomentados por atores, forças e relações de poder múltiplos, heterogêneos, balanceados e mutuamente recíprocos. Indica-se, para esse fim, que a leitura estrutural do território sirva de subsídio a esses novos modelos, onde o território evolua de território-ausente à território-sujeito: deixe de ser projeção de ações, sob uma perspectiva funcionalista, e ganhe complexidade, tornando-se um complexo ativo (MARSON, 2016, p. 31). Assim, promove-se uma revolução no seu papel – passa de suporte de processos de valorização exógena à “lugar” propriamente produtor de valor territorial acrescido (MAGNAGHI, 2001, p. 2).

Magnaghi (2001, p. 2) aponta que o patrimônio pode ser tratado sob três quadros: a dissipação, a conservação e a valorização. O primeiro, dominante da sociedade industrial, onde o crescimento econômico ocorre em detrimento do patrimônio, resulta no consumo do território. O segundo propõe frear o consumo de recursos, inserindo limites frente à compatibilidade ambiental. No terceiro, busca-se a valorização do patrimônio na interação entre seus sistemas, propondo elevar seu valor através do desenvolvimento sustentável.

O estudo estrutural, portanto, subsidia as atuações frente ao segundo e ao terceiro quadros. O quadro de conservação pode ser entendido como preventivo, orgânico, enquanto o quadro de valorização é entendido como normativo, projetual, onde se insere o patrimônio enquanto recurso em perspectivas de desenvolvimento projetado, com o objetivo de produzir valor patrimonial acrescido. Ambos os quadros preveem a necessidade analítica multidisciplinar para conhecimento e reconhecimento do patrimônio em sua formação histórico-estrutural, definidora de identidade territorial e tipos territoriais de longa duração, regras de transformação, modelos socioculturais locais, características e potencialidades da sociedade local (MAGNAGHI, 2001, p. 2). A constatação da identidade territorial se dá através dos caracteres, princípios e regras de tutela e reprodução, fundamentada no processo analítico a ser descrito a seguir, por intermédio das Invariantes Estruturais, lidas enquanto elementos relacionais entre o bem de valor e sua manutenção no território.

Hall (2006, p. 38-39) atribui à identidade um caráter processual: “formada ao longo do tempo através de processos inconscientes”. Isso faz com que sua origem seja contraditória, de acordo com o pensamento psicanalítico¹³; ou seja: também é moldada através de relações de poder e dominação. Saquet (2013) reafirma a identidade como construção histórica coletiva, intrínseca à formação do território:

A identidade é, constantemente, reconstruída histórica e coletivamente, se territorializa, especialmente, através de ações políticas (de gestão) e culturais. A identidade é um componente fundamental da constituição territorial. Há uma combinação da processualidade histórica e relacional na explicação da identidade e da formação do território. A identidade é um componente fundamental na constituição territorial. (SAQUET, 2013, p.149)

Haesbaert (1999) trata da identidade territorial como um processo de apropriação atuante nos campos material e imaterial, concreto e abstrato. O autor atribui aos domínios culturais e simbólicos os processos de apropriação, enquanto aos domínios políticos e econômicos o processo de dominação. Deve existir o balanço entre as forças de dominação e apropriação; o desequilíbrio promovido pela unifuncionalidade de um território o torna menos passível de apropriação.

Partimos do pressuposto geral de que toda identidade territorial é uma **identidade social definida fundamentalmente através do território**, ou seja, **dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta**, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social. [...] De forma muito genérica podemos afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes. (HAESBAERT, 1999, p. 172, grifo nosso)

Concebendo também a identidade enquanto construção histórica (HALL, 2006, p. 38-39), fruto de relações plurais e diversas, intrinsecamente marcadas pela diferença, entende-se

¹³ O autor faz referência aos trabalhos de Freud e Lacan

a identidade plena como uma fantasia. Os processos globalizantes, a partir da homogeneização dos lugares na implantação de “espaços de fluxos” (MAGNAVITA, 2008, p. 65), induzem à fantasia de identidade plena, criando museificações. Em uma perspectiva oposta, os “espaços de lugares” (MAGNAVITA, 2008, p. 65) oferecem resistência às homogeneizações.

Também como hipótese, a *identidade territorial* é apontada por Poli (2015) como o catalisador para a patrimonialização proativa. Apesar de não se relacionar conceitualmente com os processos TDR, essa concepção age em contraponto à modelos de desenvolvimento puramente econômicos-globalizantes, apontados como críticos, tanto ao balanço entre as dimensões sociais quanto à manutenção das especificidades do território (HAESBAERT, 2003, p. 18). Para Dematteis e Governa (2003, apud SAQUET, 2007, p. 72), a identidade territorial relaciona reciprocamente a territorialidade e a identidade, concretizadas de modo histórico e multiescalar, considerando: a coerência interna dos lugares; seu processo histórico conforme a continuidade no tempo; a tensão teleológica, que trata de objetivos, finalidades e projeções futuras.

Fundamenta-se, portanto, na abordagem estrutural do patrimônio territorial por intermédio da representação, utilizando-se da concepção que, assim como o território, os caracteres identitários são resultantes da lógica processual. Considera-se que o patrimônio territorial se constitui da síntese de sedimentos cognitivos e materiais – estruturados na longa duração através dos caracteres, princípios e regras de tutela e reprodução – portanto esses são formadores da identidade territorial (FANFANI; BERNI; TIRINNANZI, p. 180, 2014).

O estudo dos processos de territorialização é definido por Magnaghi (2001, p. 6-7) como essencial à definição da identidade do lugar e são formados, estrutural e materialmente, na longa duração, por processos de (re)afirmação identitária. Sendo assim, a abordagem estrutural se baseia na leitura proposta por Magnaghi e Granatiero, em *Il valore patrimoniale del policentrismo nel sistema insediativo toscano* (MARSON, 2016, p. 186-201), também apontada por Magnaghi em *Le invarianti strutturali, fra patrimonio e statuto del territorio* (MARSON, 2016, p. 153), cuja metodologia exprime uma híbrida abordagem morfotipológica e histórico-estrutural. A primeira abordagem identifica formas típicas e recorrentes e, por meio dessas, permite análises comparativas. A segunda, através da análise dos processos de territorialização, entende a primeira em sua evolução dinâmico-temporal “definindo caracteres identitários de longa duração, evidenciando os valores patrimoniais e criticidades, bem como decodificando as regras genéticas e de transformação necessárias para sua autorreprodução” (MARSON, 2016, p. 191).

2.3.1. A representação enquanto descrição diacrônica do Patrimônio Territorial

A representação inserida na abordagem Territorialista Italiana se propõe como uma descrição densa do território, diferindo-se da cartografia tradicional, de caráter quantitativo e funcional, “reduzida a uma descrição quantitativa e abstrata das características extrínsecas dos lugares (posição, dimensão e funções), enquanto desaparece qualquer característica intrínseca, capaz de conotar identidades, caráter e tipologia” (MAGNAGHI, 2011, p.150).

Nessa perspectiva, manifesta-se enquanto representação identitária, atuando em âmbitos informativos, interpretativos e normativos, de modo a construir um *Sistema Informativo*¹⁴, o qual Magnaghi (2001, p. 5) define como instrumento ativo, capaz de superar a representação convencional dos locais, obtida através de um modo mecânico, tradicional:

Os mapeamentos antigos sugerem, porém, um possível caminho à construção de um sistema complexo de transmissão de sabedoria territorial (...). Um sistema informativo territorial que contenha a representação dos **caráteres identitários e paisagísticos de longa duração, sedimentos materiais e cognitivos, persistências e permanências, invariantes estruturais, a representação dos sistemas ambientais de sua estrutura e funcionamento, a representação do *milieu* local, da sociedade, dos seus modelos socioculturais e seus atores.** (MAGNAGHI, 2001, p. 5, grifo nosso)

O reconhecimento e a representação de tais caracteres se inserem nas perspectivas conceituais mais recentes de Estatuto dos Lugares (ou, como a seguir defendido, Estatuto dos Territórios), o que engloba, também, um alargamento conceitual do entendimento de Invariantes Estruturais.

O Estatuto dos Lugares é essencialmente, segundo Magnaghi (2001, p. 31), um evento constitutivo que apresenta uma descrição da identidade dos lugares, cuja descrição possibilita a leitura estrutural e processual do território enquanto bem de valor patrimonial. Sua concepção nasce da Lei Toscana nº 5/1995¹⁵, que o define como etapa de levantamento de informações acerca dos bens de valor patrimonial, recursos, invariantes, esses no âmbito dos sistemas ambientais, com particular referência às bacias hidrográficas, dos sistemas territoriais, urbanos, rurais e montanhosos.

Em um dos primeiros percursos metodológicos, Magnaghi (2005, p. 7-9) insere o Estatuto dos Lugares na reflexão do *Retorno dos Lugares*, desenvolvido nos cinco movimentos a seguir definidos e esquematizados na Figura 2:

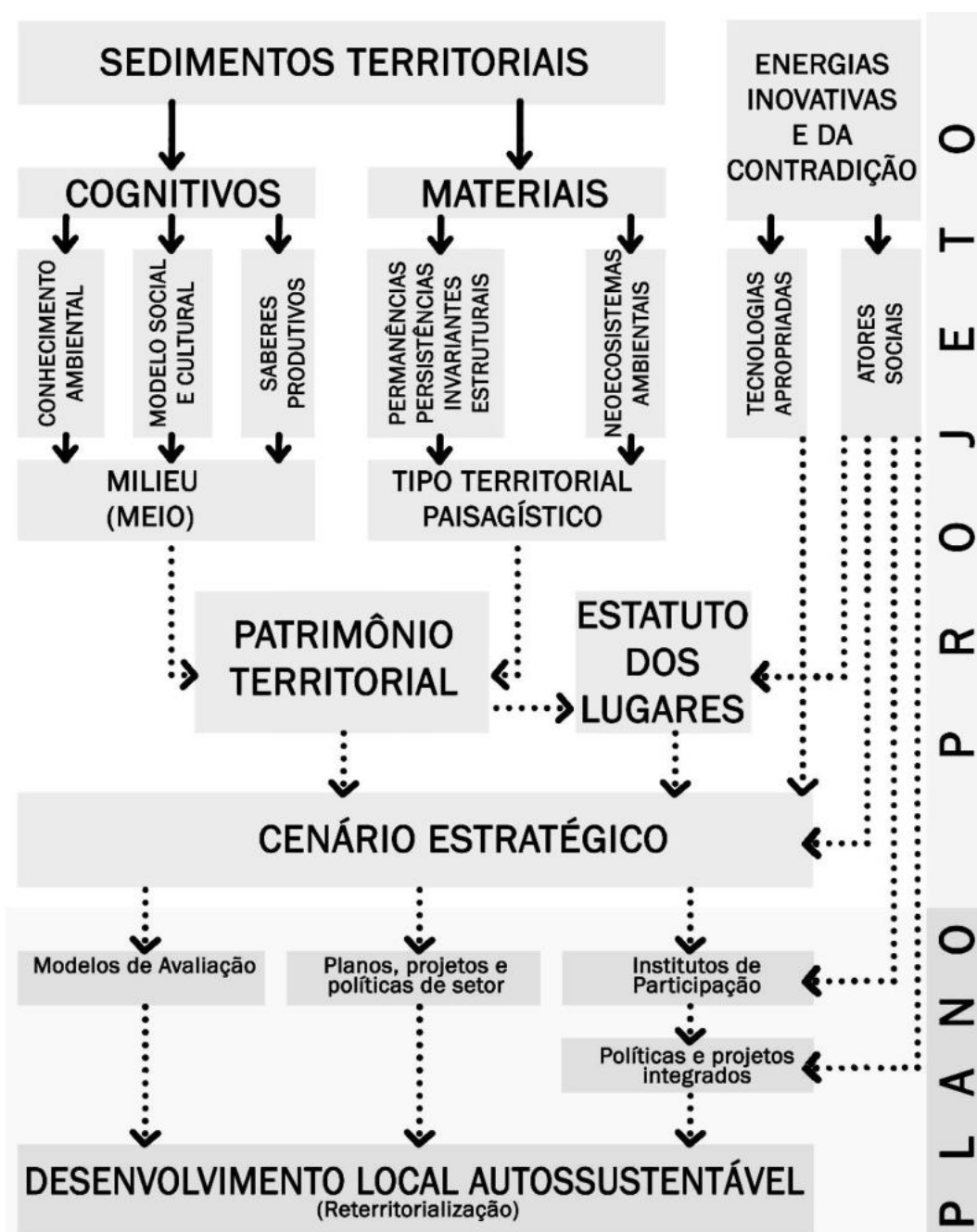
¹⁴ Sistema Informativo Territorial (SIT) ou Sistema Informativo Territorialista (SITER) (CARTA; LUCCHESI, 2004)

¹⁵ Regione Toscana Legge Regionale (16 de janeiro de 1995), n. 5: *Norme per il governo del territorio*. Disponível em <<http://www.dipist.unina.it/2r.pdf>>, acesso em fevereiro de 2019.

- a) Definição a nível teórico-metodológico do significado do desenvolvimento local sustentável, resultado de pesquisas da Escola Territorialista Italiana;
- b) Definição de metodologias e técnicas de representação identitária dos lugares e de seus sedimentos de valor patrimonial: atlas, códigos, figuras territoriais, descrições fundacionais;
- c) Elaboração de Estatutos dos Lugares (invariantes estruturais, regras para a transformação) fundamentado na representação;
- d) Elaboração de visões estratégicas de futuro (cenários), fundamentadas na valorização dos sedimentos de valor patrimonial locais, segundo as regras definidas pelo passo anterior;
- e) Redefinição de atribuições, de instrumentos e processos da projeção a partir das inovações presentes nos primeiros quatro movimentos.

Sob essa perspectiva metodológica, a fase de reconhecimento das estruturas identitárias do patrimônio territorial precede ao Estatuto e o estatuto assume um caráter de instrumento normativo, sendo “um passo que deve suceder ao reconhecimento, à descrição e à representação da identidade do lugar o qual se baseia” (MAGNAGHI, 2011, p. 153). Dentro dessa percepção, as invariantes estruturais, mesmo que componham o quadro dos sedimentos materiais – portanto, definidas enquanto objeto –, seguem o caráter normativo do estatuto, definindo-se como sistema de regras de transformação projetadas, mais que regras de conservação e funcionamento do território em sua dimensão cognitiva.

Figura 2: Esquema analítico-processual para o desenvolvimento local autossustentável



Fonte: MAGNAGHI, 2005, p. 8, traduzido pela autora

Uma crítica presente nas publicações da Escola Territorialista Italiana consiste no fato do estatuto ser “condicionado e subordinado aos objetivos estratégicos do plano” (POLI, 2012, p.258-259). Essa constatação implica em duas tomadas de decisão: a introdução de uma agenda estatutária, que engloba os metaobjetivos e objetivos dos planos de modo a dar autonomia à formulação da sua fase estratégica, ou a implementação de um Estatuto dos Territórios, que consiste em um conjunto de atos interpretativos e normativos, tendo ênfase na fase cognitivo-analítica, que interpreta as identidades do lugar.

Sendo assim, em uma revisão metodológica, torna-se necessária a divisão das duas frentes estatutárias: a cognitiva, onde identificam-se as relações intrínsecas de permanência do patrimônio territorial; e a normativa, onde definem-se as regras de transformação a serem implementadas nos cenários estratégicos. Essa revisão concorda com uma evolução conceitual das invariantes estruturais, a seguir relatada.

A locução *Invariantes Estruturais*, conforme Magnaghi (2001, p. 31), apesar de ser comumente utilizada no planejamento, nasce no âmbito da biologia para descrever características dos sistemas vivos invariantes e garantidores da conservação do sistema e sua adaptação a perturbações externas. Essas características, segundo o autor, constituem a identidade do sistema. Maggio (2014, p.53) aponta a origem do termo no estruturalismo – derivado do conceito de estrutura –, onde o invariante biológico é o DNA. Essas regras são também relacionadas com outras ciências, como a física e a matemática:

A descoberta das invariantes representa a estratégia fundamental adotada da ciência para analisar os fenômenos. Cada lei física, como cada reação matemática, define uma relação de invariância, as proposições mais fundamentais formuladas da ciência são postulados universais de conservação. (...) No entanto, assim como na ciência, sempre existirá um elemento platônico o qual não poderá ser eliminado sem ser destruído. Na infinita diversidade de fenômenos individuais a ciência só pode procurar os invariantes. (MONOD, 1970, p. 94-95 apud MAGNAGHI, 2017, p.34, tradução nossa)

Os sedimentos cognitivos e materiais, apontados por Magnaghi (2001, p. 18) e definidos no subcapítulo 2.1, são a base para a definição do conceito de *invariante estrutural*; esses são depositados no território através dos atos territorializantes e conhecidos como as *estruturas invariantes*, que podem ter sido transformadas em algum ciclo de territorialização, porém mantêm permanências tipológicas significativas: “Não se deve, portanto, aludir à invariância dos objetos, mas a um mecanismo regulador invariante; não é ao acaso que a lei fala de invariante estrutural e não invariante, pura e simplesmente.” (FANFANI et al, 2014, p. 234).

Nos primeiros estudos, são definidas como “elementos (bens, tipos territoriais, relações entre sistemas territoriais e ambientais) estruturantes do território, da sua identidade, saúde, qualidade e paisagem, além do seu potencial enquanto recurso patrimonial durável” (MAGNAGHI, 2001, p. 32). Em um segundo momento, Baldeschi indica uma pluralização do termo *invariante estrutural*: esse aparece como objetos físicos, características, sistemas de relações entre objetos físicos, regras, valores culturais ou objetivos (FANFANI, BERNI, TIRINNANZI, 2014, p. 233-248). O autor aponta que, na maioria dos Planos Estruturais Italianos, elas vêm definidas como “recursos ou características territoriais que constituem elementos identitários e que garantem a permanência do desenvolvimento sustentável” (FANFANI, BERNI, TIRINNANZI, 2014, p. 237), ou seja, elementos físicos protetores dos sistemas territoriais. A ampliação conceitual do termo, onde entra em declínio sua concepção materialista, propõe a definição como “regras de uso, sistema de relações ou

sistema de vínculos e condições que determinam a construção e funcionalidade do território cuja transformação pode representar perda de caráter identitário” (FANFANI, BERNI, TIRINNANZI, 2014, p. 238). Nessa percepção, portanto, as regras formam um corpo territorial descritivo, além de coevolutivo, multiescalar e multidisciplinar: a identificação do mecanismo regulador do invariante é uma questão a ser superada na representação e na formulação do plano.

Quando inseridas nos Estatutos dos Lugares, sua inclusão também pode ser diferenciada por duas frentes: a normativa e a cognitiva. A primeira frente conceitual define as invariantes estruturais como regras de transformação do patrimônio sobre objetos de valor patrimonial, onde, segundo Magnaghi (2017, p. 40), se implementam normas, planos e leis a nível territorial visando a reprodução e desenvolvimento do sistema, coerentes com o quadro de valorização do patrimônio (MAGNAGHI, 2001, p. 31). Sendo assim, são estratégias e visões de futuro implementadas, de caráter normativo. A segunda frente conceitual, a cognitivo-relacional, abrange a pluralização do conceito das invariantes estruturais e implementa uma fase segmentada, de cunho puramente analítico, nos Estatutos. Apesar de divergentes, ambas as frentes embasam o conhecimento e o reconhecimento das invariantes estruturais através da identidade dos lugares.

Massimo Carta (MAGNAGHI; GIACOMOZZI, 2009, p. 125-127) trata das representações identitárias e patrimoniais em forma de um Atlas, cuja prioridade é a produção de *conhecimento territorial*. Esse divide-se em quatro partes inter-relacionadas:

- 1) Descrição analítica, constituída pela sistematização de todas as camadas a fim de compor um quadro de (re)conhecimento – vai dos usos do solo às informações socioeconômicas, do modelo estrutural geológico ao confronto entre ortofotos aéreas de épocas diversas, etc;
- 2) Descrição sintética, onde elaboram-se os níveis analíticos privilegiando representações em sistemas, fruto de ações interpretativas;
- 3) Caracteres constitutivos do patrimônio, onde faz-se elaboração e a representação dos elementos patrimoniais, colocados em relação;
- 4) Regras estatutárias, que ilustram o processo de formação das regras do território, onde se esquematiza o percurso que, das fases de (re)conhecimento da descrição de síntese e dos caracteres constitutivos do patrimônio, através da individuação das invariantes estruturais e das suas regras de funcionamento, de modo a entender sua reprodutibilidade.

Essas são balizadas através de uma híbrida metodologia histórico-estrutural e morfotipológica. Em uma segunda metodologia, também relativa à produção do Atlas do Patrimônio Territorial, inicia-se pela descrição analítica, onde se compõe um quadro

informativo temático que subsidia a segunda etapa, a descrição sintética, de cunho interpretativo, onde os níveis analíticos são postos em relação, evidenciando as características morfológicas e estruturais. Essa fase é seguida pela terceira etapa que compreende a elaboração e a representação dos elementos patrimoniais, restituindo a dimensão processual do território, através das invariantes estruturais em âmbitos descritivos, de conservação e de reprodução (CARTA, 2011, p. 42-43).

O Atlas, segundo Magnaghi (2010b), constitui a base para a construção do Estatuto dos Lugares como conjunto de regras que, com base na identificação dos sedimentos patrimoniais, estabelecem as condições para uma valorização não nociva à sua reprodutibilidade no tempo. A abordagem histórico-estrutural se fundamenta na leitura dos processos de territorialização e a morfotipológica se fundamenta nos sedimentos remanescentes do patrimônio territorial ao longo de tais ciclos. Essa torna visíveis as interrelações entre substrato físico e ação humana, regidas por forças de poder.

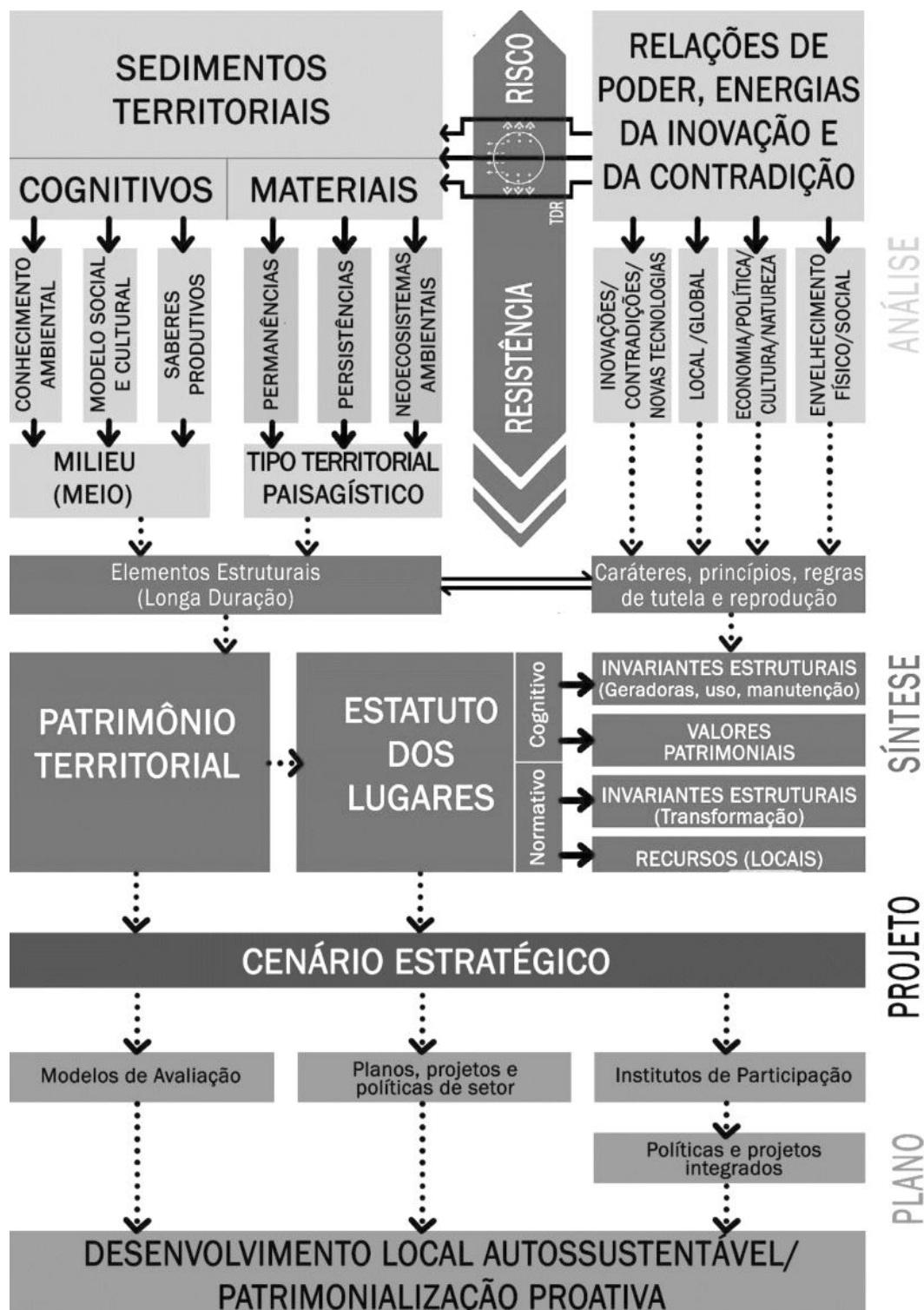
A representação enquanto reflexão, descrição e instrumento interpretativo, além de atuar como subsídio à projeção, é o ponto chave na construção de uma consciência territorial. O processo de construção de conhecimento territorial, feito independentemente e intencional, é apontado por Massimo Carta (2011, p. 16-17) como uma das potências da representação, que pode ser orientada para prefigurar estruturas territoriais complexas, projetadas ou tendenciais. A representação atua como subsídio à elaboração de planos e projetos, instrumentos regulatórios.

Carta (2011, p. 26) traz à luz uma lacuna: como tratar a paisagem, a partir do reconhecimento das regras determinantes da formação de invariantes, à uma projeção dessas mesmas em um quadro evolutivo. Essas regras aparecem nos atlas como um conjunto de comportamentos, em um quadro dinâmico, onde dispõem-se: elementos invariantes, estado de conservação e hipóteses de conservação de tal elemento invariante, sendo a última uma tradução projetual.

Utilizando-se dessas reflexões, propõe-se uma abordagem metodológica revisada, onde se insere a representação enquanto produtora de conhecimento territorial, essencial à projeção e dela dependente. Assim, segmenta-se as etapas relativas ao esquema analítico-processual para o desenvolvimento local autossustentável – tomando como finalidade perspectivas de tratamento do patrimônio territorial – em perspectivas processuais, porém autônomas e igualmente importantes, e incluem-se as abordagens estatutárias cognitiva e normativa. Na revisão analítico-processual proposta para a dissertação são inseridas as polaridades relacionais de formação do território: energias de inovação, energias de contradição, relações de poder (EPCN), domínios globais x locais,

valores e caracteres identitários. Sendo assim, divide-se em quatro instâncias: análise, síntese, projeto e plano, cujas concepções estão definidas, representadas no esquema processual seguinte (Figura 3).

Figura 3: Esquema analítico-processual da abordagem relacional



Fonte: Produzido pela autora, 2019

Relativo ao primeiro esquema processual, apresentado na Figura 03, as invariantes estruturais, dispostas em nível de projeto, configuram um *corpus normativo* que se qualifica mais como sistema de regras compartilhadas para a transformação¹⁶ do que para a conservação (MAGNAGHI, 2001, p. 32). A partir disso, entende tal concepção relacionada ao último quadro de tratamento do patrimônio em projetos e planos, a valorização. A revisão metodológica proposta abrange a ampliação conceitual das invariantes estruturais e indica uma inversão de valores, onde as regras de formação e manutenção do patrimônio territorial se encontram em primeiro plano, identificando forças na *autossustentabilidade territorial* - estreitamente ligadas à conservação do patrimônio territorial. Nessa perspectiva, o reconhecimento de seu caráter identitário e de seu funcionamento aponta a essência a ser conservada. Ambas, manutenção e conservação, podem ser inseridas no âmbito de projetos, porém supõem a necessidade de uma fase analítica densa e autônoma, que identifique a dimensão processual das invariantes.

O problema prioritário (...) é a capacidade dos instrumentos analíticos e das práticas operativas de descreverem o patrimônio da identidade dos lugares e individuar os modos para perpetuar, através desse, o conjunto de regras e princípios de relacionamento adequado entre ação antrópica e ambiente. (...) Uma primeira direção resguarda a construção técnica de uma nova descritiva territorial; nova enquanto capaz de ter uma visão integrada do patrimônio e dos recursos locais naturais e antrópicos. (...) o novo paradigma requer capacidade de construção de sínteses interpretativas orientadas no sentido acima descrito: a integração dos conteúdos dos sistemas transforma a informação em conhecimento, revelação dos caracteres da identidade local. (CARTA, 2011, p. 39)

Através da abordagem descritivo-analítica, dá-se a aproximação histórico-estrutural, onde individualizam-se as forças e energias balizadoras dos processos de desterritorialização e reterritorialização. A fase de síntese faz uma sobreposição dos dados adquiridos na etapa anterior, de modo a definir uma correlação entre elementos e regras invariantes na longa duração, apontada em perspectivas de risco e resistência. A primeira guia aos cenários de dissolução dos sedimentos territoriais, enquanto a segunda define o quadro identitário do patrimônio territorial. O patrimônio territorial, exprimido em estruturas particulares para cada território analisado, é a base formadora do Estatuto que, por sua vez, se divide em duas fases: a cognitiva, onde se abordam os valores e as invariantes estruturais enquanto regras geradoras, de uso e de manutenção, relativas aos processos de territorialização e desterritorialização; a normativa, onde, a partir da primeira análise, definem-se as invariantes estruturais enquanto regras de transformação e o patrimônio enquanto recurso local, adaptável às perspectivas de desenvolvimento que respeitem o envelhecimento da matéria e das formas e as resguardem de obsolescências e usos incongruentes. As perdas, segundo Magnaghi (2001, p. 32), “podem comprometer a sustentabilidade do

¹⁶ Transformação essa entendida como projetada – normativas atreladas ao desenvolvimento.

desenvolvimento, fundamentado justamente sobre o pressuposto desses valores patrimoniais enquanto recurso”.

O conjunto patrimônio-estatuto, enquanto instrumento representacional analítico e interpretativo, serve de fomento às fases de projeto e plano. Os cenários estratégicos seguem a perspectiva conceitual de Magnaghi (2001, p. 34), que define o cenário como “referimento projetual do futuro de um território, respeito à autossustentabilidade de seu desenvolvimento, se define de tempos e tempos”. A perspectiva analítico-cognitiva, desenvolvida em Sistemas de Informações Georreferenciadas (GIS), facilita uma retroalimentação de informações territoriais, que, segundo o autor, devem ser definidas de tempos em tempos. Essa redefinição é importante, pois o território passa constantemente por processos de construção, desconstrução e reconstrução. Ainda, potencializa a sobreposição de informações complexas em métodos avaliativos multicritério:

A possibilidade que o uso do GIS se fundamenta em descobrir relações complexas, fazendo delas instrumentos extremamente úteis, e faz os produtos fruto de suas potencialidades radicalmente diferentes daquelas tradicionais, que eram resultado de saberes igualmente codificados, mas capazes de processar uma quantidade muito mais limitada de informações. (CARTA, 2011, p. 18)

Consequente, na fase de plano, engloba-se a produção social onde, segundo Magnaghi (2001, p. 36-37), “está constantemente presente a identificação, denotação e valorização de atores (culturais, sociais, econômicos e produtivos), dos saberes e projetos locais”, que já indicam potenciais de transformação. No plano, esses apresentam vozes ativas nas decisões, por intermédio da construção de redes locais, inseridos nas perspectivas de desenvolvimento e criação de modelos de autossustentabilidade.

A partir dessas compreensões, o trabalho se define, situando-se nas dimensões de síntese e análise, dando ênfase nas perspectivas de resistência e risco, tendo a representação como chave da criação de conhecimento territorial.

2.3.2. Riscos e resistências territoriais

No início do capítulo são apresentadas as abordagens referentes à leitura do patrimônio territorial e, a partir dessa, são expostas as conceituações dos Riscos e Resistências Territoriais. Os primeiros se configuram a partir do *pôr em risco* o sistema de longa duração do território, por meio de atos territorializantes de ruptura. Tais atos desestabilizam as invariantes estruturais, promovendo reações de detratórias – ou, adequando-se à revisão bibliográfica apresentada no início do capítulo, desterritorializantes – que agredem os elementos estruturantes da identidade de longa duração do território, ou vice-versa, ocasionando a desestruturação e dissolução do território e de sua identidade territorial de longa duração (tipos territoriais e caracteres peculiares de individualidade). São associados

à assimetria entre relações e energias de inovação e contradição nos processos de territorialização, esses desprendidos de vínculos. As Resistências, por sua vez, dão-se através do equilíbrio entre as invariantes por intermédio da manutenção de vínculos identitários nos processos de territorialização. Esses são associados às forças de apropriação e resistência, das dimensões natural-cultural, atribuídas à identidade territorial.

Os processos dos Riscos Territoriais, portanto, tendem à cenários de dissolução hipertrófica, definidos por Magnaghi (2010a, p. 18) como aqueles desterritorializadores, descontextualizadores e degradadores do território, dissolvendo ou rompendo as regras genéticas dos seus processos de produção. O autor os atribui ao modelo de produção vigente, o qual denomina “modelo metropolitano- de desenvolvimento global”. O entendimento das invariantes estruturais como conjunto de regras de formação, manutenção e transformação do território, portanto, atua frente aos processos de dissolução.

Os processos de degrado territorial podem ocorrer segundo modelos inerentes ao território, relacionados ao envelhecimento físico, ou exterior a ele, quando se relacionam ao envelhecimento social. Os riscos são referentes ao segundo quadro. Tais processos de envelhecimentos das formas – sejam físicos ou sociais – são descritos por Santos (1991, p. 70):

As formas envelhecem por inadequação física, quando, por exemplo, ocorre desgaste dos materiais. Já o envelhecimento social corresponde ao desuso ou desvalorização, pela preferência social por outras formas. Às vezes o movimento corresponde a uma moda, como a construção de suítes nas habitações; aqui há um envelhecimento moral. Às vezes o envelhecimento das formas permite que haja uma mudança brutal de seu uso – grandes casas viram cortiços, mudam de moradias ricas para pobres. O envelhecimento físico das formas é previsível pela durabilidade dos materiais; o envelhecimento moral não é tão previsível, muda de acordo com o quadro político, econômico, social e cultural. (SANTOS, 1991, p. 70)

Tendo construído conceitualmente o fenômeno, em linhas gerais, entende-se que os riscos territoriais:

- a) Inserem-se na criação ou supressão de determinadas territorialidades em processos de desequilíbrio entre relações de poder;
- b) São promovidos através de processos de desequilíbrio dos valores patrimoniais entre uso e existência. Com a utilização do patrimônio plenamente enquanto capital ou recurso, sobrepõem-se os valores de uso aos de existência. Esses podem ocorrer sob três óticas: promoção de atos territorializantes sem prévias apropriações simbólicas; quebra da lógica denominação-reificação-estruturação; tendência à homogeneização através da inserção de modelos prontos e não à sua criação, tornando esses estéreis às apropriações, e, conseqüentemente, à construção de identidades territoriais;
- c) Retiram o objeto de seu contexto histórico-estrutural;

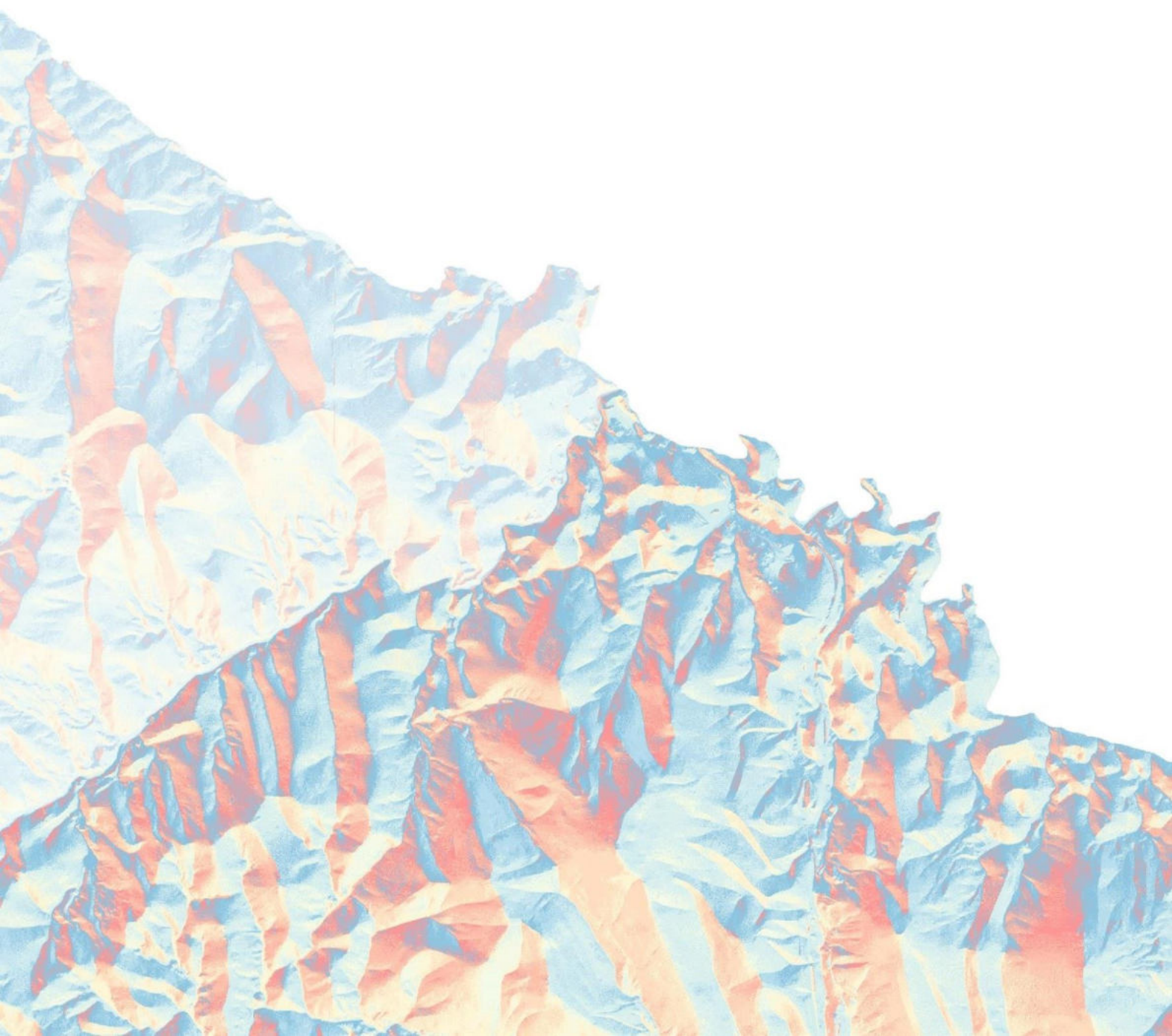
- d) Promovem inserções exógenas compulsórias, provenientes de lógicas desterritorializadas por essência;
- e) Museificam ou selecionam para revelação social de temporalidades específicas, em detrimento ou não de outras, apropriando-se, distorcendo ou até mesmo criando novas identidades equivalentes à simulacros;
- f) Entendem o território ou âmbitos do território como mercadoria, formando ambientes de exploração;
- g) Substituem técnicas locais, relacionadas à sabedoria ambiental adquiridas ao longo dos ciclos de territorialização, por próteses tecnológicas cujo caráter é serial e explorativo, causando desequilíbrio entre ambientes natural e construído;
- h) Como consequência das inserções exógenas, mais imediatistas e efêmeras, criam-se objetos passíveis de desuso ou abandono. Criados para suprir valores de uso, esses passam a ter seus valores de uso/recurso como potenciais, mais suscetíveis a dominações e envelhecimentos sociais;
- i) Promovem substituições de usos incompatíveis, descaracterizações, deteriorações, demolições sucessivas, ocorridas ao longo de ciclos de territorialização, não correspondentes ao envelhecimento físico das formas, inerente ao tempo;
- j) Criam localidades homogêneas, relativas tanto ao sentido material (tipologias, usos) quanto ao imaterial (atores sociais que se apropriam desses, relativo às classes sociais, raças, gêneros, idades, etc);
- k) Valorizam apreciações e não vivências. Ao dissociar o patrimônio de cenários de desenvolvimento, congelam-se paisagens imaginárias¹⁷, simulacros de realidades exteriores ao processo de territorialização na longa duração direcionados, por muitas vezes, a direções estéticas ou mercadológicas, e vincula-se o tratamento do patrimônio à ideia de preservação e intocabilidade;

Pontua-se, portanto, a necessidade de entender os processos construtivos do território através de uma perspectiva relacional. A identificação das invariantes estruturais em cenários de persistência e dissolução do patrimônio territorial, serve de subsídio às ações de planejamento, inseridas em contextos de conservação do patrimônio, respeitando sua dimensão processual, e de transformação, voltado à inserção do patrimônio em perspectivas de desenvolvimento, respeitando seus caracteres identitários.

¹⁷ A paisagem somente é uma manifestação empírica da territorialidade quando um observador é capaz de organizar, em uma unidade vivível, parcelas do processo de territorialização (TURCO, 2002, apud SAQUET & SPOSITO, 2009, p. 35)

CAPÍTULO 3

PROJETO REPRESENTACIONAL DE RISCOS E RESISTÊNCIAS TERRITORIAIS



3. PROJETO REPRESENTACIONAL DE RISCOS E RESISTÊNCIAS TERRITORIAIS

A partir de *Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo: guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação* (SERRA, 2006), o trabalho se define como uma híbrida abordagem empírico-qualitativa. No âmbito qualitativo, ocorre a busca de dados teóricos para definição dos meios e métodos a serem aplicados no objeto concreto. Essa permite a definição da aproximação histórico-estrutural e morfotipológica como método de abordagem. O segundo âmbito define o esgotamento do conhecimento acerca do exemplar como meio de obtenção das informações, realizado por meio de mapeamentos, ábacos e análises; divide-se em dois subcapítulos, sendo o primeiro fundamentador da construção do método e o segundo operativo-descriptivo de sua aplicação.

Turri (2011, p. 9) descreve metodologicamente a primeira versão da fase analítica como um comparativo contínuo entre pesquisa de campo e pesquisa bibliográfica. A necessidade de um quadro analítico independente, dissociado do projeto, sugere a inserção do objeto-concreto em uma perspectiva de território laboratório (TURRI, 2001, p. 33), cujo estudo não é episódico, mas retroalimentado, resolvendo problemas projetados em nível teórico e fornecendo indicações a nível prático:

Um laboratório no qual se vive e com o qual se vive, referência indispensável para cada operação que envolva a relação economia-ambiente, e com o qual se deve estabelecer não apenas um relacionamento episódico, limitado no tempo, pois tal território continua a viver e a se transformar, continuará a viver mesmo que depois do nosso desaparecimento físico, mas que vive e também se transforma no percurso gerador que nos ligou a ele. (TURRI, 2001, p. 33)

O modelo do estudo, portanto, se situa no estatuto em sua etapa cognitiva. O primeiro nível metodológico, analítico, deve (re)interpretar a sedimentação antrópica sobre o patrimônio ambiental e recompor materiais documentais históricos (FANTINI; SARAGOSA, 2000, p. 03), dando enfoque aos ciclos de territorialização manifestos no objeto de estudo para a leitura, interpretação e representação do patrimônio territorial por intermédio do levantamento dos sedimentos cognitivos e materiais presentes no território, em sua presente fase de territorialização, e perdidos, em etapas anteriores. Nessa, inclui-se a informação de estado de conservação, que permite uma análise relativa ao envelhecimento físico e social do elemento de valor patrimonial, não apenas enquanto modificações diacrônicas. Utiliza-se os métodos de documentação e representação cartográficos e fotográficos.

Durante a etapa de síntese, com subsídio da etapa anterior, propõe-se quadros comparativos das camadas analíticas singulares, sendo o produto uma relação entre o sistema de longa duração do território – expresso a partir das permanências, persistências

e perdas dos sedimentos cognitivos e materiais do território – e suas relações sinérgicas, determinando as invariantes estruturais e cenários tendenciais de risco e resistência.

De modo a propor o diálogo entre as dimensões histórico-socioeconômica e histórico-física, faz-se uso da abordagem proposta por Magnaghi em *Le invarianti strutturali, fra patrimonio e statuto del territorio* (MARSON, 2016, p. 153-154), qual seja, a combinação das abordagens morfotipológica e histórico-estrutural, apresentando como objetivos: a) Definição dos caracteres identitários de longa duração (formas persistentes) do território; b) Decodificação de regras genéticas e de transformação dos morfotipos para sua autoreprodução; c) Individuação das criticidades da atual organização territorial a respeito da capacidade autossustentável do sistema territorial e das regras de transformação; d) Individuação de relações sinérgicas coevolutivas entre os sistemas invariantes e determinantes da forma da paisagem.

Essa abordagem permite identificar as invariantes estruturais de modo a definir, nas suas regras de reprodutibilidade, meios normativos de conservação e reprodução dos bens de valor patrimonial, inseridos no quadro normativo do estatuto. Porém, fundamenta-se em perspectivas locais e particulares. Torna-se necessária a criação de um método aplicável em outros territórios, cujos níveis informativos possam ser sistematizados e operacionalizadas de modo a apontar processos de dissolução. Nesse sentido, metodologicamente, propõe-se a criação de um projeto representacional que compreenda e descreva ambas as fases sintético-analíticas.

Como instrumento para transcrição das descrições, a utilização de Sistema de Informações Geográficas (SIG) possibilita armazenamento, visualização, gestão e manipulação de dados de modo multiescalar e integrado, fornecendo base para análises quantitativas e qualitativas, indissociáveis, por inserir as variáveis espacial e temporal dos elementos inseridos; e facilita, também, a operacionalização de dados, através dos quadros de atributos. O método valoriza o papel descritivo dos sedimentos definidores da identidade local. No âmbito territorialista, segundo Carta (2011, p. 35), o SIG afirma a criação de sistemas de organização de informação, mais que sistemas de informações geográficas, que, através de dados de base, permitem alcançar um alto grau interpretativo. Os quadros interpretativos e cognitivos permitem a criação de cenários hipotéticos orientadores de ações de transformação que mantenham autossustentabilidade – não necessariamente continuidade – dos atos territorializantes.

O esforço, apontado por Carta (2011, p. 35), consiste em aumentar o peso diacrônico dos dados de base, permitindo uma compreensão mais densa da dinâmica temporal. Assim, entende-se não apenas a passagem do tempo - na longa duração-, como também se

propõe uma seleção de critérios atuantes no aumento ou diminuição de qualidade territorial, podendo, com essa, ampliar a discussão acerca dos processos de desenvolvimento e transformação, não excludentes da manutenção do patrimônio às gerações futuras.

Carta (2011, p. 37) apresenta o conteúdo das descrições de síntese e análise propostas na articulação do *Atlas Territorial do Circondario Empolese Valdelsa*¹⁸, onde, através de uso de SIG, são elencados níveis informativos homogêneos e standardizados, gerando um atlas (Figura 4). Os níveis descritivos levantados são, para análise: a) Morfologia, geologia, hidrologia; b) vegetação, biótipos, rede ecológica, áreas de proteção; c) bens etno-antropológicos, bens arqueológicos, núcleos e estradas históricas; d) uso e cobertura da terra, crescimento urbano, infraestruturas, dinâmicas de ocupação/assentamento. Essas descrições analíticas têm como síntese respectiva: a) síntese morfológica; b) síntese ambiental; c) síntese de assentamento; d) síntese socioeconômica. Por sua vez, combinadas, essas sínteses formam as representações ambiental, territorial e socioeconômica, subsídios às regras estatutárias.

Figura 4: Esquema geral da construção do Atlas Territorial do Circondario Empolese-Valdesa



Fonte: Carta, 2011, p. 37, traduzido pela autora.

O Atlas Territorial, enquanto produto representacional, é o resultado de uma pesquisa experimental, que recolhe e produz conhecimento territorial. Segundo Carta (2011, p. 42), tem como finalidade descrever e interpretar os caracteres identitários do território, individual

¹⁸ Atlante Territoriale del Circondario Empolese Valdelsa

o funcionamento das invariantes estruturais, avaliar seu estado de conservação e definir suas regras de reprodutibilidade. O conteúdo descritivo proposto por Carta (2011), apesar de construir um repertório descritivo fundamental à construção do Atlas, não fornece base para operacionalização da representação e uso de recursos avaliativos multicritério.

A revisão do Atlas proposta na dissertação reestrutura as informações de base, de modo que possam ser replicáveis em variados territórios. Estrutura-se de modo a compor quadros de conhecimento temporais, relacionais e formais (Figura 5), que, sobrepostos e contrapostos, criam variáveis informativas das quais são tomadas conclusões. Sendo assim, fundamenta-se na descrição estrutural do território, inserindo-se metodologicamente nas fases analítico-sintéticas. Nesse sentido, a fase de análise abarca dados relativos aos sedimentos territoriais e as relações e energias sob as quais é submetido, passível de ser identificado através da descrição estrutural do território, metodologicamente obtido pela híbrida leitura morfotipológica e histórico-estrutural do território. A fase de síntese inclui a sobreposição dos dados obtidos na anterior, combinados em descrições diacrônicas, relacionais e tendenciais. Essas, por sua vez, compõem as invariantes estruturais, os cenários tendenciais e o tipo territorial.

Figura 5: Esquema geral da operacionalização do Atlas dos Riscos e Resistências Territoriais



Fonte: Produzido pela autora, 2019

A abordagem proposta, portanto, atua em duas frentes: a primeira inclui a dimensão temporal na representação, de modo a indicar cenários tendenciais e, através desses, servir

de subsídio a projetos integrados; a segunda trata dos potenciais da representação enquanto instrumento analítico integrado.

Essas premissas enfatizam a diferenciação das fases cognitiva e normativa do Estatuto. Na primeira, inserem-se as invariantes estruturais de formação do território (geradoras, de uso, de manutenção), e, na segunda, são incluídas as invariantes de transformação normativo-projetuais, fundamentalmente correlacionadas aos cenários tendenciais de risco territorial. A descrição estrutural, portanto, sustenta todo o processo metodológico e atua como subsídio à identificação dos cenários tendenciais.

3.1. DESCRIÇÃO ANALÍTICA

Carta (2011, p. 42) trata a descrição analítica como níveis informativos temáticos, estruturados de modo a possibilitar a sistematização da informação com a finalidade de compor um quadro cognitivo complexo. Essa abordagem, analítico-interpretativa estática, possibilita individuar os caracteres históricos, identitários e culturais de um território (MARSON, 2016, p. 205). Nesse sentido, apropria-se das camadas analíticas propostas por Carta (2011), acima descritas, enquanto dimensão espacial de análise. Sob essas, propõe ampliar o leque informativo do levantamento gráfico, inserindo a descrição histórica em busca das relações sinérgicas formadoras do território. Assim, supera a necessidade de aumentar o peso diacrônico dos dados de base, permitindo uma compreensão mais densa da dinâmica temporal. Por fim, dá suporte metodológico à realização da síntese, visto trazer perspectivas opostas das características relacionais (relações de forças, energias de inovação e contradição), permitindo uma operacionalização a partir de atribuição de critérios e valores a essas informações.

A abordagem híbrida histórico-estrutural e morfotipológica é eficaz em evidenciar identidades territoriais formadas a partir da ação humana sobre o ambiente. A abordagem morfotipológica evidencia os componentes não determinísticos no entendimento da paisagem, através da identificação de formas típicas e recorrentes, enquanto a histórico-estrutural insere a variável temporal de modo a espacializar a coevolução natureza-cultura, através de permanências e persistências dos sedimentos territoriais (MARSON, 2016). Nessa perspectiva, a descrição analítica é particular ao território, cujas informações obtidas não são operacionalizáveis. Propõe-se a criação de representações com atributos particulares, os quais, na descrição sintética, possam ser atribuídos valores de modo a operacionalizar a fase estrutural.

A descrição histórico-estrutural, fundamentada no encontro da história física com a história socioeconômica, busca construir o arco temporal das intervenções antrópicas sobre o

território. Nesse sentido, a perspectiva temporal a ser construída busca reconhecer os princípios relacionais geradores de especificidades espaciais no território, como forma, implantação, princípios de racionalidade, métodos construtivos, modificações, etc.

Os sedimentos cognitivos e materiais do território, descritos em elementos persistentes, permanentes e perdidos, demonstram o arco espaço-temporal da paisagem. A abordagem morfotipológica busca evidenciar os componentes não determinísticos do entendimento da paisagem, através da identificação de formas típicas e recorrentes, ou seja, peculiaridades da construção territorial. Dá-se através da sistematização dos sedimentos territoriais em permanentes, persistentes ou perdidos, que indicam cenários tendenciais de manutenção ruptura.

A permanência é o princípio que anuncia o caráter invariável de um elemento, onde a concordância é perfeita de um cadastro para outro; o elemento passou pela história do lugar: um edifício, uma parede, uma parcela, uma linha cadastral, um caminho, um riacho... mesma posição, mesma forma, mesma dimensão. A persistência, por sua vez, introduz a ideia de uma mudança - conservação, com elementos do tecido que se substituíram por outros, ainda que mantenham a mesma posição no terreno. Eles testemunham um fato, embora este tenha desaparecido: uma linha diversa substitui uma hoje canalizada e enterrada. (MAGNAGHI, 2001, p. 58)

Marson (2016, p. 153 e 154) aponta como quadros analíticos necessários para a combinação dessas abordagens: i) definição de caracteres identitários de longa duração (as formas persistentes) do território para cada invariante; ii) decodificação das regras genéticas e de transformação dos morfotipos para sua autoreprodução no tempo; iii) criticidades da organização territorial; iv) relações entre os invariantes.

Nesse sentido, para criar um quadro operativo que obtenha tais informações através de análises e sínteses, são definidos necessários os pareceres acerca de:

a) Multiterritorialidades: Com base na leitura histórico-estrutural, dá-se uma leitura temporal dos atos territorializantes, os quais se segmentam em um quadro esquemático de multiterritorialidades (MAGNAGHI, 2001). Esse quadro serve de base para a definição das tipologias territoriais originárias das sedimentações antrópicas e das relações homem-natureza.

b) Longa duração: Determina-se a idade das estruturas antropizadas, buscando entender o nível de resistência das mesmas ao longo do tempo, conforme as novas sedimentações no território, base para a definição de invariantes estruturais e identidades territoriais (MAGNAGHI, 2001).

c) Relações de poder: Nessa classificação, busca definir, com base em uma leitura histórico-estrutural, sob quais relações de poder as estruturas antrópicas se submetem na intersecção entre os tempos histórico e coexistente. Nesse sentido, busca-se elencar as relações prevalentes, sendo levantadas nesse trabalho economia, política, cultura e

natureza (HAESBAERT, 2012); suas respectivas condições, sendo essas manutenção, adaptação, apoderamento, obsolescência e nulidade dessas relações no tempo¹⁹; e como as organizações se estruturam no território (SANTOS, 1992).

d) Envelhecimentos das formas: Identifica-se, através de um cruzamento entre as abordagens histórico-estrutural e morfotipológica, os envelhecimentos formais; esses podem ser atribuídos à matéria, o envelhecimento físico, ou à processos de desuso, desvalorização, obsolescência e apoderamento, o envelhecimento social/moral (SANTOS, 1991).

e) Permanências, persistências e perdas: Através da abordagem morfotipológica em uma dimensão diacrônica, busca-se identificar persistências e permanências cognitivas e materiais que caracterizam a identidade dos lugares em sua dinâmica coevolutivas (MAGNAGHI, 2017). A importância da identificação dos elementos perdidos consiste em evidenciar o caráter processual do território (MAGNAGHI, 2001), sendo as linhas de força perdidas essenciais à identificação dos cenários tendenciais de risco territorial.

f) Estado de Conservação do bem: Tem como objetivo caracterizar os elementos no tempo coexistente conforme o seu estado de conservação, levando em consideração o juízo de valor atribuído ao elemento – em seu contexto histórico e cultural. Nesse sentido, cabe ressaltar as limitações de uma análise a nível territorial, essa se situa a nível de pré-inventário. Sendo assim, identifica-se as características dos sedimentos determinantes do valor do mesmo (arquitetônico, de antiguidade, histórico, tecnológico, urbano, associativo, autenticidade) (OTOYA, 1990) e, a partir do cruzamento da manutenção ou transformação dessas características com a condição/estado físico da matéria, caracteriza-se o estado de conservação em bom, regular, ruim e ruína.

Como fonte de dados histórico-estrutural, utilizam-se fontes primárias e secundárias acerca da historiografia de João Neiva, tais como livros, relatos, roteiros, planos políticos, culturais, econômicos de abrangência local-territorial, assim compondo o quadro de relações sinérgicas sob as quais o território de estudo se submete. Como fonte de dados da morfotipologia, utilizam-se representações fotográficas e cartográficas de modo a compor um quadro comparativo de dados históricos e atuais, identificando modificações estruturais e estado de conservação dos elementos de valor patrimonial.

¹⁹ Nesse nível informativo podem ser identificadas outras premissas de formação territorial, como territorialidades heterocentradas ou autocentradas, alteridade ou exterioridade, dentre outras (SAQUET, 2018).

3.2. DESCRIÇÃO SINTÉTICA

Dirigida a evidenciar a interação entre os componentes obtidos na análise, com o objetivo de explicar e organizar as informações em seus componentes diacrônicos, morfotipológicos e funcionais. Assim, de modo a criar um método de leitura territorial, propõe-se três representações estruturais: a diacrônica, que busca criar um quadro de sedimentos de valor patrimonial inseridos na longa duração e conforme ciclos de territorialização; a relacional, a qual atribui valores às relações sinérgicas do quadro analítico; e, por fim, a tendencial, que atribui valores ao estado de conservação dos bens patrimoniais.

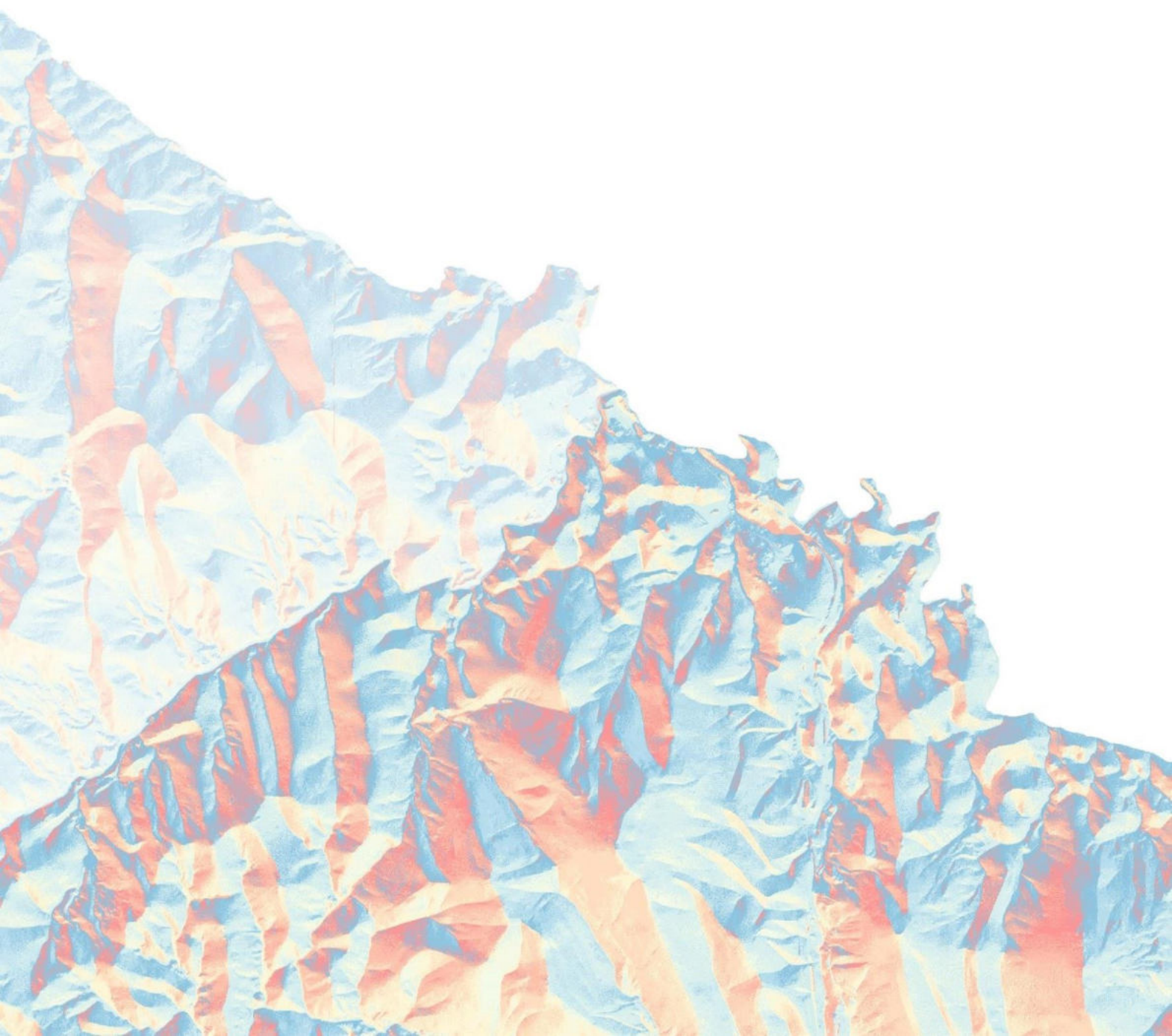
As descrições sintéticas, quando somadas, resultam em um quadro de representações as quais nomeamos diacrônicas, relacionais e tendenciais. A primeira permite a espacialização das temporalidades da ação antrópica sobre o território, de modo a identificar expansões e intensidades das fases de territorialização. Constitui, portanto, um quadro de regras formadoras do território. A segunda implica em um entendimento de forças e relações na formação do território; constitui um quadro de regras de manutenção do território enquanto dimensão histórica. A última, ao cruzar informações de formas e estados de conservação, busca entender as regras de transformação do território enquanto dimensão tendencial.

3.3. REPRESENTAÇÕES ESTATUTÁRIAS

A partir das sínteses, é possível a criação de três representações estatutárias: invariantes estruturais, tipos territoriais e cenários tendenciais. A representação que identifica as invariantes estruturais se fundamenta no cruzamento das sínteses diacrônica e relacional, busca entender a formação e manutenção do território e, por meio dessas, representar a dimensão invariante estrutural do mesmo. A representação estatutária dos tipos territoriais sobreposição a síntese diacrônica e a tendencial, acompanhando a definição de tipo territorial (MAGNAGHI, 2001, p. 11) “configuração de elementos estruturais caracterizados de determinadas relações espaciais e figuras morfológicas permanentes no tempo”. Nesse sentido, entende as formações e transformações do território e evidencia as estruturas e origens resistentes às transformações, elencando as resistências territoriais. Os cenários tendenciais, por sua vez, são resultado da sobreposição dos dados relativos à síntese relacional e à síntese tendencial, criando cenários hipotéticos que exaltam os riscos territoriais.

CAPÍTULO 4

RISCOS E RESISTÊNCIAS TERRITORIAIS EM JOÃO NEIVA-ES



4. RISCOS E RESISTÊNCIAS TERRITORIAIS EM JOÃO NEIVA-ES

4.1. JOÃO NEIVA NA ABORDAGEM ESTRUTURAL

Conforme apontamentos do capítulo anterior, busca-se inserir o território de estudo na abordagem estrutural, em suas dimensões histórico-estrutural e morfotipológica, relativas aos processos de assentamento e transformação do território. Essas, quando combinadas, promovem uma leitura dinâmica do território através da qual se entendem os processos de manutenção e ruptura dos sedimentos territoriais.

4.1.1. Dimensão histórico-estrutural

Para entender os processos territorializantes do município de João Neiva, faz-se necessário uma análise abrangente do contexto de formação do território do Espírito Santo. As populações originárias ocupavam, ainda no século XVIII, “todo o perímetro da colônia, desde a barra do Rio Doce, até o da barra do Parayba do Sul” condicionando as primeiras tentativas e modos de colonização à faixa litorânea, de forma adensada (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 14), visto a capitania ser palco de disputas de poder entre as populações nativas e colonizadores (MOREIRA, 2017, p. 39). À jusante do Rio Piraqueaçu – principal eixo hídrico de João Neiva, cuja nascente se situa em Santa Teresa e foz em Aracruz –, se constitui a Aldeia de Piraqueaçu, uma vila composta por sessenta e três casas de paus e barro assentadas próximas umas das outras (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 103). Tal vila era inexistente antes do século XIX, segundo relatos de Saint-Hilaire (1974, p. 102-103) os indígenas “tinham, na verdade, moradas nas margens do córrego, mas eram distanciadas umas das outras” e “além da aldeia, para o lado do Oeste, apenas existem florestas que servem de abrigo aos botocudos e nas quais os luso-brasileiros não ousam penetrar”. Nesse sentido, é provável que o local tenha sido previamente ocupado por nativos e que estes tenham deixado marcas no território – não dissolvidas ou incorporadas nos processos de territorialização posteriores.

A política de imigração implantada no Espírito Santo estimula sua ocupação, motivada pela extinção do tráfico de escravizados e pela pressão pelo branqueamento racial. No primeiro momento de imigração, datado da primeira metade do século XIX, formam-se as colônias de Santo Agostinho, Santa Isabel, Rio Novo e Santa Leopoldina (inicialmente sob o nome de Santa Maria), com imigrantes provenientes de variadas nacionalidades como ilhas açorianas, alemães, suíços; seguidas por outras colônias e núcleos (FRANCESCHETTO, 2014).

O território que hoje equivale ao município de João Neiva deriva de um segundo momento imigratório do estado, estimulado pelo governador Moniz Freire (1892-1896) quando propõe a construção de estradas de ferro e povoamento, programa esse “excessivamente

ambicioso para as condições do Espírito Santo” relativas à infraestrutura para receber tais imigrantes, desde transportes à alimentação e atendimento médico (SALETO, 1996, p. 91). Nesse local, o objetivo era “estender a colonização, em terras devolutas que se estendiam até o Rio Doce” (FRANCESCHETTO, 2014, p. 61), sendo os principais núcleos e colônias de imigração formados na região Acioli de Vasconcellos (1887), à margem do rio Pau-Gigante, e Demétrio Ribeiro (1891), entre os afluentes do rio Doce e do rio Piraqueçu (FRANCESCHETTO, 2014, p. 61-62).

A colonização, segundo Seyferth (2002), surge de uma lógica geopolítica de povoamento, articulada à ocupação de terras públicas consideradas “vazias” que seguia um sistema econômico de pequena propriedade agrícola de colonos escolhidos, oriundos, desse caso, do norte da Itália. Peça chave da estratégia governamental para expansão e povoamento, gera assentamentos em locais ainda não ocupados por colonos da fase anterior, de outras nacionalidades, formam núcleos etnicamente e tipologicamente homogêneos: “Demétrio Ribeiro, fundado em 1891, estava com todos os lotes medidos, ocupados e cultivados, com uma população de mais de 1.000 habitantes, quase todos italianos” (SALETO, 1996, p. 93). Esses núcleos, segundo Vieira (2016), por muitos anos, têm como principal meio de geração de renda a agricultura e pecuária de caráter local, cujo escoamento não era efetivo e de baixo custo, visto que se distanciava geograficamente dos eixos hídricos de escoamento - modelo vigente da época.

Ribeiro (1990) afirma que, em seus primeiros anos, o Núcleo de Acioli de Vasconcelos tem desenvolvimento lento, devido à insalubridade da região, à precariedade das estradas e à falta de assistência. Já Demétrio Ribeiro era bem posicionado tendo como pontos de saída de produtos os portos de Córrego Fundo (Rio Piraquê-Açu), de Muniz Freire e de Baunilha (Rio Doce), sendo os últimos dois menos utilizados pela dificuldade de acesso, possibilitando um desenvolvendo e um emergente movimento comercial. A primeira farmácia da região é instalada no núcleo e, na mesma propriedade, posteriormente, é instalada a primeira fábrica de cerveja do estado, denominada Superarte, de propriedade da família Guzzo (ISJN, 1993).

A ocupação da parcela centro-norte do estado, antes com pequenos núcleos coloniais desconexos a nível regional, ganha força com a chegada da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), no começo do século XX (RIBEIRO, 1990). Tem sua fundação em 1901 pelos engenheiros João Teixeira Soares e Pedro Nolasco Pereira da Cunha, a partir dos decretos nº 574, de 12 de julho, e nº 1.082, de 28 de novembro de 1890; e sua construção tem início em 30 de março de 1903, através do decreto nº 4.337, de 1º de fevereiro de 1902, empreitada à *Compagnie Générale de Chemins de Fer et Travaux Publics* e sub-

empreitada à firma Sá Carvalho & Cia, com objetivo de ligar Vitória a Diamantina e escoar o cultivo agrícola do vale do Rio Doce (ARARIPE, 1954).

A construção tem início em Porto Velho, na margem sul do rio Santa Maria da Vitória e em 1905 são implantadas no território de estudo a Estação de João Neiva e as Oficinas de Reparação de Vagões (ARARIPE, 1954), distantes seis quilômetros de Demétrio Ribeiro, povoação existente mais próxima e que já apresentava produção agrícola considerável, principalmente de café, a qual teve um efetivo escoamento possibilitado a partir da ferrovia, visto antes depender dos distantes portos de Córrego Fundo e Cachoeiro de Santa Leopoldina, com altos custos de transporte (RIBEIRO, 1992). Um ano mais tarde, é construída a estação de Acioli, junto ao núcleo de Acioli de Vasconcelos (ARARIPE, 1954).

Em 1908, a construção da EFVM passa a objetivar o escoamento de minério de ferro, modificando seu destino final da linha de Diamantina para Itabira, e, em 1910, seu controle acionário passa para o Brazilian Hematite Syndicate, reorganizado um ano mais tarde como Itabira Iron Ore Company (ARARIPE, 1954). As obras passam por atrasos, visto o fechamento dos mercados financeiros motivado pela Primeira Guerra (VALE, 2012) e, mais tarde, a dificuldade de levantamento de capital pela Itabira Iron (ARARIPE, 1954).

Após a década de 1940, surge demanda de fornecimento de minério de ferro aos países Aliados, para produção de material bélico (VALE, 2012). Assim, por meio de acordos entre os governos dos Estados Unidos, Brasil e Grã-Bretanha, cria-se a Companhia Vale do Rio Doce que adquire o acervo da EFVM (ARARIPE, 1954). Na mesma década são iniciadas algumas atualizações na linha da EFVM. Ampliam-se as oficinas de reparação de vagões de João Neiva e constrói-se novo trecho da estrada de ferro, com consequente supressão da estação do núcleo urbano. Utiliza-se do antigo traçado para construção da rodovia BR 259 e, na década seguinte, com incentivos de Kubitschek, o modal rodoviário ganha força e torna-se um eixo estruturante do território, enquanto o modal ferroviário entra em declínio (COELHO; SETTI, 2000).

Vieira (2016) afirma que os núcleos coloniais, que tiveram um período de relativo crescimento desde a sua criação, vinham apresentando sinais de decadência antes da chegada da EFVM – o que se deve, principalmente, à falta de um meio de transporte regular eficiente. Conforme Cometti e Baroni (2010), graças à possibilidade do transporte pela ferrovia, a maior parte dos comerciantes de Demétrio Ribeiro se transferiu para João Neiva e o comércio do núcleo imigratório atinge seu período áureo. O novo núcleo, por sua vez, começa a ganhar facilidades culturais, institucionais e infraestruturais. Entre Demétrio Ribeiro e o novo núcleo, que hoje configura-se como o centro urbano de João Neiva, constrói-se uma rodovia, inaugurada em 1930 (RIBEIRO, 1990), facilitando o transporte de

pessoas e mercadorias entre os núcleos. Além disso, são construídas escolas de ensino fundamental, cinema, cartório, dentre outros.

Em novembro de 1942, uma tromba d'água e enchente causam a destruição da Usina Hidrelétrica Santa Teresinha, inaugurada em 13 de dezembro de 1924 pela família Negri (ARARIPE, 1954), juntamente ao Serviço de Água, além de algumas edificações e pontes do núcleo de João Neiva. A usina é reconstruída em 1946, pelo então prefeito²⁰, porém muitos sedimentos antrópicos são perdidos. Em 1965, começa a funcionar o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE).

Até a década de 1940, como as condições da EFVM eram ainda muito limitadas e requerentes de atualizações, propõe-se ampliação e reaparelhamento da oficina de locomotivas em João Neiva, possibilitando mais tarde a retomada da concentração dos serviços de reparação pesada nessa oficina, em 1942 (COELHO; SETTI, 2000, p. 34). A Companhia Vale do Rio Doce, criada em 1942, compra a rede Ferroviária Vitória a Minas, promovendo melhoramentos da linha, substituição intensiva dos trilhos e dormentes, instalação de oficina de emergência em Itacibá e remodelação e ampliação das Oficinas de João Neiva. Em 1945, remodela-se o traçado da ferrovia, sendo desativadas as estações de Acioli e João Neiva, sendo a população de Acioli a mais prejudicada pela mudança, visto que o ramal de atendimento às oficinas em João Neiva permanece (RIBEIRO, 1992). Mais tarde, as estações são demolidas e o antigo trecho ferroviário é aproveitado na construção da rodovia BR-259.

Em 4 de janeiro de 1954, ocorre uma explosão da caldeira das Oficinas, que sofreram com problemas e defeitos contínuos no fornecimento de energia. Cogitou-se que as oficinas fossem transferidas para Vitória, porém os moradores e ferroviários protestaram contra tal mudança e o então governador do estado, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, acorda com a CVRD na manutenção das oficinas em João Neiva e na resolução do problema de fornecimento de energia. É comprado, em julho de 1962, o terreno para a subestação de energia, onde inaugura-se a Espírito Santo Centrais Elétricas S. A. (ESCELSA, atual EDP). Nessa mesma época, e motivado pelo progresso das Oficinas, faz-se o loteamento de Baixa Égua, atualmente Rua Sete de Setembro, onde operários compram seus lotes e constroem suas casas (RIBEIRO, 1992). O desenvolvimento econômico, portanto, é acompanhado do desenvolvimento e crescimento urbano, sendo nas décadas de 1950 e 1960 construídas e ampliadas escolas voltadas ao ensino fundamental, médio e à formação profissional ferroviária.

²⁰ <https://www.joaoneiva.es.gov.br/pagina/ler/14/historia> Acesso em janeiro de 2020.

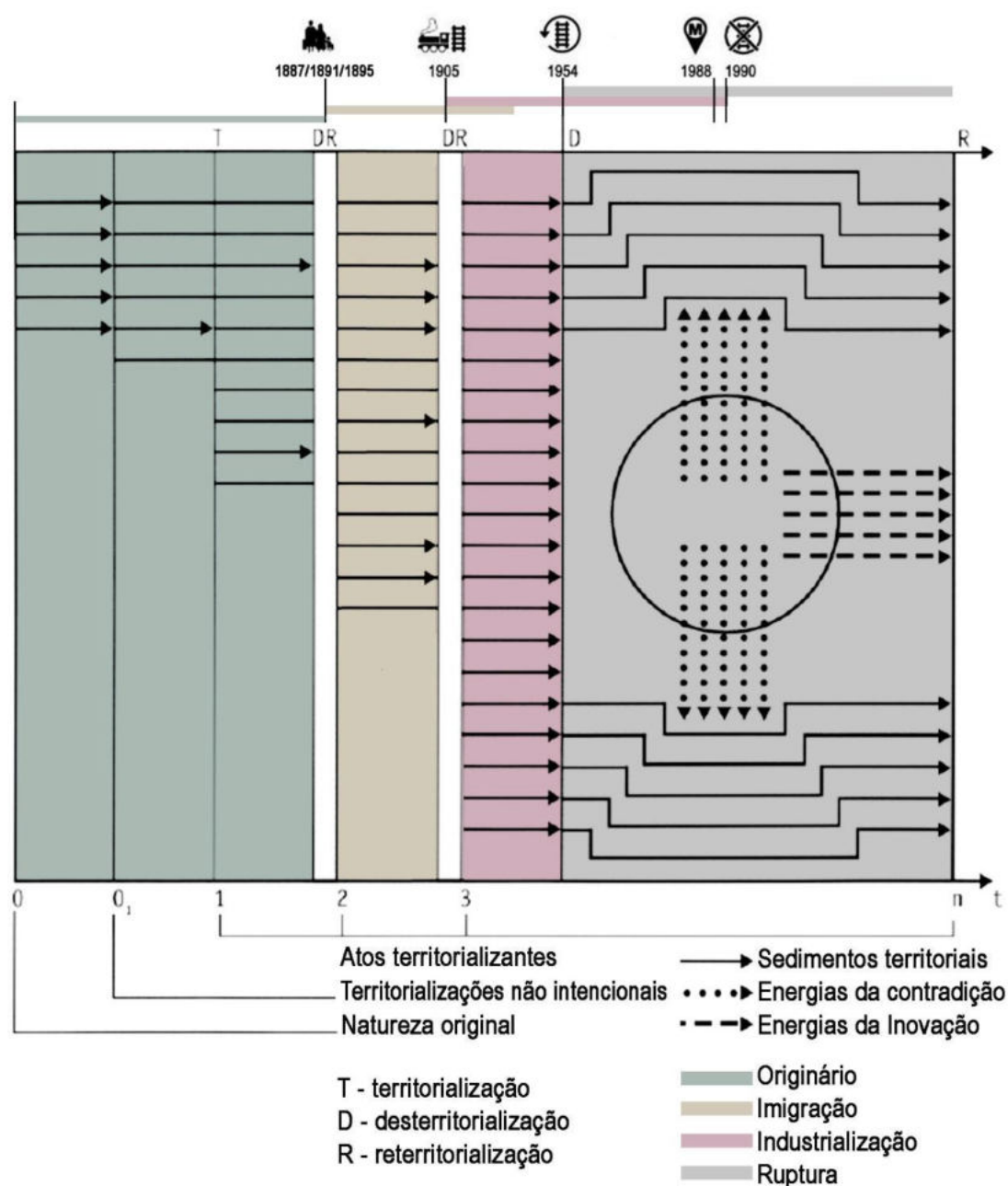
O rápido desenvolvimento e destaque econômico do distrito de João Neiva, motiva sua emancipação²¹ a nível de município, em 1988. Dois anos mais tarde, desativam-se as oficinas e promove-se uma ruptura no ainda crescente desenvolvimento econômico do município, articulado em nível interestadual. A substituição das locomotivas a vapor pelas Diesel-elétricas e a criação das Oficinas de Porto Velho, na década de 1960, somadas a outros fatores mais recentes, como restrições da área de implantação das oficinas que, além de afastadas da linha tronco, não permitiam ampliações, diminuem a indispensabilidade e a relevância das Oficinas de João Neiva. Tornadas as Oficinas de Reparação obsoletas, o ramal ferroviário do centro urbano é suprimido e, em 1991, encerrando as atividades das Oficinas de Reparação de Vagões. O plano de desativação não previa demissões, sendo os funcionários das oficinas transferidos para Vitória/Tubarão e busca alternativas para a manutenção do funcionamento da Escola de Formação Profissional Talmo Luiz Silva, com participação da Prefeitura Municipal de João Neiva, SENAI e outras entidades empresariais e o acervo da Companhia passando a integrar a Prefeitura (RIBEIRO, 1992).

Os sedimentos territoriais advindos da atividade industrial-ferroviária, obsoletos em sua original função e agora pertencentes ao governo municipal, começam a se tornam obsoletos, passando por processos de envelhecimento social – desusos, desvalorizações, preferências – que ocorrem de modo imprevisível, mudando de acordo com quadros políticos, econômicos e/ou socioculturais (SANTOS et al, 1998).

Com base nessas considerações, a multiterritorialidade do local se estrutura em quatro momentos: originário, imigratório, industrialização e ruptura, conforme observado na figura 6. Os principais fatos que marcam os atos territorializantes encontram-se marcados e datados na faixa superior da imagem, sendo eles: 1891 – chegada dos imigrantes em Demétrio Ribeiro; 1905 – Inserção da Estrada de Ferro Vitória a Minas no território de estudo; 1954 – Mudança no traçado da Estrada de Ferro; 1988 – Emancipação de Ibiraçu, tornando-se município; 1990 – Retirada dos trilhos da Estrada de Ferro e encerramento das atividades das Oficinas.

²¹ Lei Estadual nº 4.076/88, emancipa-se do município de Ibiraçu.

Figura 6: Esquema do processo de territorialização de João Neiva



Fonte: Produzido pela autora, 2019

4.1.2. Dimensão morfotipológica

A dimensão morfotipológica do território se fundamenta em uma leitura formal, atuando em dois campos analíticos (MARSON, 2016): o morfológico, de modo a evidenciar características e elementos identitários em uma escala alargada (quadras, usos do solo, arruamento, redes, nós) e tipológico, quando identifica valores arquetípicos de elementos formais em uma escala reduzida, sendo esses excepcionais ou replicados em escala territorial. Cabe salientar que a pesquisa de formas não se encontra dissociada da historiografia, mas a complementa; sendo assim, a seleção parte de uma análise formal e

se verifica através da dimensão histórica. Dentro dessa, são analisados mapeamentos e fotografias antigas.

A análise morfotipológica (...) interpreta e representa os caracteres identitários dos sistemas territoriais através da definição das suas configurações espaciais a várias escalas; o morfotipo representa uma combinação estruturada de componentes espaciais individuais (representáveis, mensuráveis e avaliáveis), rastreável por analogia formal em mais de um contexto. O morfotipo territorial representa a forma que assume o neoeossistema de um lugar como resultado dos processos coevolutivos de longa duração; por isso as definições por analogia dos caracteres identitários do morfotipo recordam necessariamente à análise histórico-estrutural para entender suas regras de funcionamento, o código originário, as transformações coevolutivas, os elementos que mudam e os que permanecem, as especificações morfológicas locais, os fechamentos e aberturas do sistema respeito às variações do contexto. (MARSON, 2016, p. 153)

Para esse fim e como base para o levantamento dos morfotipos territoriais, são feitas as descrições analíticas segundo as estruturas territoriais propostas por Carta (2011), observadas na Figura 4 do capítulo anterior, sendo apresentado o mapeamento de síntese ao fim do presente capítulo. Esse levantamento constitui mapas do Atlas do Patrimônio Territorial de João Neiva, e se estrutura de modo a permitir a leitura dos sistemas territoriais (morfológico, ambiental, histórico-antrópico e socioeconômico).

4.1.2.1. Síntese Morfológica

A síntese morfológica é composta pelas informações de hidro-geomorfologia e constitui uma invariante estrutural, visto ser testemunho de “longas eras de estabilidade” (MARSON, 2016, p.157). Tem como o objetivo evidenciar as dinâmicas da interação antrópico-natural através das condições ambientais. As componentes físico-morfológicas evidenciam “conformações físicas prevalentes na caracterização de figuras territoriais” (MARSON, 2016, p. 109).

a) Morfologia

A natureza morfológica do território se expressa graficamente pelos produtos do Modelo Digital de Terreno (MDT), derivados em mapas temáticos como: altimetria, sombreamento, declividades, exposições e insolações. Os blocos do MDT utilizados compõem as colunas 33-36 e linhas 781-784; são produzidos pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) e disponibilizados pelo Sistema Integrado de Bases Geoespaciais do Estado do Espírito Santo (GEOBASES)²².

O mapeamento de Altimetria (Mapa 1) aponta a altura do terreno relativa ao nível do mar, graduado conforme suas cotas altimétricas. A graduação é feita em intervalos contínuos,

²² Referência técnica disponível em https://www2.geobases.es.gov.br/ftppublico/MapES_2012-2015/IEMA_MAPEAMENTO_ES_2012_2015_REFERENCIA_TECNICA.pdf Acesso em janeiro de 2020.

utilizando-se do gradiente verde-amarelo-vermelho conforme os saltos crescentes da altimetria. São evidenciados os perímetros das áreas urbanizadas. Predominantemente com cotas na faixa de 0 a 250m, nota-se três figuras territoriais na escala municipal: em sentido horário, a primeira, as extremidades oeste-sul, englobando as cotas mais baixas e incluindo a maioria dos núcleos urbanizados; a segunda, centro-sul, com cotas predominantemente médias que se direcionam em um vale dorsal central, e a terceira, na extremidade sudoeste, onde concentram-se as cotas de maior valor.

O mapa de Declividade (Mapa 2) aponta o grau de inclinação do solo, determinante às dinâmicas de antropização do solo. É utilizado o mesmo gradiente anterior, verde-amarelo-vermelho, conforme classificação de declividade definidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 1979), sendo elas: Plano (0-3%), Suave-ondulado (3-8%), Ondulado (8-20%), Forte-ondulado (20-45%), Montanhoso (45-75%) e Forte-montanhoso (>75%). Observa-se uma predominância nas declividades acima de 20%, acompanhando a segunda e terceira figura territorial do mapeamento anterior, sendo as inclinações mais baixas (abaixo de 20%) referentes ao vale dorsal e à primeira figura territorial. Nesse mapa pode ser notada uma nova linha dorsal, menos perceptível no mapeamento anterior, na extremidade norte do município, seguindo a direção norte-nordeste. O assentamento antrópico ocorre nas zonas de declividade menos íngreme, em fundos de vale.

O mapa de Sombreamento (Mapa 3), por utilizar graduação de luz e sombra em banda de cinza, fornece uma leitura de caráter intuitivo, possibilitando o entendimento de elementos de salubridade da ocupação, como a incidência de sombra formada pelos relevos, além de demonstrar os eixos de estruturas geológicas como linhas de cumeada e talvegue. Esse, atrelado a descrição analítica de hidrologia, ajuda a determinar as microbacias.

b) Geologia

O mapa de Solos (Mapa 4) descreve a estrutura dos solos, elemento básico que se inter-relaciona com variados outros que compõem a síntese morfológica. Tem como fonte de dados o Mapa de Reconhecimento de Solos do Estado do Espírito Santo, e seguem a classificação do Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (EMBRAPA, 2006), cujos shapefiles são produzidos e disponibilizados pelo Sistema Integrado de Bases Geoespaciais do Estado do Espírito Santo (GEOBASES). As quatro unidades de mapeamento (EMBRAPA, 2006) encontradas no município são:

a) Pve11 - ARGISSOLO VERMELHO Eutrófico típico A/ moderado média/argilosa rochosa/ floresta subperenifólia/ forte ondulado + AFLORAMENTO ROCHOSO + LATOSSOLO

VERMELHO-AMARELO distrófico A/ moderado argilosa e muito argilosa/ floresta subperenifólia/ forte ondulado; localizado na extremidade sudeste do município;

b) LAdx2 - LATOSSOLO AMARELO Distrocoeso típico A/ moderado argilosa e muito argilosa/ floresta subperenifólia/ plano e suave ondulado + ARGISSOLO AMARELO Distrocoeso A/ moderado média/argilosa/ floresta perenifólia/ ondulado e suave ondulado; localizado na extremidade norte, nordeste e sudeste do município;

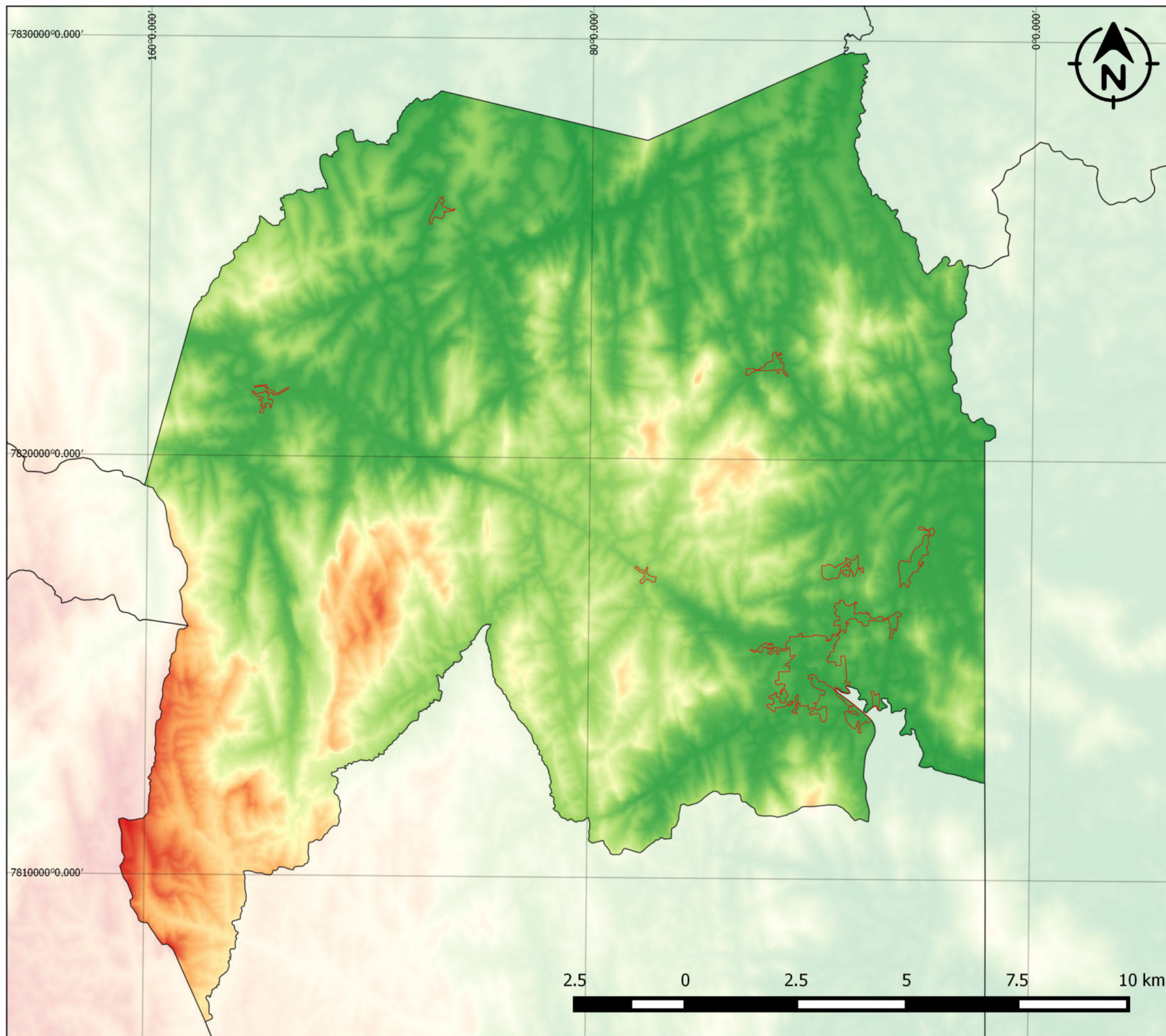
c) LAd18 - LATOSSOLO AMARELO Distrófico típico A/ moderado argilosa/ floresta subperenifólia/ forte ondulado e montanhoso + AFLORAMENTO ROCHOSO + LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico típico A/ moderado argilosa/ floresta subperenifólia/ forte ondulado e montanhoso; predominante no município, se estende do centro a faixa oeste e sul do município;

d) CXbd2 - CAMBISSOLO HÁPLICO Tb Distrófico típico A/ moderado média e argilosa pedregosa e não pedregosa/ floresta subperenifólia/ forte ondulado e montanhoso + LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO distrófico A/ moderado argilosa/ floresta subperenifólia/ ondulado e forte ondulado; localizado na extremidade sudoeste do município;

c) Hidrologia

São produzidos dois níveis de informação, o mapeamento de Cursos d'água (Mapa 5) e o mapeamento de microbacias (Mapa 6). O primeiro tem como fonte de dados o mapa Hidrografia do Estado do Espírito Santo e a Base Hidrográfica Ottocodificada (BHO), presente no banco de metadados da Agência Nacional das Águas²³, que dá a classificação de porte e perenidade. Com base no ortofotomosaico de 2012-2015 e os produtos gerados a partir dos modelos digitais de terreno, são aprimorados os vetores nas adjacências dos núcleos antropizados. No território de estudo, são identificados cinco rios: Piraqueaçu (o principal da região, com nascente em Santa Tereza e foz no Oceano Atlântico em Aracruz), Pau Gigante (Com nascente em Alto Bérgamo e foz no Rio Doce), Ubás, Cavalinho e Triunfo, vinte e dois córregos e um ribeirão. O segundo mapeamento, de divisão hidrográfica por ottocodificação, é referente ao shapefile Ottobacias N5, produzido pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN). São identificadas as bacias referentes aos rios supracitados (sendo o Rio Triunfo englobado na bacia do rio Pau Gigante) e, além dessas, a bacia do rio Gimuhuna, do município de Aracruz, e as bacias dos Córregos Demétrio Ribeiro, Treviso Grande, Ribeirão do Cruzeiro.

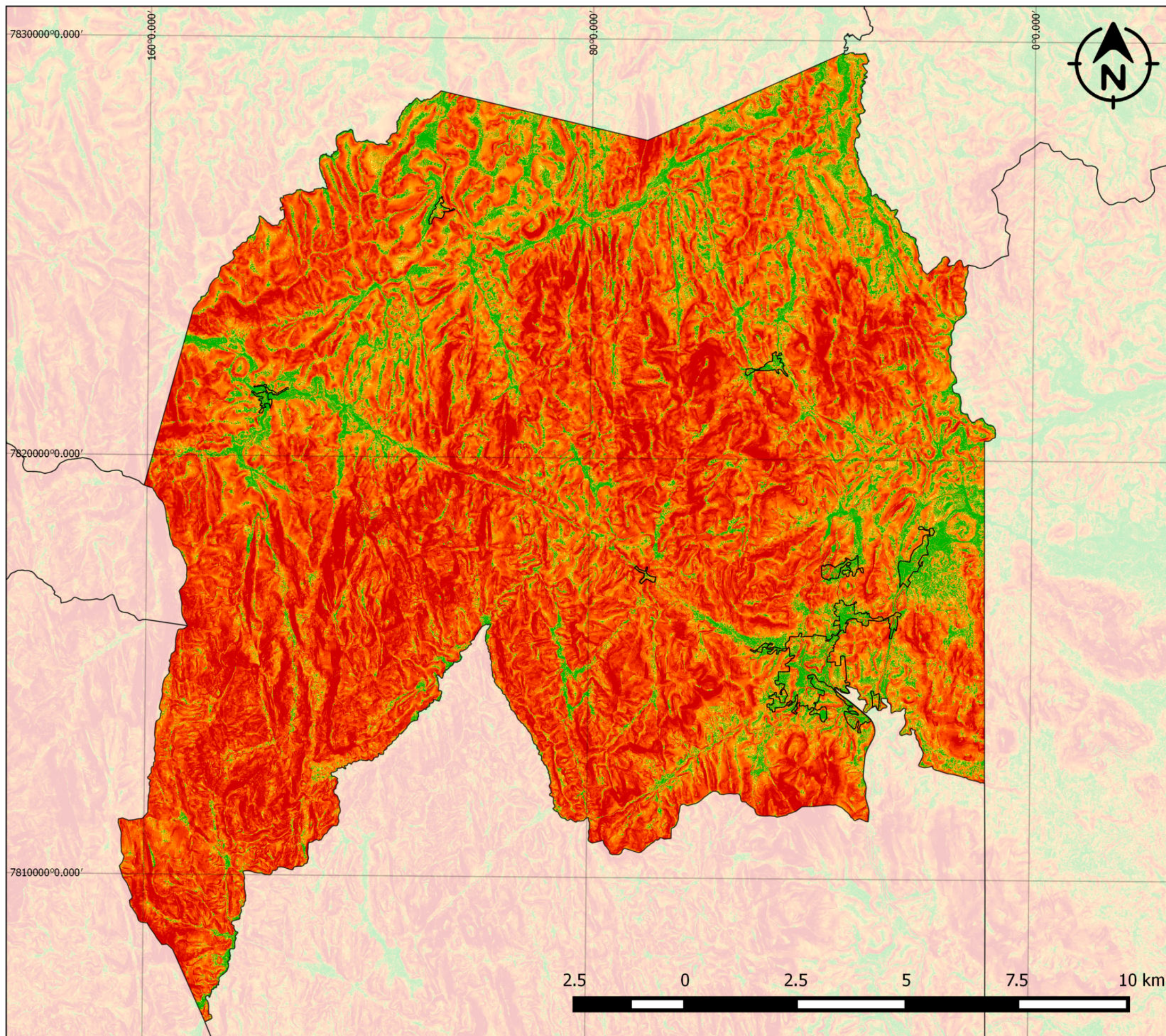
²³ Disponível em <https://metadados.ana.gov.br/geonetwork/srv/pt/main.home> Acesso em novembro de 2019.



Legenda

- Áreas Urbanizadas
- Modelo Numérico de Terreno
- 0
 - 250
 - 500
 - 750
 - 1000

BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
Fonte: Geobases



Legenda

Áreas Urbanizadas

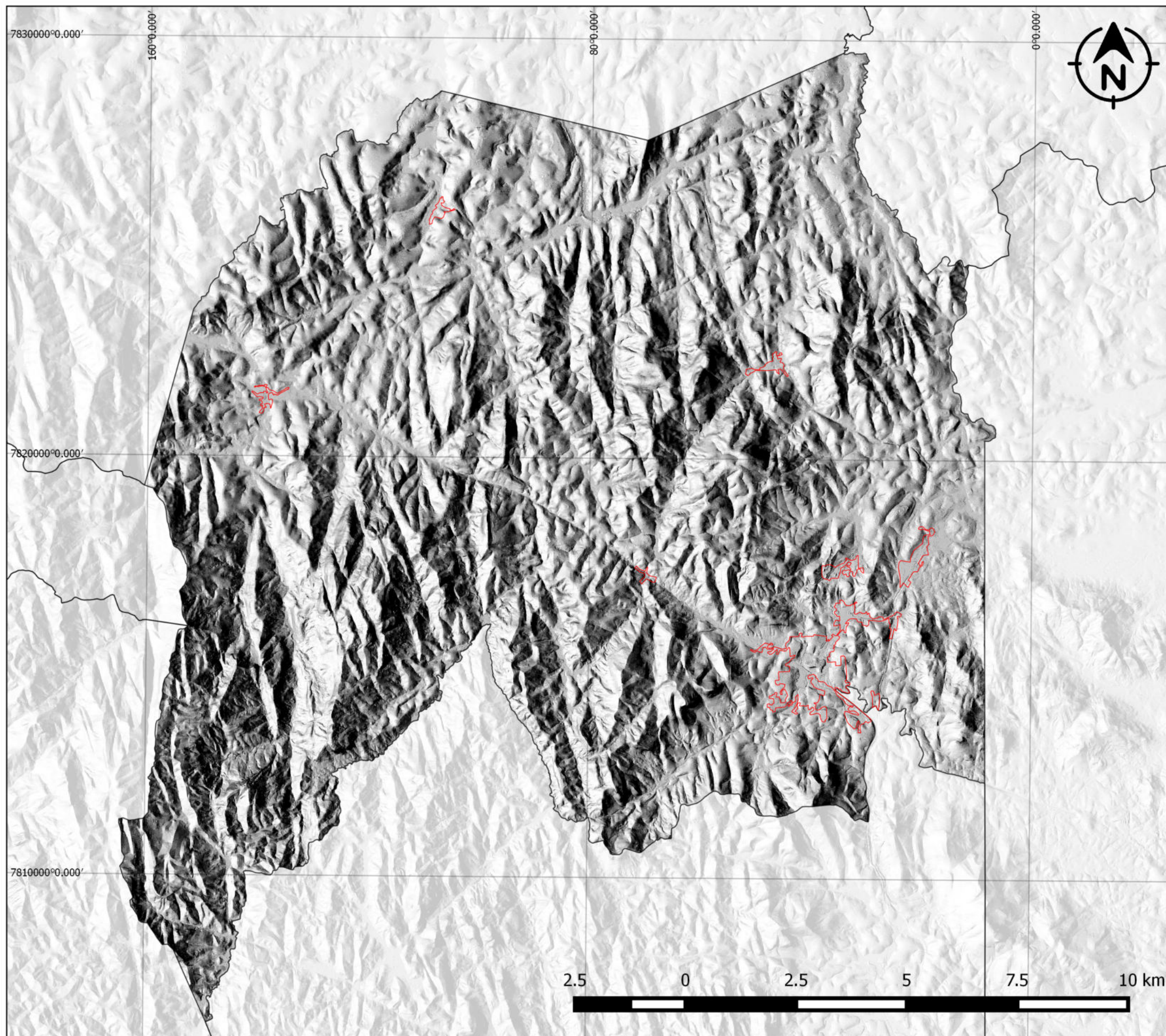
Declividade

- Plano (0-3%)
- Suave-ondulado (3-8%)
- Ondulado (8-20%)
- Forte-ondulado (20-45%)
- Montanhoso (45-75%)
- Forte-montanhoso (>75%)

BASE DE DADOS

Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S

Fonte: Geobases



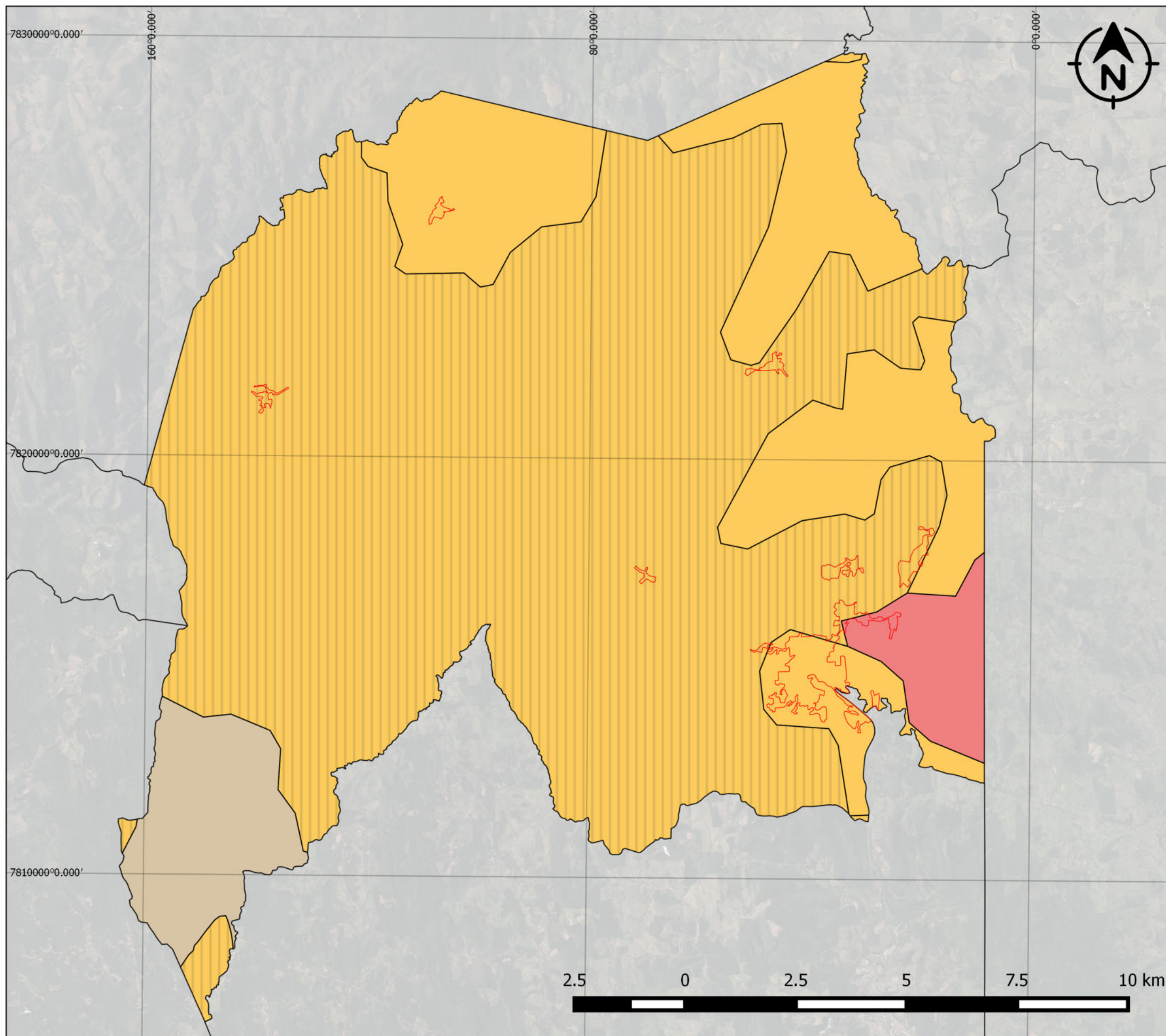
Legenda

Áreas Urbanizadas

BASE DE DADOS

Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S

Fonte: Geobases, IEMA



Legenda

Áreas Urbanizadas

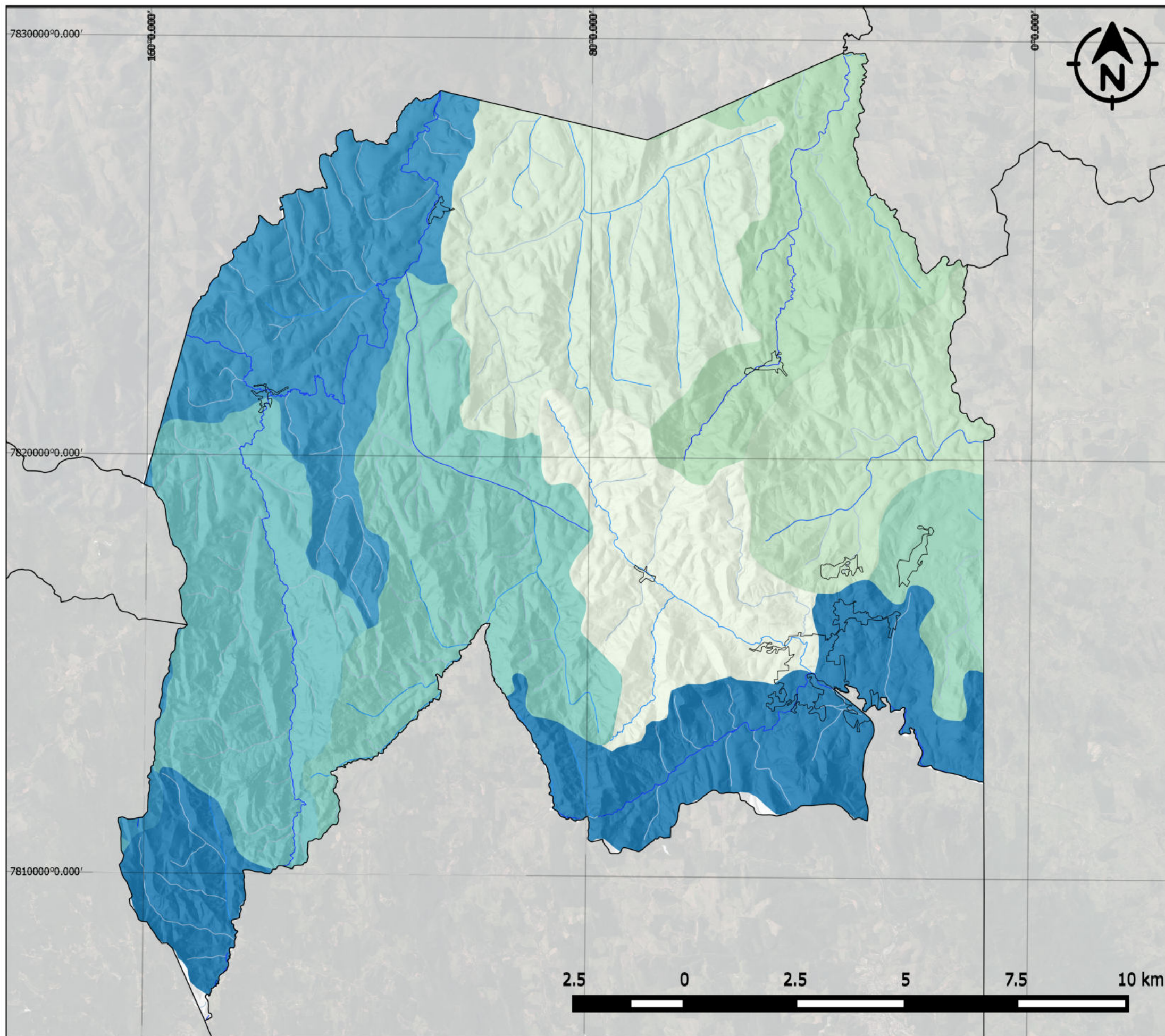
Solos

- ARGISSOLO VERMELHO Eutrófico típico
- CAMBISSOLO HÁPLICO Tb Distrófico típico
- LATOSSOLO AMARELO Distrocoesó típico
- LATOSSOLO AMARELO Distrófico típico

BASE DE DADOS

Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S

Fonte: Geobases



Legenda

Áreas Urbanizadas

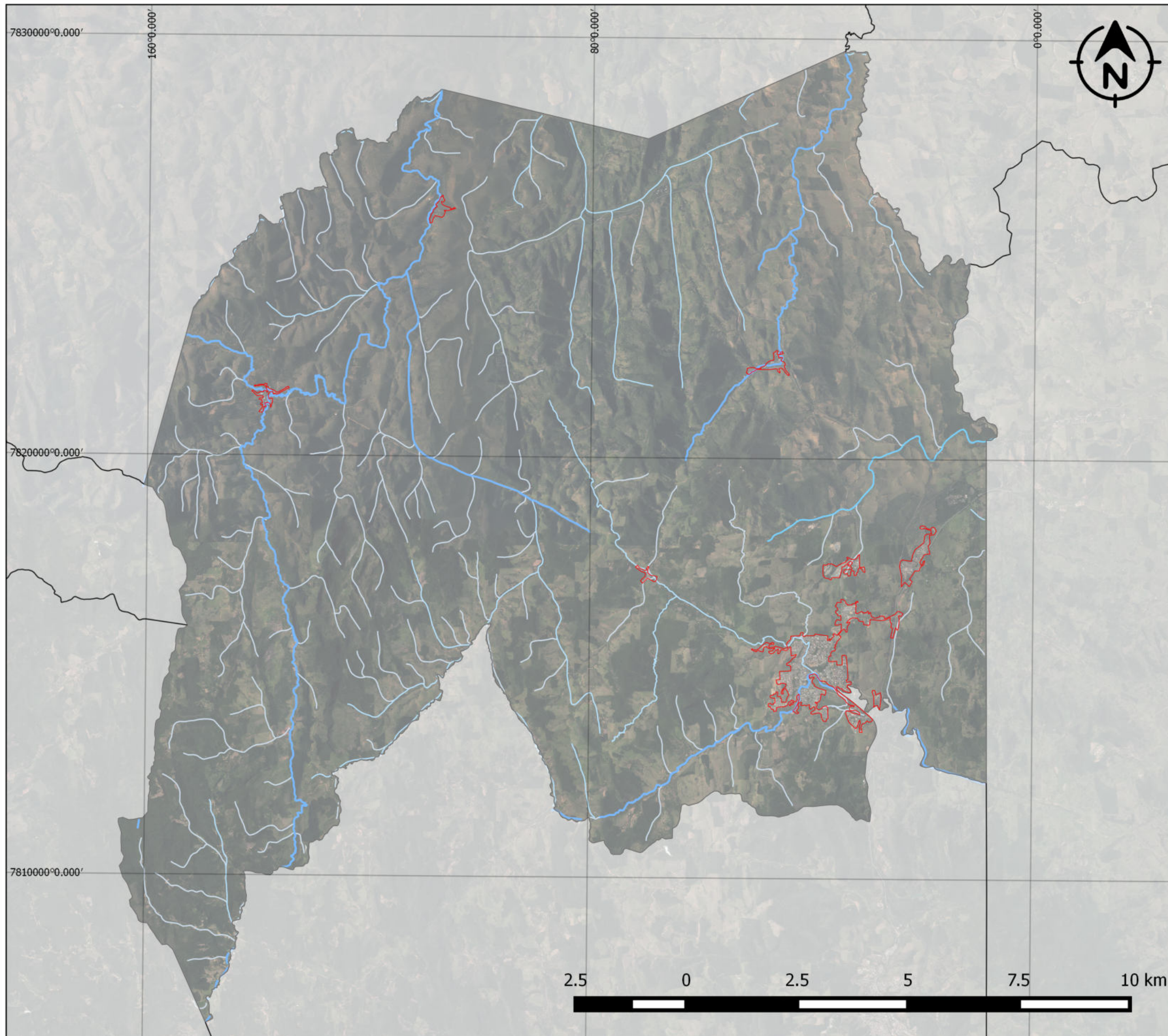
Ottobacias N5/6

- Córrego Demétrio Ribeiro
- Córrego Treviso Grande
- Ribeirão do Cruzeiro
- Rio Cavalinho
- Rio Gimuhuna
- Rio Pau Gigante - Nível 06
- Rio Ubás
- Rio Pau Gigante
- Rio Piraquê-Açu

BASE DE DADOS

Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S

Fonte: Geobases



Legenda

- Áreas Urbanizadas
- Cursos d'água
 - Demais cursos
 - Córregos
 - Ribeirões
 - Rios

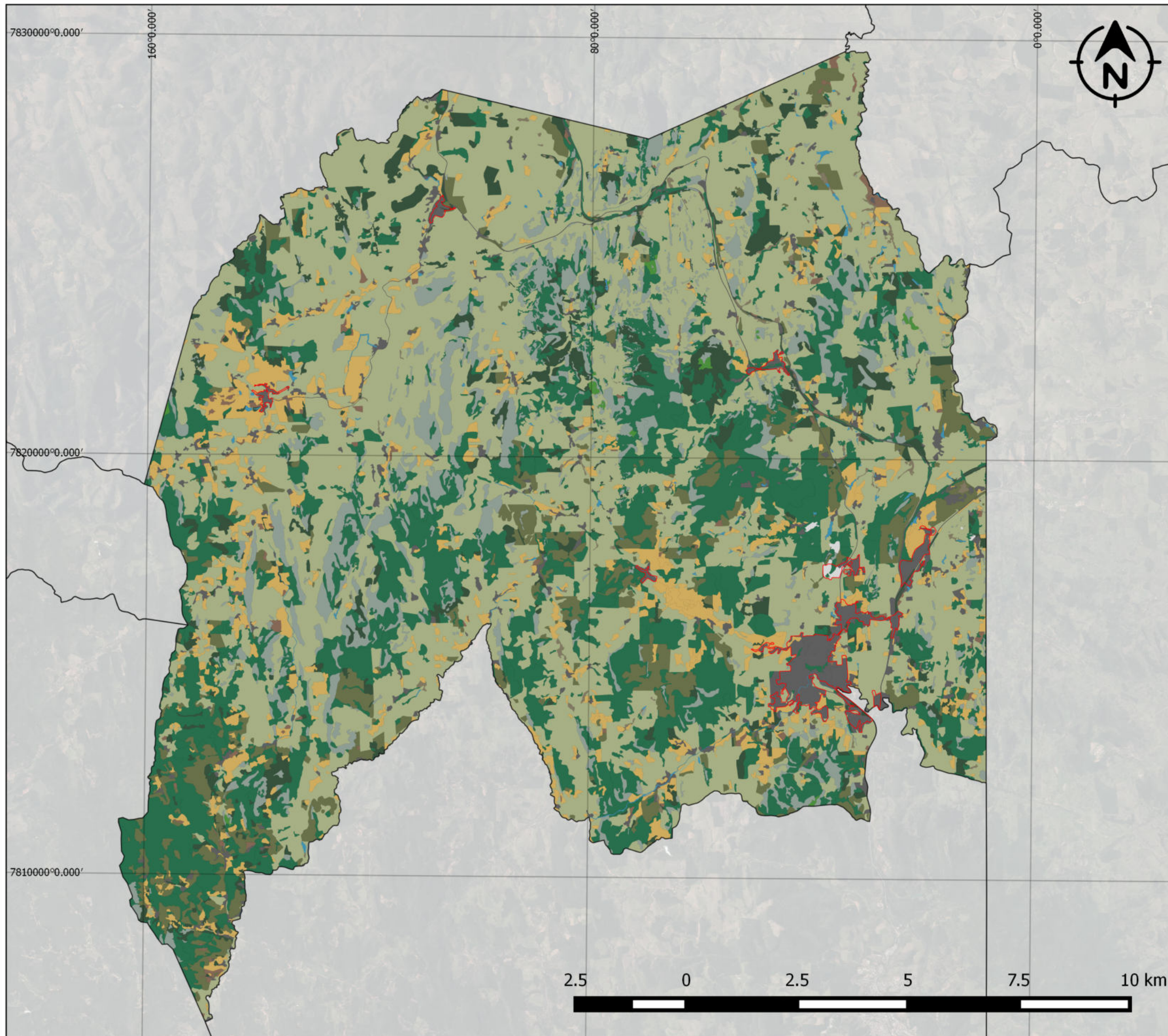
BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
Fonte: Geobases

4.2.2.2 Síntese Ambiental

Para a síntese, são previstos mapeamentos como Vegetações, Biotipos, Rede Ecológica, Áreas de Proteção (CARTA, 2011, p. 37). O território de estudo, a nível estadual, insere-se de modo integral no bioma Mata Atlântica. Não são encontrados estudos ou dados de livre acesso que embasem um mapeamento de rede ecológica de biodiversidade. Não existe plano ou normativa municipal que regule as áreas de proteção, apesar de serem previstas pelo Código Florestal (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012): áreas de encosta, cuja declividade é superior a 45°; topos de morros, montes, montanhas e serras, com altura mínima de 100 (cem) metros e inclinação média maior que 25°; nascentes e olhos d'água; faixas marginais de cursos d'água perenes e intermitentes; entornos de lagos e lagoas naturais. Sendo assim, a descrição analíticas compõe dados acerca da cobertura do solo/vegetação.

a) Uso e cobertura da terra (Vegetação)

A categorização da cobertura do solo do município provém do mapeamento Uso e Cobertura do Solo de 2012-2015, produzido pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), mantendo suas classificações, agrupando as classes de cultivos agrícolas pela escala adotada (Mapa 7). Percebe-se que, apesar de uso e ocupação heterogêneo a nível territorial, as figuras territoriais previamente identificadas na síntese morfológica são mantidas; a primeira comporta usos predominantemente antrópicos, sendo a pastagem o dominante; a segunda engloba uma diversidade de usos circundados por um corredor verde de matas nativas e uma cadeia de afloramentos, sendo o vale dorsal ocupado por usos antrópicos de cultivos, pastagens e áreas edificadas; a terceira e última figura territorial concentra matas nativas, florestas de reflorestamento e áreas agrícolas de pequena escala.



Legenda

Áreas Urbanizadas

Uso e Cobertura do Solo

- Área Edificada
- Afloramento Rochoso
- Brejo
- Campo Rupestre/Altitude
- Cultivos Agrícolas
- Extração Mineral
- Macega
- Massa d'água
- Mata Nativa
- Outros
- Pastagem
- Reflorestamento - Eucalipto
- Solo Exposto

BASE DE DADOS

Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S

Fonte: Geobases

4.2.2.3 Síntese Histórico-Antrópica (de assentamento)

a) Núcleos e eixos histórico-estruturais

Considerando as primeiras implantações, são mapeados os pontos de inserção dos núcleos históricos e sua configuração urbana resultante (Mapa 8). A nível municipal, são apontados os núcleos: Acioli de Vasconcelos, núcleo fundado em 1887; Barra do Triunfo, seção do anterior; Demétrio Ribeiro, núcleo fundado em 1891; Cavalinho, seção de Moniz Freire, sendo o núcleo fundado em 1895; João Neiva, fundado em 1905. As estradas de rodagem e ferrovia, demarcadas conforme sua primeira inserção, e os cursos d'água são os principais eixos histórico-estruturais de conexão entre os núcleos. Com essa análise, percebe-se um maior nível de relação entre os núcleos de Demétrio Ribeiro-João Neiva e Acioli-Barra do Triunfo, pela proximidade e infraestrutura. Cavalinho, por sua vez, distancia-se dos restantes, não apenas pela relação entre eixos estruturantes, mas também pelo histórico do núcleo de Moniz Freire, um núcleo amplo, espreado, cujas áreas se estendiam desde a margem sul do Rio Doce e, pela sua insalubridade, passa por desastre ambiental seguido de epidemias as quais ocasionaram em grande número de mortes e esvaziamento dos núcleos (RIBEIRO, 1992). Essas interconexões se reforçam quando se sobrepõe a análise com as figuras territoriais anteriormente descritas; mesmo todos os núcleos se inserirem na primeira, são excludentes entre si pela barreira formada pela segunda.

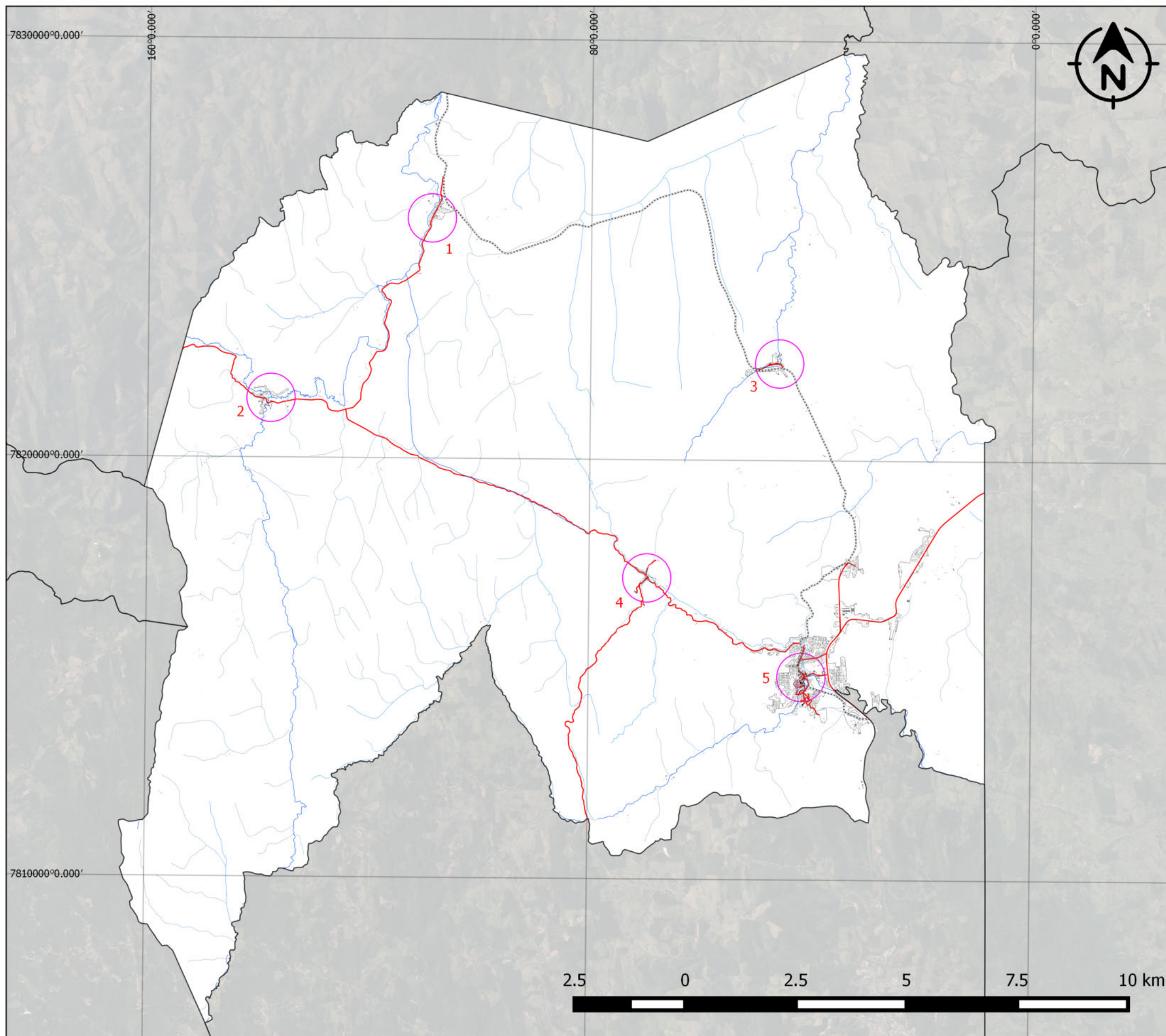
b) Bens etnoantrópicos

Para a análise, são percorridas as áreas urbanizadas dos núcleos históricos e seus principais eixos infraestruturais (estradas históricas e rios), resultando na identificação de cento e trinta e sete (137) bens etnoantrópicos (Mapa 9), tendo como base de pré-inventário os valores: arquitetônico, de antiguidade, histórico, tecnológico, urbano, associativo, autenticidade (OTOYA, 1990).

A abordagem morfotipológica faz uso de fotografias atuais e históricas, além da ferramenta Google Street Viewer, cuja captura fotográfica é de 2012 e, através do ortofotomosaico de 2012-2015, faz-se vetorização e georreferenciamento em polígonos dos bens existentes e perdidos. Outras perdas são identificadas através da análise histórico-estrutural de fotografias e localizadas de modo aproximado, visto limitações da qualidade da imagem do ortofotomosaico de 1970, sendo vetorizados com pontos e não polígonos como os bens anteriormente citados e utilizados apenas nas análises posteriores, referentes ao recorte aproximado.

Desses, oitenta e um (81) encontram-se no núcleo central de João Neiva, espalhadas nas quadras do centro, Vila Nova e Rua Sete de Setembro, vinte e um (21) pertencem a Demétrio Ribeiro, concentradas no núcleo e espalhadas em estradas adjacentes, doze (12)

em Cavalinho concentradas no fundo de vale e espreiadas ao longo do Rio Cavalinho, doze (12) em Acioli, ao longo do Rio Pau Gigante, nove (9) em Barra do Triunfo, ao longo dos rios Pau Gigante e Ubás e dois (2) em Piraqueaçu, junto a Estação de Piraqueaçu. São aproximados recortes de modo a entender a conformação dos bens de valor etnoantropológico.



Legenda

- Áreas Urbanizadas
- Edificações
- Bens Edificados de Valor Etnoantrópico
- Núcleos
- 1 - Acioli de Vasconcellos (1887)
- 2 - Barra do Triunfo (Seção de Acioli)
- 3 - Cavalinho (Seção de Moniz Freire, 1894)
- 4 - Demétrio Ribeiro (1891)
- 5 - João Neiva (1905)
- Ferrovia (primeira inserção)
- Estradas
- Cursos d'água

BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
Fonte: Geobases



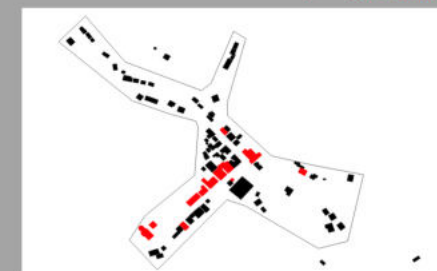
1 - Acioli



2 - B. do Triunfo



3 - Cavalinho



4 - Demétrio Ribeiro



5 - João Neiva (centro)
Escala Recortes 1:10.000

Legenda

- Áreas Urbanizadas
- Edificações
- Bens Edificados de Valor Etnoantrópico

BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
Fonte: Geobases

4.2.2.4 Síntese Socioeconômica

a) Uso e cobertura da terra

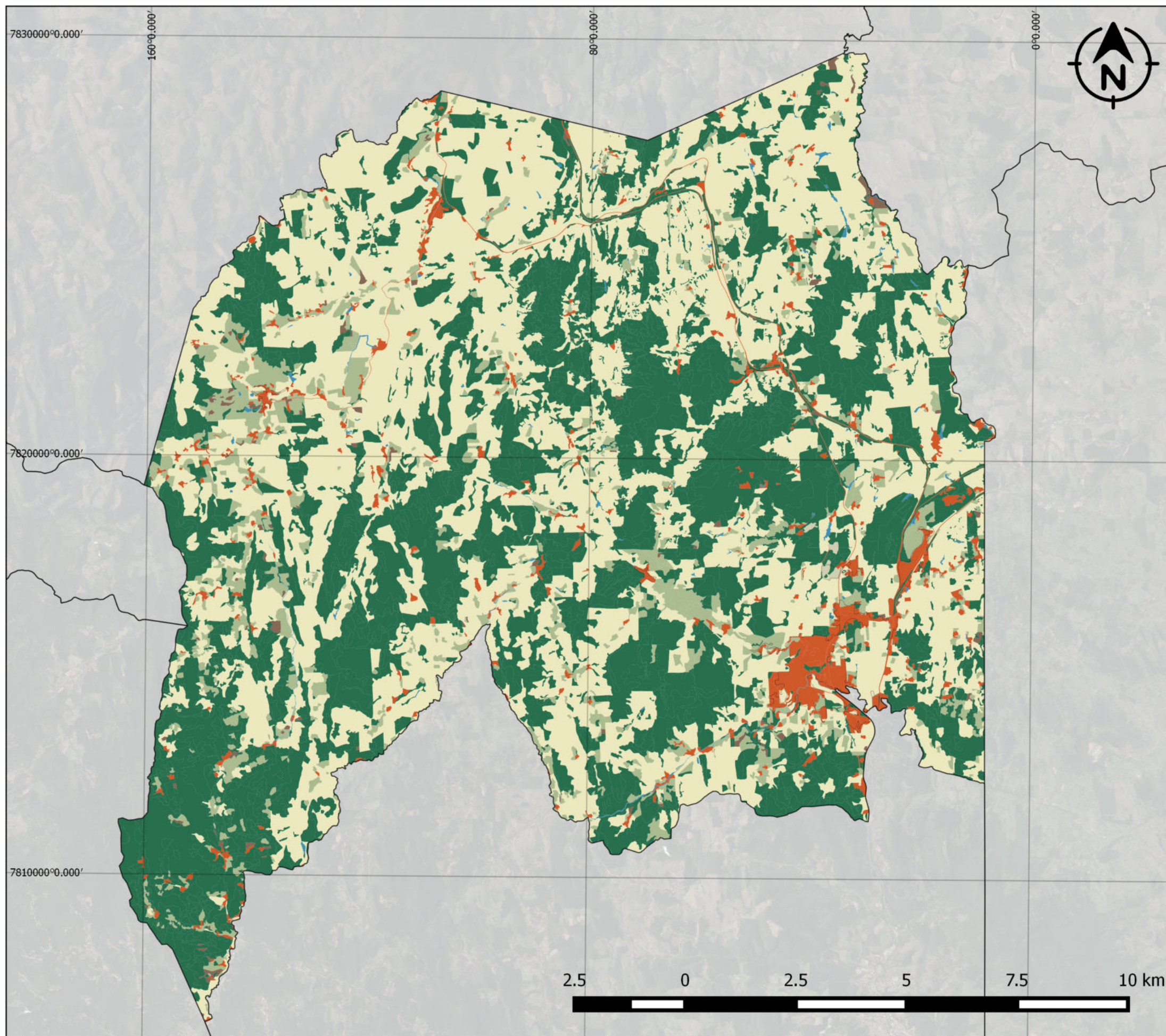
Com a mesma base de geodados utilizada para a geração do mapeamento *Uso e cobertura da terra (Vegetação)*, propõe-se uma reclassificação relativa ao uso e cobertura da terra, tendo como referência o Manual Técnico de Uso da Terra (IBGE, 2013), sendo essa:

- i) Áreas antrópicas não-agrícolas, englobando as áreas equivalentes a cidades, vilas, áreas urbanas isoladas, ocupações, áreas de extração;
- ii) Áreas antrópicas agrícolas de cultivo, as quais incluem culturas temporárias, culturas permanentes, reflorestamentos e cultivos agroflorestais;
- iii) Áreas antrópicas agrícolas de pastagem;
- iv) Áreas de vegetação natural;
- v) Água/corpos d'água;

Nesse mapeamento (Mapa 10), torna-se mais evidente a setorização dos usos do solo, sendo predominantes em uma faixa perimetral oeste-nordeste as pastagens, referente à parcela norte da primeira figura territorial, enquanto na parcela referente às segunda e terceira figuras, concentram-se áreas de vegetação natural. No extremo sudeste, encontra-se uma grande área urbanizada. A faixa sul da primeira figura territorial demonstra a maior heterogeneidade de usos socioeconômicos, além de possuir a maior área antrópica não agrícola do território de estudo.

b) Antropização/Expansão urbana

Faz-se desenho das vias e quadras a nível municipal, de modo a entender os níveis de expansão urbana do solo (Mapa 11). Nesse sentido, aponta-se as dinâmicas de assentamento a nível municipal. Aproxima-se um recorte na área de maior expansão urbana, centralizado na faixa de primeira inserção histórica. Percebe-se que todo o perímetro sudoeste-norte possui assentamentos espalhados e a demarcação de quadras é predominante no núcleo de João Neiva, enquanto nos outros núcleos as vias determinam as ocupações.



Legenda

- Áreas antrópicas agrícolas de cultivo
- Áreas de vegetação natural
- Corpos d'água
- Áreas antrópicas não-agrícolas
- Áreas antrópicas agrícolas de pastagem

BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
Fonte: Geobases



Escala Recorte 1:7500

Legenda

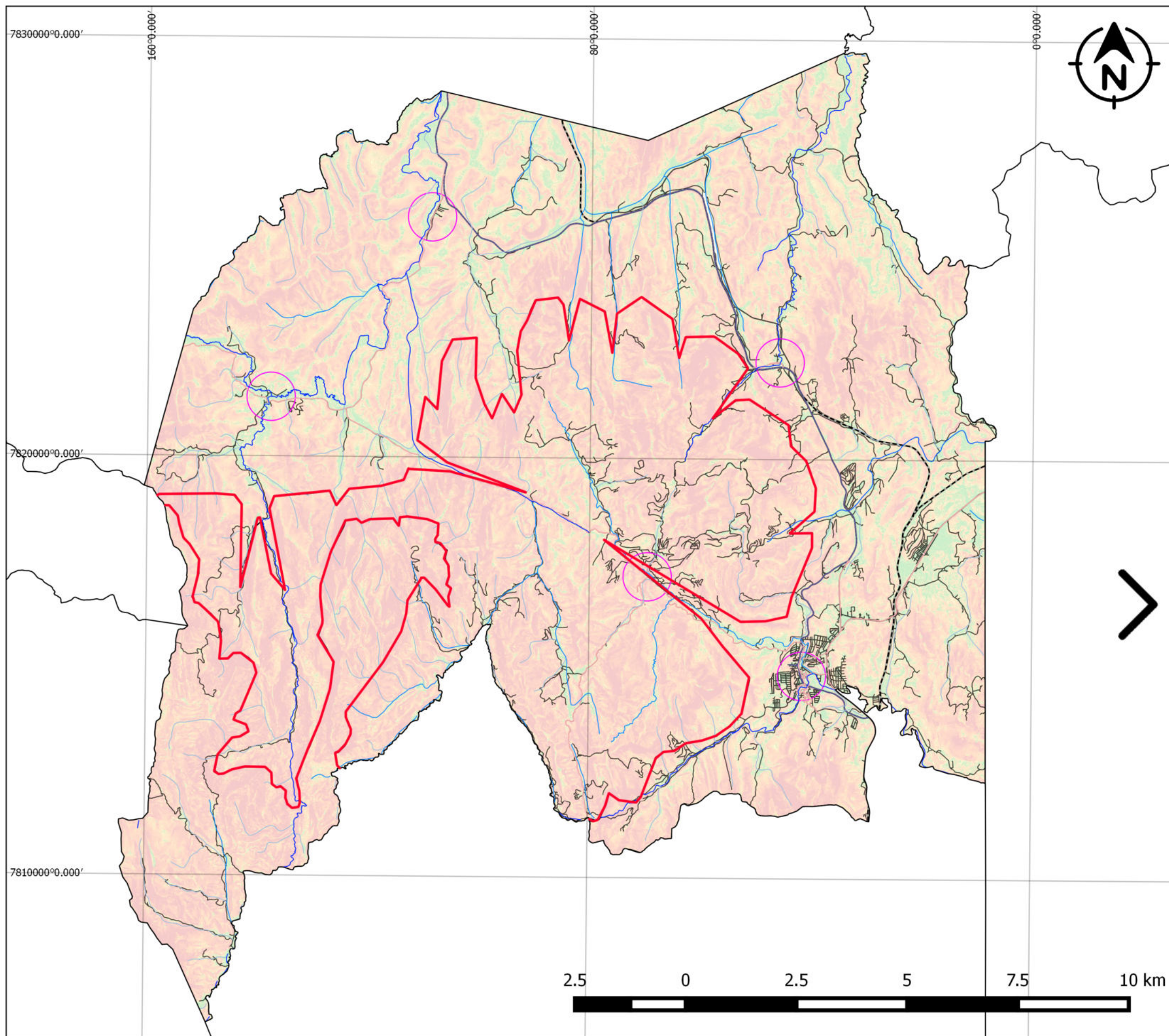
Fases de expansão da área urbanizada

Histórico  Coexistente

BASE DE DADOS

Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S

Fonte: Geobases



Legenda

- Figura Territorial 1
- Figura Territorial 2
- Figura Territorial 3

BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
Fonte: Geobases

4.2. O PROJETO REPRESENTACIONAL DE RISCOS E RESISTÊNCIAS TERRITORIAIS

As descrições sintético-analíticas apresentadas, como discutido, apresentam um quadro do patrimônio territorial em sua dimensão coexistente, o que serve de subsídio à leitura e à compreensão do patrimônio territorial, porém não inova metodologicamente em uma investigação interseccional dos tempos histórico e coexistente, que permita um cruzamento de informações relativas às variáveis atuantes nos sedimentos territoriais, ocorridas sucessivamente através dos atos territorializantes. Sendo assim, propõe-se um projeto representacional de riscos e resistências territoriais, definido metodologicamente no capítulo anterior e expresso graficamente na Figura 05 do mesmo capítulo.

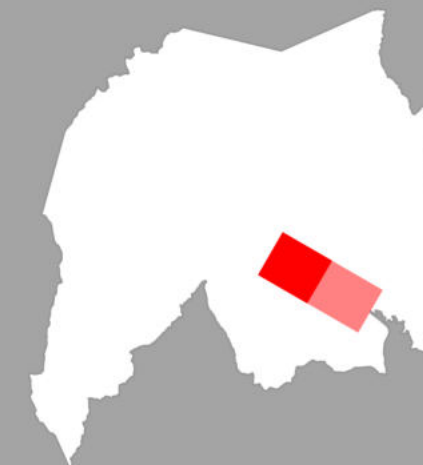
Esse estudo relacional atua frente ao cenário de dissolução, visto permitir o entendimento a nível territorial das ações-reações dos atos territorializantes sobre os sedimentos do patrimônio territorial, e como esses implicam em suas manutenções, transformações e perdas.

Através das descrições analítico-sintéticas anteriores, é definido um recorte territorial para experimentação, buscando um ensaio a nível territorial em uma área com fortes interrelações e que apresente, também, maiores contradições. Tendo como ênfase a visível dissolução do patrimônio territorial através de seus sedimentos materiais, expressa quantitativamente na descrição analítica de bens etnoantrópicos, o recorte de análise abrange os núcleos urbanizados de Demétrio Ribeiro e João Neiva, visto englobarem a maioria dos bens demarcados e, qualitativamente, apresentarem cronologias originárias mais heterogêneas, além de um histórico de perdas mais evidente.

De modo a evidenciar as dinâmicas de transformação da paisagem, faz-se confronto entre os Usos do Solo dos últimos quarenta anos, por intermédio dos ortofotomosaicos de 1970 (Mapas 13 e 14) e de 2012-2015 (Mapas 15 e 16). Utiliza-se a mesma classificação adotada na descrição analítica “04a. Uso e cobertura da terra” para as duas cronologias que, quando sobrepostas, evidenciam manutenções e transformações.

São agrupados os níveis de áreas de uso antrópico agrícola (cultivo e pastagem) visto o mapeamento do ano de 1970 ser pouco preciso pela qualidade do ortofotomosaico do referido ano, fazendo com que as áreas de pastagem e cultivo sejam de difícil distinção. Esses, sobrepostos, apontam as áreas de manutenção e transformação nos Mapas 17 e 18. Sendo assim, esse mapeamento evidencia um maior dinamismo nas sínteses socioeconômica e de assentamento, sendo as camadas mais submetidas a processos de transformações e desenvolvimento. As transformações na extremidade de Demétrio Ribeiro são pouco evidentes, percebe-se um aumento na área de vegetação densa, o que indica

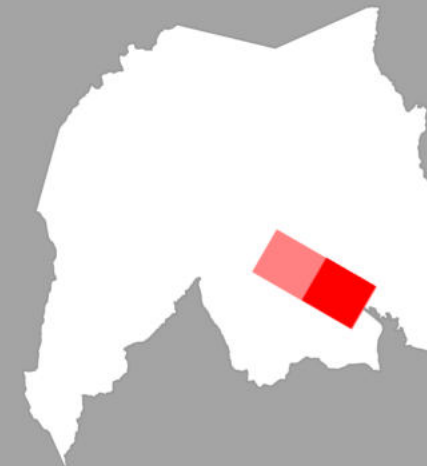
reflorestamentos, e a inserção de pequenos núcleos urbanizados espalhados ao longo das principais vias. Junto à extremidade de João Neiva, as alterações são mais perceptíveis: aumenta-se a antropização urbana em detrimento de áreas de vegetação nativa e áreas antrópicas agrícolas. São identificadas áreas urbanas espalhadas, porém a grande maioria da expansão ocorre junto ao núcleo originário.



Legenda

- Áreas de vegetação natural
- Corpos d'água
- Áreas antrópicas não-agrícolas
- Áreas Antrópicas Agrícolas

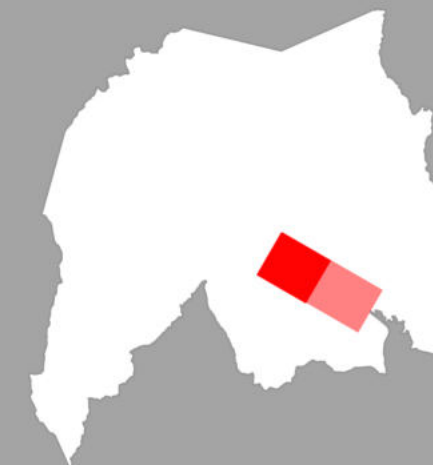
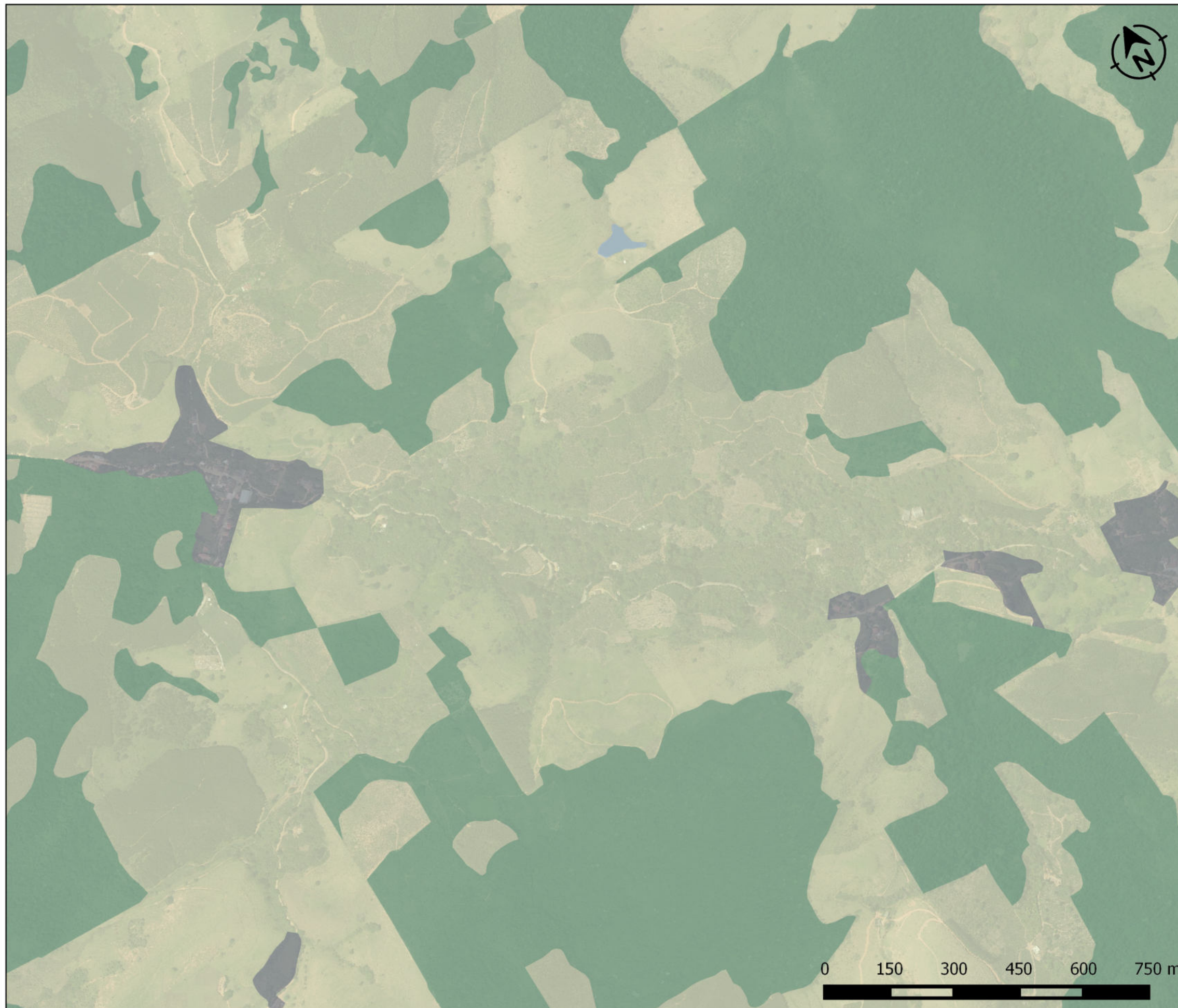
BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
Fonte: Geobases



Legenda

- Áreas de vegetação natural
- Corpos d'água
- Áreas antrópicas não-agrícolas
- Áreas Antrópicas Agrícolas

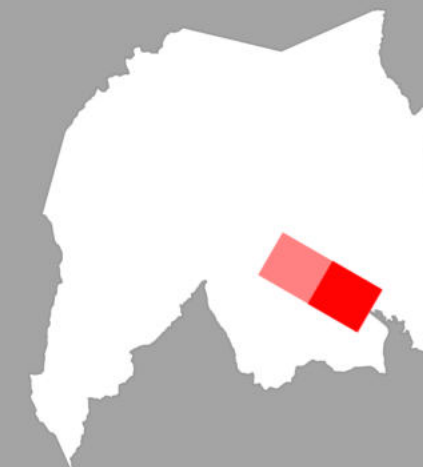
BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
Fonte: Geobases



Legenda

- Áreas de vegetação natural
- Corpos d'água
- Áreas antrópicas não-agrícolas
- Áreas Antrópicas Agrícolas

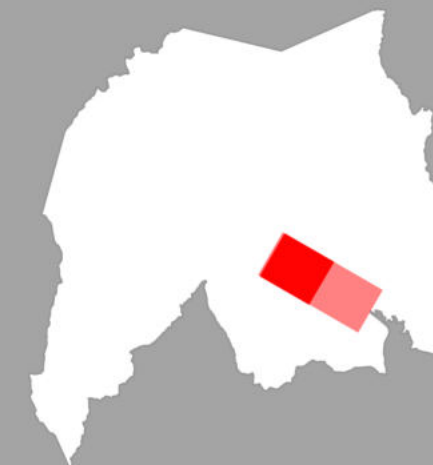
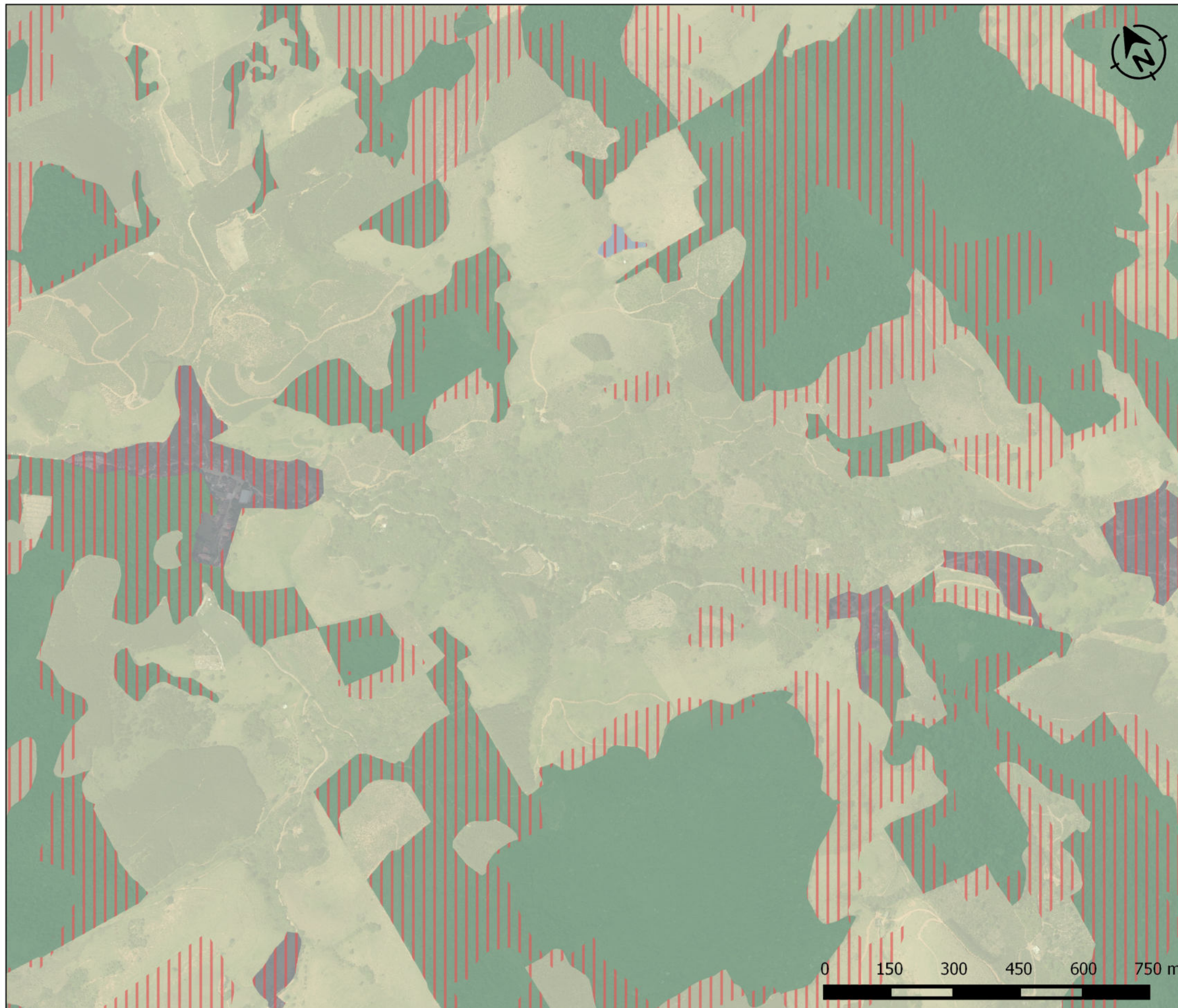
BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
Fonte: Geobases, IEMA



Legenda

- Áreas de vegetação natural
- Corpos d'água
- Áreas antrópicas não-agrícolas
- Áreas Antrópicas Agrícolas

BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
Fonte: Geobases, IEMA



Legenda

Uso e Cobertura da Terra (2012-15)

- Áreas de vegetação natural
- Corpos d'água
- Áreas antrópicas não-agrícolas
- Áreas Antrópicas Agrícolas

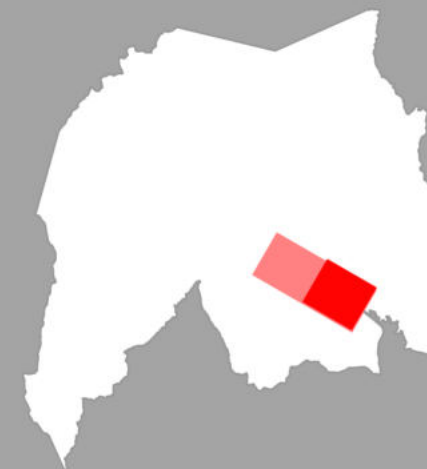
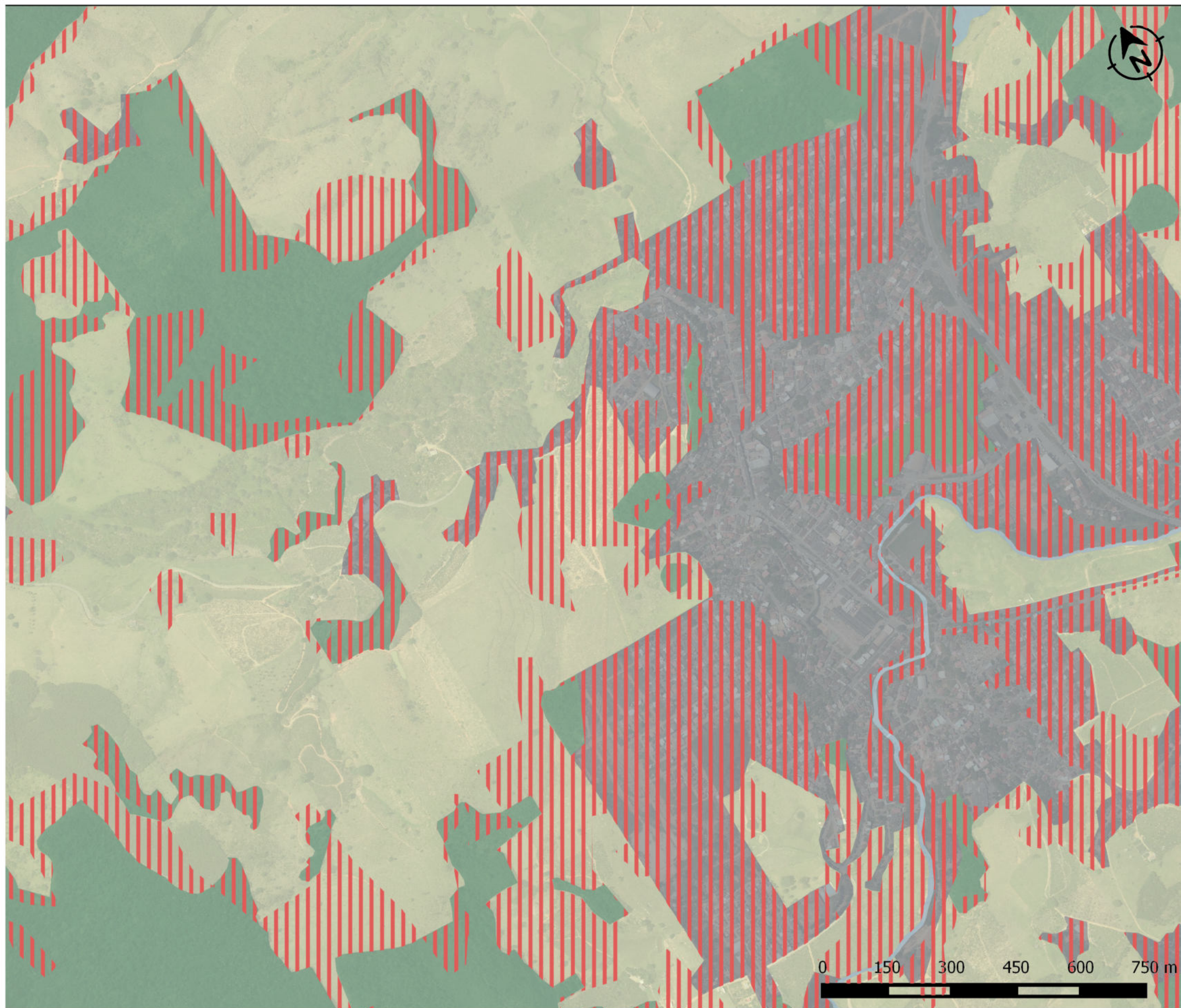
Áreas de Transformação

- Transformações

BASE DE DADOS

Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S

Fonte: Geobases. IEMA



Legenda

Uso e Cobertura da Terra (2012-15)

- Áreas de vegetação natural
- Corpos d'água
- Áreas antrópicas não-agrícolas
- Áreas Antrópicas Agrícolas

Áreas de Transformação

Transformações

BASE DE DADOS

Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S

Fonte: Geobases, IEMA

O quadro analítico de bens etnoantrópicos passa por um refinamento, onde são adicionadas ao quadro analítico as estruturas perdidas, identificadas em fotografias e fontes secundárias, com o objetivo de apontar as linhas de riscos territoriais.

Definido o recorte de experimentação, faz-se a atribuição de valores do Projeto Representacional de Riscos e Resistências Territoriais, sugerido enquanto metodologia de leitura do Patrimônio Territorial. Busca-se identificar as associações entre diacronia, relações e forma, sendo elencadas informações relativas a: multiterritorialidades; longa duração; relações de poder; energias de inovação/contradição; envelhecimentos físicos e sociais; permanências, persistências e perdas; estado de conservação. Os bens etnoantrópicos identificados na síntese 03b) *Bens etnoantrópicos* são listados e dispostos juntamente às variáveis elencadas para o quadro sintético-analítico proposto na metodologia (Figura 5), compondo as Fichas Catalográficas de Pré-inventário (Apêndice A). Ao fim do subcapítulo, dispõe-se o mapeamento de síntese, que contém a sobreposição das camadas analíticas de maior relevância.

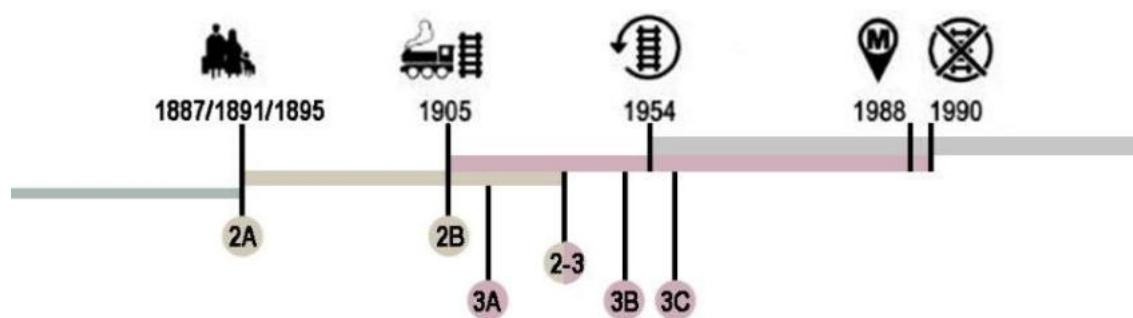
4.2.1. Síntese Diacrônica

4.2.1.1. Multiterritorialidades

Durante a leitura histórico-estrutural, apresentada no Subcapítulo 4.1.1, define-se o quadro esquemático de multiterritorialidades (Figura 6), às quais o território de João Neiva se submete. Esse é utilizado como base para a definição das tipologias multiterritoriais, às quais os bens etnoantrópicos se caracterizam, sendo essas seções coerentes de formas implantadas no tempo, de modo a definir hierarquicamente uma variável de relações implementadas no espaço. Sua distribuição espacial fornece uma percepção da articulação do local, as preferências formais nele implantadas, hierarquias, relevância, conexões.

Na multiterritorialidade de Imigração (2), são identificadas duas tipologias: 2A (Imigratória de implantação) e 2B (Imigratória de expansão). Na multiterritorialidade Industrial (3) se identificam três tipologias: 3A (Industrial de implantação), 3B (Industrial de consolidação) e 3C (Industrial de ascensão). Além dessas, identifica-se uma tipologia que formalmente se insere entre as duas territorialidades, denominada Intermediária (2-3).

Figura 7: Tipologias multiterritoriais de João Neiva



Fonte: Produzido pela autora, 2020

Posenato (1997, p. 23-24) caracteriza como de Fase Imperial e Republicana os três primeiros núcleos do atual município de João Neiva (Acioli de Vasconcelos, 1887, Demétrio Ribeiro, 1891, Muniz Freire, 1892). Nos núcleos, são predominantes arquiteturas italianas tradicionais/populares cujas características são: base material essencialmente artesanal; diversidade de soluções, com tendência ao estereótipo; disposição a aculturação e assimilação de técnicas locais; uso dos materiais do entorno; conforto ambiental; integração com o meio (POSENATO, 1997). O núcleo de estudo carece de documentação acerca dos sedimentos materiais anteriores e posteriores à essa temporalidade, sendo encontradas informações sobre os bens etnoantrópicos posteriores, relativos à pós-industrialização, em relatos da vida pública e social implantada na localidade, portanto, com enfoque nos elementos de uso público e/ou coletivo (RIBEIRO, 1992).

Tipologicamente, a classe 2A - Imigratória de implantação compreende edificações com as seguintes características: são edificadas sobre alicerces corridos, assentados sobre o solo; possuem cobertura de duas ou quatro águas, por vez finalizadas com beira e bica ou beirais de cimalha; quando de uso residencial possuem uma fachada principal onde se localiza a entrada, geralmente centralizada, elevada e com marcação de degraus de acesso; quando abrigam usos não-residenciais contam com portadas marcando divisão de usos; simetria; ornatos que emolduram a edificação e as esquadrias, além de marcar a divisão entre pavimentos. Concentra-se majoritariamente em Demétrio Ribeiro, sendo também a tipologia dominante no referido núcleo.

A tipologia multiterritorial 3A - Industrial de implantação (Figura 8) engloba as primeiras edificações implantadas no núcleo industrial, as Oficinas de Reparação de Vagões, a Estação de João Neiva, a Capela de Santa Luzia e o Liceu Pedro Nolasco. Singulares, destacam-se formalmente por não absorverem características dos bens etnoantrópicos previamente edificados. Fazem uso de elementos singulares como: frontões decorados com pináculos e inscrições, uso de madeira em fechamentos e ornatos como lambrequins, portas de madeira e vidro, arcos ogivais, telhado chanfrado e uso de mais de quatro águas.

Figura 8: Tipologias multiterritoriais 3A. a) Capela de Santa Luzia; b) Estação de João Neiva;



Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Municipal de João Neiva

Na tipologia 2B - Imigratória de expansão, característica da implantação do centro urbano de João Neiva, verifica-se uma preocupação na ornamentação da fachada principal, agora predominantemente implantada na testada dos lotes. Os principais ornatos dessa tipologia são a platibanda decorada e o frontão recortado. Por vez, são implantadas edificações que, mesmo com planta retangular, possuem telhados com mais de quatro águas sendo a entrada marcada por oitão. Têm influência estético-formal no ecletismo e concentram-se Avenida Presidente Vargas e na Rua Pedro Nolasco (Figura 9).

Figura 9: Tipologias multiterritoriais 2B. a) Vista geral do núcleo; b) Rua Pedro Nolasco;

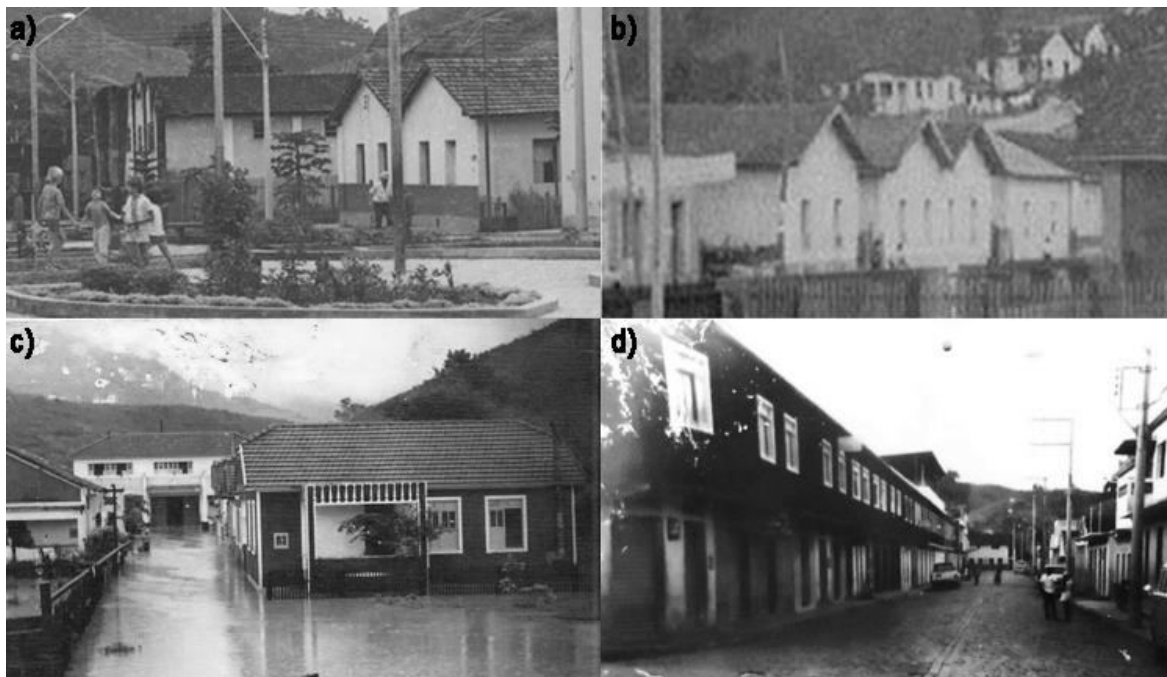


Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Municipal de João Neiva, alterado pela autora

A tipologia multiterritorial 2/3 – Intermediária (Figura 10) engloba arquiteturas de menor porte e mais simples, com menos cura em ornatos, que emolduram tanto a edificação quanto as esquadrias e formam inscrições no oitão, restritas à fachada principal. A tipologia de telhado chanfrado, implantada no Liceu Pedro Nolasco, passa a ser utilizada em ampla escala, comum na classe intermediária. Predomina a implantação na testada do lote, com entrada lateral e duas janelas na fachada frontal. Tais edificações aparentam ser implantadas de modo serial, em política de expansão na área central do núcleo de João

Neiva. Outra tipologia implantada é o conjunto multifamiliar de uso misto, ocupando o lote em sua totalidade com avanço sobre a rua no segundo pavimento.

Figura 10: Tipologias multiterritoriais 2-3. a) Praça N. S. do Líbano; b) Rua Pedro Nolasco; c) Rua Irmã Fortunata; d) Av. Presidente Vargas;



Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Municipal de João Neiva

No tipo 3B - Industrial de ascensão (Figura 11), são notados avanços tecnológicos desenvolvidos no pós-industrialização, de características locais, fruto de uma sabedoria territorial adquirida, processual e autocentrada. Tem referências técnico-construtivas e estéticas modernas, tais como o uso de estrutura aparente, de elementos de proteção solar, de formas simples e geométricas, livres das ornamentações amplamente utilizadas nas edificações dos períodos anteriores. Tem como característica estético-formal a singularidade, refletida em seu uso e ocupação, geralmente público-comunitário.

Figura 11: Tipologia multiterritorial 3B. a) Centro de Formação Profissional Talmo Luiz Silva; b) Clube Pedro Nolasco.



Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Municipal de João Neiva

A última tipologia, 3C - Industrial de ascensão (Figura 12), mostra avanços tecnológicos heterocentrados, advindos da implantação da Companhia Vale do Rio Doce. Tem como principal característica a pré-fabricação em madeira e a implantação em modo serial, com objetivo de abrigar os funcionários da empresa. São implantados quatro padrões, nas proximidades das oficinas e em um bairro previsto para expansão urbana, o bairro Vila Nova (de cima e de baixo), sendo os padrões edificadas: 01a, unifamiliar com entrada frontal; 01b, variação de 1a, com varanda; 02, unifamiliar com entrada lateral; 03, unifamiliar com estrutura articulada aparente; 04, multifamiliar geminada.

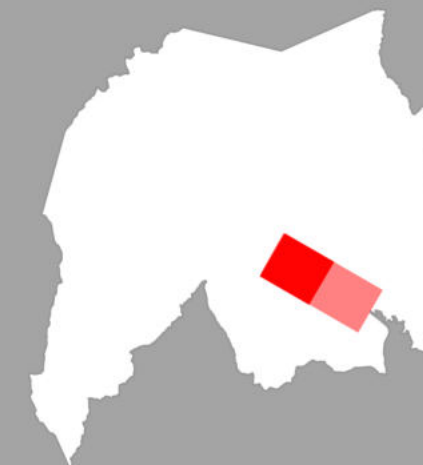
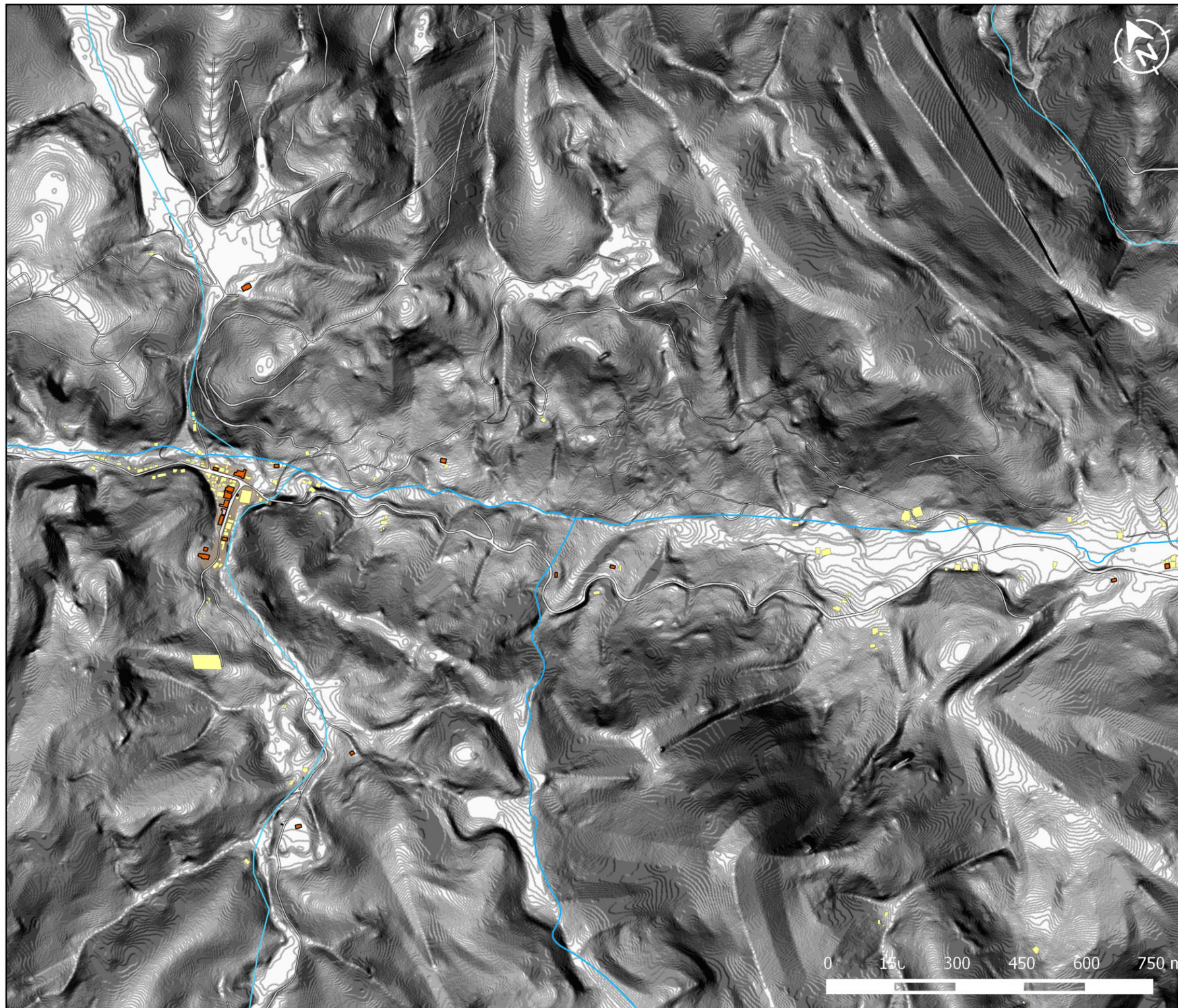
Figura 12: Tipologias multiterritoriais 3C. a) Rua Primeiro De Maio; c) Rua André Alves;



Fonte: a) Google Street View; b) Acervo da autora, 2020;

O mapeamento das tipologias multiterritoriais (Mapa 19 e 20) evidencia uma homogeneidade nas inserções em Demétrio Ribeiro, núcleo de pequena expansão, onde predominam as tipologias multiterritoriais 2A e 2B, ambas imigratórias; enquanto em João Neiva as tipologias são mais heterogêneas, variando do 2B ao 3C, do Imigratória de expansão ao industrial de ascensão.

Os bens etnoantrópicos perdidos em processos de territorialização anteriores são identificados de acordo com sua implantação aproximada: os singulares são marcados por intermédio de pontos; e os inseridos em conjunto ou complexos, quando criam uma conformação urbana, são demarcados em polígonos e representados de modo tracejado, de modo a diferenciar daqueles identificados no processo de territorialização coexistente, identificados nas análises do subcapítulo anterior. O refinamento dos bens etnoantrópicos, feito durante a análise de morfotipos territoriais, portanto, baliza as análises posteriores do projeto representacional.



Legenda

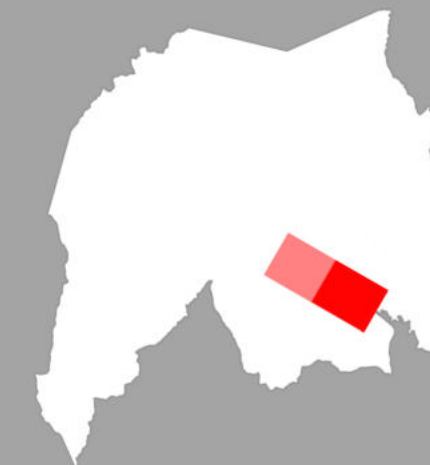
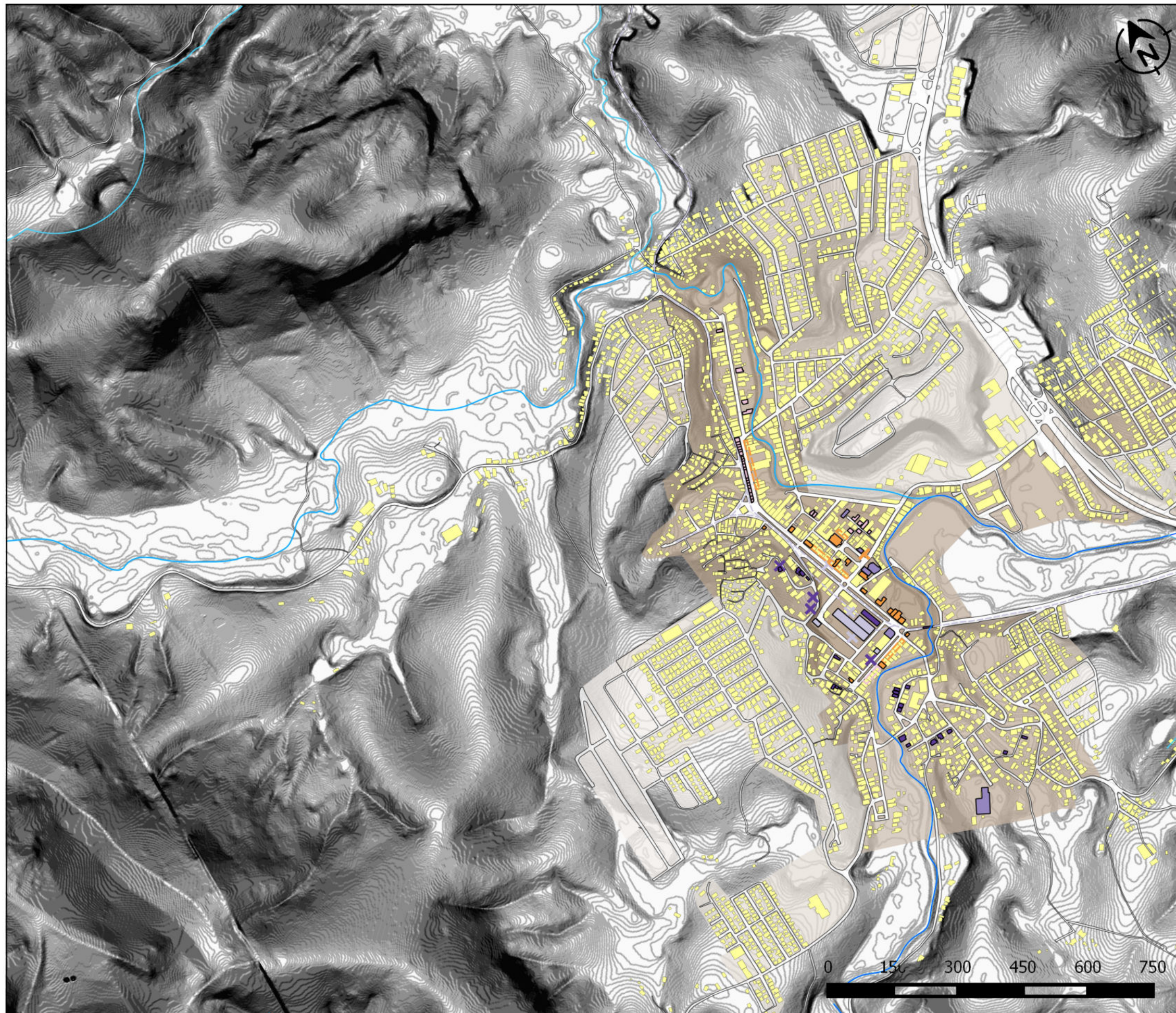
Tipologia Multiterritorial

- Imigratória de implantação
- Imigratória de expansão
- Intermediária
- Industrial de implantação
- Industrial de consolidação
- Industrial de ascensão

- ✕ Perdas de Longa Duração (Isoladas)
(cor segundo tipologia)
- Perdas de Longa Duração (Conjuntos)
(cor segundo tipologia)
- Outras Edificações
(não enquadradas como bens etnoantrópicos)

BASE DE DADOS

Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
Fonte: Geobases



Legenda

Tipologia Multiterritorial

- Imigratória de implantação
- Imigratória de expansão
- Intermediária
- Industrial de implantação
- Industrial de consolidação
- Industrial de ascensão
- ✕ Perdas de Longa Duração (Isoladas)
(cor segundo tipologia)
- Perdas de Longa Duração (Conjuntos)
(cor segundo tipologia)
- Outras Edificações
(não enquadradas como bens etnoantrópicos)

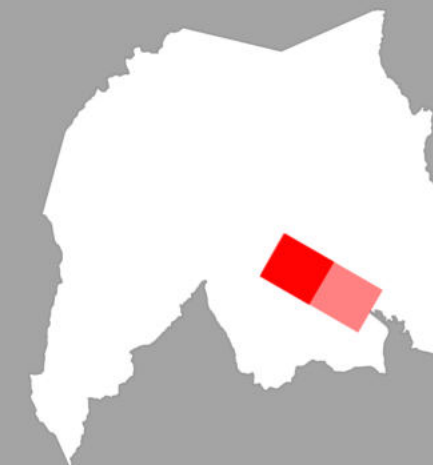
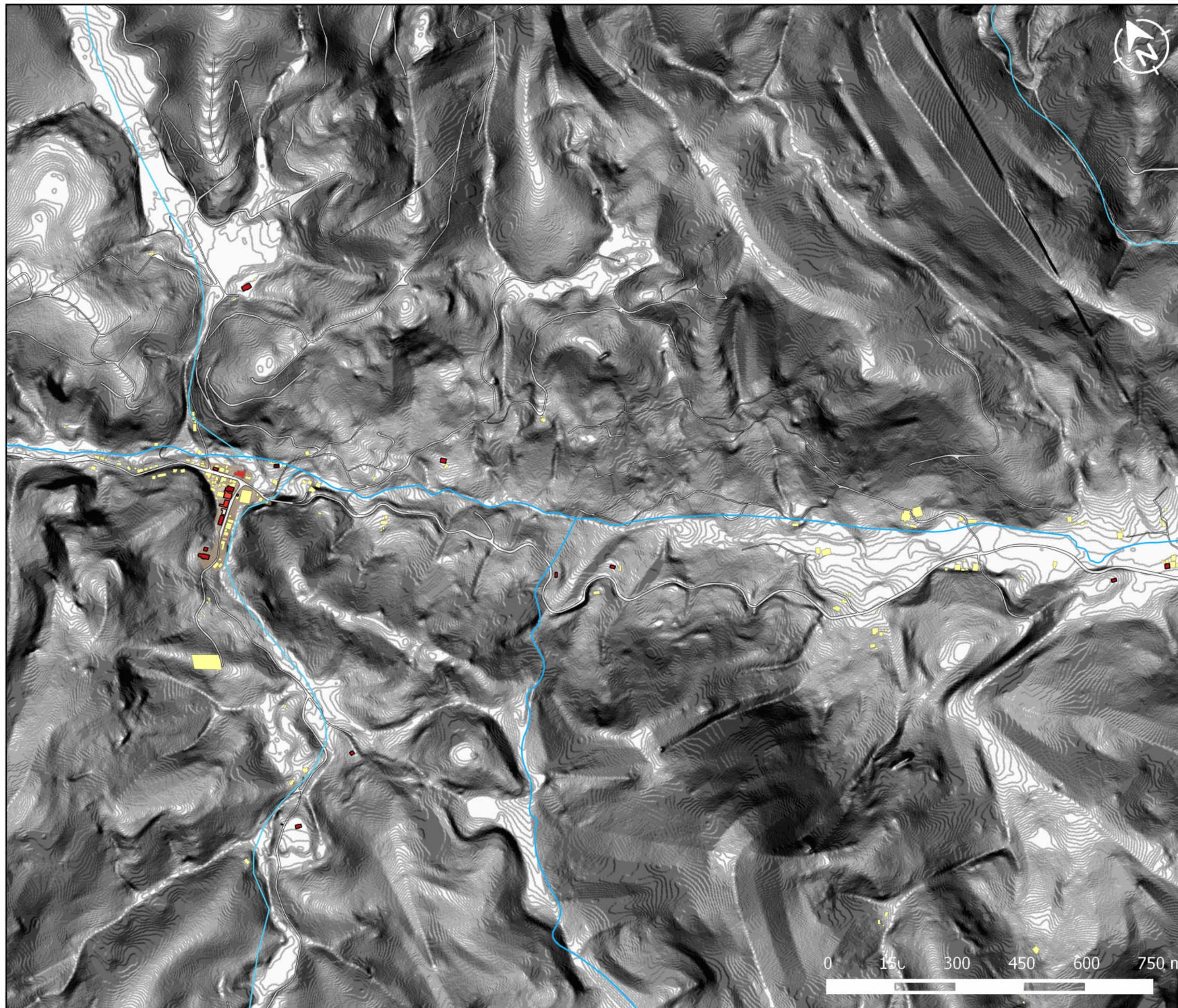
BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
Fonte: Geobases

4.2.1.2. Longa duração

De modo a criar uma linha do tempo da sedimentação antrópica, são buscadas informações acerca da datação dos bens analisados através de inscrições e análise de fontes primárias e secundárias. A pesquisa histórico-estrutural não nos fornece a datação exata de todas as estruturas analisadas, sendo comum uma estimativa construtiva por década ou intervalos de anos. Assim, toma-se como classificação de representação a década de construção.

Cruzando informações de fotografias históricas com os mapeamentos do Projeto de Estruturação dos Municípios recém-criados do ES (IJSN, 1988), além da verificação e do confronto de informações das tipologias e padrões construtivos, são estimadas as datas dos bens etnoantrópicos não documentados em intervalos, apresentados em mapeamento com simbologia diferenciada (Mapas 21 e 22).

Percebe-se, assim, como no mapeamento anterior, homogeneidade temporal junto ao núcleo de Demétrio Ribeiro, enquanto em João Neiva a temporalidade de inserção dos bens etnoantrópicos segue, de modo rizomorfo, a linha da antiga linha de ferro, estendendo-se a partir da primeira inserção, as Oficinas de Reparação de Vagões. Fogem desse eixo estruturante algumas das edificações tipo 3C, descritas anteriormente, e o Centro de Formação, implantados no bairro Vila Nova.

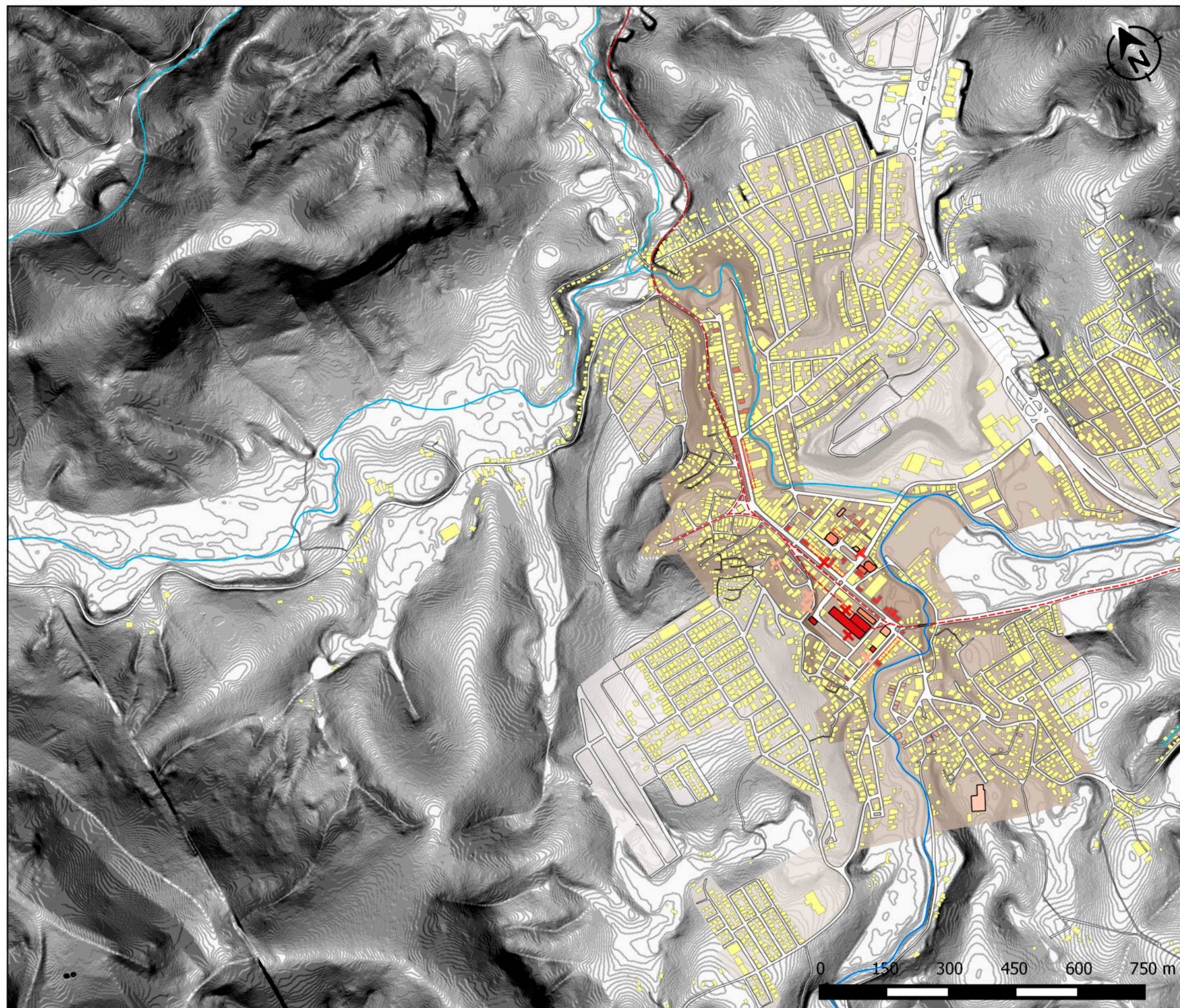


Legenda

Data de Construção

- 1880
- 1890
- 1900
- 1910
- 1910-1930 (Não Datadas)
- 1820
- 1830
- 1830-1950 (Não Datadas)
- 1840
- 1850
- 1850+ (Não Datadas)
- 1860
- 1880
- ✕ Perdas de Longa Duração (Isoladas)
(cor segundo datação)
- Perdas de Longa Duração (Conjuntos)
(cor segundo datação)
- Outras Edificações
(não enquadradas como bens etnoantropicos)

BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
Fonte: Geobases



Legenda

Data de Construção

- 1880
- 1890
- 1900
- 1910
- 1910-1930 (Não Datadas)
- 1820
- 1830
- 1830-1950 (Não Datadas)
- 1840
- 1850
- 1850+ (Não Datadas)
- 1860
- 1880
- ✕ Perdas de Longa Duração (Isoladas)
(cor segundo datação)
- Perdas de Longa Duração (Conjuntos)
(cor segundo datação)
- Outras Edificações
(não enquadradas como bens etnoantropicos)

BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
Fonte: Geobases

4.2.2. Síntese Relacional

4.2.2.1. Relações de poder

Um dos principais objetivos dos Planos Paisagístico-Territoriais Regionais, nos quais se aplicam as conceituações da Escola Territorialista Italiana, é “melhorar o entendimento da própria paisagem, garantindo uma pluralidade de relações” (CARTA, 2011, p. 48). A individuação de elementos e relações físicas, econômicas, sociais e culturais presentes e persistentes no território são “cruciais para a construção da identidade do território” e identificam a “consistência qualitativa do patrimônio territorial” (CARTA, 2011, p. 123), compondo seu quadro de invariância. Sendo assim, metodologicamente, é ampliada a leitura histórico-estrutural buscando atribuir as relações prevalentes nas estruturas antrópicas. Como fonte de dados, busca-se analisar modalidades de organização que atuam diretamente sobre o bem etnoantrópico e seu território circundante, além de promover reflexão acerca da modificação desses quadros e relações. Tais informações compõem os Mapas 23 e 24.

Santos (1992, p. 1) trata o espaço como instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica, político-institucional e cultural-ideológica; “contém e é contido pelas demais instâncias”, sendo também princípio ativo dos processos, que adquirem expressão territorial formal. Uma definição de variáveis às quais o território – enquanto espaço habitado – se submete em sua organização.

A organização existe, exatamente, para prolongar a vigência de uma dada função, de maneira a lhe atribuir uma continuidade e regularidade que sejam favoráveis aos detentores do controle da organização. Isso se dá através de diversos instrumentos de efeito compensatório que, em face da evolução própria dos conjuntos locais de variáveis, exercem um **papel de regulador**, de modo a privilegiar um certo número de agentes sociais. A organização, por conseguinte, tem um papel de **estruturação compulsória**, que frequentemente contraria as tendências do **dinamismo próprio**. Se a organização seguisse imediatamente a evolução **propriamente estrutural**, ela seria uma espécie de cimento moldável, desfazendo-se ao impacto de uma variável nova ou importante, para se refazer cada vez que uma nova combinação se completasse. Na medida em que a organização se torna uma norma, imposta ao funcionamento das variáveis, esse cimento se torna rígido. (SANTOS, 1992, p. 13, grifo nosso)

A análise relacional, portanto, busca entender as variáveis na organização estrutural do território a que estão submetidas as formas. Os elementos e variáveis evoluem, segundo três princípios: ação externa, responsável pela evolução exógena do sistema; intercâmbio entre subsistemas, que implica em uma evolução interna do todo; particular, que age em parcelas ou elementos de sistemas de modo isolado, sendo igualmente endógena e interna (SANTOS, 1992, p. 17).

A análise da invariância econômica toma como base de dados o mapeamento em campo e o histórico-estrutural, fazendo um comparativo histórico-coexistente com o objetivo de identificar manutenções e transformações na funcionalidade dos bens etnoantrópicos

destinados à atividade econômica, sendo caracterizados em: manutenção, supressão, transformação, obsolescência e nulidade dessas relações no tempo. Essas têm influência no dinamismo da organização territorial e o patrimônio antrópico se torna palco de conflitos, tendo como reflexo sua manutenção ou dissolução. As manutenções e nulidades seguem tendências do dinamismo próprio dos bens, enquanto transformações, obsolescências e nulidades são provenientes de organização, de estruturação compulsória. São obtidas informações acerca das variáveis sob as quais as estruturas se submetem, sendo externas, internas e particulares.

No mapeamento em Demétrio Ribeiro é identificada uma predominância de nulidades, manutenções e supressões, ocorrendo algumas transformações de modo pontual. Em João Neiva todas as perdas de longa duração são identificadas como obsoletas e são predominantes, no tecido existente, as transformações. As perdas de conjuntos junto ao traçado resultante da linha férrea sofrem processos de transformação, visto deixarem de abarcar funções residenciais e passar a formar um centro comercial, enquanto os conjuntos distantes dessas, apesar de materialmente substituídos, dão espaço a edifícios de função também residencial.

Esse levantamento, quando comparado ao uso do solo atual, a nível territorial e físico-construído, identifica uma concentração de usos econômicos, de serviço e infraestruturais no bairro Centro, enquanto nos outros bairros esses usos são praticamente nulos. Essa monofuncionalidade aponta uma dependência dos bairros circundantes do centro, potencializando as contradições das ações de expansão urbana pela periferização e difusão, excluindo das áreas periféricas as modernizações implantadas no centro industrial. Nessa perspectiva, os setores modernizados da inserção industrial “são também os mais capazes de receber outras modernizações” (SANTOS, 1992, p. 32), o que, na perspectiva da desindustrialização, implica na obsolescência seguida da implantação de outros usos – de funções também econômicas, de serviço, institucionais – dissociadas do enraizamento das formas, alienadas, submetidas a relações imediatas, dinâmicas e, por vez, concorrentes.

Tal dissociação entre forma-produção torna os bens, agora obsoletos, passíveis às ações de *desculturização*, visto a substituição de usos ser também uma substituição de pessoas, que ao promover alterações de equilíbrios sociais de poder e introdução de novas formas de fazer, geram desequilíbrios dos quais resultam “quebras de hábitos e tradições e (...) mudança de formas de relacionamento produzidas lentamente durante longo tempo e que se veem, de chofre, substituídas por novas formas de relações cuja raiz é estranha” (SANTOS, 1992, p. 46). Um dos fatores relevantes à análise é o fato do acervo da Companhia Vale do Rio Doce passar a integrar à prefeitura municipal (RIBEIRO, 1992),

sendo esses o Centro de Formação Profissional Talmo Luiz Silva, o Clube Pedro Nolasco, o Liceu Pedro Nolasco, o Museu Ferroviário e os edifícios pertencentes às Oficinas de Reparação de Vagões.

Como adição à perspectiva de organização do território, o levantamento político busca analisar as atuações legais e urbanísticas dadas a nível territorial no município e como essas resultam em perspectivas de organização, desenvolvimento e transformação urbana; essas ocorrem majoritariamente em um recorte temporal que abrange o seu período do pós-emancipação²⁴, período relativamente recente quando comparada a dimensão histórica do território.

O *Anteprojeto de lei de Perímetro Urbano – João Neiva Sede e Distrito de Acioli*²⁵, de 1989, é a primeira atuação a nível territorial do município, de caráter organizacional-estruturador interno. Faz parte do Projeto de Estruturação dos Municípios Recém-Criados do ES (COPLAN-IJSN), que define a delimitação dos perímetros urbanos municipais. Para a definição normativa, leva em consideração os aspectos físicos condicionantes da ocupação, sendo eles: declividade inferior a 30%, áreas com drenagem natural e capacidade de suporte a fundação de edificações, tendências de expansão observadas. O mapeamento produzido pelo convênio COPLAN-IJSN, no recorte de estudo, delimita as ocupações segundo sua temporalidade, áreas carentes e propõe as áreas de expansão, referentes aos anos posteriores a 1989.

Percebe-se que os projetos de habitação social são implantados por duas iniciativas: a primeira, convênio entre a municipalidade e Companhia Habitacional do Espírito Santo – COHAB (IJSN, 1993) e a Companhia Vale do Rio Doce, ambas na segunda fase de expansão da ocupação do centro urbano de João Neiva. Nota-se que a ocupação promovida pela CVRD tem uma maior proximidade com os fluxos de crescimento do centro urbano. Um segundo momento de implantação de habitações sociais, ocorrido anos mais tarde, é dado também de modo isolado. Sendo assim, possui caráter organizacional estruturador particular. As áreas demarcadas como áreas carentes demarcam ocupações com proximidade a áreas de risco (de maior inclinação e risco de inundação), cuja ocupação não foi contida, não atuando em nível organizacional formal.

No mesmo ano, segue a *Lei nº 0017/89 – Parcelamento do Solo Urbano*²⁶, que admite o parcelamento apenas para fins urbanos nas áreas urbanas e de expansão urbana (art. 5º,

²⁴ Lei Estadual nº 4.076/88, quando João Neiva se desmembra do município de Ibiraçu.

²⁵ Disponível em <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/4257> acesso em abril de 2018

²⁶ Disponível em https://www.joaoneiva.es.gov.br/adm/legislacao/17_.pdf acesso em abril de 2018

cap I). Algumas das suas normas são: a) Não permite parcelamento do solo em terrenos: alagadiços ou sujeitos à inundação; com declividade igual ou superior a 40%; onde as condições geológicas não aconselham a edificação; aterrados com matérias nocivas a saúde pública sem prévio saneamento; sem condições sanitárias suportáveis; áreas de preservação ecológica, definidas em legislação federal, estadual ou municipal; terrenos sem acesso a logradouros públicos; em sítios arqueológicos definidos em legislação federal, estadual ou municipal (art. 6  , cap I); b) Não permite movimento de terra, aterros e cortes que possam alterar predatoriamente as formas dos acidentes naturais da região e prevê a manutenção da vegetação existente (art. 7  , cap I); c) Dispõe a destinação de 35% de áreas de loteamentos ao uso público, sendo destas 5% de espaços livres e 5% de equipamentos comunitários. Prevê reserva de faixa non *aedificandi* de 10m de cada lado de faixas de águas correntes e dormentes, além de faixas de domínio público de rodovias, ferrovias e dutos (art. 8  , cap II), sendo essa um terço do mínimo definido pela Lei n   12.651, de 25 de maio de 2012. Essas definições mostram o centro urbano de primeira ocupação inadequado a novos parcelamentos.

Frente    evento meteorológico extremo, cujas chuvas iniciaram em 16 de dezembro de 2013 e perduraram por oito dias ininterruptos, ocasionando bruscas inundações e deslizamentos de solos, declara-se *Situação de emergência*²⁷ (*Decreto n   4.770, de 23 de dezembro de 2013*) em áreas afetadas por enxurradas e deslizamentos de solo e/ou rocha. Autoriza mobilizações para reabilitação, reconstrução, a convocação de voluntários para reforçar ações de resposta ao desastre; ou seja, ações no âmbito social. Além disso, autoriza o início de processos de desapropriação de propriedades particulares localizadas em áreas de risco, propriedades estas trocadas por outras localizadas em áreas seguras. Não há registro de reflexos na reorganização territorial por resultado dessa ação. Tal evento não foi a primeira grande enchente ocorrida no município, sendo seguido por outras recorrentes e atingindo principalmente os locais de primeira inserção do centro urbano; cabendo ressaltar não haver documentação precisa das perdas dos sedimentos materiais por enchentes e inundações.

João Neiva é o primeiro município do Espírito Santo a realizar um projeto de Regularização Fundi  ria²⁸, em 2013, por iniciativa popular da Associação de Moradores, tendo como beneficiário o bairro de Fátima, realizado pela empresa Geomap com base no Provimento 33 da Corregedoria Geral da Justiça-ES. Isso resulta em na *Lei n   2.647 - Procedimentos de aprovação de projeto de regularização fundiária urbana*, de 30 de julho de 2014. Dispõe

²⁷ Disponível em https://www.joaoneiva.es.gov.br/adm/legislacao/decreto_477013_.pdf acesso em abril de 2018

²⁸ Retirado de http://folhalitoral.com.br/site/?p=noticias_ver&id=4931, acesso em abril de 2018

sobre os critérios para a aprovação de projetos de Regularização Fundiária de interesse social, específico ou inominado nas áreas urbanas do município. Aponta que serão admitidos os parâmetros urbanísticos conforme os artigos 51 a 54 da Lei Federal nº 11.977, de 07 de julho de 2009 e independe do atendimento das regras da Lei Municipal nº 0017, de 28 de abril de 1989. Sendo assim, deverá prevenir: regularizações, realocações, áreas destinadas ao uso público, medidas necessárias para a promoção da sustentabilidade urbanística, social e ambiental da área ocupada, incluindo as compensações urbanísticas e ambientais previstas em lei, condições para promover a segurança da população em situações de risco e medidas previstas para adequação da infraestrutura básica. O estudo deverá conter: caracterização da situação ambiental da área a ser regularizada, proposição de intervenções para o controle de riscos geotécnicos e de inundações, recuperação de áreas degradadas e daquelas não passíveis de regularização. O projeto prossegue, abrangendo, em 2016, os bairros Santa Luzia, São Braz, Carrareto e Nossa Senhora da Penha²⁹. Em 2017 é implantada a *Medida Provisória 787/2017*³⁰, a qual prevê desapropriações em João Neiva frente à ampliação da BR-101, que sofre mobilização contrária e reflete na alteração do projeto de duplicação e Regularização Fundiária dos bairros Caboclo Bernardo e Industrial, que resistiram à desocupação planejada para a duplicação da BR-101, realizada em 2019. Em 2018, ocorre a regularização fundiária do bairro Monte Líbano³¹. Essas ações apontam uma consolidação da periferização da área de estudo, que, apesar de próximas de zonas de maior declividade e de áreas previstas como APPs, distanciam-se da área de risco de inundação.

A morfotipologia do território, somada a sua primeira área de expansão, implica em uma concentração dos assentamentos em áreas de fundo de vale aberto, de alto risco hídrico, cuja expansão ordenada gera pequenas periferizações cujos espaços residuais formam assentamentos não ordenados, resultantes de uma dinâmica compensatória, de cunho endógeno e particular, que evita a criação novas periferias. Nesse sentido, comparando ocupações e normativas, nota-se que a expansão urbana começa por uma perspectiva reguladora particular – externa e periférica ao centro urbano já consolidado –, passando a seguir um dinamismo próprio, dominante à anterior.

O entendimento do patrimônio cultural em sua diacronia é essencial à ampliação conceitual do patrimônio ao nível territorial. Engloba um conjunto de práticas, sabedorias,

²⁹ Disponível em <http://www.sitearacruz.com.br/noticia/1035/cat/3/projeto-de-regularizacao-fundiaria-beneficiarios-de-joao-neiva.html> acesso em abril de 2018

³⁰ Disponível em <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/130143> acesso em abril de 2018

³¹ Disponível em <https://www.joaoneiva.es.gov.br/v1/?page=lernoticia¬icia=1546> acesso em abril de 2018

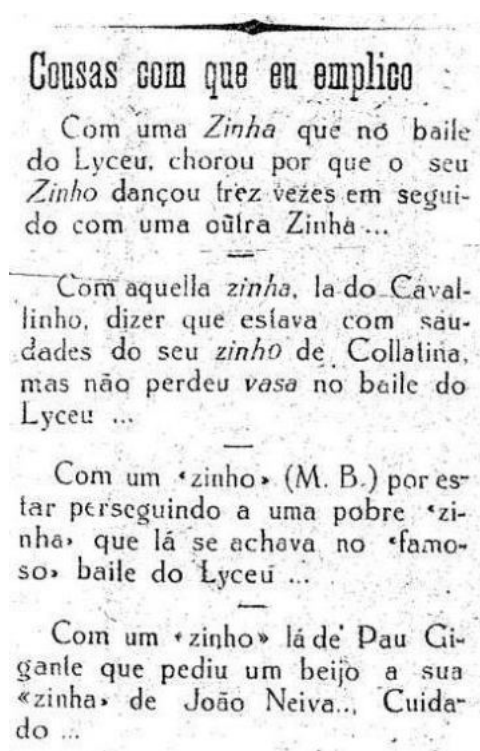
manifestações e ideias persistentes ao longo das gerações, sendo por essência os bens analisados de valor cultural, pois formam conjunto de práticas etnoantrópicas sedimentadas no território de estudo ao longo dos anos.

Para a análise de bens etnoantrópicos, utiliza-se o conceito de patrimonialização de Daniela Poli (2015), que consiste no ato de fazer emergir do passado indistinto alguns elementos, após a revelação de um objeto socialmente. Em consequência, a presença do mesmo entra na memória coletiva, ou seja, dá-se o reconhecimento de valor. Difere-se do termo patrimonialização amplamente difundido no contexto nacional, referido à prática institucionalizada de proteção do patrimônio. O processo de patrimonialização indicado ocorre, na faixa de estudo, predominantemente na territorialidade imigratória, visto que essa é dotada de práticas comunitárias, festividades, além de ser englobada em projetos turísticos. São também levantadas as manifestações culturais, eventos, organizações, uso social e coletivo das estruturas etnoantrópicas, tendo como fonte a pesquisa de uso e ocupação em campo e histórico-estrutural.

As manifestações e organizações ocorrem no território de estudo desde seus primórdios, visto que, com a criação do novo cenário urbano, através da chegada da ferrovia e do desenvolvimento industrial, são implantadas facilidades para atender a vida dos ferroviários que ali se concentraram: escolas de nível básico, escolas de formação, cinema, igrejas, clube. Torna-se, portanto, importante área de convívio social, por criação e essência patrimonializados, destacando-se os grupos e festividades: a Lyra Triunfense, de 1907, inativa por quase seis décadas e retomada como Banda de Música Guilherme Baptista; Baile do Lyceu, já presente na década de 1920; a Banda de Congo São Benedito de Acioli, fundada em 1925, a Banda de Congo São Benedito de João Neiva, criada em 1940, as quais realizam a Festa de São Benedito; o Clube Pedro Nolasco, fundado em 1950; a Folia de Reis, da década de 1960/70; a Banda Marcial de João Neiva, da mesma época, fundada nas escolas do núcleo de João Neiva; o Coral Nona Saína, de 1992; o tradicional Desfile Cívico, já presente em fotografias históricas do início do século XX e ressignificado no início da década de 1990, enquanto Festa de Emancipação Política da Cidade, onde grande parte dos grupos culturais realizam desfile junto às escolas do município ao longo das Avenidas Presidente Vargas, Sete de Setembro e Rua Pedro Nolasco³². São também mapeados os centros culturais, grupos e secretarias, além das vias onde ocorrem as manifestações e festividades.

³² <https://www.joaoneiva.es.gov.br/pagina/ler/137/cultura> acesso em agosto de 2018

Figura 13: Recorte do “Jornal do Povo” de Demétrio Ribeiro, edição de 15 de novembro de 1922



Fonte: Grupo *João Neiva, de volta ao passado!!* <<https://www.facebook.com/groups/494028933958312>> acesso em agosto de 2018.

O primeiro indício de inserção do município em um contexto turístico-cultural ocorre em 1995, com a fundação do Museu Ferroviário, instalado no antigo galpão de 1943, da Oficina de Reparo de Vagões onde, originalmente, funciona o almoxarifado. Com intuito de rememorar as atividades ferroviárias, abriga a locomotiva Camboninha FC1, solicitada pelos ferroviários para permanecer em exposição permanente em João Neiva, e exhibe acervo relacionado ao histórico dessa inserção (RIBEIRO, 1992). Foi sede da Biblioteca Pública Municipal e serviu de palco para eventos de cunho cultural local. Enquanto Museu, foi desativado em 2013 e desde 2019 é periodicamente reaberto para visitação. Em 2010 é inaugurado o Museu do Imigrante, junto ao núcleo de Demétrio Ribeiro. Construído em edificação contemporânea, exhibe acervo relativo   imigração, com fotografias, livros, itens das famílias fundadoras do núcleo. É aberto para visitação conforme agendamento pela comunidade local. Essas inserções, organizadas localmente, promovem o reconhecimento identitário de ambas as fases de territorialização.

O município integrou o *Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Espírito Santo* (2004) enquanto Região do Verde e das águas, dada sua geomorfologia e presença de reservas de mata atlântica. Apesar de fazer parte dessa regionalização, o município não integra nenhuma rota turística proposta   esta, porém, a conhecimento local são amplamente conhecidos: o Monte Negro, o Jequitibá Rosa e as várias cachoeiras em

Triunfo, Mundo Novo, Cavalinho, Santo Antônio e Demétrio, Barra do Riacho, longínquos da área de recorte proposta ao estudo. Nesse plano, são apontados os segmentos turísticos do estado, em ordem de importância: turismo de lazer, turismo de eventos, turismo de negócios, rural e agroturismo, turismo religioso, turismo náutico. Aponta que os três primeiros já estão presentes, na época, no panorama turístico capixaba, sendo o agroturismo uma aposta de consolidação nacional, que acaba por ser utilizado como aposta de turismo a nível municipal três anos mais tarde em João Neiva.

Como festividades, tem-se como destaque no recorte de estudo a Mostra Italia Mia, proposta pela Secretaria Municipal de Cultura e pela Comunidade de Demétrio Ribeiro em 2007, em parceria com o Sebrae, denominada 1ª Mostra de Cultura e Agroturismo de Demétrio Ribeiro³³, que valoriza a promoção da cultura e agroturismo locais, ocorrendo de modo anual até a atualidade. Na 6ª Mostra de Cultura e Agroturismo de Demétrio Ribeiro, ocorrida em 2012 por iniciativa da Associação de Moradores e Produtores Rurais de João Neiva, com apoio da Prefeitura Municipal, é lançado *Mapa Cultural de João Neiva*, com objetivo de inserção do município na Rota Turística do Estado, onde são apontadas sete (7) construções históricas, seis (6) construções históricas da vila e dez (10) atrativos turísticos, sendo desses dois bens etnoantrópicos edificados e oito pontos de comércio/serviço. Mapeia-se, portanto, os bens etnoantrópicos de análise patrimonializados pelo Circuito Turístico.

Em 2016, ocorre a Revisão da Regionalização do Mapa de Turismo do Espírito Santo³⁴, onde João Neiva passa a integrar a Região dos Imigrantes. Esse fato pode ser apontado como reflexo da patrimonialização do contexto migratório, iniciada quase uma década antes e fortalecida em 2012, com a criação do Circuito Turístico. O reconhecimento e patrimonialização das estruturas etnoantrópicas, portanto, ganham força em um *boom* exógeno.

Esse levantamento mostra a patrimonialização dos bens etnoantrópicos levantados de modo restrito ao núcleo de Demétrio Ribeiro, englobando-os de modo parcial e priorizando os bens cuja organização territorial conforma um conjunto edificado; sendo assim, patrimonializa-se a paisagem do núcleo principal. Os grupos ocorrem de modo difuso e particular, não gerando uma organização territorial. As manifestações, por sua vez, ocorrem nas vias de primeira inserção, onde apenas Demétrio Ribeiro tem organização de conjunto etnoantrópico.

³³ Informações sobre festividades encontradas em banners de divulgação do evento.

³⁴ Disponível em <https://setur.es.gov.br/mapa-do-turismo-do-es>

O âmbito natural engloba o mapeamento hidrogeomorfológico voltado à morfologia perceptiva, onde são definidas tipologias de formação territorial e sua relação com a sedimentação antrópica e os produtos vetoriais dos Relatórios Técnicos realizados pelo CPRM (2013; 2015), que apontam áreas de risco hidrogeológico.

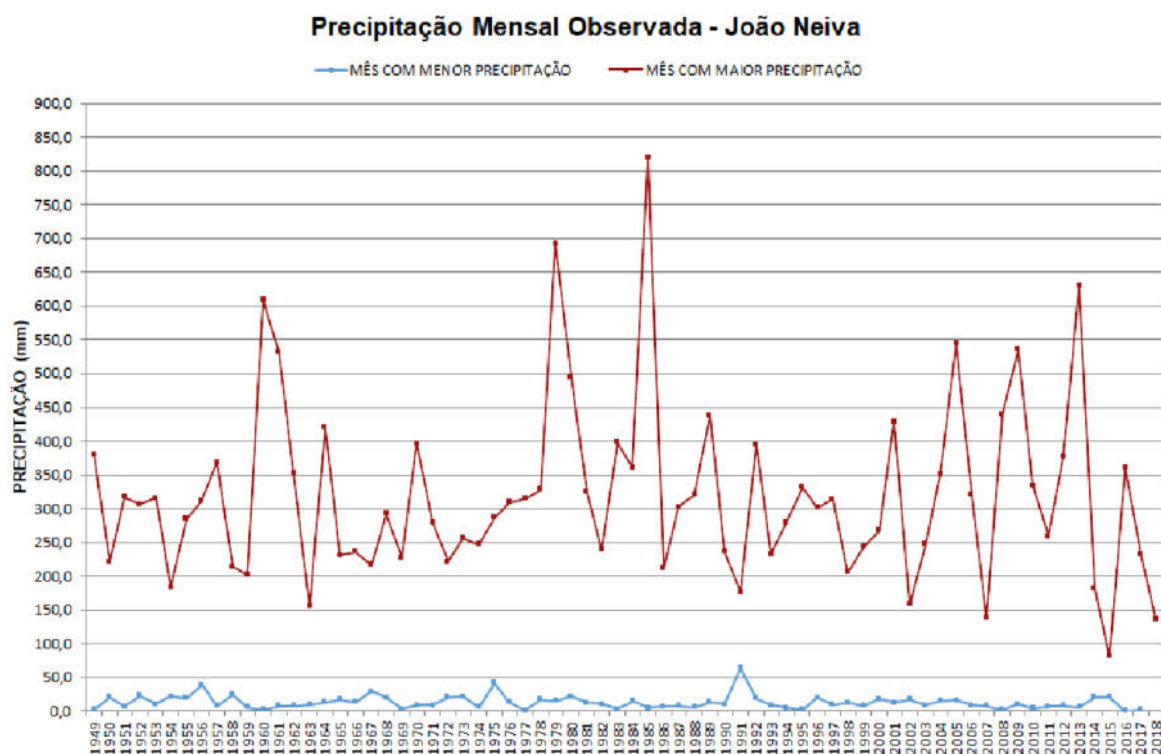
A morfologia de caracteres perceptivos (MARSON, 2016, p. 161) é notada através do mapeamento de aspecto/sombreamento, onde são destacados os elementos visuais típicos da paisagem, pertencentes à estrutura geomorfológica da paisagem, sendo eles: linha de cumeada, veredas, base de morro, cordilheira, montanha, colina, margem, planícies e fundo de vale. Essas características, além de condicionar o assentamento por meio da viabilidade de reificação das condições naturais, fornecem a definição de unidades de paisagem sob as quais os bens se inserem e que, consequentemente, se submetem à interdependência funcional, formal e de interações.

Outro denominador de interações são os riscos hidrogeológicos, mapeados e classificados através do Relatório da Ação Emergencial para Delimitação de Áreas em Alto e Muito Alto Risco a Enchentes e Movimentos de Massa, realizado em março de 2013, o qual identifica no município de João Neiva dez (10) setores de risco, sendo caracterizados como alto, muito alto e inundação, sendo o último também classificado como muito alto:

O Município de João Neiva apresenta setores de risco desde alto a muito alto. Em linhas gerais, é marcante a grande ocupação de toda a planície de inundação dos rios principais, seguida por uma segunda etapa de expansão urbana em suas encostas densamente ocupadas, de maneira desordenada, sem planejamento, uma vez que os cortes feitos no talude para aumento da área construtiva apresentam sulcos e demais feições erosivas, e algumas residências correm risco de atingimento por conta de deslizamentos das encostas situadas aos fundos das mesmas ou outras residências já interditadas, porém não demolidas. (CPRM, 2013)

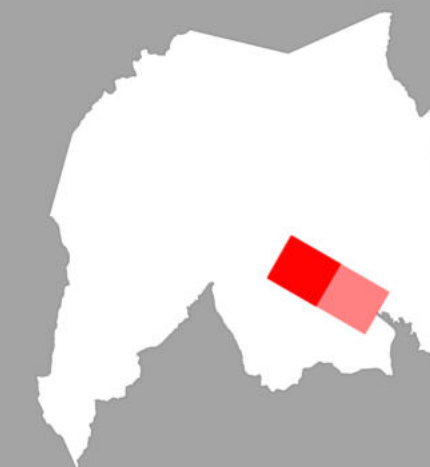
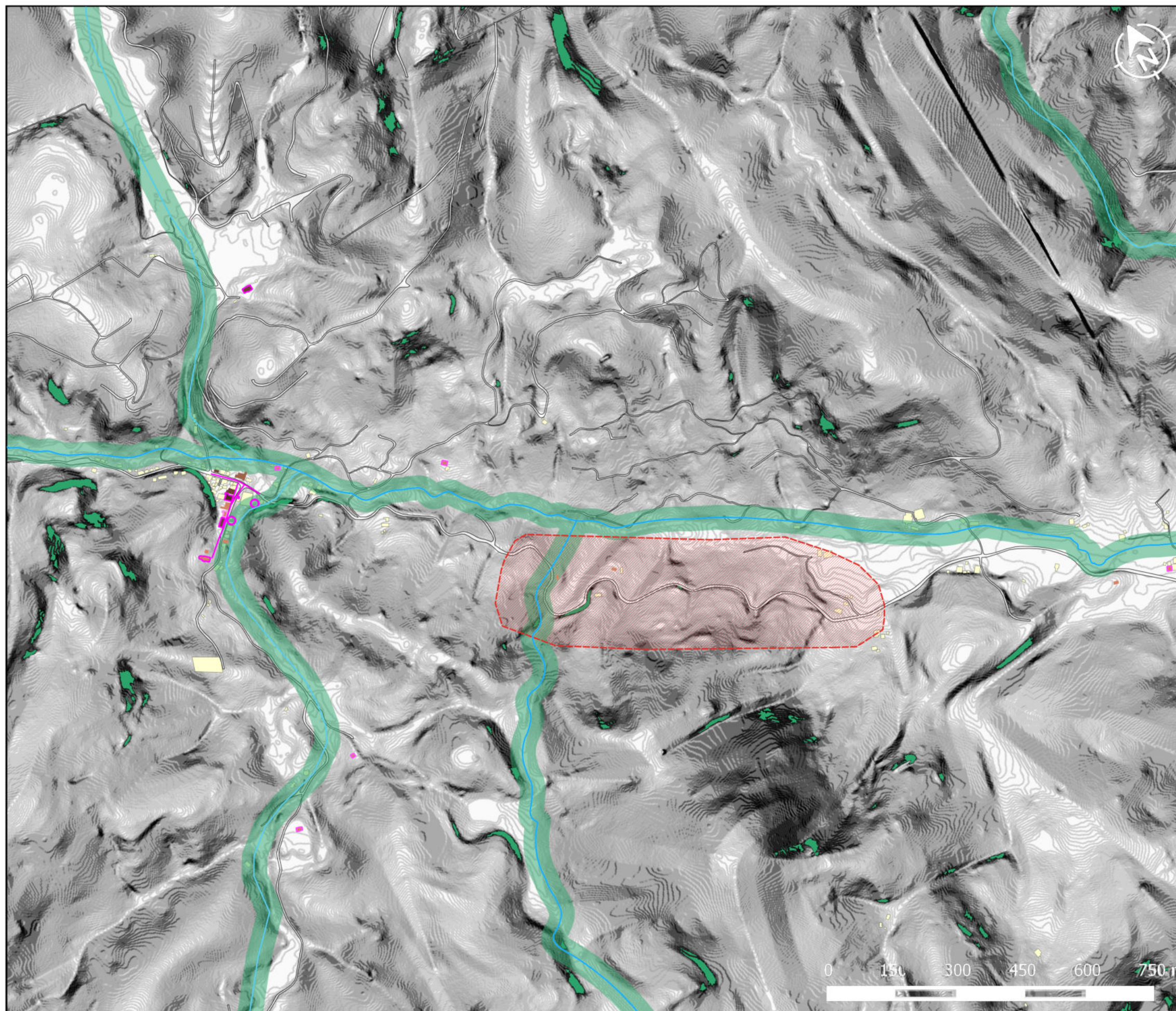
Como previamente citado, pela implantação em fundo de vale e pela geomorfologia do território, as áreas de risco são densamente ocupadas, em sua maioria. Os bens etnoantrópicos do centro urbano de João Neiva, da primeira ocupação, são situados em proximidade com cursos d'água e em áreas de risco de inundação, sendo expostos ao intemperismo e ao degrado proveniente das inundações, relativamente frequentes. Os altos níveis pluviométricos, comuns de outubro a janeiro e de março a maio, marcados em vinho na Figura 14, resultam em aumento dos níveis fluviais.

Figura 14: Níveis de precipitação mensal de João Neiva



Fonte: NOSSA, THOME, RODRIGUES, 2018, p. 19

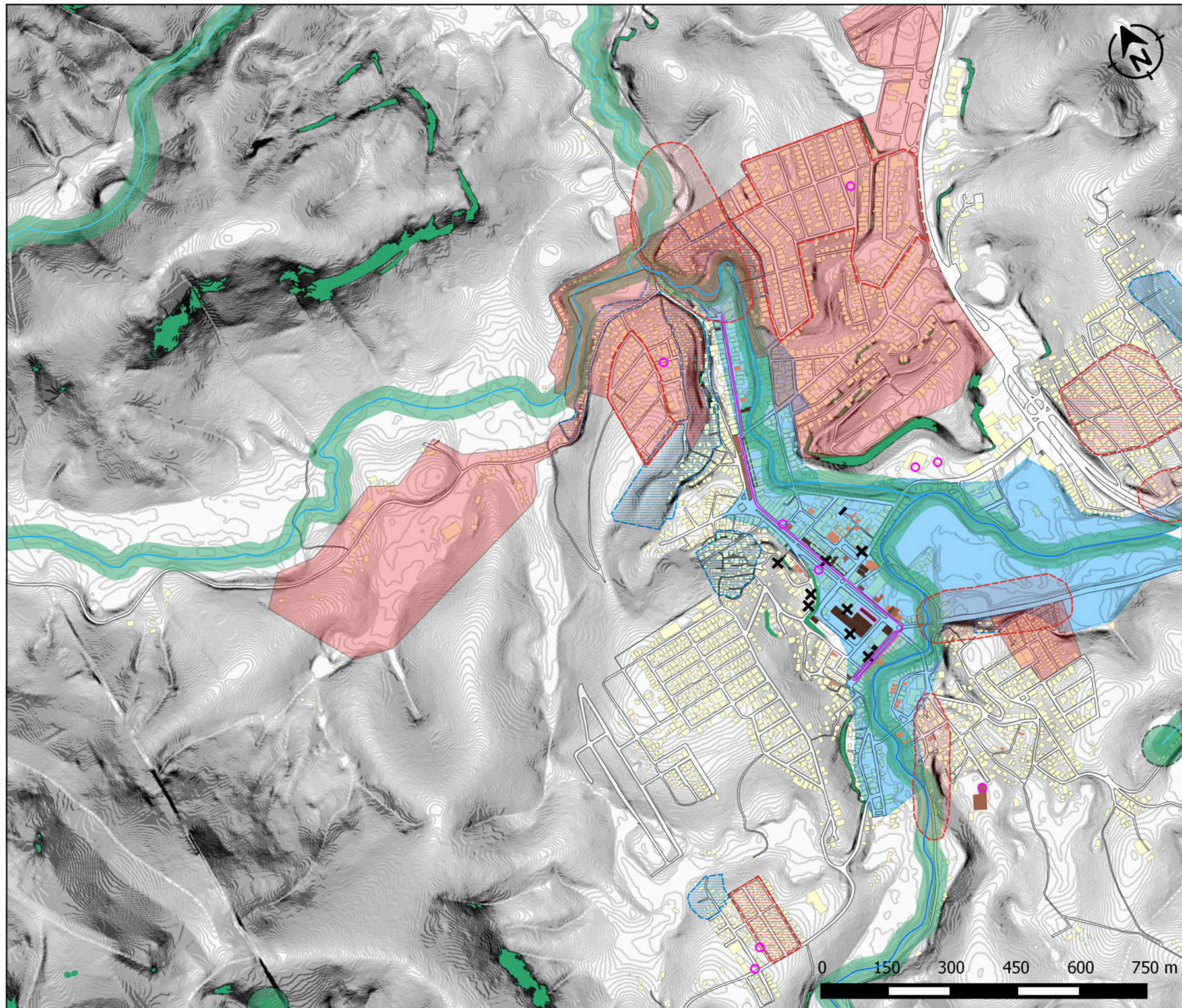
Além do risco hidrogeológico, a conformação territorial do núcleo central de João Neiva permite um maior nível de expansão urbana, o que submete a área a processos de transformação mais frequentes. Demétrio Ribeiro, visual e formalmente protegido por um vale fechado, distancia-se dos eixos submetidos ao desenvolvimento urbano.



Legenda

- Nulidade
- Manutenção
- Supressão
- Transformação
- Obsolescência
- Áreas de Expansão (COPLAN/IJSN)
- Áreas de Habitação Social (COPLAN/IJSN)
- Áreas Carentes (COPLAN/IJSN)
- Áreas de Regularização Fundiária
- Atrativos Turísticos (MAPA CULTURAL)
- Construções Históricas (MAPA CULTURAL)
- Construções Históricas/Vilarejo (MAPA CULTURAL)
- Grupos Culturais
- Festividades
- Risco: Deslizamento Planar (CPRM/CEMADEN)
- Risco: Enxurada (CPRM/CEMADEN)
- Risco: Inundação (CPRM/CEMADEN)
- Proteção: Declividade
- Proteção: Nascentes
- Proteção: Cursos d'água
- Perdas de Longa Duração (Isoladas)
- Perdas de Longa Duração (Conjuntos)
- Outras Edificações
(não enquadradas como bens etnoantropicos)

BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
Fonte: Geobases, CPRM/CEMADEN (2013; 2015);
COPLAN/IJSN (1989)



Legenda

- Nulidade
- Manutenção
- Supressão
- Transformação
- Obsolescência
- Áreas de Expansão (COPLAN/IJSN)
- Áreas de Habitação Social (COPLAN/IJSN)
- Áreas Carentes (COPLAN/IJSN)
- Áreas de Regularização Fundiária
- Atrativos Turísticos (MAPA CULTURAL)
- Construções Históricas (MAPA CULTURAL)
- Construções Históricas/Vilarejo (MAPA CULTURAL)
- Grupos Culturais
- Festividades
- Risco: Deslizamento Planar (CPRM/CEMADEN)
- Risco: Enxurada (CPRM/CEMADEN)
- Risco: Inundação (CPRM/CEMADEN)
- Proteção: Declividade
- Proteção: Nascentes
- Proteção: Cursos d'água
- Perdas de Longa Duração (Isoladas)
- Perdas de Longa Duração (Conjuntos)
- Outras Edificações
(não enquadradas como bens etnoantropicos)

BASE DE DADOS

Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
 Fonte: Geobases, CPRM/CEMADEN (2013; 2015);
 COPLAN/IJSN (1989)

4.2.2.2. Envelhecimento das formas

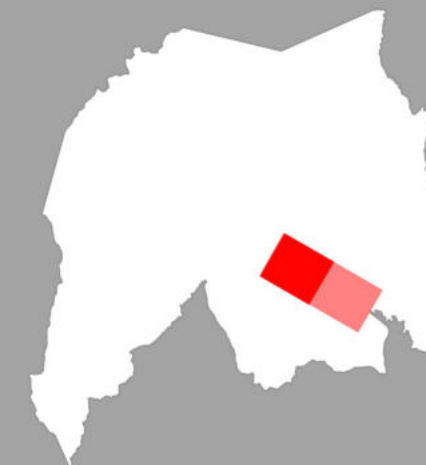
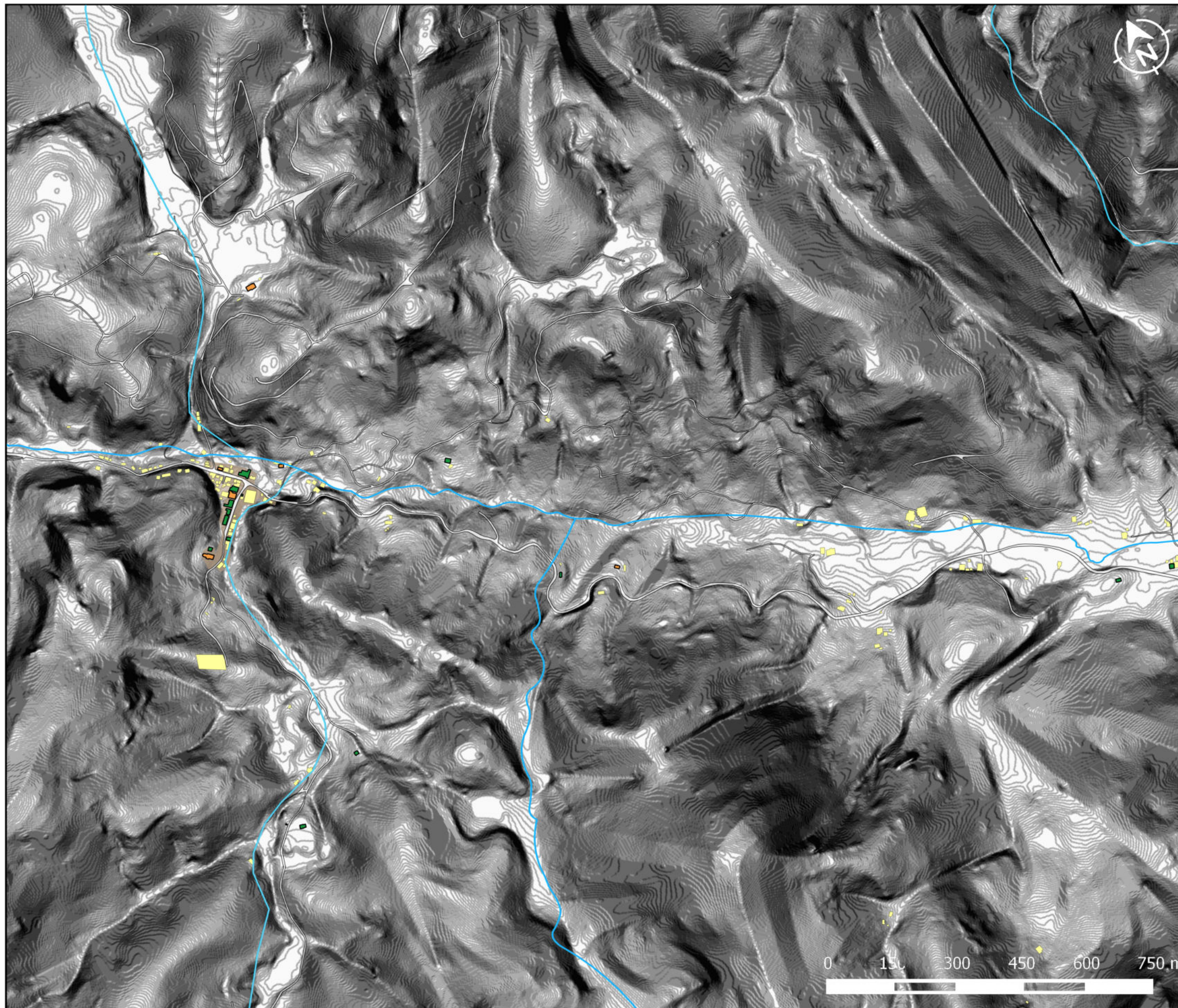
Busca entender os processos de envelhecimento das formas, classificados por Milton Santos (1992, p. 70) como envelhecimentos físicos e sociais. As formas componentes da paisagem, segundo o autor, têm um funcionamento unitário; classificando-se enquanto formas viúvas, à espera de uma reutilização e readaptação, e formas virgens, criadas para suas funções e inovações. No caso de estudo, as formas passam por processos de readaptação, gerando variados níveis de impacto ao envelhecimento das formas.

Sendo assim, a classificação *Envelhecimento Físico* abrange envelhecimentos da matéria inerentes ao tempo, ao edifício e a ações naturais, excluindo fontes antrópicas que intervenham no envelhecimento.

Os *Envelhecimentos Físicos e Sociais* ocorrem em estruturas cujas adaptações funcionais resultam em pequenas adaptações formais, ou seja, danos inerentes ao tempo e ao uso; sendo provenientes de falta de manutenção preventiva, usos inadequados, pequenas intervenções ou reformas sem preocupação estético-formal do bem edificado, promovendo descaracterizações de grau leve, sendo comuns substituições de alguns elementos e ampliações cuja hierarquia não altera a apreensão de valor do bem, agindo principalmente no âmbito estético-formal.

Os *Envelhecimentos Sociais* implicam em processos de desuso os quais, quando sujeitos a reutilizações, submetem as formas a grandes adaptações funcionais, como descaracterizações estruturais que alteram a percepção de valor do bem etnoantrópicos nos âmbitos estético-formais, técnico-construtivas, de originalidade, alteram a noção da passagem do tempo.

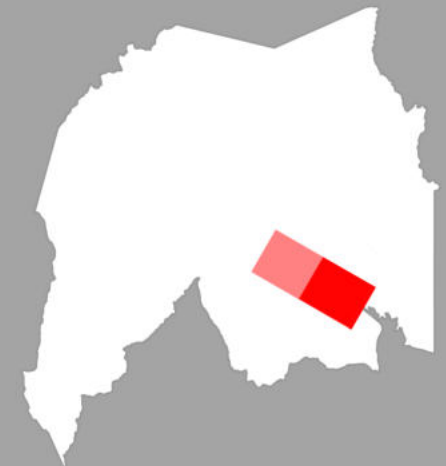
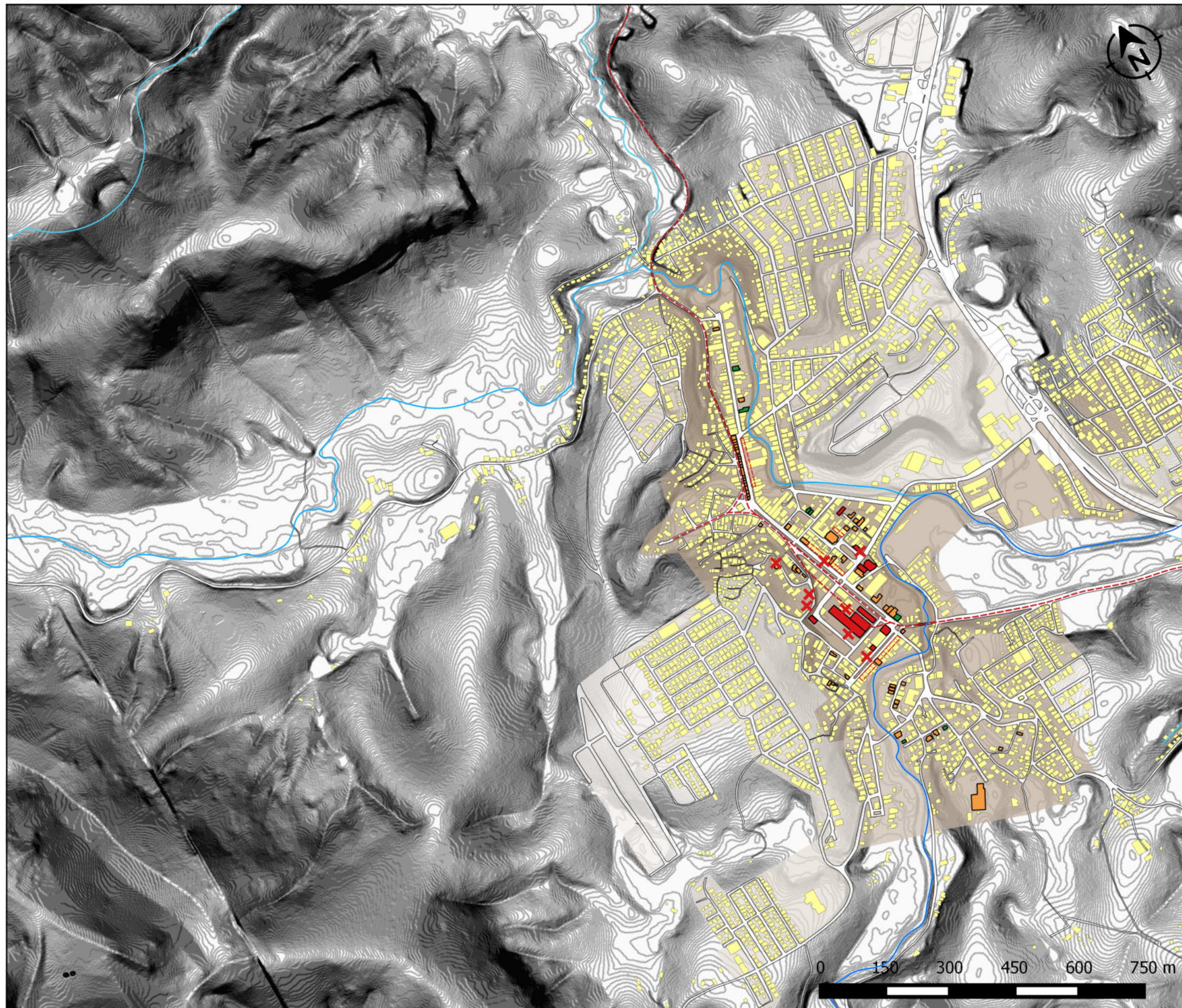
No mapeamento (Mapas 25 e 26), percebe-se a predominância de envelhecimentos físicos na parcela pertencente a Demétrio Ribeiro, sendo nulos os envelhecimentos unicamente sociais nessa localidade. Em João Neiva as estruturas implantadas pela EFVM/CVRD de uso não-particular apresentam quase unanimidade em envelhecimentos sociais, sendo bastante presentes na localidade os envelhecimentos mistos, simultaneamente físicos e sociais. Os envelhecimentos puramente físicos da localidade aparecem de modo distante da primeira inserção industrial e da primeira fase de expansão.



Legenda

- Físico
- Físico e Social
- Social
- ✕ Perdas de Longa Duração (Isoladas)
- Perdas de Longa Duração (Conjuntos)
- Outras Edificações
(não enquadradas como bens etnoantropicos)

BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
Fonte: Geobases



Legenda

- Físico
- Físico e Social
- Social
- ✕ Perdas de Longa Duração (Isoladas)
- Perdas de Longa Duração (Conjuntos)
- Outras Edificações
(não enquadradas como bens etnoantropicos)

BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
Fonte: Geobases

4.2.3. Síntese Formal

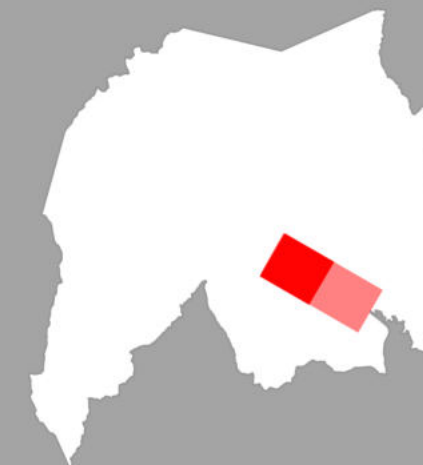
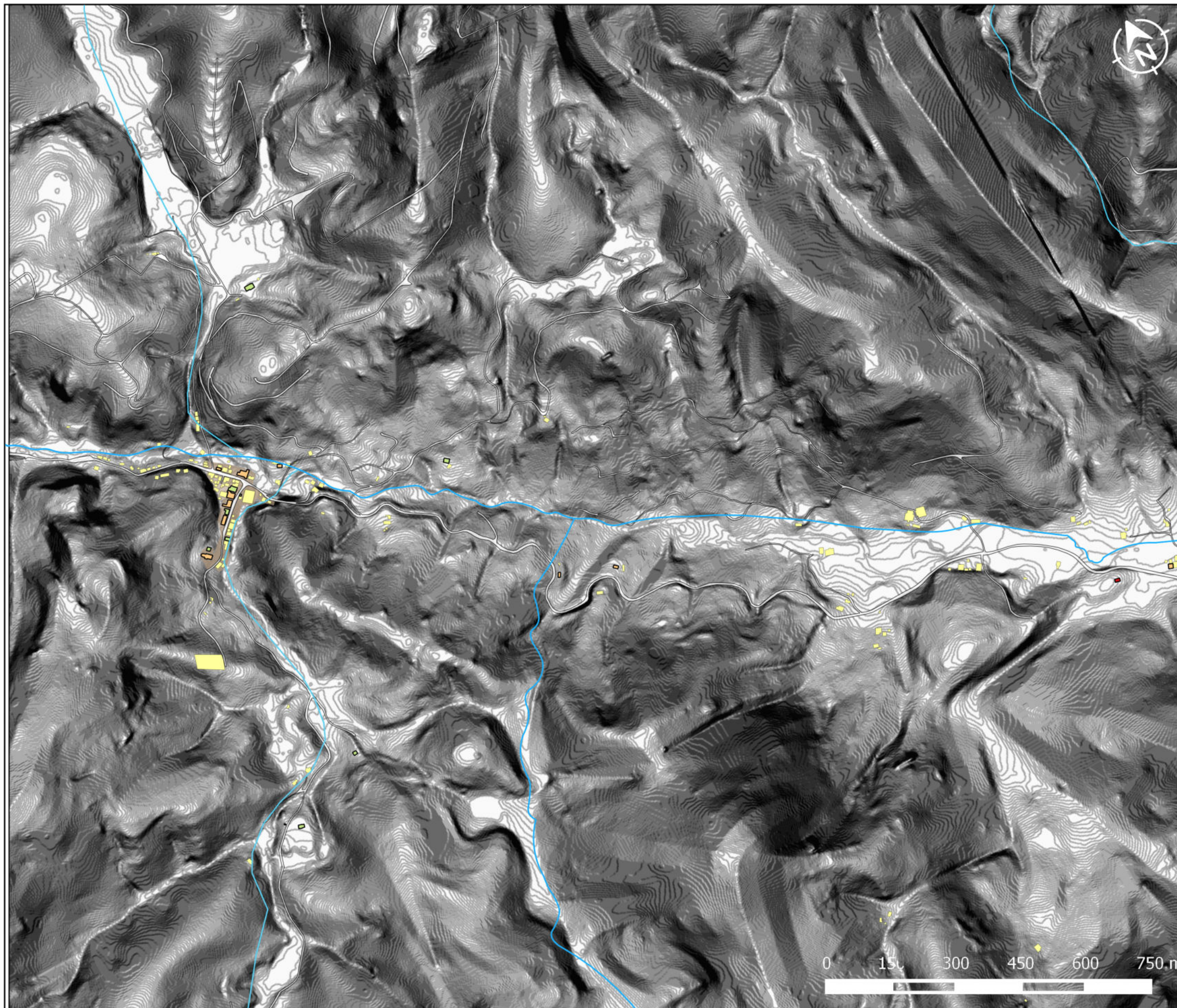
4.2.3.1. Permanências, persistências e perdas

Permanências são elementos cuja forma, implantação, materialidade e originalidade são mantidos nos processos de territorialização. Em Demétrio Ribeiro são predominantes, ocorrendo principalmente nas estruturas etnoantrópicas isoladas, porém também no conjunto/vila. Em João Neiva são em menor quantidade, ocorrendo principalmente em elementos isolados e/ou singulares.

As persistências são elementos que, apesar de estarem submetidos a mudanças tipológicas, de implantação, descaracterizações, demolições ou ampliações, mantêm as características as quais o atribuem valor, seja arquitetônico, histórico, urbano, etc. Nesse sentido, o elemento original é reconhecido, sendo também reconhecida sua passagem no tempo. No mapeamento, são os elementos predominantes, ocorrendo em grande escala nos dois núcleos de estudo. Em Demétrio, ocorrem do mesmo modo e nível que as permanências, enquanto em João Neiva ocorrem de modo generalizado.

As perdas consideram demolições, ruínas, descaracterizações exorbitantes onde o elemento original é irreconhecível ou quase irreconhecível, tanto em sua atribuição de valor quanto na passagem do tempo. Predominam em João Neiva, sendo a maior parte perdas anteriores aos anos documentados por ortofotomosaicos, sendo predominantes na área de primeira ocupação. São identificadas perdas de conjuntos/complexos urbanos, através de análise de fotografias históricas. Essas perdas ocorrem posteriormente aos anos 1980. No núcleo de Demétrio Ribeiro as perdas ocorrem de modo isolado, tanto no quantitativo – apenas uma perda é documentada –, quanto na localização onde é identificada. Ressalva-se, tal análise pode não conter todas as perdas do território de estudo, visto o critério de levantamento ser a existência de documentação acerca dos bens.

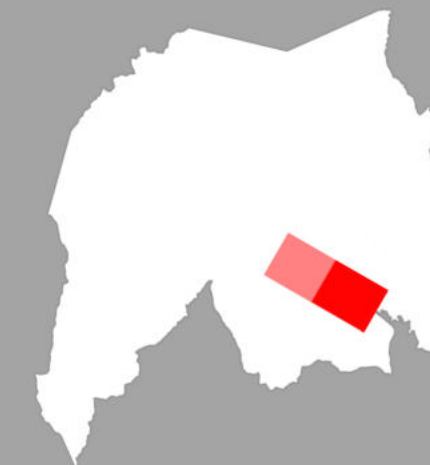
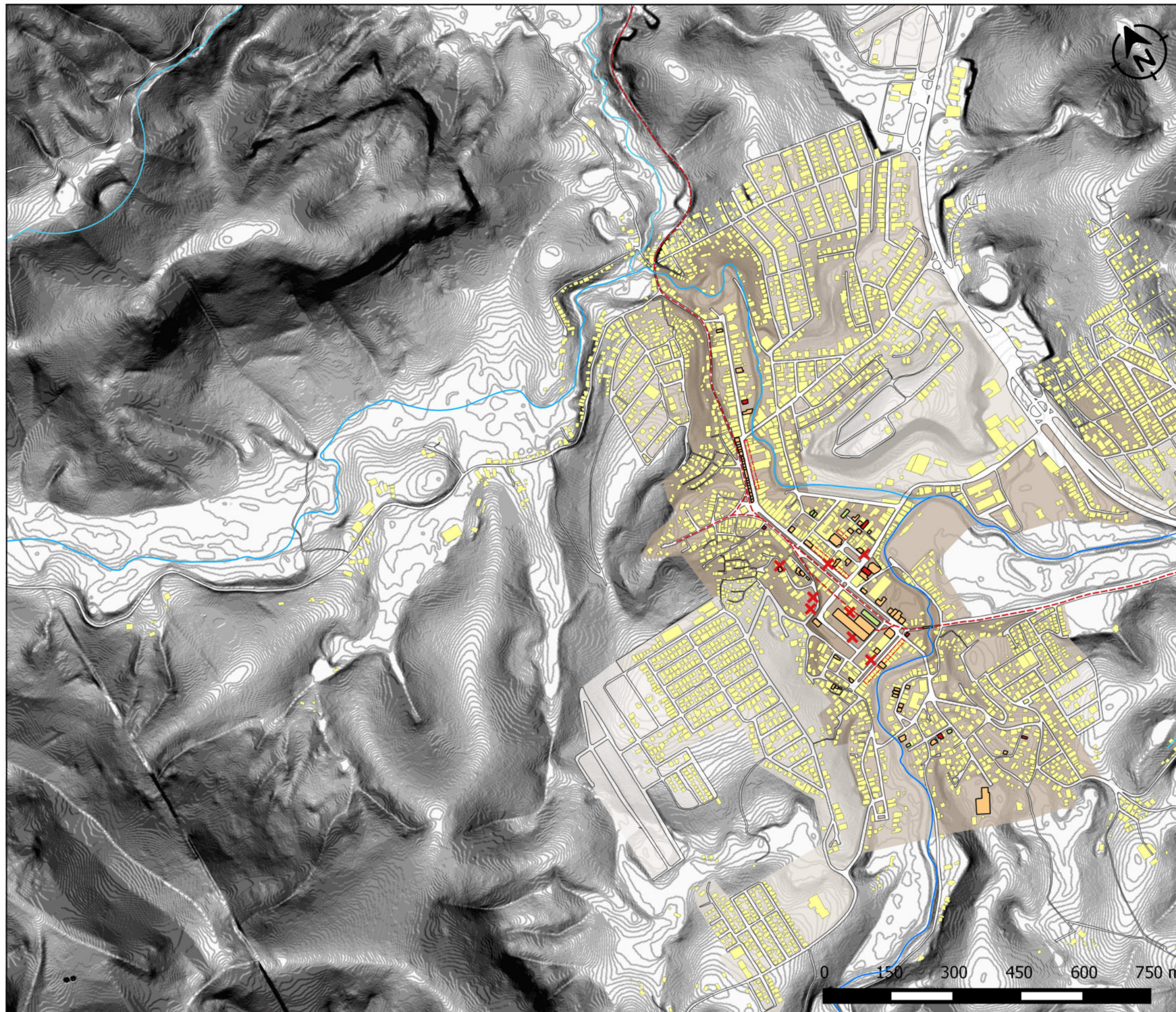
Essas informações são mapeadas nos Mapas 27 e 28, a seguir.



Legenda

- Permanências
- Persistências
- Perdas
- Perdas de Longa Duração (Isoladas)
- Perdas de Longa Duração (Conjuntos)
- Outras Edificações
(não enquadradas como bens etnoantropicos)

BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
Fonte: Geobases



Legenda

- Permanências
- Persistências
- Perdas
- Perdas de Longa Duração (Isoladas)
- Perdas de Longa Duração (Conjuntos)
- Outras Edificações
(não enquadradas como bens etnoantropicos)

BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
Fonte: Geobases

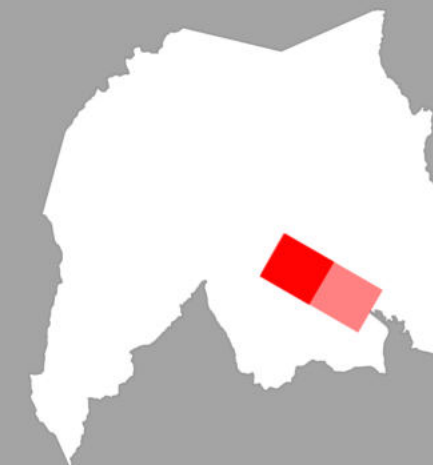
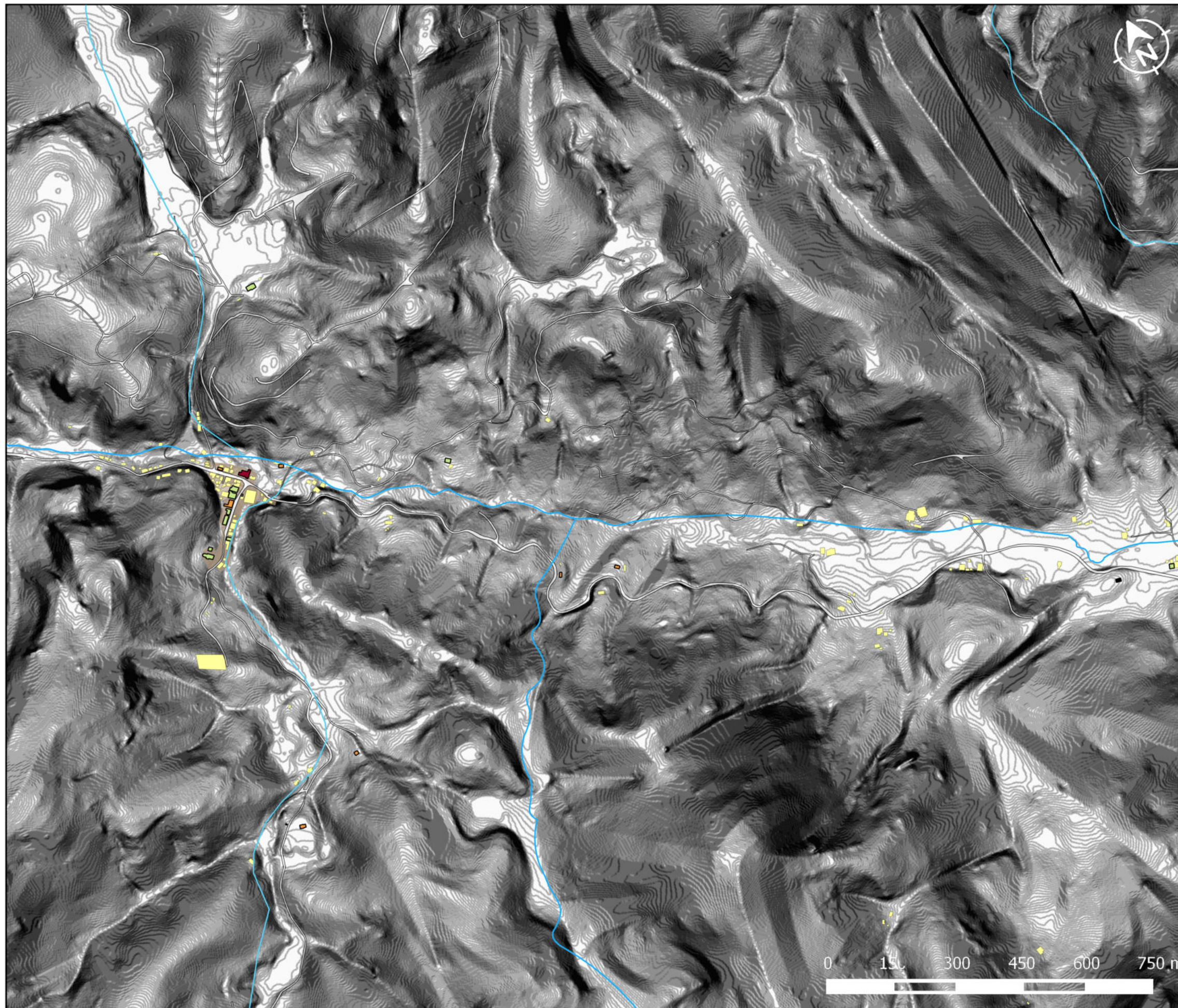
4.2.3.2. Estado de Conservação do bem

O diagnóstico do Estado de Conservação do Bem (Mapa 29 e 30) é dado através da análise em campo e tem como objetivo identificar o grau de degrado do mesmo, de modo a considerar suas características físico-materiais e intervenções sobre a matéria que propõem manutenções ou transformações da tipologia de valor atribuído. Nesse sentido, ressalta-se não ser proposto um mapeamento de danos ou uma análise a nível projetual, mas uma classificação a nível de pré-inventário e análise global.

O estado de conservação se relaciona com o nível de intervenção necessária à manutenção do bem nos cenários futuros:

- a) Bom estado de conservação: implica em ações de manutenção; não apresenta patologias significativas ou oferece riscos à estabilidade; mantém características determinantes do valor a esse atribuído;
- b) Regular estado de conservação: são necessárias ações de reparação; apresenta patologias e danos pouco significativos que não oferecem riscos à estabilidade; mantém parcialmente características determinantes do valor a esse atribuído;
- c) Ruim estado de conservação: requer ações de reparação, reabilitação ou consolidação; apresenta danos relativamente significativos que oferecem poucos riscos à integridade do bem; são perdidas as características determinantes do valor a esse atribuído;
- d) Ruína: apresenta danos significativos, risco de destruição iminente, destruição em curso, ou perda consolidada;

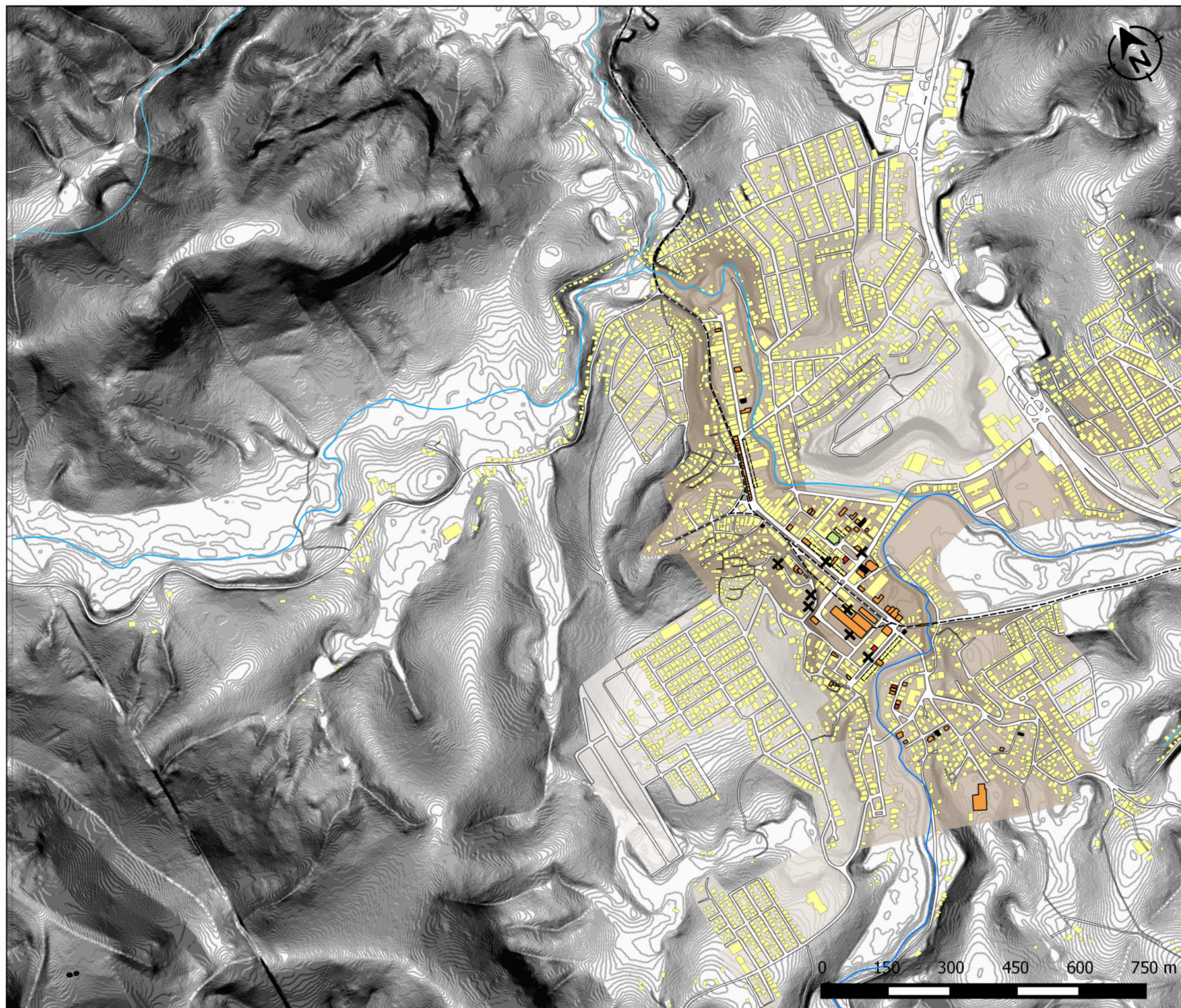
Observa-se no local uma predominância do estado de conservação bom a regular em Demétrio Ribeiro e regular a ruim em João Neiva, sendo as ruínas pontuais, espaçadas, e cuja ocorrência não segue uma lógica formal relativa à ocupação.



Legenda

- Bom
- Regular
- Ruim
- Ruína
- Perda
- ✕ Perdas de Longa Duração (Isoladas)
- Perdas de Longa Duração (Conjuntos)
- Outras Edificações
(não enquadradas como bens etnoantropicos)

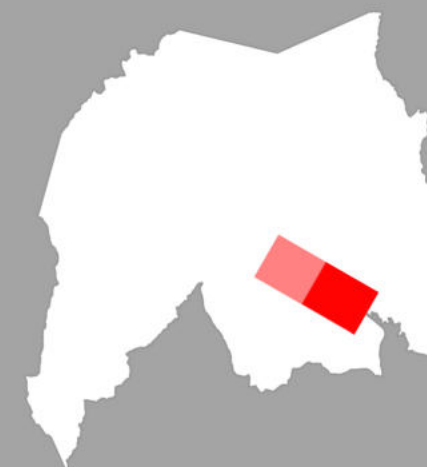
BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
Fonte: Geobases



Legenda

- Bom
- Regular
- Ruim
- Ruína
- Perda
- × Perdas de Longa Duração (Isoladas)
- Perdas de Longa Duração (Conjuntos)
- Outras Edificações
(não enquadradas como bens etnoantropicos)

BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
Fonte: Geobases



4.3. RISCOS E RESISTÊNCIAS TERRITORIAIS

A representação estatutária, dada a partir de uma concepção relacional, traduz as interações das estruturas territoriais no espaço e no tempo. Estabelecendo alguns confrontos entre os níveis de síntese, são identificadas as Invariantes Estruturais, os Tipos Territoriais e os Cenários Tendenciais, que, por sua vez, podem se comportar de modo hierárquico, homólogo ou relacional.

A realidade social, tanto quanto o espaço, resultam da interação entre todas essas estruturas. Pode-se dizer também que as estruturas de elementos homólogos mantêm entre elas traços hierárquicos, enquanto as estruturas de elementos heterogêneos mantêm laços relacionais. A totalidade social é formada da união desses dados contraditórios, da mesma maneira que o espaço total. (SANTOS, 1992, p. 17)

A primeira representação estatutária (Mapas 31 e 32) proposta engloba as sínteses diacrônica e relacional, de modo a apontar os tipos territoriais, reflexo da organização e manutenção das figuras morfológicas (MAGNAGHI, 2001, p. 11), sendo um saber territorial compartilhado entre atores sociais, estabelecido no espaço e no tempo.

Em Demétrio Ribeiro, a antropização de longa duração ocorre de duas formas principais: em fundos de vale, gerando tipos territoriais distintos, e em terrenos de maior declividade, gerando ocupações isoladas.

i) DR: Núcleo principal. O assentamento se dá de modo concentrado na seção mais aberta de um vale, próxima ao eixo hídrico principal, formando um núcleo que se mantém ao topo de uma hierarquia funcional, abarcando serviços de caráter mais cotidiano (tais quais vendas, escola, igreja) do núcleo. Predominam bens patrimonializados em mapa cultural enquanto conjunto/vila.

ii) DR: Vale aberto. Distante do núcleo principal, estende-se até as proximidades da inserção de João Neiva, não se configura como um núcleo de expansão e abarca assentamentos pontuais e espalhados. São patrimonializados em mapa cultural enquanto bens individuais.

iii) DR: Vale de transição: O assentamento, também espalhado e pontual, ocupa as áreas de fundo de vale fechado, afastadas de eixos hídricos principais, onde são concentradas atividades antrópicas agrícolas mistas. São patrimonializados em mapa cultural enquanto bens individuais.

iv) DR: Suave-ondulado: Gera ocupações espalhadas e pontuais, em proximidade ao eixo hídrico principal, concentra atividades agrícolas predominantemente de cultivo. São patrimonializados em mapa cultural enquanto bens individuais.

Nesse caso, percebe-se que o assentamento é determinado pela estrutura hidrogeomorfotipológica do território que, por sua vez, não se configura como área de risco

ambiental e os bens etnoantrópicos se estabelecem, em sua maioria, distantes das áreas de proteção. A mesma área de hierarquia funcional original é patrimonializada e seus envelhecimentos são predominantemente físicos e, quando duplamente físicos e sociais, são provenientes de ampliações e mudanças programático-funcionais de pequena escala e impacto, garantindo uma paisagem homogênea que remete à sua morfotipologia de longa duração.

No núcleo de João Neiva, a geomorfologia não determina as relações de modo tão incisivo, visto as primeiras inserções serem formadas, quase que completamente, por um vale aberto de grande dimensão. Essa se insere em uma lógica de desenvolvimento em que, diferente dos anteriores, não predomina o cultivo agrícola e se aproxima, rapidamente, da urbanização. Nesse sentido, forma subtipos territoriais inseridos em um mesmo nível hierárquico de relações territoriais, mas se submetem a lógicas construtivas-destrutivas também diversas, por formarem tipologias e organizações distintas, e, por consequência, paisagens distintas. O centro de João Neiva, área submetida a uma maior simultaneidade de contradições, inicia-se com uma organização territorial linear ao longo da estrada de ferro, de modo longitudinalmente concentrado na Avenida Presidente Vargas, sendo os tipos territoriais formados por organizações territoriais fruto da expansão funcional e habitacional. São notados 6 (seis) tipos, sendo eles:

v) JN: Inserção industrial. Marca o início da ocupação e engloba as Oficinas, Estação de João Neiva, ambas ao longo da Avenida Presidente Vargas, bens de uso institucional formador, voltado ao atendimento dos ferroviários, e habitações também de primeira inserção, dispostas na rua Pedro Nolasco. É o topo de uma hierarquia funcional, predominantemente de serviços relacionados à inserção ferroviária, o que mantém tipologias multiterritoriais diversificadas. É uma área exposta ao risco de inundações, apresenta grande número de perdas de longa duração derivadas de processos de obsolescência. Abarca o único elemento patrimonializado em mapas culturais. Não forma conjuntos, mas apresenta unidade tipológica.

vi) JN: Expansão funcional. Com o êxito da inserção industrial, a primeira expansão etnoantrópica ocorre tangenciando aquela em seus eixos leste e oeste. À leste e ao longo da via férrea, os edifícios de padrão construtivo mais alto formam um conjunto urbano de usos habitacionais e comerciais, enquanto à oeste as habitações são de menor padrão construtivo e distanciam-se do fundo de vale, sendo assentadas próximas a uma área de alta declividade.

vii) JN: Inserção social. Expansão distante do eixo da estrada de ferro, não tangencia os primeiros tipos, forma um núcleo fechado com uma praça central. Também se destaca na

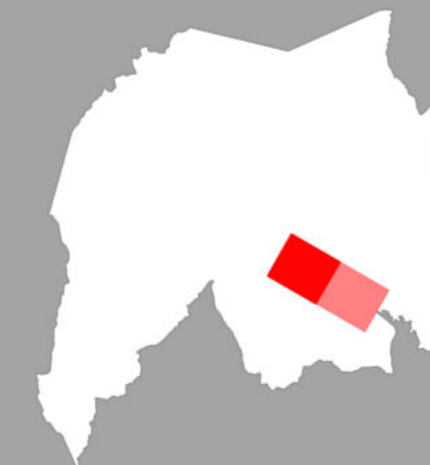
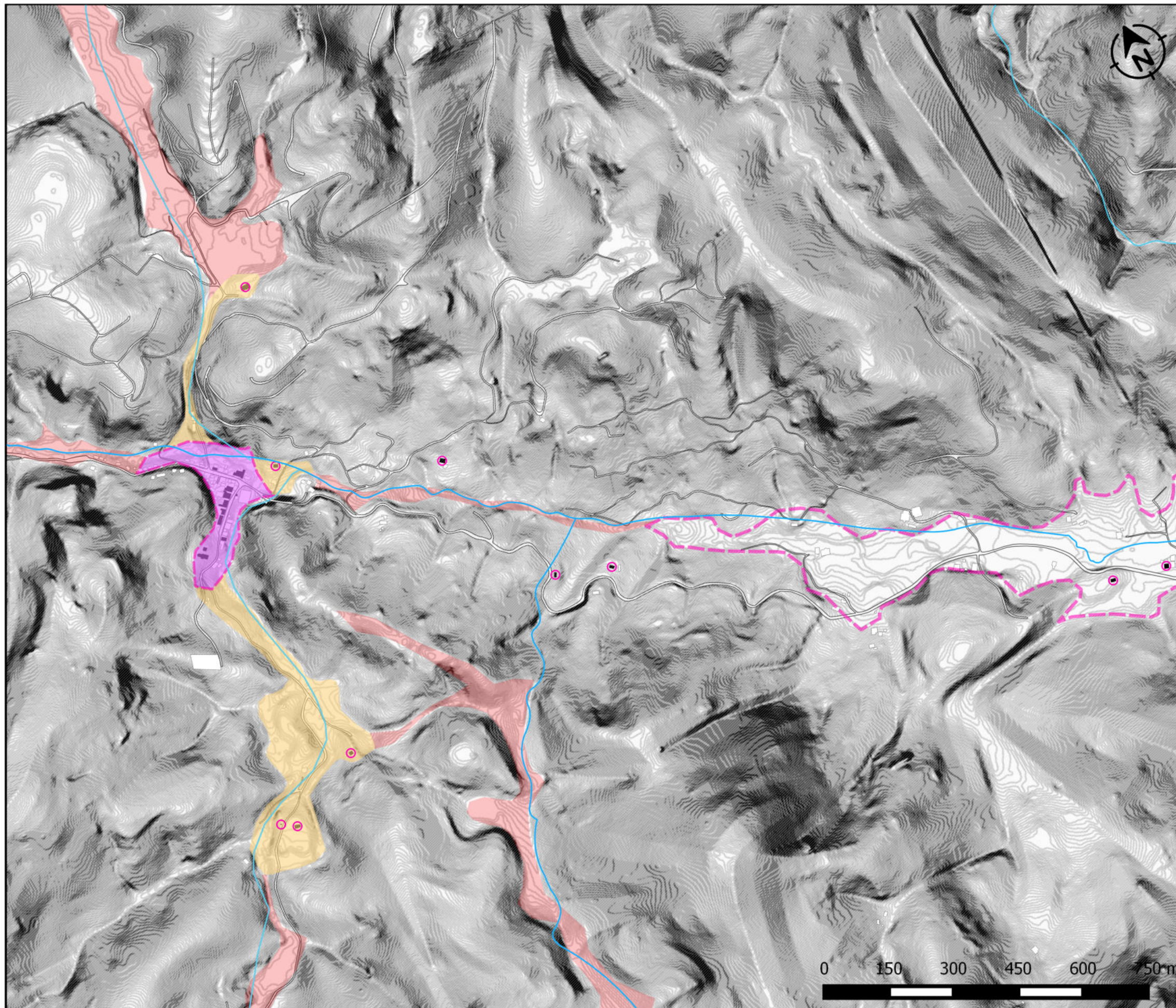
hierarquia programático funcional do local, dessa vez de caráter institucional e público. Mantém uma variação tipológica e apresenta menor predominância de obsolescências de longa duração. É disposta em proximidade do encontro dos dois principais rios do recorte, é uma área de risco de inundação.

viii) JN: Expansão habitacional 1. Formada por um conjunto edificado de uso misto à oeste e edifícios singulares da mesma tipologia formando conjunto urbano à leste, ambos ocupando completamente os lotes onde implantados. O primeiro caso mantém sua invariância econômica e se insere parcialmente em área de risco hídrico, sendo o primeiro pavimento voltado a uma rua de menor cota e o segundo para a rua formada pela antiga linha de ferro. O segundo, de caráter de transformação, passa a englobar um conjunto de edifícios de uso misto, com comércio no pavimento térreo e habitações nos superiores, promovendo unidade tipológica.

ix) JN: Expansão habitacional 2: Na avenida Sete de Setembro, após a certeza da continuação da EFVM e oficinas no núcleo, ferroviários mobilizam o loteamento da área, sendo formalmente compostos por lotes amplos, ocupados por residências afastadas dos limites laterais. Também é configurada como área de risco de inundação, com agravante de estar próximo de área de deslizamento planar.

x) JN: Expansão habitacional 3: Promovida pela CVRD quando toma posse da EFVM, ocupa o bairro Vila Nova. Forma alguns conjuntos e, pela distância, topografia e tipologia, apresenta algumas edificações isoladas. Apesar de distantes da menor cota do vale, também são inseridas em área de risco de inundação, além de serem definidas como áreas carentes.

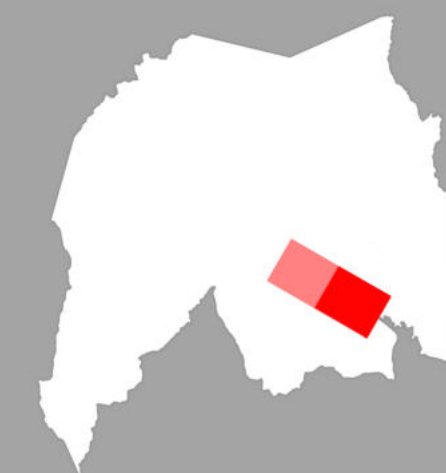
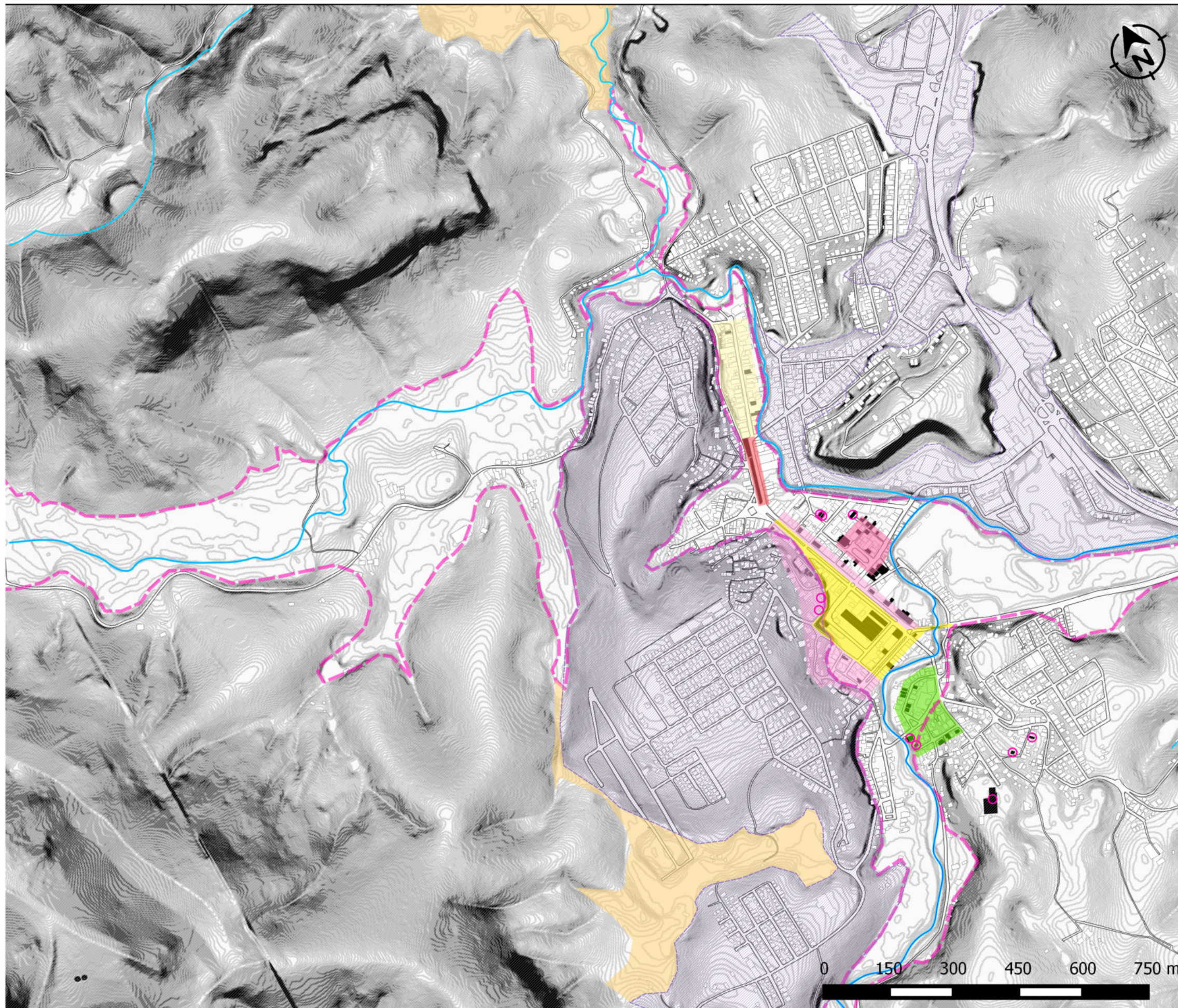
A maioria dos assentamentos de valor etnoantrópico no núcleo de João Neiva, como supracitado, dá-se nas áreas mais planas do fundo do vale, de modo concentrado ao longo da linha férrea e na margem oeste dos rios Piraqueaçu e Clotário, expandindo ao sul do rio Clotário, em uma iniciativa de habitação da CVRD. Todos os tipos territoriais de maior escala se situam em áreas de risco ambiental, tanto de inundação quanto de deslizamento. A grande maioria dos elementos dessa área passa por envelhecimento social ou duplamente físico e social, compondo um quadro de ampliações, transformações e descaracterizações que são reflexo de transformações também econômicas. Fogem a essa regra os tipos identificados como periféricos, tanto inseridos em núcleos quanto isolados, que apontam também envelhecimentos puramente físicos e duplamente físicos e sociais. A área de predominância cultural é central, localizada nas avenidas Getúlio Vargas e Sete de Setembro.



Legenda

- Núcleo principal
- Vale aberto
- Vale de transição
- Vale Fechado
- Inserção Industrial
- Expansão funcional
- Inserção Social
- Expansão habitacional 1
- Expansão habitacional 2
- Expansão habitacional 3
- Suave-ondulado
- Forte-ondulado
- Bens etnoantrópicos
- Bens Isolados

BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
Fonte: Geobases



Legenda

- Núcleo principal
- Vale aberto
- Vale de transição
- Vale Fechado
- Inserção Industrial
- Expansão funcional
- Inserção Social
- Expansão habitacional 1
- Expansão habitacional 2
- Expansão habitacional 3
- Suave-ondulado
- Forte-ondulado
- Bens etnoantrópicos
- Bens Isolados

BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
Fonte: Geobases

A segunda representação estatutária (Mapas 33 e 34) categoriza as invariantes estruturais, por intermédio das sínteses diacrônica e formal. Por invariante estrutural, como discutido no segundo capítulo, podem ser entendidos todos os elementos estruturantes do território, bens ou relações. As estruturas invariantes podem ter sofrido algum processo de transformação durante os processos de territorialização, mas mantêm permanências tipológicas significativas (MAGNAGHI, 2001). Os bens etnoantrópicos, por essência, são bens invariantes estruturais, cuja atribuição dá-se por intermédio do balanço entre materialidade e atribuição de valor. Nesse sentido, a representação estatutária de invariantes estruturais busca identificar o grau de invariância e seu mecanismo regulador, analisado em um quadro evolutivo-diacrônico.

Ao confrontar as sínteses diacrônica e formal, percebe-se em Demétrio Ribeiro uma quase unanimidade tipológica, visto apenas um bem etnoantrópico ser identificado enquanto Tipologia Intermediária, sendo o conjunto restante identificado como Imigratória de implantação. Nesse núcleo também é notada uma prevalência de elementos persistentes e permanentes com estado de conservação bom. Nesse sentido, o grau de manutenção da invariância de tais estruturas é relativamente alto.

Em João Neiva, observa-se uma maior diversidade tipológica, sendo presentes todas as tipologias multiterritoriais com exceção da imigratória de implantação. Menos elementos são permanentes, sendo mais comuns as persistências e perdas, assim como o estado de conservação é raramente bom, sendo predominante o estado de conservação ruim e regular. Nessa perspectiva, o grau de manutenção da invariância das estruturas é baixo.

É estabelecida uma hierarquia onde a Síntese Diacrônica ocupa o espaço de maior importância, visto apontar os sedimentos materiais do território caracterizados de modo temporal e tipológico, os quais identificam os saberes territoriais. Em uma segunda camada hierárquica, encontra-se a análise formal de Permanências, Persistências e Perdas, que identifica quais tipologias mantêm-se no tempo formando a identidade territorial. Por último, o Estado de Conservação traz uma dimensão tendencial na manutenção ou perda das invariantes estruturais.

Ao realizar um confronto quantitativo entre forma e diacronia (Tabela 1), percebe-se que as tipologias com maior frequência de perda total são Industrial de ascensão, Industrial de implantação, Imigratória de expansão, enquanto na frequência de perda relativa predominam as tipologias Industrial de ascensão, Imigratória de expansão e Industrial de consolidação. As tipologias persistentes, ou seja, aquelas que possuem frequência de transformações tipológicas significativas à atribuição de valor do bem, são predominantes em todas as tipologias, sendo mais presentes, no comparativo total, as tipologias

Intermediária, Industrial de ascensão e Imigratória de expansão, e, no comparativo relativo, as Tipologias Industrial de Implantação, Intermediário e Imigratória de Expansão. A tipologia Imigratória de implantação é a que possui maior frequência nas permanências totais e relativas. Além dessa, a tipologia industrial de expansão aponta permanências totais em número considerável.

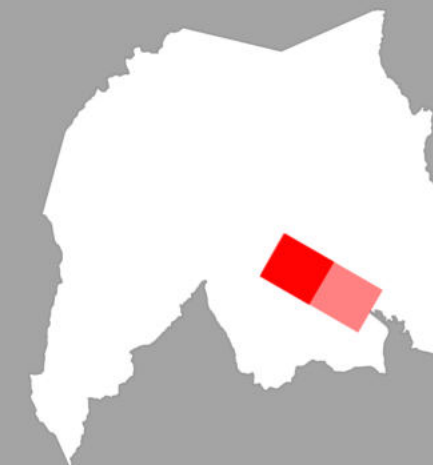
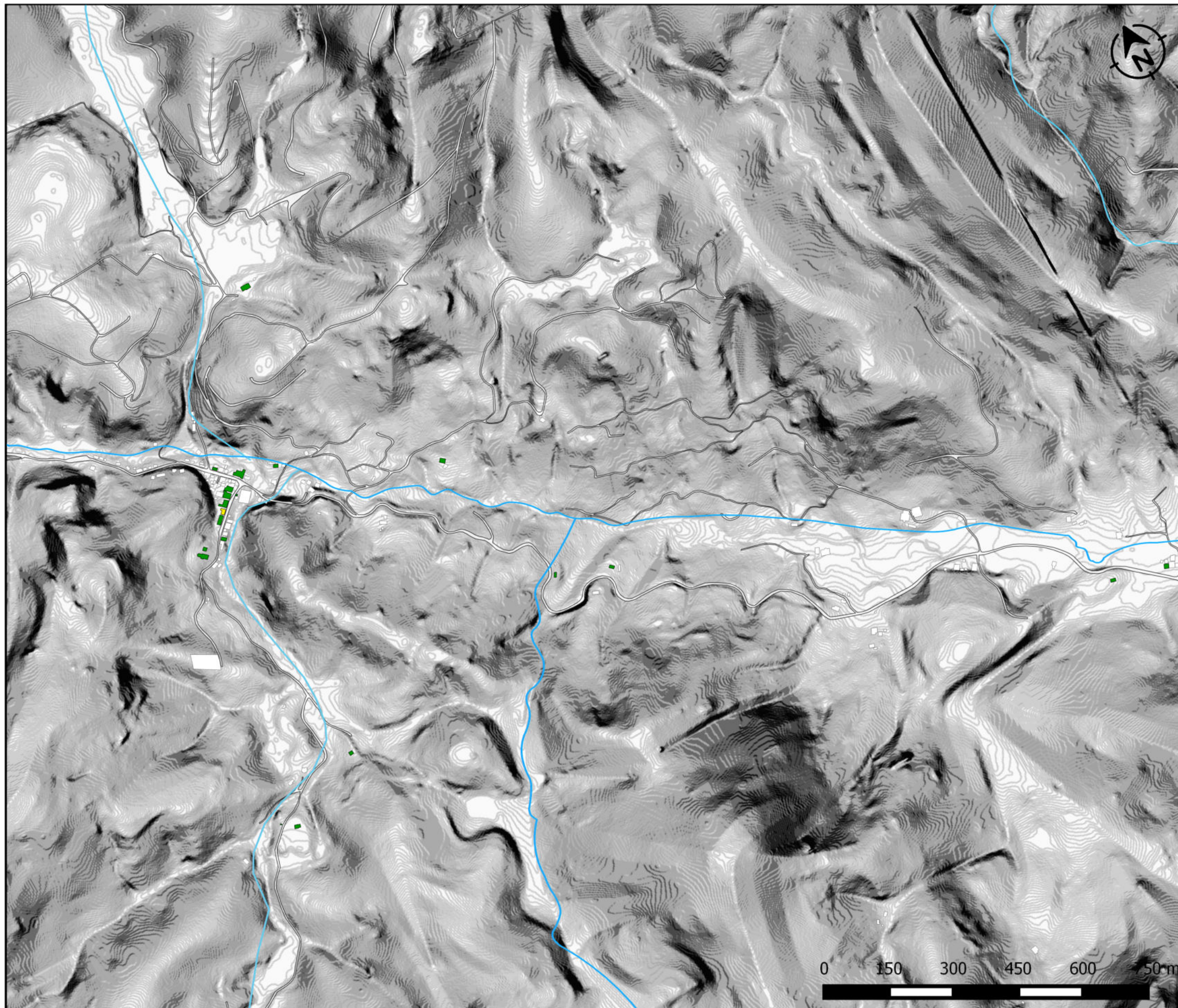
Quando analisado o estado de conservação dos bens etnoantrópicos, se reforça a dimensão tendencial da invariante, relativa ao seu estado de conservação. A primeira tipologia, Imigratória de implantação, mantém um equilíbrio tanto em permanências x persistências, quanto no estado de conservação bom e regular. A segunda, Intermediária, é diversa nas duas inserções: em Demétrio Ribeiro, predomina a permanência e estado de conservação bom, enquanto em João Neiva, predominam a persistência, sendo unânime o estado de conservação regular. A tipologia Imigratória de expansão tem predominância em persistências regulares. As tipologias Industriais apresentam piores estados de conservação, além de apresentarem um maior quantitativo de perdas, predominando estados regulares e ruins (Tabela 1).

A partir desse confronto, pode-se considerar como estado de conservação das invariantes estruturais (Mapas 33 e 34): a) Imigratória de implantação: bom; b) Intermediário: regular; c) Imigratória de expansão: regular; d) Industrial de implantação: ruim; e) Industrial de consolidação: ruim; f) Industrial de ascensão: ruim.

Tabela 1: Confronto Diacrônico-formal dos bens etnoantrópicos

Local	Qt.	Tipologia Multiterritorial		Qt.	Permanência, persistências e perdas	Qt.	Estado de Conservação
Demétrio Ribeiro	20	Imigratória implantação	de	9	Permanência	7	Bom
						2	Regular
				10	Persistência	4	Bom
						5	Regular
						1	Ruína
	1	Intermediária		1	Permanência	1	Bom
João Neiva	15	Imigratória expansão	de	13	Persistência	12	Regular
						1	Ruim
					2	Perda	
	32	Intermediária		2	Permanência	2	Regular
				28	Persistência	28	Regular
				2	Perda		
	5	Industrial implantação	de	5	Persistência	1	Bom
						3	Regular
						1	Ruim
	6	Industrial consolidação	de	1	Permanência	1	Regular
				4	Persistência	4	Regular
				1	Perda		
	23	Industrial ascensão	de	4	Permanência	4	Regular
				17	Persistência	15	Regular
						2	Ruim
				2	Perda		
Perdas de longa duração (João Neiva)	1	Imigratória de expansão					
	3	Industrial de implantação					
	4	Industrial de ascensão					

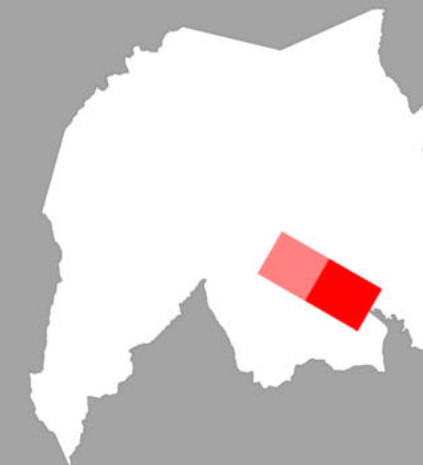
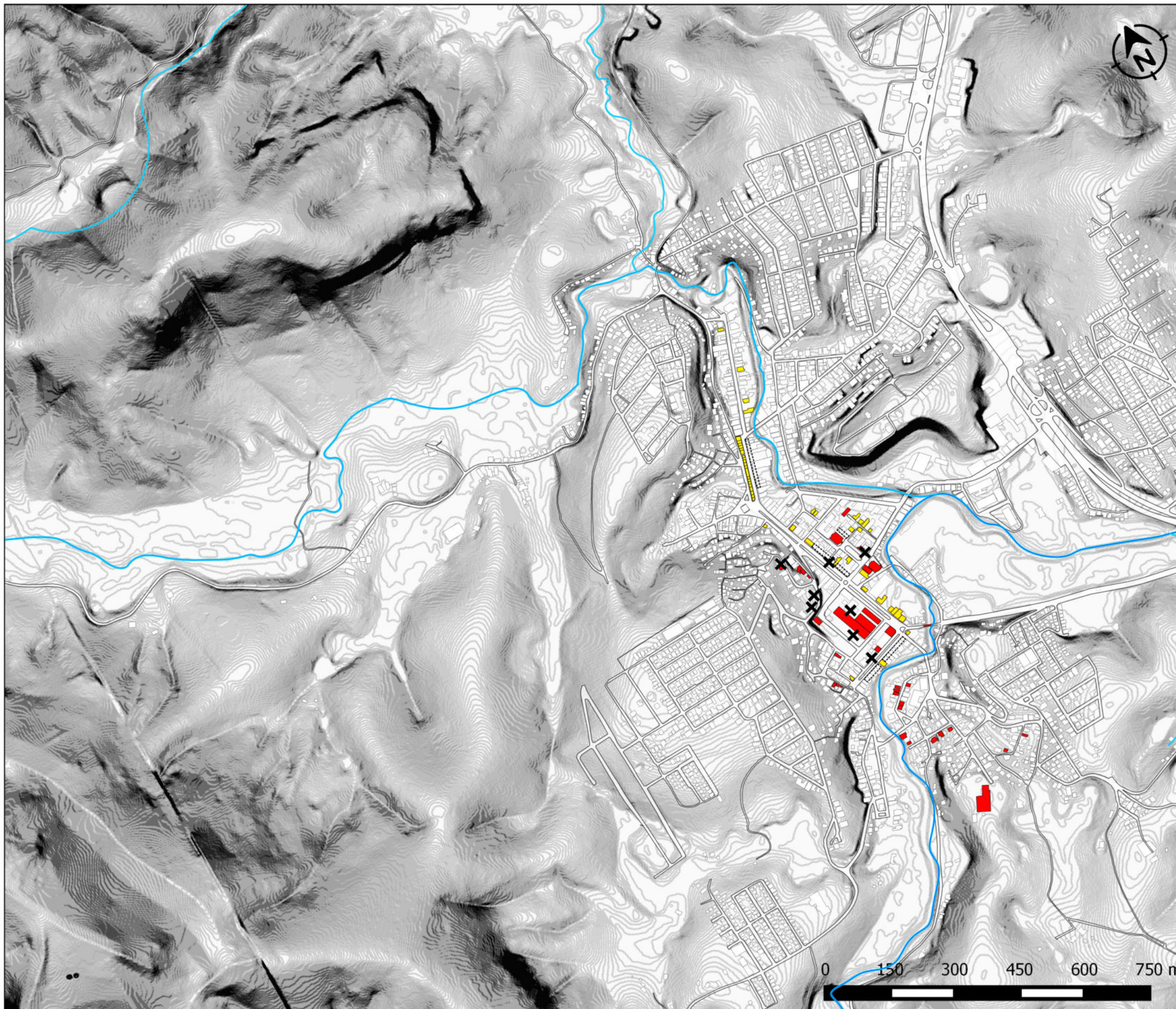
Fonte: Produzido pela autora, 2020



Legenda

- Perdas recentes
- ✕ Perdas de longa duração individuais
- Perdas de longa duração em conjunto
- Estado de conservação da invariante
 - Bom
 - Regular
 - Ruim

BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
Fonte: Geobases



Legenda

- Perdas recentes
 - ✕ Perdas de longa duração individuais
 - Perdas de longa duração em conjunto
- Estado de conservação da invariante
- Bom
 - Regular
 - Ruim

BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
Fonte: Geobases

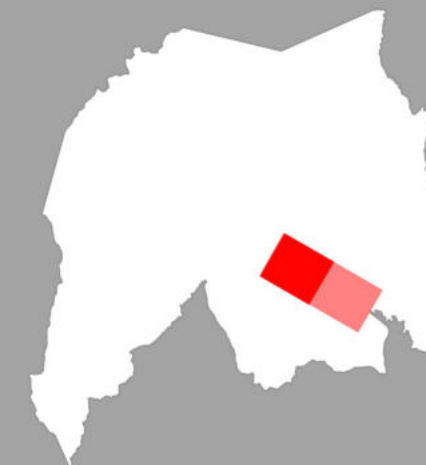
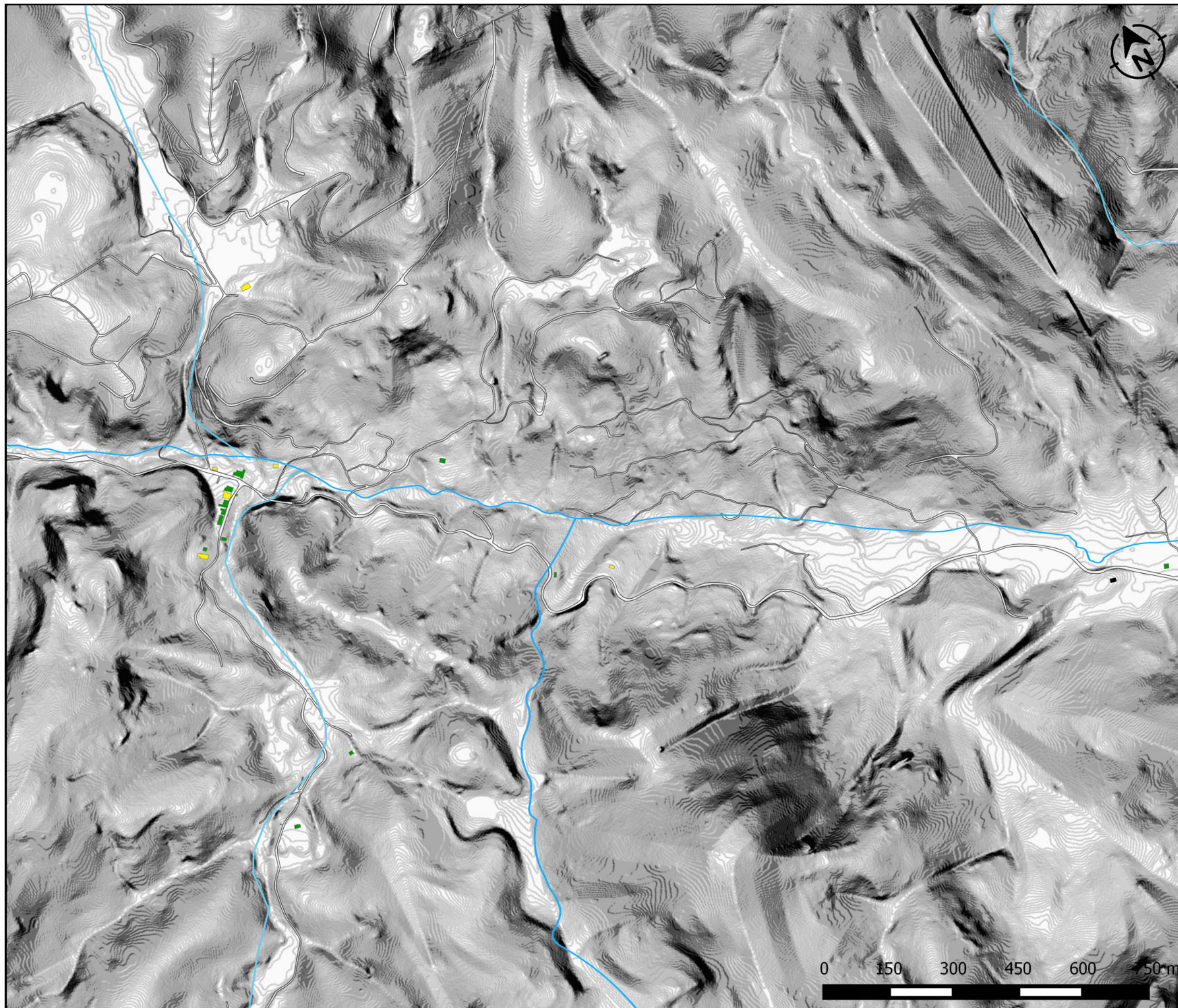
A última representação estatutária (Mapas 35 e 36) identifica os cenários tendenciais, fazendo um contraponto entre a Síntese Formal e a Síntese Relacional. Nessa perspectiva, busca identificar quais relações são mais nocivas à permanência e conservação do patrimônio analisado. Sendo assim, a primeira camada hierárquica a ser analisada é o estudo de Permanências, Persistências e Perdas, visto exprimirem a tendência de manutenção e transformação dos sedimentos patrimoniais no território.

Compara-se, individualmente, com as variáveis relacionais. A análise de invariância econômica aponta que todas as perdas de longa duração são fruto de processos de obsolescência e envelhecimentos sociais. Quando são avaliadas as perdas de temporalidades mais recentes – e por recentes são enquadradas as temporalidades mais distantes do ápice da periodização de ruptura, da década de 1990 –, esse quadro se mostra um pouco mais heterogêneo. As perdas recentes, em João Neiva, pouco se relacionam a processos de transformação ou obsolescência econômica ou envelhecimentos sociais, assim como a única perda de Demétrio Ribeiro, desligado de um contexto econômico e fruto de um envelhecimento físico. Nesse sentido, as persistências e permanências são peças-chave para o entendimento do cenário tendencial.

Em Demétrio Ribeiro, as persistências são relacionadas principalmente aos processos de nulidade, seguidas por supressões e, por fim, manutenções e transformações; enquanto as permanências do local se relacionam também à nulidade, seguidas por supressões. Os envelhecimentos predominantes são os físicos, seguidos por duplamente físicos e sociais. Ressalva-se que nenhum dos valores é discrepante entre si. Nesse sentido, a incorporação ou exclusão de usos econômicos não contribui ao risco de perda dos bens etnoantrópicos, visto não estarem relacionados a envelhecimentos sociais.

Em João Neiva, as persistências predominam em bens também distantes das variações de uso econômico, mas apontam um alto nível de transformação, ligado em sua maioria a processos de envelhecimentos duplamente físicos e sociais. Quando se compara às permanências do local, predominantemente em nulidade, percebe-se que, nesse local, a mudança de uso econômico atrelada aos envelhecimentos sociais se relaciona com as alterações tipológicas significativas das estruturas etnoantrópicas.

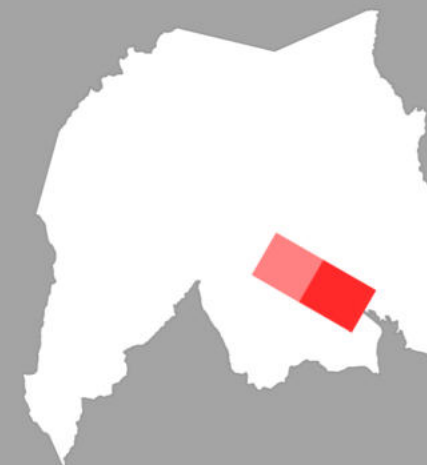
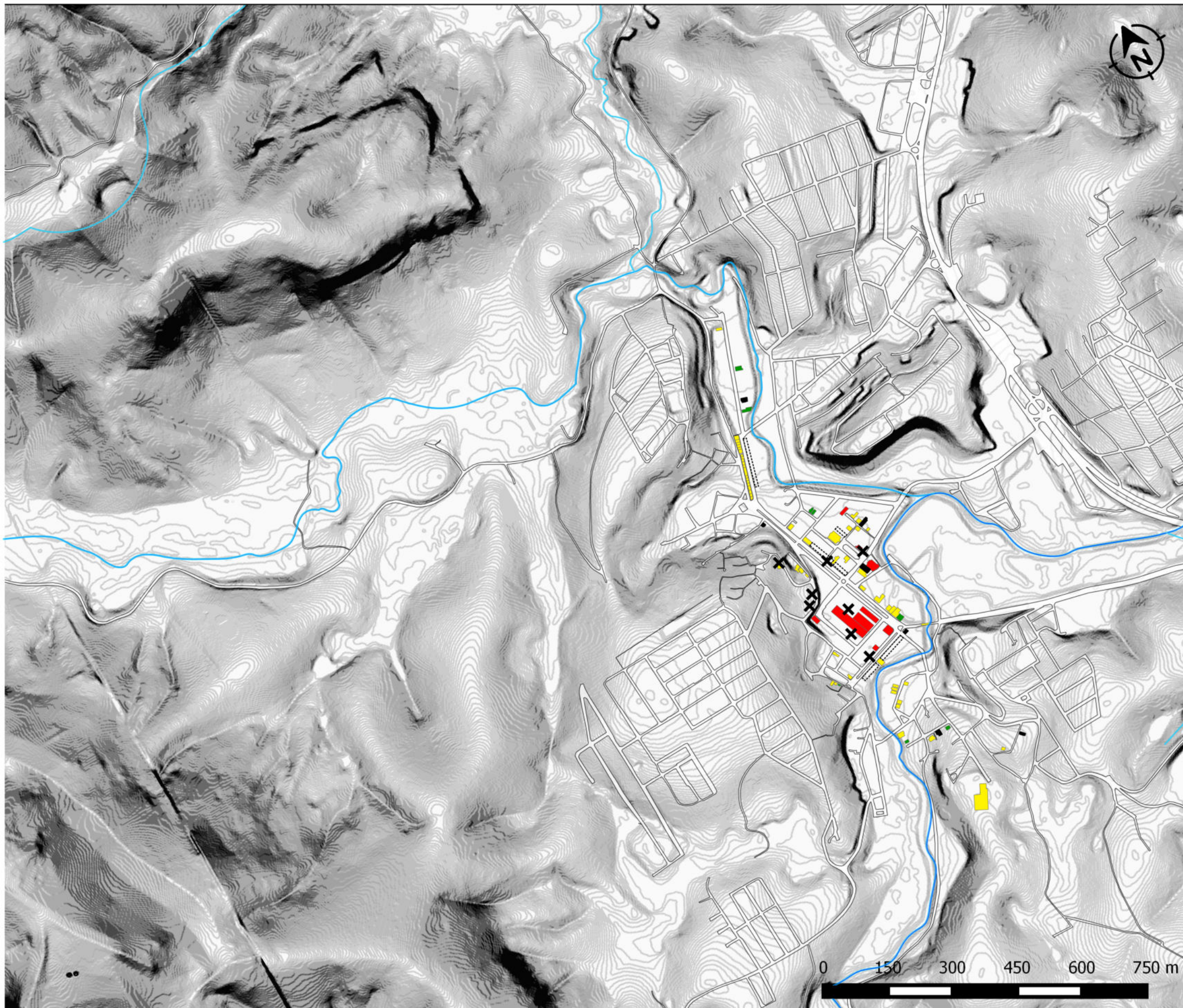
Nessa perspectiva, identifica-se que o denominador comum ao risco de perda são os tipos de envelhecimento, considerando: a) Envelhecimento físico: baixo; b) Envelhecimento físico e social: médio; c) Envelhecimento social: alto;



Legenda

- Perdas recentes
- ✕ Perdas de longa duração individuais
- Perdas de longa duração em conjuntos
- Risco de perda do bem
 - Baixo
 - Médio
 - Alto

BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
Fonte: Geobases



Legenda

- Perdas recentes
- ✕ Perdas de longa duração individuais
- ▭ Perdas de longa duração em conjuntos
- Risco de perda do bem
- Baixo
- Médio
- Alto

BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
Fonte: Geobases

Por fim, os Riscos e Resistências Territoriais se identificam através das descrições e representações estatutárias, visto trazer à luz os arranjos territoriais e os condicionamentos histórico-estruturais. Assim, a variável motora de dissolução das estruturas tipológicas (Cenário Tendencial: Risco de Perda) se agrupa com a variável determinante dos maiores níveis de degrado das estruturas persistentes e permanentes. Por fim, o confronto com o tipo territorial busca estabelecer um comparativo entre os Riscos e Resistências Territoriais com as unidades hierárquicas de relações às quais os bens se submetem, de modo a identificar as contradições internas à unidade tipológica territorial.

Os índices das representações estatutárias são inseridos no mapeamento de Riscos e Resistências (Mapas 37 e 38) em uma escala amarelo-vermelho, com 50% de transparência, de modo que, ao se sobreporem, mesclam suas cores dentro da mesma paleta e apresentam uma intensidade de cor opaca. Tons mais amarelados indicam estruturas mais resistentes aos processos territorializantes e tons mais avermelhados indicam riscos territoriais.

A análise de elementos em um contexto territorial aponta situações contraditórias, como bens permanentes submetidos a riscos territoriais e elementos persistentes, mesmo descaracterizados ou em más condições de preservação, configurados como resistências territoriais. A importância desse nível analítico consta no fato das transformações, apreensões, submissões à relações estruturantes se darem de um modo ampliado e não individual.

i) DR: Núcleo principal: Alta resistência territorial. Percepção morfotipológica em conjunto homogêneo, não apresenta perdas, distante do processo de desenvolvimento, apresenta leve urbanização, dissociada de transformações, visualmente e fisicamente protegido pela geomorfologia, conectado a eixo estruturante coletor. Caráter residencial e privado.

ii) DR: Vale aberto. Alta resistência territorial. Percepção morfotipológica enquanto bem isolado, em proximidade do processo de desenvolvimento e urbanização, visualmente protegido pela geomorfologia, conectado a eixo estruturante coletor. Caráter residencial e privado.

iii) DR: Vale de transição: Alta resistência territorial. Percepção morfotipológica de bens isolados, distantes de urbanizações, visualmente e fisicamente protegido pela geomorfologia, conectados a eixos locais. Caráter residencial e privado.

iv) DR: Suave-ondulado: Média resistência territorial. Percepção morfotipológica de bens isolados, distantes de urbanizações, visualmente e fisicamente protegido pela geomorfologia, conectados a eixos estruturantes coletores. Caráter residencial e privado.

v) JN: Inserção industrial. Alto risco territorial. Percepção morfotipológica de bens isolados e singulares, em conjunto heterogêneo, concentra perdas de longa duração isoladas e em conjunto. Edificada ao longo de eixo estruturante regional (ferrovia) que passa a ser arterial. Caráter institucional misto, público.

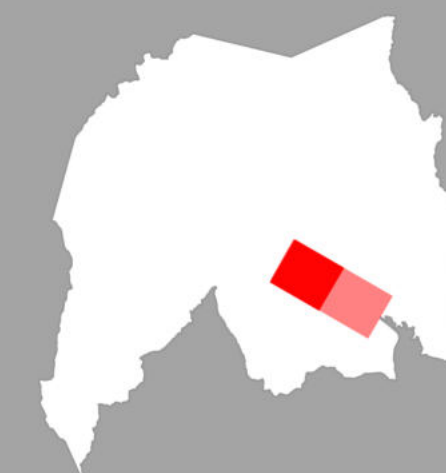
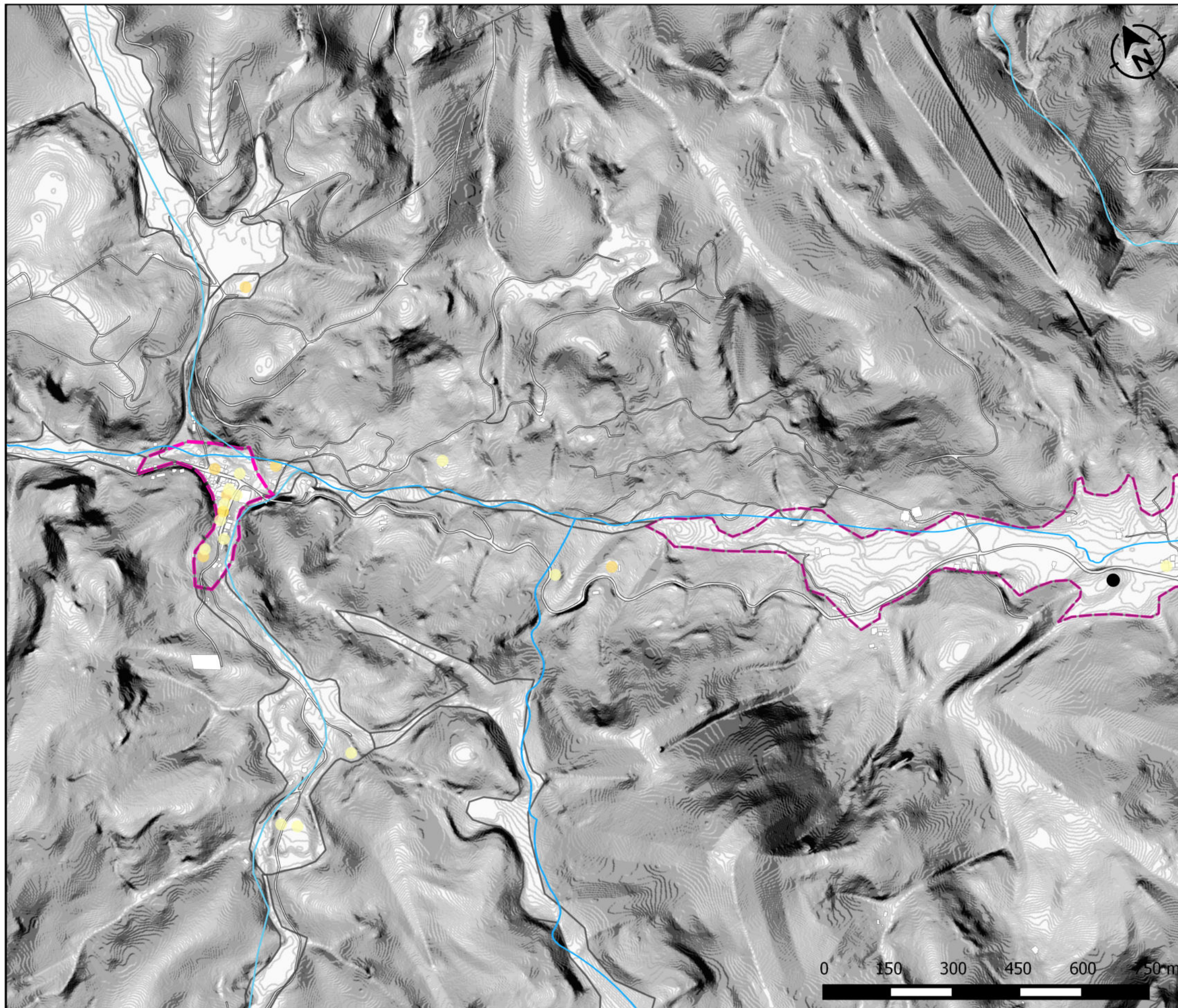
vi) JN: Expansão funcional. À leste, neutralidade. Percepção morfotipológica de bens isolados e pequenos conjuntos. Apresenta perdas de longa duração em conjunto. Edificada ao longo de eixo estruturante regional que passa a ser local. À oeste, médio risco territorial, apresenta perdas pontuais de longa duração. Infraestrutura local. Caráter residencial e privado.

vii) JN: Inserção social. Alto e médio risco territorial para bens isolados e neutralidade para bens em conjunto tipológico. Apesar disso, apresenta percepção morfotipológica de bens isolados, heterogêneos. Suas perdas são tanto de longa duração em conjunto quanto recentes de bens isolados, configurando potencial aumento do risco na territorialidade de ruptura. Conectada a infraestrutura coletora. Caráter misto residencial/privado e institucional/público-privado.

viii) JN: Expansão habitacional 1: Neutralidade. Percepção morfotipológica em conjunto. Inserido em lógicas de desenvolvimento que não agredem a configuração territorial. Edificada ao longo de eixo estruturante regional (ferrovia) que passa a ser arterial. Caráter misto comercial-residencial e privado.

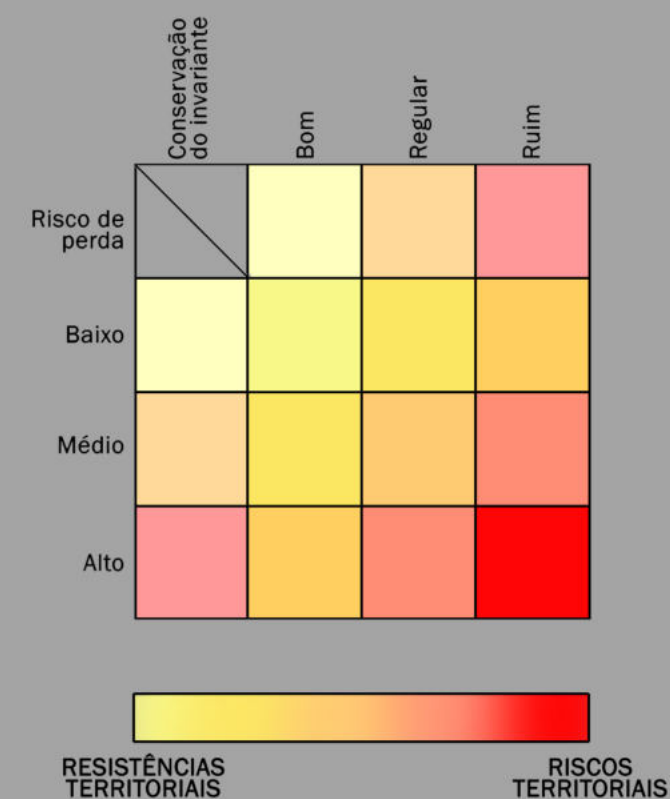
ix) JN: Expansão habitacional 2: Neutralidade. Percepção morfotipológica de bens isolados. Apresenta perdas recentes isoladas, configurando potencial aumento do risco na territorialidade de ruptura. Edificada em vias locais. Caráter residencial e privado.

x) JN: Expansão habitacional 3: Alto risco territorial. Percepção morfotipológica de bens isolados. Apresenta perdas recentes individuais, configurando potencial aumento do risco na territorialidade de ruptura. Edificada em vias locais. Caráter residencial e privado.

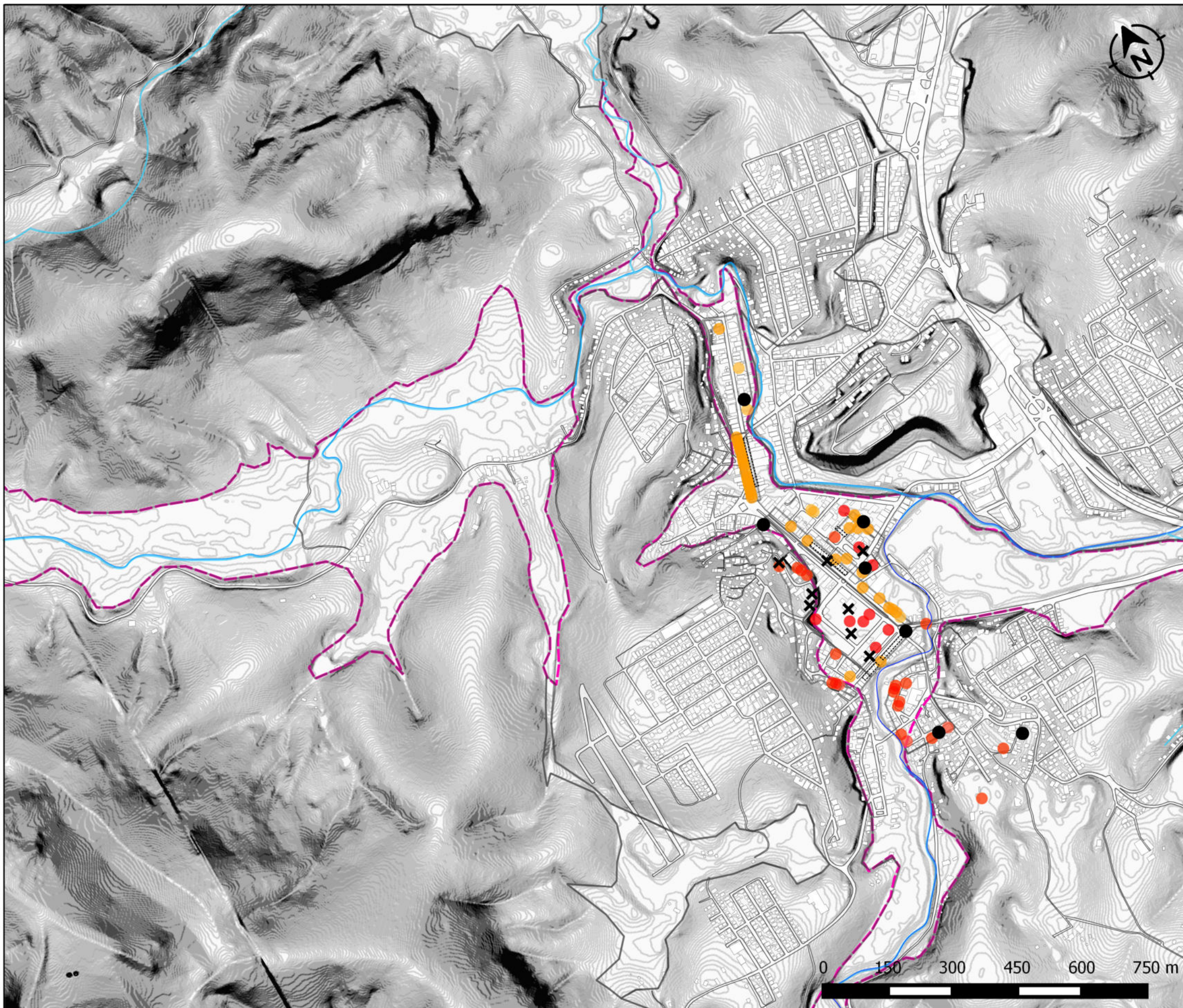


Legenda

- Perdas recentes
- ✕ Perdas de longa duração individuais
- Perdas de longa duração em conjunto

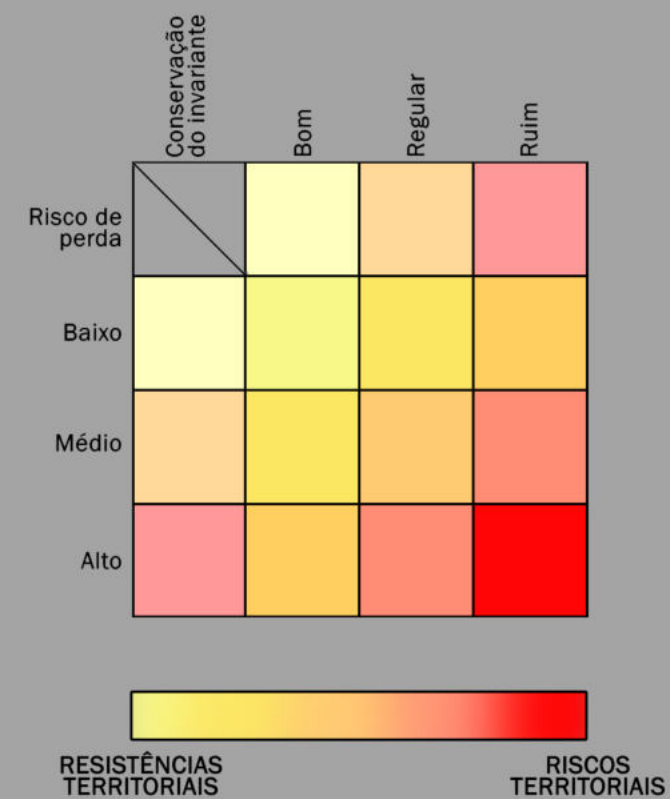


BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
Fonte: Geobases



Legenda

- Perdas recentes
- ✕ Perdas de longa duração individuais
- Perdas de longa duração em conjunto



BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
Fonte: Geobases

Como primeira conclusão da metodologia e aplicação do projeto representacional, é o reforço da eficácia das representações dinâmicas, diacrônicas e relacionais, ao traçar um paralelo com as definições de Riscos Territoriais, dadas no subcapítulo 2.3.2, sobre categorização e graduação resultante do Projeto Representacional, aproximando a conceituação à experimentação, e reconhecendo sua factibilidade. Nessa etapa, podemos identificar alguns dos fenômenos caracterizadores dos Riscos Territoriais nas áreas definidas como alto risco territorial, sendo eles:

a) Inserem-se na criação ou supressão de determinadas territorialidades em processos de desequilíbrio entre relações de poder;

Predominante nos tipos territoriais do núcleo de João Neiva, visto a territorialidade Industrial criar uma nova organização, de estruturação compulsória, incorporando elementos de caráter formal e funcional diversos dos até então implantados, rompendo o dinamismo endógeno do território. A perspectiva do desenvolvimento local – nesse caso, de origem global e não autossustentável –, promove uma rápida urbanização e migração do antigo núcleo, onde passam a concorrer duas lógicas reguladoras. A industrial, de maior força organizacional e alcance mais longínquo, é motora de uma lógica de desenvolvimento muito imediata e hierárquica. Tem como reflexo demandas emergentes, as quais implicam na implantação de novas funções de comércio e serviços junto ao núcleo principal, fomentando processos de transformação tangentes à inserção industrial, de cunho funcional. A parcela territorial onde essas relações ocorrem concentra os processos de obsolescência e transformação, além de envelhecimentos predominantemente sociais.

b) São promovidos através de processos de desequilíbrio dos valores patrimoniais entre uso e existência. Com a utilização do patrimônio plenamente enquanto capital ou recurso, sobrepõem-se os valores de uso aos de existência. Esses podem ocorrer sob três óticas: promoção de atos territorializantes sem prévias apropriações simbólicas; quebra da lógica denominação-reificação-estruturação; tendência à homogeneização através da inserção de modelos prontos e não à sua criação, tornando esses estéreis às apropriações, e, consequentemente, à construção de identidades territoriais;

Ao concentrar valores de uso nos tipos centrais, são criadas áreas de caráter predominantemente funcional cuja apropriação simbólica ocorre de modo posterior à inserção - a organização, portanto, segue uma lógica inversa, iniciando-se pela estruturação. Os modelos prontos podem ser indicados por estruturas modulares, implantadas de modo serial, principalmente nos tipos territoriais de expansão habitacional, o que não fomenta produção de saber territorial endógeno e, sua implantação feita de modo isolado não permite uma apreensão enquanto conjunto.

c) Retiram o objeto de seu contexto histórico-estrutural;

Quando é promovida a ruptura funcional, com a retirada dos trilhos e obsolescência das estruturas etnoantrópicas construídas para o atendimento dessa territorialidade, a apropriação cultural remanescente é a construção de um museu, onde concentram-se

“memórias” – fotografias, elementos, narrativas, enquanto o acervo construído materializador da história se perde.

d) Promovem inserções exógenas compulsórias, provenientes de lógicas desterritorializadas por essência;

Notadas principalmente na tipologia multiterritorial de ascensão (3C), onde são estabelecidas edificações pré-fabricadas em série em áreas periféricas e, em alguns casos, consideradas áreas carentes e de risco. Apesar de compor um conjunto de valor patrimonial, por suas características urbano-arquitetônicas, são inseridas de modo difuso e não formam, visualmente, organizações territoriais de conjunto. Outra questão relevante é que essas estruturas passam por alterações formais mais intensas que outras estruturas implantadas em série, implicando na perda de sua percepção de valor. A tipologia multiterritorial intermediária (2-3) apresenta a mesma configuração de estabelecimento em série, mas possui maior proximidade formal com as tipologias imigratórias, sofrendo alterações menos acentuadas, além de ocorrerem em áreas menos periféricas.

e) Museificam ou selecionam para revelação social de temporalidades específicas, em detrimento ou não de outras, apropriando-se, distorcendo ou até mesmo criando novas identidades equivalentes à simulacros;

Os bens patrimonializados são predominantemente da tipologia Imigratório de implantação (2A), englobam festividades que exaltam a temporalidade, que tem como tendência a Resistência Territorial. A homogeneização das territorialidades, reflexo da dissolução dos elementos e um dos cenários tendenciais, tem como reflexo uma museificação.

h) Como consequência das inserções exógenas, voláteis por essência por serem mais imediatistas e efêmeras, criam-se objetos passíveis de desuso ou abandono. Criados para suprir valores de uso, esses passam a ter seus valores de uso/recurso como potenciais, mais suscetíveis a dominações e envelhecimentos sociais;

As demandas emergentes incluem, além das áreas de uso social do tipo *vii) JN: Inserção social*, um eixo central predominantemente de comércios e serviços, o qual potencializa a hierarquia funcional do núcleo de primeira inserção, concentrando processos de transformação e envelhecimentos sociais; atrelado a uma baixa densidade habitacional, pode indicar baixos índices de apropriações simbólicas.

i) Promovem substituições de usos incompatíveis, descaracterizações, deteriorações, demolições sucessivas, ocorridas ao longo de ciclos de territorialização, não correspondentes ao envelhecimento físico das formas, inerente ao tempo;

Como citado, os envelhecimentos sociais são os maiores catalisadores de dissolução das estruturas etnoantrópicas, algumas dessas são submetidas a grandes descaracterizações e substituições, mesmo o estado de conservação dos materiais configurando como bom ou regular. A maioria das condições contraditórias se dá por adequação ou inserção de novas políticas econômicas dissociadas de valores simbólicos.

Como conclusão referente às resistências territoriais, as ações de proteção podem ser implantadas não mais de modo isolado, mas em uma escala territorial englobando áreas de risco e áreas resistentes. A patrimonialização proativa (POLI, 2015), panorama ideal de tratamento do patrimônio territorial, é ativada quando os valores de recurso e identidade são valorizados e fortalecidos de modo recíproco. Nesse sentido, entra também nas práticas de desenvolvimento, gestão, transformação, recuperação. Retomando as diretrizes de ativação do binômio recurso territorial – identidade territorial apontadas por Poli (2015, p. 131), citadas ao subcapítulo 2.1, pode-se criar um paralelo ao quadro de resistências territoriais enquanto cenários estratégicos:

a) Um ou mais patrimônios identificados da coletividade. (POLI, 2015, p. 131)

Como apontado nas descrições sintético-analíticas do capítulo, com destaque na Síntese Relacional 4.2.2.1 *Relações de poder*, o patrimônio identificado da coletividade é da territorialidade imigratória, enquanto a identificação coletiva do patrimônio ferroviário ocorre de modo pontual, em um único bem etnoantrópico, o Museu Ferroviário. A nível territorial, a Avenida Presidente Vargas, de frente ao Museu, abarca algumas manifestações e festividades de longa duração, dissociadas de territorialidades específicas, mas manifestando-se enquanto um elemento identitário da coletividade. Nessa perspectiva, a área de maior Risco Territorial apresenta uso de recurso potencial, em uma perspectiva de ancoragem simbólica. Essa interação pode trazer à luz, enquanto revelação social e patrimonialização, o patrimônio de outra territorialidade e, por consequência, diminuir o grau de risco territorial da área.

b) Um processo de ativação da componente recurso territorial segundo diversas trajetórias integradas, culturais, simbólicas, econômicas. (POLI, 2015, p. 131)

Como discutido, um dos maiores catalisadores do risco é a inserção econômica sem apropriação simbólica. Sob esse viés, a partir da patrimonialização de outras territorialidades, podem ser fomentadas ações de apropriação simbólica das estruturas patrimoniais. O Museu Ferroviário, potencial elemento de recurso territorial, pode ter seu acervo ampliado, acrescentando conteúdo documental ao acervo predominantemente material existente, exprimindo simultaneamente a dimensão histórico-estrutural do núcleo e do território.

Outra percepção aponta que as estruturas da EFVM, antes associadas a uma perspectiva econômica produtiva, de formação técnica e de uso privado, passam a abarcar usos públicos regidos por políticas fracas. Ainda que fomentada pela economia, era sustentada por atores sociais – apresentando uma trajetória integrada com usos simbólicos como iniciativas de ensino, festividades e apropriações culturais, desejo pela manutenção do acervo ferroviário; com a obsolescência, perde a característica de integrar um conjunto

variado de relações. Apesar do processo de obsolescência ter se apresentado nocivo à manutenção das estruturas etnoantrópicas, a promoção de relações econômicas nas estruturas pode se refletir em ativação do componente recurso territorial.

c) Um processo simultâneo de reforço da componente identidade territorial com a presença de atividades simbólicas, cognitivas, dos saberes contextuais. (POLI, 2015, p. 131)

Complementando as práticas citadas acima para a diretriz a), a partir de um reconhecimento coletivo do patrimônio territorial industrial, podem ser promovidas atividades, manifestações culturais e festividades associadas à territorialidade de modo específico, como ocorre com a territorialidade imigratória em Demétrio Ribeiro. Em um quadro construtivo, a manutenção, preservação e recuperação dos bens etnoantrópicos das tipologias imigratórias pode ser associada à uma apreensão simbólico-cognitiva, de cunho endógeno, fomentando novas práticas econômicas e o saber contextual local, revertendo o processo de ruptura.

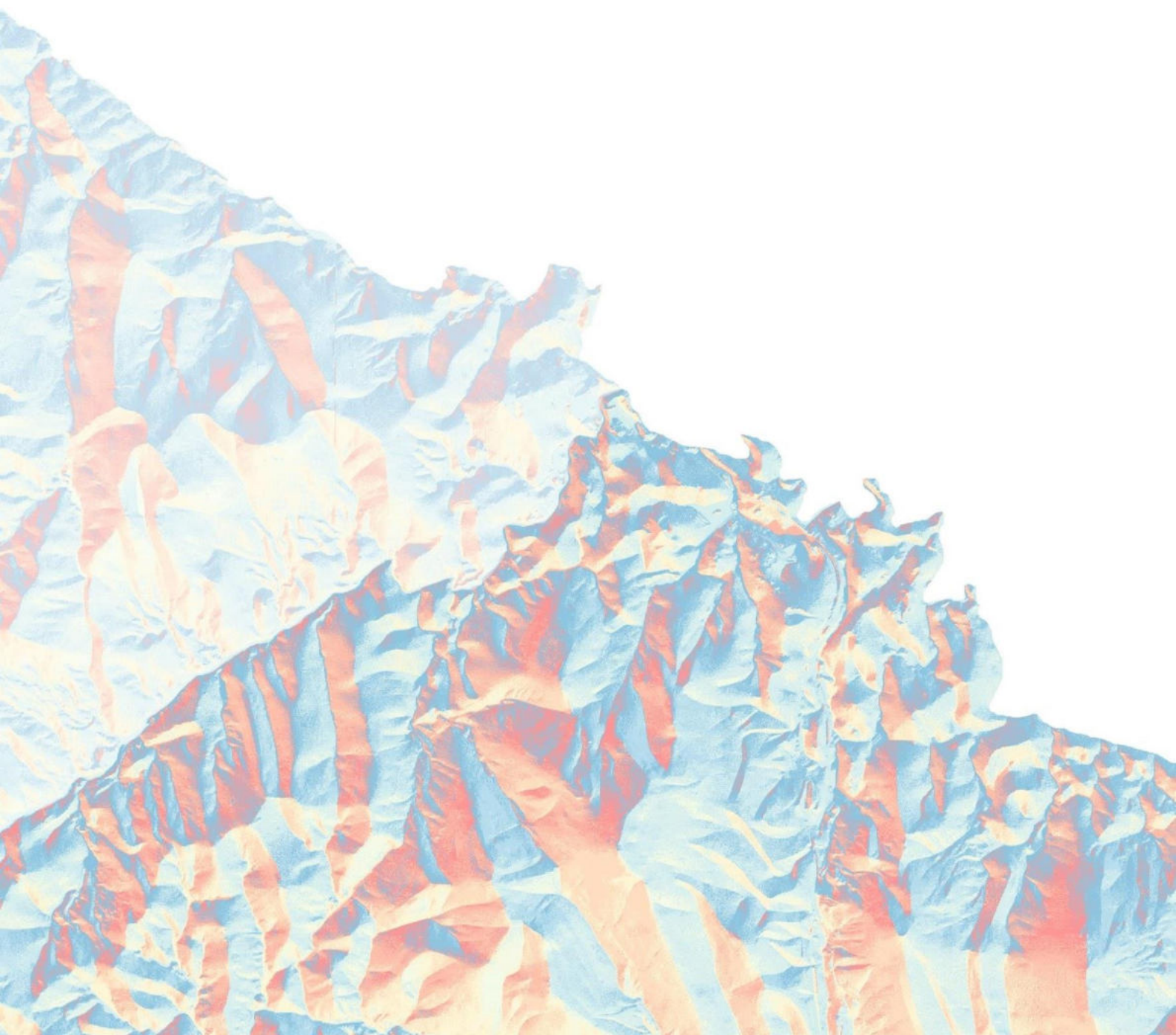
d) A criação de valor territorial adicional, que não se acabe no uso e na valorização econômica do recurso territorial, mas que sedimente novas oportunidades para a sociedade local. (POLI, 2015, p. 131)

De um modo geral, o processo de ruptura dado após a retirada das estruturas da EFVM do território de estudo aponta o esgotamento de uma valorização econômica. É necessária a reinserção do núcleo em uma lógica econômico-produtiva consistente, que não exclua as forças endógenas e cognitivas, fundamentais à autossustentabilidade do desenvolvimento territorial. Os bens etnoantrópicos obsoletos são potenciais a esse tipo de uso, visto serem uma infraestrutura central ao desenvolvimento e disporem de áreas livres adjacentes. Outra potencialidade é a pluralização de usos nas periferias, expondo o centro a menores transformações e menor hierarquia funcional.

Por fim, a importância desse tipo de estudo se situa na ruptura paradigmática do patrimônio no planejamento – quando permite inserir lógicas de desenvolvimento e conservação em equilíbrio e respeito mútuo – e por permitir a implementação de noções diacrônicas nos Sistemas Informativos Territoriais. A importância da representação se dá ao fazer emergir tais noções, além de ajudar a reconhecer, identificar elementos estruturantes do território e seu comportamento dinâmico e multidimensional.

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho, intitulado *Riscos Territoriais em Projetos Representacionais: Investigação do patrimônio territorial de João Neiva – ES*, tem como cerne teórico-metodológico as sucessivas ampliações conceituais do patrimônio até sua escala territorial, amplamente discutida na Escola Territorialista Italiana. Tem como ponto de partida o visível cenário de dissolução de algumas estruturas de valor patrimonial do território de estudo, em suas camadas ambiental, antrópica e socioeconômica. Essa dissolução configura-se como um risco de perda físico-material dos sedimentos individuais, mas como esses seguem vários níveis de organização e relação – que, por vez, acontecem a nível territorial – como identificar os processos de risco a nível territorial? E, sendo o território uma construção processual, como entender tais riscos em uma perspectiva diacrônica?

As ações de reconhecimento, preservação e conservação do patrimônio, a nível institucionalizado, acompanham a ampliação conceitual do patrimônio que passa a englobar tipologias diversas, núcleos, sítios, bens imateriais, escalas analíticas maiores, dentre outros. A ampliação prática ao nível territorial sugere também um enfrentamento à complexidade da verificação diacrônico-processual, integrada na identificação, representação, interpretação e, por fim, no planejamento.

A partir de um quadro teórico-conceitual do patrimônio e do território, são identificadas variáveis relacionais dos processos de territorialização que podem atuar em quadros de perda dos sedimentos territoriais, possibilitando a definição dos Riscos Territoriais. A investigação também aponta carências nos processos de identificação das invariantes estruturais e na sua inserção nos Estatutos dos Lugares, consistindo no esforço teórico-metodológico da inserção de peso diacrônico dos dados de base. Para esse fim, busca ampliar a configuração do Atlas Territorial implementado na Escola Territorialista Italiana, em uma perspectiva relacional. Sendo assim, define-se quais análises e sínteses são necessárias para identificar as características identitárias do objeto de estudo, suas invariantes estruturais.

A contribuição metodológica do trabalho consta do avanço do conceito de invariante estrutural em moldes práticos, onde se elenca não apenas a invariante enquanto elemento, mas, também, enquanto relações e processos aos quais essa se submete ao longo dos processos de territorialização. Nessa perspectiva, o trabalho contribui ao fomentar, diante de perspectivas de perda de elementos identitários do patrimônio, um debate ampliado nos âmbitos espaciais e temporais acerca da perspectiva processual de formação e manutenção dos caracteres identitários do lugar e, acima de tudo, das suas relações detratoras e catalisadoras de degradados a nível territorial.

De modo a enfrentar a complexidade e a abrangência do tema, a pesquisa se estabelece em um recorte analítico do patrimônio construído, identificado nos sedimentos materiais e imateriais – elementos construídos manifestantes de saberes territoriais técnicos-construtivos e estético-formais referentes às territorialidades ocorridas objeto de estudo –, os bens etnoantrópicos. Esse recorte, ampliável às outras camadas do patrimônio territorial, pode gerar uma análise territorial ainda mais completa. Nesse sentido, é imprescindível a pesquisa contar com uma equipe multidisciplinar de análise e planejamento territorial.

A grande questão da análise multicritério é propor um entendimento integrado, visto que ações de tutela, quando aplicadas de modo individual, podem também provocar riscos territoriais como museificação, homogeneização do território, preservações dissociadas de perspectivas de desenvolvimento. Além de contribuir nos âmbitos analíticos, o uso dos mapeamentos permite o reconhecimento de hierarquias relacionais, as quais atribuem um caráter qualitativo à análise empírica. Essa análise, quando confrontada com os níveis sintético-analíticos do Atlas Territorial, amplia o quadro de representações técnicas tradicionais que apresentam as organizações territoriais, recursos, usos e formas, incluindo dinâmicas evolutivas. Também põe em evidência elementos da identidade territorial, formas resistentes, boas práticas e outras complexidades que os mapeamentos tradicionais não apontam, possibilitando a criação de um quadro descritivo mais completo. Ao apontar os tipos e figuras territoriais e suas lógicas internas de funcionamento, o projeto representacional dá um passo importante na aplicabilidade do patrimônio nos estudos territoriais, distanciando-se de lógicas atuantes em níveis individuais, passíveis de implementar ações de congelamento, possibilitando uma ação também sobre as regras de conformação territorial.

O uso de projetos representacionais em SIG contribui em dois níveis: enquanto instrumento analítico, visto permitir o tratamento, a combinação e a manipulação de variados dados referentes às camadas do patrimônio e seus processos; e enquanto inventário, por apresentar um inédito conjunto documental crítico que transcende o simples levantamento de campo acerca dos sedimentos materiais do território de estudo, sendo esse uma base necessária às ações de reconhecimento de valor patrimonial, planejamento e normativas a nível territorial.

A aplicação metodológica representa a sedimentação territorial de João Neiva em quatro territorialidades, mas aponta sedimentos materiais e imateriais de duas dessas – especificados como bens etnoantrópicos. Esses se classificam diacronicamente de dois modos: na longa duração, em fases temporais, e na sua tipologia, em seis categorias tipológicas dentro das duas territorialidades identificadas. O quadro relacional do território aponta relações de poder e processos de envelhecimento, mas não identifica outras

variáveis, como energias da contradição/inação e inserções globais/loais, por restrições na obtenção de dados concretos acerca dessas. A síntese formal identifica como as formas se comportam no território nas perspectivas de manutenção, abrangendo o estado de conservação do invariante, e transformação, abrangendo sua configuração tipológica enquanto permanência, persistência ou perda.

Quando confrontadas, as variáveis buscam identificar: tipos territoriais, sendo essas figuras hierárquicas, nas quais os bens se organizam; invariantes estruturais, onde se indica o estado de conservação da invariante, criando um quadro analítico dinâmico dessa informação; e, por fim, os cenários tendenciais, que apontam os riscos de perda dos bens elencados. Essa etapa tem como objetivo identificar a variável específica balizadora dos cenários de risco e perda. No objeto de estudo, percebe-se que as variáveis organizacionais de predominância de perda são as tipologias multiterritoriais provenientes da industrialização, e os processos mais catalisadores das perdas são os envelhecimentos puramente sociais. Essas variáveis indicam que as inserções etnoantrópicas da territorialidade industrial são implantadas de modo dissociado de valores de existência, sendo por essência desterritorializadas, apesar de muitas dessas se configurarem como bens permanentes. A partir do momento de ruptura, são ativados processos de envelhecimento social e obsolescência, desligados de uma nova perspectiva de desenvolvimento do núcleo industrial, que, a partir de riscos ambientais e políticas de expansão periféricas, tem um esvaziamento de valores socioculturais. A noção de conjunto etnoantrópico industrial, forte anteriormente aos processos de ruptura, começa também a se dissipar, apresentando descaracterizações estético-formais, demolições; enquanto o núcleo de inserção imigratória apresenta características completamente opostas, como descaracterizações mais leves, melhores estados de conservação, quase nulidade em demolições e, conseqüentemente, manutenção na configuração urbano/territorial.

Outro denominador comum das figuras de alto risco territorial são os caracteres institucionais públicos, o que indica a substituição de forças econômicas incisivas por forças políticas que, durante o período de ruptura, além de promover organizações e expansões longínquas à área central, não estimulam práticas de preservação/conservação das estruturas etnoantrópicas existentes. Essas, como citado, dissociadas de uma perspectiva social, tornam-se estéreis às apropriações simbólicas; esse fato, quando comparado à crescente apropriação simbólica de uma única territorialidade – uma patrimonialização seletiva, gera outros níveis de risco ao ativar processos de homogeneização territorial, museificação, falso-histórico, os quais dissipam a identidade territorial.

Cabe ressaltar que a identidade, enquanto conceito fixo, pleno e descolada dos processos de construção histórica, é uma idealização utópica e ilusória. O reconhecimento – entendido

como patrimonialização – é também uma construção, portanto, depende de valores, significados, normas, interesses, discursos (...); nesse sentido, a materialidade e seu quadro relacional é essencial para o entendimento da identidade em sua pluralidade. Como meio, o projeto integrado a nível territorial traz à luz a abordagem histórico-estrutural, evidenciando a historiografia e morfotipologia e suas relações ordenadoras, mas não exclui outros métodos de identificação, como os participativos.

São várias as possíveis ampliações metodológico-conceituais para futuras análises. Como citado, a análise é dada em um nível de pré-inventário. Faz-se necessário aprofundar as discussões e, principalmente, compor um quadro técnico multidisciplinar para sua realização. Os Atlas Territoriais e os Estatutos dos Lugares, na Escola Territorialista Italiana, dão-se de modo conjunto com várias instituições e profissionais, além de organizações sociais e agentes locais. Além disso, é uma discussão processual e aberta, visto o território ser um organismo em constante transformação e sedimentação de novos atos territorializantes, sendo necessária uma retroalimentação. Nesse sentido, o uso de plataformas de geoinformação é essencial à construção de Sistemas Informativos Territoriais – atuando em âmbitos informativos, interpretativos e normativos e passíveis de ampliações conceituais e metodológicas.

É de extrema importância ampliar a análise para as outras camadas do patrimônio territorial, de modo a compor um quadro sintético-analítico completo em vista ao Atlas Patrimonial. O avanço metodológico proposto para o Atlas propõe abranger uma representação de caráter relacional, indicando de modo mais palpável as invariantes estruturais e seu comportamento evolutivo. Essa representação propõe romper com a concepção de invariante enquanto meramente objeto físico, o qual com estudos territoriais se propõe medidas normativas de tutela/patrimonialização institucionalizada, o que, através da imposição de relações de poder de cunho político-institucional, transpassa o dinamismo próprio da invariante e, por vez, atua além da medida protetiva e promove congelamentos, os quais geram outros níveis de riscos territoriais. Em níveis ampliados, a definição das invariantes estruturais e suas regras de funcionamento são um ponto chave na identificação de um repertório de boas práticas para determinar cenários estratégicos.

Outro possível avanço se situa no aprofundamento da discussão da intensidade de cada variável, para que as análises se tornem ainda mais precisas. Nesse sentido, são possíveis avanços metodológicos, como parametrizações, definição de pesos, operacionalizações das variáveis, ampliações do quadro analítico, dentre outras.

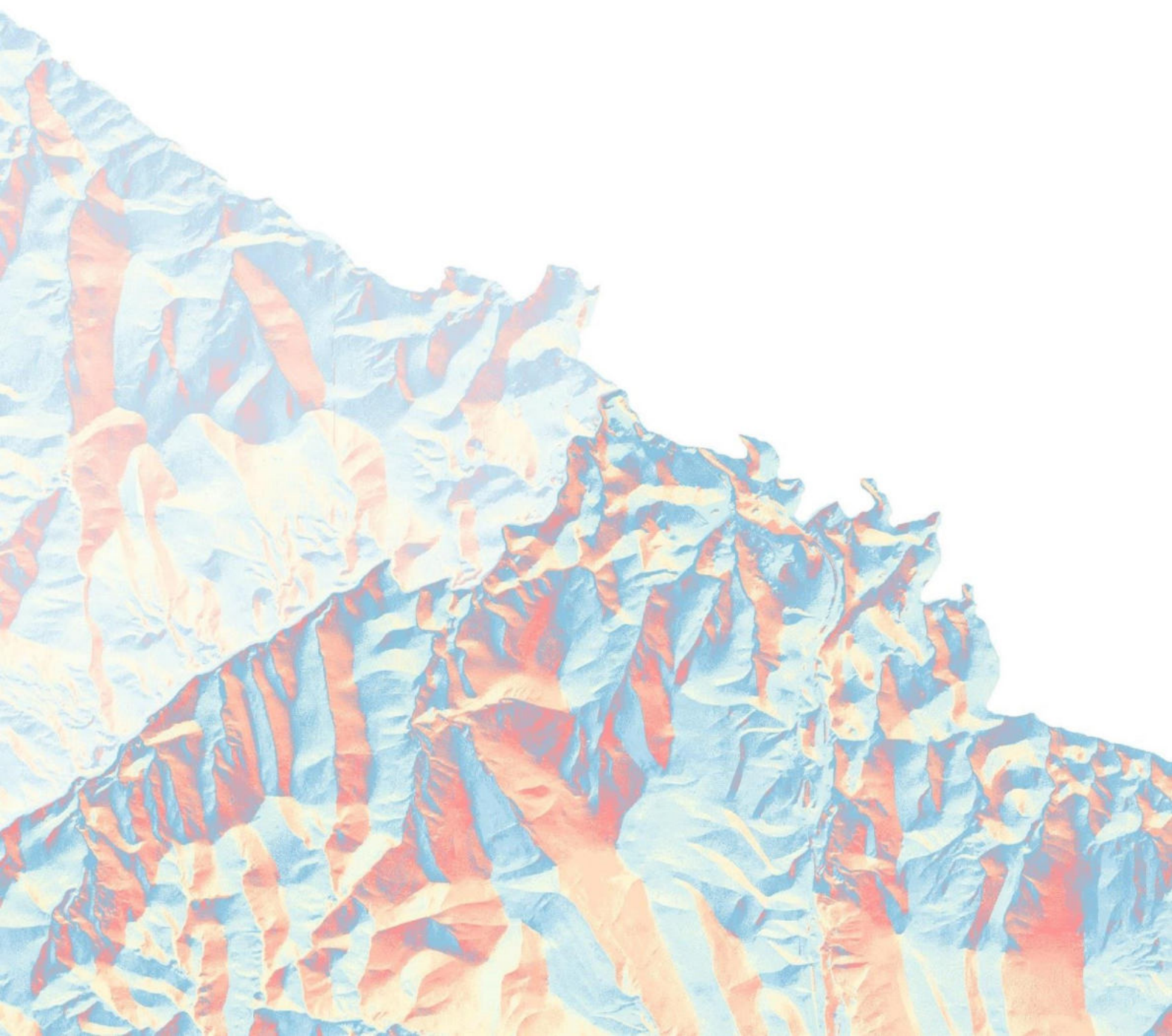
Com ênfase específica no objeto de estudo, as pesquisas científicas e documentações ainda são escassas; sendo assim, o trabalho configura-se como um avanço teórico, além

do metodológico. Esse fator, porém, implica em uma menor disponibilidade de dados para as análises empírico-qualitativas. Nessa perspectiva, o recorte metodológico é não apenas espacial e tipológico, mas temporal, visto não abranger territorialidades anteriores à imigração, pela falta de vestígios de sedimentação antrópica e documentações acerca dessa. Espera-se que esse quadro documental técnico-científico seja cada vez mais difundido e ampliado.

Outro ponto a ser relevado é o notável descaso com a arquitetura e paisagem ferroviária. Assim, cabe enfatizar a necessidade de avançar estudos acerca dessas quanto à identificação, seleção e proteção, expandindo também para outros sítios interioranos inseridos no mesmo processo e que englobam acervo etnoantrópico de relevância. Aponta-se que o patrimônio advindo da inserção ferroviária se insere essencialmente como capital territorial, ligado ao seu valor de uso. A partir do momento que se tornou defasado, perdeu-se também o seu valor como bem patrimonial. A apreensão do bem de valor como recurso territorial, porém, compreende questões identitárias e encontra equilíbrio entre valores de uso e existência, promovendo seu reconhecimento e patrimonialização, assim como o patrimônio da territorialidade imigratória. Essa perspectiva, referida enquanto patrimonialização proativa, mantém a heterogeneidade do território.

Por fim, identifica-se relevantes e possíveis os desdobramentos para a continuidade do estudo. Apesar de apontar algumas diretrizes referentes ao quadro de patrimonialização proativa indicado por Poli (2015), indicando a aplicabilidade do quadro, esses não se esgotam e requerem aprofundamentos. A importância do estudo consiste em evidenciar a necessidade de planejamentos integrados, que reconheçam e integrem o Patrimônio Territorial, visto que contribui ao induzir o estudo sistemático dos caracteres identitários, resistências e boas condutas na manutenção das estruturas de valor através das invariantes estruturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARARIPE, Delecarliense de Alencar. **História da Estrada de Ferro Vitória a Minas: 1904 – 1954**. Rio de Janeiro: Coleção Rio Doce, 1954.
- BARONI, Lino Armando; COMETTI, Francisco G. M. Apolônio. **História fragmentada da imigração italiana: Núcleo Colonial de Demétrio Ribeiro**. AM2, 2010.
- CARTA, Massimo. **La rappresentazione nel progetto di territorio. Un libro illustrato**. Firenze: Firenze University Press, 2011.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Unesp, 2001.
- COELHO, Eduardo José de Jesus; SETTI, João Bosco. **A EF Vitória a Minas e suas locomotivas desde 1904**. Sociedade para Pesquisa da Memória do Trem, Rio de Janeiro, 160p, 2000.
- CPRM/SGB (SERVIÇO GEOLÓGICO BRASILEIRO). **Ação Emergencial para Reconhecimento de Áreas de Alto e muito Alto Risco a Movimentos de Massas e Enchentes**. SPI/Ministério do Planejamento. Orçamento e Gestão. Brasília, 2013.
- CPRM/SGB (SERVIÇO GEOLÓGICO BRASILEIRO). **Carta de Suscetibilidade a Movimentos Gravitacionais de Massa e Inundação: Município de João Neiva - ES**. SPI/Ministério de Minas e Energia. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. Brasília, 2015.
- FANFANI, David; BERNI, Francesco; TIRINNANZI, Alessandro. **Tra territorio e città. Ricerche e progetti per luoghi in transizione**. Firenze: Firenze University Press, 2014.
- FANTINI, David. SARAGOSA, Claudio. **Modalità di rappresentazione del patrimonio territoriale di lunga durata**. Programma di Ricerca di Interesse Nazionale 1998/2000. Firenze, 2000.
- FRANCESCHETTO, Cilmar. **Imigrantes Espírito Santo: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.
- HAESBAERT, Rogério. **Identidades territoriais**. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 169-190.
- HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: Eduff; São Paulo: Contexto, 2002.
- HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Boletim Gaúcho de Geografia, v. 29, p. 11-24, jan. 2003.
- HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade: um debate**. Revista GEOgraphia, ano IX, n. 17, p. 19-46, 2007.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN). **Projeto: Interiorização do Desenvolvimento**. Perfil sócio-econômico e levantamento de oportunidades de investimento. Município de João Neiva (Relatório Preliminar). Vitória, 1993.
- MAGGIO, Marvi. **Invarianti strutturali nel governo del territorio**. Firenze: Firenze University Press, 2014.
- MAGNAGHI, Alberto. **Rappresentare i luoghi. Metodi e tecniche**. Firenze: Alinea Editrice, 2001.

- MAGNAGHI, Alberto. **La rappresentazione identitaria del territorio**. Firenze: Alinea Editrice, 2005.
- MAGNAGHI, Alberto; GIACOMOZZI, Sara. **Un fiume per il territorio. Indirizzi progettuali per il parco fluviale del Valdarno empoiese**, Firenze: Alinea Editrice, 2009.
- MAGNAGHI, Alberto. **Il progetto locale**. Torino: Bollati Boringhieri, 2010a.
- MAGNAGHI, Alberto. **Scenari strategici e progetto locale: verso la bioregione urbana**. "Arquitectonics: Mind, Land & Society", março, n.19-20, p. 67-99, 2010b.
- MAGNAGHI, Alberto. **La storia del territorio nell'approccio territorialista all'urbanistica e alla piani-ficazione**. Scienze del Territorio, v. 5, p. 32-41, 2017.
- MAGNAVITA, Pasqualino Romano. **O lugar da diferença**. Revista de Urbanismo e Arquitetura, v. 6, n. 1, 2008.
- MARSON, Anna (Ed.). **La struttura del paesaggio: una sperimentazione multidisciplinare per il Piano della Toscana**. Roma: Laterza, 2016.
- MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Bertrand Brasil, 2008.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Espírito Santo indígena: conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017.
- NOSSA, Damiany Farina. **Da água ao trilho de ferro – Ensaio Projetuais em João Neiva-ES**. Projeto de Graduação. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2017.
- OTOYA, Liliana Bonilla et al. **Manual de preinventario: urbano y arquitectónico**. COCULTURA. Bogotá: Instituto Colombiano de Cultura, 1990.
- POLI, Daniela. **Regole e progetti per il paesaggio**. Firenze: Firenze University Press, 2012.
- POLI, Daniela. **Il patrimonio territoriale fra capitale e risorsa nei processi di patrimonializzazione proattiva**. In: MELONI, B. "Aree interne e progetti d'area". Torino: Rosenberg e Sellier, 2015, pp. 123-140
- POSENATO, Julio. **Arquitetura da Imigração Italiana no Espírito Santo**. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1997.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RIBEIRO, Lucílio da Rocha. **Subsídios à História da Imigração Italiana nos Municípios de Ibirapu e João Neiva**. Vitória: Ed. do autor, 1990.
- RIBEIRO, Lucílio da Rocha. **João Neiva Origem e Desenvolvimento. A Contribuição da EFVM**. Vitória: Ed. do autor, 1992
- SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. Livr. Itatiaia Ed., 1974.
- SALETTI, Nara. **Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888 - 1930)**. Vitória: EDUFES, 1996.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 2. Ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 3. Ed. São Paulo: Nobel, 1992.
- SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adelia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. 4. Ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SAQUET, Marcos Aurélio. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade**. Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007

SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SERRA, Geraldo. **Pesquisa em arquitetura e urbanismo: guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação**. São Paulo: EDUSP, 2006.

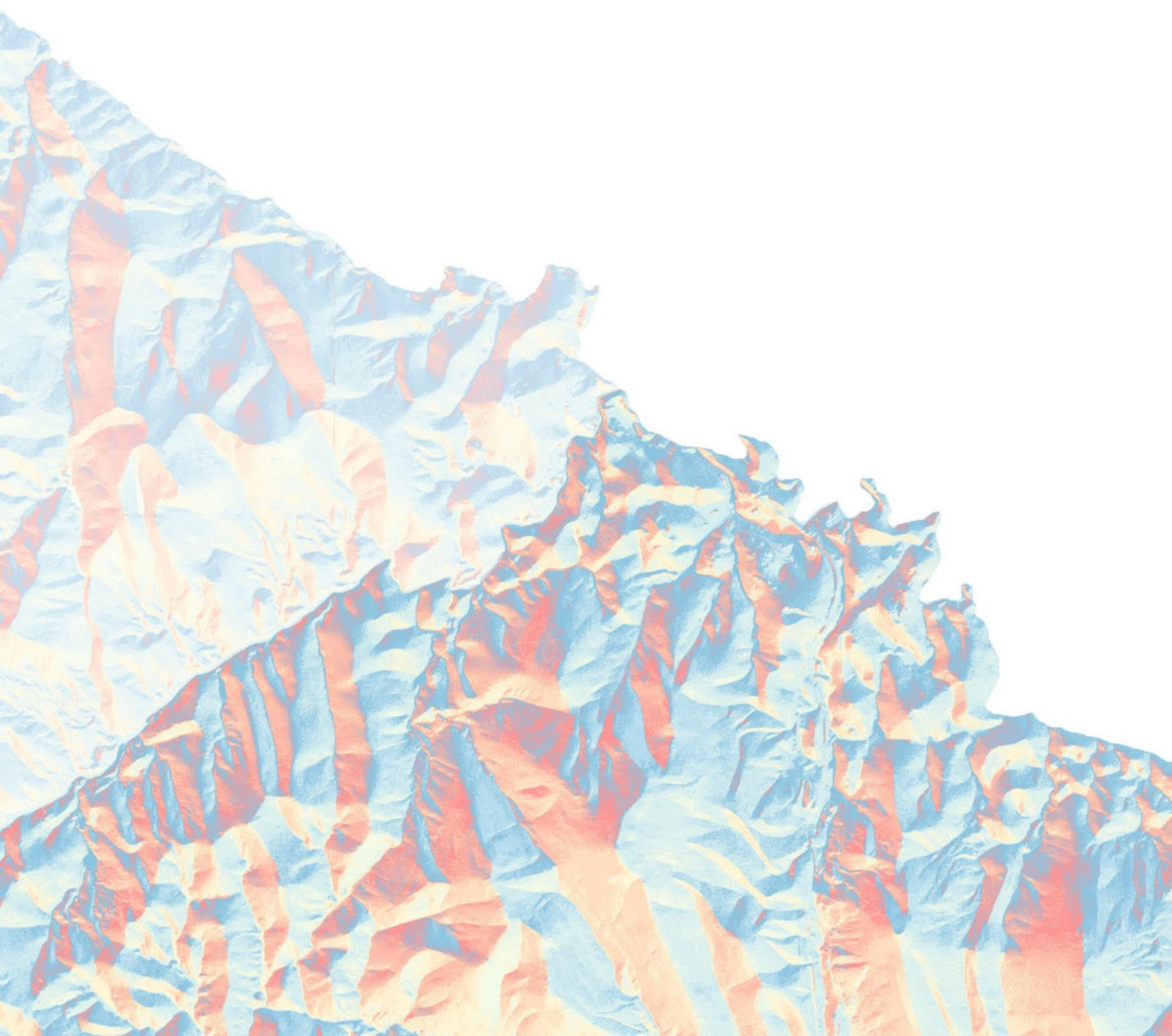
SEYFERTH, Giralda. **Colonização, imigração e a questão racial no Brasil**. Revista USP, n. 53, p. 117-149, 2002.

TURRI, Eugenio. **La conoscenza del territorio: metodologia per un'analisi storico-geografica**. Venezia: Marsilio Editori spa, 2011.

VALE, Ana Lia Farias; SAQUET, Marcos Aurélio; DOS SANTOS, Roseli Alves. **O território: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração**. Revista Faz Ciência, v. 7, n. 1, p. 11, 2005.

VALE. **Vale 70 anos: Nossa História**. Rio de Janeiro: Verso Brasil Editora, 2012.

APÊNDICES



Local	Bem etnoantropico		Tipologia de valor	Morfotipo	Tipo	Data			Original	Atual	Invariância Econômica	Patrimonializ. Mapa Cultural	Tipo de modificações da matéria	Estado de Conservação	Permanência, persistência, perda	Envelhecim. Das formas
						Ano	Déc.	Fonte								
Demétrio Ribeiro		Capela de Nossa Senhora do Caravaggio	Arquitetônico Histórico	Edificado religioso isolado, singular	2A	1904	1900	MUSEU DO IMIGRANTE, 2017	Institucional Religioso	Institucional Religioso	Nulidade		Inerente ao tempo	Bom	Permanência	Físico
		Casa Canônica	Arquitetônico Histórico Associativo	Edificado religioso em vila, singular	2A	1900	1900	MUSEU DO IMIGRANTE, 2017	Institucional Religioso	Institucional Religioso	Nulidade		Inerente ao tempo, restauros	Bom	Permanência	Físico
		Casarão Baioco	Arquitetônico Histórico	Edificado isolado, singular	2A	1904	1900	MUSEU DO IMIGRANTE, 2017	Residencial	Residencial *Abrigou, por tempo determinado, um alambique	Nulidade	Construção Histórica	Inerente ao tempo	Bom	Permanência	Físico
		Casarão Baroni	Arquitetônico Histórico	Edificado em vila, singular	2A	1910	1910	BARBOSA; PEREIRA, 2016	Misto (Venda/ Consultório Odontológico/ Residencial)	Residencial	Supressão (Transferência de propriedade)		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação	Regular	Persistência	Físico
		Casarão Carlesso	Arquitetônico Histórico	Edificado em vila, singular	2A	1888	1880	MUSEU DO IMIGRANTE, 2017	Residencial	Residencial	Nulidade	Construção Histórica	Inerente ao tempo e ao uso, ampliação	Regular	Persistência	Físico

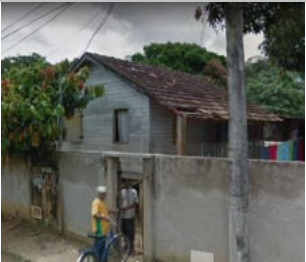
Local	Bem etnoantrópico		Tipologia de valor	Morfotipo	Tipo	Data			Original	Atual	Invar. Econômica	Patrimonializ. Mapa Cultural	Tipo de modificações da matéria	Estado de Conservação	Permanência, persistência, perda	Envelhec.
						Ano	Déc.	Fonte								
Demétrio Ribeiro	 <i>Acervo da autora, 2018</i>	Casarão Negri Oreste	Arquitetônico Histórico	Edificado em vila, singular	2A	-	1910	Análise fotográfica e tipológica	Misto (Comercial/Residencial)	Misto (Comercial/Residencial)	Manutenção		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação, ruína (movimento de terra e ações da chuva)	Ruína	Persistência	Físico
	 <i>Acervo da autora, 2016</i>	Casarão Rampinelli	Arquitetônico Histórico	Edificado isolado, singular	2A	1900*	1900	MUSEU DO IMIGRANTE, 2017	Residencial	Residencial	Nulidade		Inerente ao tempo, ampliação	Regular	Persistência	Físico
	 <i>Acervo da autora, 2015</i>	Casarão Sarcinelli	Arquitetônico Histórico	Edificado isolado, singular	2A	1890	1890	MUSEU DO IMIGRANTE, 2017	Residencial	-	-		Inerente ao tempo, ruína (desuso e falta de manutenção)	Ruína	Perda	Físico
	 <i>Acervo da autora, 2016</i>	Casarão Sarcinelli Filho	Arquitetônico Histórico Tecnológico	Edificado isolado, singular	2A	1909	1900	MUSEU DO IMIGRANTE, 2017	Residencial	Residencial	Nulidade	Construção Histórica	Inerente ao tempo e ao uso, ampliação	Bom	Persistência	Físico
	 <i>Acervo da autora, 2016</i>	Casarão Secomandi	Arquitetônico Histórico	Edificado em vila, singular	2A	1910	1910	COMETTI; BARONI, 2010	Residencial	Residencial	Nulidade		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação	Regular	Persistência	Físico

Local	Bem etnoantropico		Tipologia de valor	Morfotipo	Data			Fonte	Original	Atual	Invar. Econômica	Patrimonializ. Mapa Cultural	Tipo de modificações da matéria	Estado de Conservação	Permanência, persistência, perda	Envelhec.
					Ano	Déc.	Fonte									
João Neiva	 *	Centro de Formação Profissional Talmu Luiz Silva	Arquitetônico Histórico Tecnológico Associativo	Edificado isolado de uso comunitário, singular	3B	1967	1960	DAMIAN NOSSA, 2016	Institucional Ensino	Institucional Ensino	Manutenção (Transferência de propriedade)		Inerente ao tempo e ao uso, descaracterização	Regular	Persistência	Físico e Social
	 Google Street View, 2020	Cine Castro	Arquitetônico Histórico Tecnológico Associativo	Edificado de uso comunitário em centro urbano, singular	2B	1935	1930	IJSN, 1988	Institucional Cultural	Comercial	Transformação (apropriação)		Inerente ao uso, descaracterização absoluta	Ruim	Perda	Social
	 Acervo da autora, 2016	Clube Pedro Nolasco	Arquitetônico Histórico Tecnológico Associativo	Edificado de uso comunitário em centro urbano, singular	3B	-	1950	RIBEIRO, 1992	Institucional Cultural	Institucional Religioso	Transformação (apropriação)		Inerente ao uso, descaracterização	Regular	Persistência	Social
	 Acervo da autora, 2020	Conjunto edificado à Avenida Presidente Vargas, Centro (20 edifícios)	Arquitetônico Histórico Tecnológico Urbano	Conjunto edificado em centro urbano	2/3	-	1930-1950	Análise fotográfica e tipológica	Misto (Comercial/Residencial)	Misto (Comercial/Residencial)	Manutenção		Inerente ao uso, ampliação	Regular	Persistência	Físico e Social
	 Google Street View, 2020	Edifício à Praça N. S. do Líbano, 7-14, Centro	Arquitetônico Histórico	Edificado em centro urbano, singular	2B	-	1910-1930	Análise fotográfica e tipológica	Misto (Comercial/Residencial)	Misto (Comercial/Residencial)	Manutenção		Inerente ao tempo e ao uso, ampliações, descaracterizações	Ruim	Persistência	Físico e Social
	 Google Street View, 2020	Edifício à Avenida Negri Orestes, 28, Centro	Arquitetônico Histórico	Edificado em centro urbano, singular	2B	-	1910-1930	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	Misto (Serviço/Residencial)	Transformação (apropriação)		Inerente ao uso, ampliação	Bom	Persistência	Físico e Social
	 Acervo da autora, 2020	Edifício à Avenida Presidente Vargas, 128, Centro	Arquitetônico Histórico Urbano	Edificado em centro urbano, singular	2B	-	1910-1930	Análise fotográfica e tipológica	Misto (Comercial/Residencial)	Residencial	Supressão		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação	Regular	Persistência	Físico e Social

Local	Bem etnoantrópico		Tipologia de valor	Morfotipo	Tipo	Data			Original	Atual	Invar. Econômica	Patrimonializ. Mapa Cultural	Tipo de modificações da matéria	Estado de Conservação	Permanência, persistência, perda	Envelhec.
						Ano	Déc.	Fonte								
João Neiva	 <i>Acervo da autora, 2017</i>	Edifício à Avenida Presidente Vargas, 20, Centro	Arquitetônico Histórico Urbano	Edificado em centro urbano, singular	2B	-	1910-1930	Análise fotográfica e tipológica	Misto (Comercial/Residencial)	Misto (Comercial/Residencial)	Manutenção		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação, descaracterização	Regular	Persistência	Físico e Social
	 <i>Acervo da autora, 2020</i>	Edifício à Avenida Presidente Vargas, 220, Centro	Arquitetônico Histórico Urbano	Edificado em centro urbano, singular	2B	-	1910-1930	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	Misto (Comercial/Residencial)	Transformação		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação, descaracterização	Regular	Persistência	Físico e Social
	 <i>Acervo da autora, 2020</i>	Edifício à Avenida Presidente Vargas, 304-308, Centro	Arquitetônico Histórico Urbano Associativo	Edificado em centro urbano, singular	2B	-	1910-1930	Análise fotográfica e tipológica	Comercial	Misto (Comercial/Residencial)	Transformação		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação, descaracterização	Regular	Persistência	Físico e Social
	 <i>Google Street View, 2020</i>	Edifício à Avenida Presidente Vargas, 34, Centro	Arquitetônico Histórico Urbano	Edificado em centro urbano, singular	2B	-	1910-1930	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	-	-		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação, demolição	Ruína	Perda	Físico e Social
	 <i>Google Street View, 2020</i>	Edifício à Avenida Presidente Vargas, 356, Centro	Arquitetônico Histórico Urbano	Edificado em centro urbano, singular	2B	-	1910-1930	Análise fotográfica e tipológica	Comercial	Comercial	Manutenção		Inerente ao tempo e ao uso	Regular	Persistência	Físico e Social
	 <i>Acervo da autora, 2017</i>	Edifício à Avenida Presidente Vargas, 36-32, Centro	Arquitetônico Histórico Urbano	Edificado em centro urbano, singular	2B	-	1910-1930	Análise fotográfica e tipológica	Misto (Comercial/Residencial)	Residencial	Supressão		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação, descaracterização	Ruim	Persistência	Físico e Social

Local	Bem etnoantropico		Tipologia de valor	Morfortipo	Tipo	Data			Original	Atual	Invar. Econômica	Patrimonializ. Mapa Cultural	Tipo de modificações da matéria	Estado de Conservação	Permanência, persistência, perda	Envelhec.
						Ano	Déc.	Fonte								
João Neiva	 <i>Acervo da autora, 2017</i>	Edifício à Avenida Presidente Vargas, 4, Centro	Arquitetônico Histórico Urbano	Edificado em centro urbano, singular	2B	-	1910-1930	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	Residencial	Nulidade		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação	Regular	Persistência	Físico
	 <i>Acervo da autora, 2020</i>	Edifício à Avenida Presidente Vargas, 46, Centro	Arquitetônico Histórico Urbano	Edificado em centro urbano, singular	2B	-	1910-1930	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	Residencial	Nulidade		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação, descaracterização, abandono	Ruimr	Persistência	Físico e Social
	 <i>Acervo da autora, 2020</i>	Edifício à Avenida Presidente Vargas, 74-80, Centro	Arquitetônico Histórico Urbano	Edificado em centro urbano, singular	2B	-	1910-1930	Análise fotográfica e tipológica	Misto (Comercial/Residencial)	Misto (Comercial/Residencial)	Manutenção		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação, descaracterização	Regular	Persistência	Físico e Social
	 <i>Google Street View, 2020</i>	Edifício à Avenida Sete De Setembro, 144, Centro	Arquitetônico Histórico	Edificado em centro urbano, singular	2/3	-	1930-1950	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	Residencial	Nulidade		Inerente ao tempo, ampliação	Regular	Persistência	Físico
	 <i>Acervo da autora, 2020</i>	Edifício à Avenida Sete De Setembro, 255, Centro	Arquitetônico Histórico	Edificado em centro urbano, tipologia unifamiliar de alvenaria em série	2/3	-	1930-1950	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	Residencial	Nulidade		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação	Regular	Persistência	Físico
	 <i>Acervo da autora, 2020</i>	Edifício à Avenida Sete De Setembro, 52, Centro	Arquitetônico Histórico	Edificado em centro urbano, singular	2/3	-	1930-1950	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	Comercial	Transformação		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação, descaracterização absolutas	Regular	Persistência	Físico e social

Local	Bem etnoantropico		Tipologia de valor	Morfotipo	Data			Fonte	Original	Atual	Invar. Econômica	Patrimonializ. Mapa Cultural	Tipo de modificações da matéria	Estado de Conservação	Permanência, persistência, perda	Envelhec.
					Ano	Déc.	Fonte									
João Neiva	 <i>Google Street View, 2020</i>	Edifício à Avenida Sete De Setembro, 66, Centro	Arquitetônico Histórico	Edificado em centro urbano, tipologia unifamiliar de alvenaria em série	2/3	-	1930-1950	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	-	-		Inerente ao tempo, ampliação, descaracterização, demolição	Ruína	Perda	Físico e social
	 <i>Google Street View, 2020</i>	Edifício à Rua Alencar Araripe, 49, Centro	Arquitetônico Histórico Urbano Associativo	Edificado em centro urbano, singular	2B	-	1910-1930	Análise fotográfica e tipológica	Comercial	-	-		Inerente ao tempo, ampliação, demolição	Ruína	Perda	Físico e social
	 <i>Acervo da autora, 2020</i>	Edifício à Rua André Alves, 37, Centro	Arquitetônico Histórico Tecnológico Urbano Associativo	Edificado em centro urbano, tipologia unifamiliar de madeira em série (Padrão 01a)	3C	-	1950+	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	Residencial	Nulidade		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação	Regular	Persistência	Físico e social
	 <i>Acervo da autora, 2020</i>	Edifício à Rua André Alves, 57, Centro	Arquitetônico Histórico Tecnológico Urbano Associativo	Edificado em centro urbano, tipologia unifamiliar de madeira em série (Padrão 01a)	3C	-	1950+	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	Residencial	Nulidade		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação	Regular	Persistência	Físico e social
	 <i>Acervo da autora, 2020</i>	Edifício à Rua André Alves, 63, Centro	Arquitetônico Histórico Tecnológico Urbano Associativo	Edificado em centro urbano, tipologia unifamiliar de madeira em série (Padrão 01a)	3C	-	1950+	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	Residencial	Nulidade		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação	Regular	Persistência	Físico e social

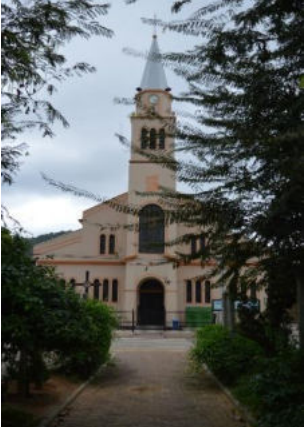
Local	Bem etnoantrópico		Tipologia de valor	Morfotipo	Data			Fonte	Original	Atual	Invar. Econômica	Patrimonializ. Mapa Cultural	Tipo de modificações da matéria	Estado de Conservação	Permanência, persistência, perda	Envelhec.
					Ano	Déc.	Fonte									
João Neiva	 <i>Google Street View, 2020</i>	Edifício à Rua Carlos R Negri, 417, Centro	Arquitetônico Histórico	Edificado em centro urbano, tipologia unifamiliar de alvenaria em série	2/3	-	1930-1950	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	Residencial	Nulidade		Inerente ao tempo	Regular	Permanência	Físico
	 <i>Google Street View, 2020</i>	Edifício À Rua Carlos R Negri, 427, Centro	Arquitetônico Histórico	Edificado em centro urbano, singular	2/3	-	1930-1950	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	Residencial	Nulidade		Inerente ao tempo	Regular	Permanência	Físico
	 <i>Google Street View, 2020</i>	Edifício à Rua Celeste Sarcineli, 103, Vila Nova De Baixo	Arquitetônico Histórico Tecnológico Urbano Associativo	Edificado em periferia urbana, tipologia unifamiliar de madeira em série (Padrão 02)	3C	-	1950+	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	Residencial	Nulidade		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação	Ruim	Persistência	Físico e social
	 <i>Acervo da autora, 2020</i>	Edifício à Rua Celeste Sarcineli, 104, Vila Nova De Baixo	Arquitetônico Histórico Tecnológico Urbano Associativo	Edificado em periferia urbana, tipologia unifamiliar de madeira em série (Padrão 01b)	3C	-	1950+	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	Residencial	Nulidade		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação, descaracterização	Regular	Persistência	Físico e social
	 <i>Google Street View, 2020</i>	Edifício à Rua Celeste Sarcineli, 46, Vila Nova De Baixo	Arquitetônico Histórico Tecnológico Urbano Associativo	Edificado em periferia urbana, tipologia unifamiliar de madeira em série (Padrão 01b)	3C	-	1950+	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	Residencial	Nulidade		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação	Ruim	Persistência	Físico e social
	 <i>Google Street View, 2020</i>	Edifício à Rua Celeste Sarcineli, 58, Vila Nova De Baixo	Arquitetônico Histórico Tecnológico Urbano Associativo	Edificado em periferia urbana, tipologia unifamiliar de madeira em série (Padrão 01b)	3C	-	1950+	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	Residencial	Nulidade		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação	Regular	Persistência	Físico e social

Local	Bem etnoantropico		Tipologia de valor	Morfotipo	Data			Fonte	Original	Atual	Invar. Econômica	Patrimonializ. Mapa Cultural	Tipo de modificações da matéria	Estado de Conservação	Permanência, persistência, perda	Envelhec.
					Ano	Déc.	Fonte									
João Neiva		Edifício à Rua Celeste Sarcineli, 87, Vila Nova De Baixo	Arquitetônico Histórico Tecnológico Urbano Associativo	Edificado em periferia urbana, tipologia unifamiliar de madeira em série (Padrão 02)	3C	-	1950+	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	Residencial	Nulidade		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação	Regular	Persistência	Físico e social
		Edifício à Rua Celeste Sarcineli, 95, Vila Nova De Baixo	Arquitetônico Histórico Tecnológico Urbano Associativo	Edificado em periferia urbana, tipologia unifamiliar de madeira em série (Padrão 02)	3C	-	1950+	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	Residencial	Nulidade		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação	Regular	Persistência	Físico e social
		Conjunto de Edifícios à Rua Fábio Ruschi, Centro (3 edifícios)	Arquitetônico Histórico Tecnológico Urbano Associativo	Edificado em centro urbano, tipologia unifamiliar de madeira em série (Padrão 03)	3C	-	1950+	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	Residencial	Nulidade		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação, demolição parciais (edifício centro)	Regular	Permanência (esquerda) Persistência (centro e direita)	Físico e social
		Edifício à Rua Helio Plazi, 47, Centro	Arquitetônico Histórico	Edificado em centro urbano, tipologia unifamiliar de alvenaria em série	2/3	-	1930-1950	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	Residencial	Nulidade		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação	Regular	Persistência	Físico e social

Local	Bem etnoantropico	Tipologia de valor	Morfotipo	Data			Fonte	Original	Atual	Invar. Econômica	Patrimonializ. Mapa Cultural	Tipo de modificações da matéria	Estado de Conservação	Permanência, persistência, perda	Envelhec.	
				Ano	Déc.	Fonte										
João Neiva	 Acervo da autora, 2016	Edifício à Rua Helio Plazi, 91, Centro	Arquitetônico Histórico	Edificado em centro urbano, tipologia unifamiliar de alvenaria em série	2/3	-	1930-1950	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	Residencial	Nulidade		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação	Regular	Persistência	Físico e social
	 Google Street View, 2020	Edifício à Rua Irmã Fortunata, 22, Centro	Arquitetônico Histórico	Edificado em centro urbano, tipologia unifamiliar de alvenaria em série	2/3	-	1930-1950	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	Residencial	Nulidade		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação	Regular	Persistência	Físico e social
	 Google Street View, 2020	Edifício à Rua Irmã Fortunata, 50, Centro	Arquitetônico Histórico	Edificado em centro urbano, tipologia unifamiliar de alvenaria em série	2/3	-	1930-1950	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	-	-		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação, demolição	Ruína	Perda	Físico e social
	 Acervo da autora, 2016	Edifício à Rua Irmã Fortunata, 56, Centro	Arquitetônico Histórico	Edificado em centro urbano, tipologia unifamiliar de alvenaria em série	2/3	-	1930-1950	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	Residencial	Nulidade		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação	Regular	Persistência	Físico e social
	 Google Street View, 2020	Edifício à Rua Irmã Fortunata, 76, Centro	Arquitetônico Histórico	Edificado em centro urbano, tipologia unifamiliar de alvenaria em série	2/3	-	1930-1950	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	Residencial	Nulidade		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação	Regular	Persistência	Físico e social

Local	Bem etnoantropico		Tipologia de valor	Morfotipo	Data			Fonte	Original	Atual	Invar. Econômica	Patrimonializ. Mapa Cultural	Tipo de modificações da matéria	Estado de Conservação	Permanência, persistência, perda	Envelhec.
					Ano	Déc.	Fonte									
João Neiva	 <i>Acervo da autora, 2020</i>	Edifício à Rua Jose Reboucas, 97, Centro	Arquitetônico Histórico Tecnológico Urbano Associativo	Edificado em periferia urbana, tipologia unifamiliar de madeira em série (Padrão 01a)	3C	-	1950+	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	Residencial	Nulidade		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação	Regular	Persistência	Físico e social
	 <i>Acervo da autora, 2020</i>	Edifício à Rua Maria B Almeida, 114, Centro	Arquitetônico Histórico Tecnológico Urbano Associativo	Edificado em centro urbano, singular	3C	-	1950+	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	Residencial	Nulidade		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação	Regular	Persistência	Físico e social
	 <i>Acervo da autora, 2020</i>	Edifício à Rua Negri Orestes, 80, Vila Nova De Cima	Arquitetônico Histórico Tecnológico Urbano Associativo	Edificado em periferia urbana, tipologia unifamiliar de madeira em série (Padrão 01a)	3C	-	1950+	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	Residencial	Nulidade		Inerente ao tempo, modificação de implantação, descaracterização e ampliação	Regular	Persistência	Físico e social
	 <i>Acervo da autora, 2020</i>	Edifício à Rua Paulo Zeni, 117, Vila Nova De Baixo	Arquitetônico Histórico Tecnológico Urbano Associativo	Edificado em periferia urbana, tipologia multifamiliar em série (Padrão 04)	3C	-	1950+	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	Residencial	Nulidade		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação	Regular	Persistência	Físico e social
	 <i>Acervo da autora, 2020</i>	Edifício à Rua Pedro Nolasco, 127, Centro	Arquitetônico Histórico	Edificado em centro urbano, singular	2B	-	1910-1930	Análise fotográfica e tipológica	Misto (Comercial/Residencial)	Residencial	Supressão		Inerente ao tempo e ao uso, descaracterização	Regular	Persistência	Físico e social
	 <i>Google Street View, 2020</i>	Edifício à Rua Pedro Nolasco, 200, Centro	Arquitetônico Histórico	Edificado em centro urbano, singular	2B	-	1910-1930	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	Residencial	Nulidade		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação	Regular	Persistência	Físico e social

Local	Bem etnoantropico		Tipologia de valor	Morfotipo	Data			Fonte	Original	Atual	Invar. Econômica	Patrimonializ. Mapa Cultural	Tipo de modificações da matéria	Estado de Conservação	Permanência, persistência, perda	Envelhec.
					Ano	Déc.	Fonte									
João Neiva	 <i>Google Street View, 2020</i>	Edifício à Rua Primeiro De Maio, 34, Vila Nova De Cima	Arquitetônico Histórico Tecnológico Urbano Associativo	Edificado em periferia urbana, tipologia multifamiliar em série (Padrão 04)	3C	-	1950+	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	Residencial	Nulidade		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação, demolição	Ruína	Perda	Físico e social
	 <i>Acervo da autora, 2020</i>	Edifício à Rua Primeiro De Maio, 38, Vila Nova De Cima	Arquitetônico Histórico Tecnológico Urbano Associativo	Edificado em periferia urbana, tipologia multifamiliar em série (Padrão 04)	3C	-	1950+	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	Residencial	Nulidade		Inerente ao tempo	Regular	Permanência	Físico
	 <i>Acervo da autora, 2020</i>	Edifício à Rua Primeiro De Maio, 54-10, Vila Nova De Cima	Arquitetônico Histórico Tecnológico Urbano Associativo	Edificado em periferia urbana, tipologia multifamiliar em série (Padrão 04)	3C	-	1950+	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	Residencial	Nulidade		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação	Regular	Persistência	Físico e social
	 <i>Google Street View, 2020</i>	Edifício à Rua Primeiro De Maio, 56, Vila Nova De Cima	Arquitetônico Histórico Tecnológico Urbano Associativo	Edificado em periferia urbana, tipologia multifamiliar em série (Padrão 04)	3C	-	1950+	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	Residencial	Nulidade		Inerente ao tempo	Regular	Permanência	Físico
	 <i>Google Street View, 2020</i>	Edifício à Rua Rebuzi Josefa, 27, Vila Nova De Cima	Arquitetônico Histórico Tecnológico Urbano Associativo	Edificado em periferia urbana, tipologia unifamiliar de madeira em série (Padrão 02)	3C	-	1950+	Análise fotográfica e tipológica	Residencial				Inerente ao tempo e ao uso, ampliação, demolição	Ruína	Perda	Físico e social
	 <i>Acervo da autora, 2016</i>	Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora do Líbano	Arquitetônico Histórico	Edificado em centro urbano, singular	3B	1956	1950	ARARIPE, 1954	Institucional Ensino	Institucional Ensino/Político	Nulidade		Inerente ao uso, ampliação, descaracterização	Regular	Persistência	Social

Local	Bem etnoantrópico		Tipologia de valor	Morfotipo	Data			Fonte	Original	Atual	Invar. Econômica	Patrimonializ. Mapa Cultural	Tipo de modificações da matéria	Estado de Conservação	Permanência, persistência, perda	Envelhec.
					Ano	Déc.	Fonte									
João Neiva	 <i>Acervo da autora, 2016</i>	Grupo Escolar Barão de Monjardim	Arquitetônico Histórico	Edificado em centro urbano, singular	2B	1936	1930	ARARIPE, 1954	Institucional Ensino	Institucional Ensino	Nulidade		Inerente ao uso, ampliação, descaracterização	Regular	Persistência	Social
	 <i>Acervo da autora, 2016</i>	Igreja de São José (Matriz)	Arquitetônico Histórico	Edificado religioso em centro urbano, singular	2B	1947	1940	Inscrição Edificada	Institucional Religioso	Institucional Religioso	Nulidade		Inerente ao uso, ampliação, restauros	Bom	Persistência	Físico e social
	 <i>Acervo da autora, 2016</i>	Jardim da Infância	Arquitetônico Histórico	Edificado em centro urbano, singular	3B	1955	1950	Inscrição Edificada	Institucional Ensino	-	Obsolescência		Inerente ao tempo e ao uso, abandono	Ruim	Permanência	Social
	 <i>Acervo da autora, 2016</i>	Liceu Pedro Nolasco	Arquitetônico Histórico Associativo	Edificado em centro urbano, singular	3A	1915	1910	PMJN, 2017	Institucional Ensino	-	Obsolescência		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação, descaracterização, modificação urbana, abandono	Ruim	Persistência	Social
	 <i>Acervo da autora, 2016</i>	Museu Ferroviário	Arquitetônico Histórico Tecnológico Urbano Associativo	Edificado em centro urbano, singular	3C	1943	1940	RIBEIRO, 1992	Serviço	Institucional Cultural	Transformação	Atrativo Turístico	Inerente ao tempo, abandono	Regular	Permanência	Físico e social

Local	Bem etnoantropico		Tipologia de valor	Morfortipo	Data			Fonte	Original	Atual	Invar. Econômica	Patrimonializ. Mapa Cultural	Tipo de modificações da matéria	Estado de Conservação	Permanência, persistência, perda	Envelhec.
					Ano	Déc.	Fonte									
João Neiva	 Acervo da autora, 2016	Oficinas de Reparação de Vagões (Blocos principais e atual Secretaria do Meio Ambiente)	Arquitetônico Histórico Tecnológico Urbano Associativo	Conjunto edificado em centro urbano, singular	3A	1905	1900	RIBEIRO, 1992	Serviço	Institucional Misto (Político, serviço, cultural)	Transformação		Inerente ao tempo e ao uso, ampliação, descaracterização, demolições parciais	Ruim	Persistência	Social
	 Acervo da autora, 2016	Ponte de Ferro	Arquitetônico Histórico Tecnológico Urbano Associativo	Edificado infraestrutural em centro urbano, singular	3C	-	1940	Análise fotográfica e tipológica	Serviço	Serviço	Manutenção		Descaracterização	Regular	Persistência	Físico e social
	 Acervo da Biblioteca Pública Municipal	Capela de Santa Luzia	Arquitetônico Histórico	Edificado religioso em centro urbano, singular	2B		1910	Análise fotográfica e tipológica	Institucional Religioso	-	Obsolescência		Demolição	Ruína	Perda	Social
	 Acervo da Biblioteca Pública Municipal	Senai Ferroviária	Arquitetônico Histórico	Edificado isolado de uso comunitário, singular	3B	1947	1940	RIBEIRO, 1992	Institucional Ensino	-	Obsolescência		Demolição	Ruína	Perda	Social
	 Acervo da Biblioteca Pública Municipal	Estação de João Neiva	Arquitetônico Histórico Urbano Associativo	Edificado isolado de uso comunitário, singular	3A	1905	1900	RIBEIRO, 1992	Serviço	-	Obsolescência		Demolição	Ruína	Perda	Social

Local	Bem etnoantrópico	Tipologia de valor	Morfotipo	Data			Fonte	Original	Atual	Invar. Econômica	Patrimonializ. Mapa Cultural	Tipo de modificações da matéria	Estado de Conservação	Permanência, persistência, perda	Envelhec.
				Ano	Déc.	Fonte									
João Neiva (Perdas)	Edifício à Rua Jose Reboucas, Centro	Arquitetônico Histórico Tecnológico Urbano	Edificado em periferia urbana, tipologia multifamiliar em série	3C		1950	Relato Damian Nossa, ex-ferroviário, 2020	Residencial	-	-		Demolição	Ruína	Perda	Social
	Edifícios à Avenida Presidente Vargas (2 blocos)	Arquitetônico Histórico Tecnológico Urbano	E Edificado em periferia urbana, tipologia multifamiliar em série	3C			Relato Damian Nossa, ex-ferroviário, 2020	Residencial	-	-		Demolição	Ruína	Perda	Social
	Linha de Ferro	Histórico Tecnológico Urbano	Edificado infraestrutural em centro urbano, singular	3A	1905	1900	RIBEIRO, 1992	Serviço	-	Obsolescência		Demolição	Ruína	Perda	Social
	Edifícios à Rua Pedro Nolasco	Arquitetônico Histórico Urbano	Edificado em centro urbano, singulares	2B		1910	Análise fotográfica e tipológica	Residencial	-	-		Demolição		Perda	Social